

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Angela Maria Maurer

**AS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO SETOR DE ARTESANATO
GAÚCHO**

Porto Alegre

2011

Angela Maria Maurer

**AS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO SETOR DE ARTESANATO
GAÚCHO**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre
em Administração.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tania Nunes da Silva

Porto Alegre

2011

CIP – Catalogação na Publicação

Maurer, Angela Maria

As Dimensões de Inovação Social em Empreendimentos
Econômicos Solidários do Setor de Artesanato Gaúcho / Angela Maria
Maurer. – 2011.

191 f.

Orientadora: Tania Nunes da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Escola de Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

1. Inovação Social. 2. Dimensões de Inovação Social. 3.
Empreendimentos Econômicos Solidários. 4. Artesanato. 5. Rio Grande
do Sul. I. Silva, Tania Nunes da, orient. II. Título.

**Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).**

ANGELA MARIA MAURER

**AS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO SETOR DE ARTESANATO
GAÚCHO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eugênio Ávila Pedrozo

Prof. Dr. Emmanuel Raufflet

Prof. Dr. Luiz Paulo Bignetti

Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Karam Guimarães

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tania Nunes da Silva

Dedico essa dissertação às minhas melhores amigas, Priscila Aguiar e Bibiana Gonçalves, pelos nossos dez anos de amizade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado a oportunidade de desenvolver esta gratificante pesquisa, que contribui para a sociedade civil como um todo, para uma maior aceitação e divulgação de iniciativas que melhorem a qualidade de vida de diferentes grupos locais ou mesmo regionais.

Aos meus pais, Arnildo Maurer e Geny Taschetto Maurer, e irmãos, Eduardo, Leonardo e Guilherme, por sempre me receberem com alegria e carinho e por estarem dispostos a me auxiliar, independente das circunstâncias. A distância física nos separa, mas o sentimento de família e de amor sempre permanecerá.

Ao meu namorado, Diego Marconatto, por ser muito mais do que um namorado, mas um amigo e companheiro que me ensinou e me confortou com tantas palavras e atos de carinho. Agradeço por termos construído uma relação tão profunda e de tamanha importância na minha vida.

Ao meu avô, Maximo Parise Taschetto, por ser um exemplo de força e de vitória.

À minha orientadora, Prof^a. Tania Nunes da Silva, por ter acreditado no meu trabalho e na minha dedicação. Agradeço pelos momentos compartilhados, pela troca de ideias e pelos diversos ensinamentos que me foram transmitidos.

Aos Professores do PPGA, em especial ao Prof. Eugenio Ávila Pedrozo, o qual, com sua dedicação, mostrou-me o valor do trabalho acadêmico e a importância de nos dedicarmos ao que realmente gostamos.

Aos meus amigos do LEO Clube, em especial a Bianca Beltrame, Vinicius Malgarin e Natalia Hernandez, que, mesmo eu estando ausente nestes últimos anos, sempre me apoiaram e me trouxeram alegria nos momentos em que compartilhamos.

Aos meus colegas de Mestrado, em especial às queridas Marília, Denise, Karina, Germana e Maria Fernanda, pelo convívio, tanto durante as aulas quanto também extraclasse. O desenvolvimento desta dissertação tornou-se mais agradável com as novas amizades conquistadas.

Ao *cluster* de Santa Maria, em especial a Paola Figueiró, Shalimar Gallon, Camila Costa e Kathiane Corso, pela amizade e pelo apoio durante todo o período do Mestrado. A “república” de Santa Maria está bem representada em Porto Alegre. Agradeço pelas risadas e pelos conselhos acadêmicos e pessoais.

Às minhas colegas de apartamento, Marta Oliveira, Damla Hasergin e Virgínia Sebastião, que, em diferentes momentos, acompanharam a minha trajetória acadêmica e me trouxeram alegria com suas palavras de conforto.

Agradeço também aos entrevistados, que contribuíram substancialmente para a realização deste trabalho. Agradeço aos seis grupos de artesanato com os quais realizei minhas entrevistas, e conheci um pouco mais de seus belos trabalhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado a realização deste trabalho.

RESUMO

MAURER, A. M. As Dimensões de Inovação Social em Empreendimentos Econômicos Solidários do Setor de Artesanato Gaúcho. Porto Alegre, 2011. 191 fls. **Dissertação de Mestrado (Administração)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mesmo com os avanços tecnológicos e comerciais feitos pelos seres humanos ao longo do tempo, ainda persistem diversos desafios de ordem social e ambiental. O desenvolvimento de inovações sociais torna-se uma alternativa para suplantar parte destes desafios, visto que podem solucionar as necessidades de parte dos indivíduos de uma dada sociedade. O *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES) é um dos centros que realiza pesquisas a respeito das inovações sociais, destacando suas diversas dimensões de análise. Um dos focos de pesquisa deste centro está na Economia Social da província de Quebec, no Canadá. No Brasil, a Economia Solidária vem crescendo significativamente, e o artesanato é um dos setores de destaque no número de empreendimentos coletivos ligados a esta Economia. No Rio Grande do Sul, os empreendimentos econômicos solidários de artesanato são organizados de diferentes formas, sendo alguns deles induzidos por organizações geridas com recursos públicos, enquanto que outros são constituídos pelos próprios artesãos. Por outro lado, o conceito de inovação social geralmente é abordado de maneira superficial na literatura das Ciências Sociais, e ainda existem, no Brasil, poucos estudos a respeito desta modalidade de inovação na área de Administração. Desta forma, o objetivo deste estudo é o de analisar como as dimensões de inovação social, do modelo idealizado pelo CRISES, se refletem nas diferentes formas de organização de empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho. A revisão de literatura versou sobre inovações sociais e sobre organizações de Economia Solidária. Foram realizados seis estudos de caso em empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e de anotações no diário de campo. Já os dados secundários foram provenientes de documentos, artigos e *websites*. A análise dos dados foi feita de acordo com a revisão de literatura do presente estudo. Os resultados evidenciaram grande parte dos elementos das dimensões de inovação social descritas no modelo desenvolvido por autores do CRISES. A análise destas dimensões, nos casos pesquisados, apresentou similaridades e diferenças tanto entre elas quanto quando comparadas às do modelo estabelecido pelo CRISES. De forma geral, os empreendimentos pesquisados foram desenvolvidos a partir de contextos problemáticos, passaram por fases de tentativa e de experimento, as quais foram institucionalizadas, e tais empreendimentos se tornaram modelos de desenvolvimento emergente. Estes empreendimentos também contemplaram a necessidade da coletividade e o bem comum. Diversos atores foram identificados na formação destes empreendimentos, sendo que todos contaram com atores titulares da ideia, financiadores, apoiadores e usuários. A mobilização e a participação dos atores também foram representativas, bem como a aprendizagem gerada pelo processo de desenvolvimento das inovações sociais pesquisadas. Este processo envolveu restrições que geraram incerteza e tensão nos artesãos. Ainda, o processo foi feito por meio da integração e da parceria entre os atores, e ocorreu a difusão das soluções desenvolvidas para outros contextos. Desta forma, o presente estudo contribui para a análise do conceito de inovação social em empreendimentos econômicos solidários do Brasil.

Palavras-chaves: Inovações Sociais. Dimensões de Inovação Social. Empreendimentos Econômicos Solidários. Artesanato.

ABSTRACT

Even with the technological and commercial advances made by human kind over time, there still exist too many social and environmental challenges. The development of social innovations becomes a relevant alternative to overcome some of these challenges, as they can fulfill the needs of a number of the involved individuals. The Centre de Recherche sur les Innovations Sociales (CRISES) is one of the centers that carries out some researches on social innovations, highlighting their dimensions of analysis. One of the researching focus of this center is Social Economy in the Quebec province, in Canada. In Brazil, Solidarity Economy has grown significantly, and handicraft is one of the main sectors which involves collective enterprises linked to this kind of economy. In the state of Rio Grande do Sul, handicraft solidarity enterprises are organized according to different patterns. Some of them were induced by organizations managed with public funds, while others are made up by artisans. On the other hand, the concept of social innovation is usually addressed just in a superficial manner in the social science literature. There are too few studies regarding this type of innovation in the Brazilian business academic area. Thus, the aim of this study is to examine how the dimensions of social innovation established at the framework developed by the CRISES centre are reflected in the different patterns of organization of solidarity enterprises in the handicraft sector of Rio Grande do Sul (RS). The literature review was about social innovations and Solidarity Economy organizations. To achieve the proposed objective, were carried out case studies at six handicraft solidarity enterprises of RS. Primary data were collected through semi-structured interviews and field notes. Secondary data were gathered from documents, articles and websites. The collected data were then analyzed according to the literature review. The results have shown most of the elements of the social innovation dimensions described on the model developed by authors of the CRISES. The analysis made on these dimensions has shown, in the studied cases, similarities and differences, both among themselves and when they were compared to the ones described on the model established by the CRISES. In the main, the enterprises analyzed were developed from problematic contexts, and went through phases of trial and experiment, which were institutionalized, becoming models of emerging development. These enterprises were also concerned with the collective needs and the common good. Several actors were identified in the enterprises formation, and all of them had actors who hold the idea, donors, supporters and users. The involvement and participation of the actors were also most significant, as well as the apprenticeship enabled by the development process of the social innovations researched. This process involved some restrictions which caused uncertainty and tension amidst the artisans. Moreover, the process has occurred by means of integration and partnership of actors, and the attained solutions were diffused to other contexts. Thus, the present study contributes to the analysis of the social innovation concept in Brazilian solidarity enterprises.

Keywords: Social Innovation. Social Innovation Dimensions. Solidarity Enterprises. Handicraft.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – As ideias centrais de cada abordagem ou centro de pesquisa de inovação social, os seus diferentes níveis de impacto de mudanças e os seus autores.....	29
Figura 1 – A relação entre inovação empresarial e inovação social.....	32
Quadro 2 – As dimensões de análise de uma inovação social de acordo com o CRISES	34
Figura 2 – Modelo do processo de uma inovação social.....	38
Quadro 3 – Fatores favoráveis e desfavoráveis ao processo de uma inovação social	47
Figura 3 – <i>Framework</i> para análise das dimensões de inovação social	54
Quadro 4 – Empreendimento, ano de formação, entrevistado (a), idade, grau de instrução, tempo de envolvimento com o empreendimento e roteiro de entrevista aplicado	60
Figura 4 – Os elementos das dimensões de inovação social analisados nos casos pesquisados	62
Figura 5 – Faixa etária dos artesãos ativos no Rio Grande do Sul.....	66
Figura 6 – Grau de instrução dos artesãos ativos no Rio Grande do Sul	66
Figura 7 – Renda dos artesãos com o artesanato no Rio Grande do Sul	67
Figura 8 – Número de notas fiscais expedidas por ano no Rio Grande do Sul	67
Figura 9 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da cooperativa Lã Pura.....	83
Figura 10 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da COOPARIGS	100
Figura 11 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação do grupo Novo Horizonte.....	112
Figura 12 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação do grupo Misturando Arte.....	126
Figura 13 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da AA VIF	139
Figura 14 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da associação Tecelagem Lavrense	152
Quadro 5 – Resumo das similaridades entre as dimensões de inovação social pesquisadas	168
Quadro 6 – Resumo das diferenças entre as dimensões de inovação social pesquisadas	169
Quadro 7 - Comparação entre os elementos e as características do modelo de Tardif e Harrisson (2005) identificados e não-identificados no presente estudo.....	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de empreendimentos econômicos solidários por Estado	53
--	-----------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAVIF - Associação dos Artesãos de Vila Flores

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ATUASERRA - Associação de Turismo da Serra Nordeste

CAMP - Centro de Aperfeiçoamento Multidisciplinar

CIS - Centro para Inovação Social

COOPARIG - Cooperativa dos Artesãos das Ilhas do Guaíba

COOPARIGS - Cooperativa dos Artesãos do Rio Grande Sul

COOPERUNICA - Cooperativa Nacional Marca Única

COTRISAL - Cooperativa Tritícola Sarandi

CRISES - *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*

CSI - *Centre for Social Innovation*

EES - Empreendimentos Econômicos Solidários

EMATER - Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FGTAS - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social

FGV - Fundação Getúlio Vargas

HEC Montreal - *École des Hautes Études Commerciales* de Montreal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMS - Instituto Marista Solidarietà

INRS-U.C.S. - Instituto Nacional de Pesquisa Científica em Urbanização, Cultura e Sociedade

MBA - *Master in Business Administration*

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

PAB - Programa do Artesanato Brasileiro

RSC - Responsabilidade Social Corporativa

SADI - Sociedade dos Amigos das Ilhas do Guaíba

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SINGOCOM - *Social Innovation, Governance and Community Building*

SITRA - Fundação de Inovação da Finlândia

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNIFRA - Universidade Franciscana

UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

UQAM - Universidade do Quebec em Montreal

UQAR - Universidade do Québec em Rimouski

UQO - Universidade do Québec em Outaouais

USEN - Universidade SEBRAE de Negócios

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	19
1.2	OBJETIVOS DO ESTUDO	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos Específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	21
2	INOVAÇÕES SOCIAIS	23
2.1	O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO INOVAÇÃO SOCIAL	23
2.2	INOVAÇÃO SOCIAL <i>VERSUS</i> OUTROS TIPOS DE INOVAÇÃO	30
2.3	AS DIMENSÕES DE ANÁLISE DE UMA INOVAÇÃO SOCIAL	32
2.3.1	Dimensão Transformações	35
2.3.2	Dimensão Caráter Inovador	37
2.3.3	Dimensão Inovação	41
2.3.4	Dimensão Atores	43
2.3.5	Dimensão Processo	45
2.4	INOVAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	48
2.5	<i>FRAMEWORK</i> ANALÍTICO ADOTADO PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE INOVAÇÕES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	53
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.1	ESCOLHA DO SETOR E DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	57
3.2	COLETA DE DADOS	58
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	61
4	O SETOR DE ARTESANATO GAÚCHO	64
4.1	O ARTESÃO E O ARTESANATO	64
4.2	AS CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ARTESANATO GAÚCHO	65
5	AS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS PESQUISADOS	68
5.1	CASO LÃ PURA	68
5.1.1	As dimensões de inovação social na cooperativa Lã Pura	70
5.1.1.1	Dimensão Transformações	70
5.1.1.2	Dimensão Caráter Inovador	72
5.1.1.3	Dimensão Inovação	76

5.1.1.4 Dimensão Atores	77
5.1.1.5 Dimensão Processo.....	79
5.1.2 Síntese das dimensões de inovação social na cooperativa Lã Pura.....	81
5.2 CASO COOPERATIVA DOS ARTESÃOS DO RIO GRANDE DO SUL (COOPARIGS).....	83
5.2.1 As dimensões de inovação na cooperativa COOPARIGS.....	85
5.2.1.1 Dimensão Transformações	86
5.2.1.2 Dimensão Caráter Inovador.....	87
5.2.1.3 Dimensão Inovação	93
5.2.1.4 Dimensão Atores	94
5.2.1.5 Dimensão Processo.....	96
5.2.2 Síntese das dimensões de inovação social na cooperativa COOPARIGS.....	99
5.3 CASO GRUPO NOVO HORIZONTE	101
5.3.1 As dimensões de inovação social no grupo Novo Horizonte	102
5.3.1.1 Dimensão Transformações	102
5.3.1.2 Dimensão Caráter Inovador.....	104
5.3.1.3 Dimensão Inovação	108
5.3.1.4 Dimensão Atores	109
5.3.1.5 Dimensão Processo.....	110
5.3.2 Síntese das dimensões de inovação social no Grupo Novo Horizonte.....	111
5.4 CASO MISTURANDO ARTE	113
5.4.1 As dimensões de inovação social no grupo Misturando Arte	114
5.4.1.1 Dimensão Transformações	114
5.4.1.2 Dimensão Caráter Inovador.....	115
5.4.1.3 Dimensão Inovação	120
5.4.1.4 Dimensão Atores	121
5.4.1.5 Dimensão Processo.....	123
5.4.2 Síntese das dimensões de inovação social no grupo Misturando Arte.....	125
5.5 CASO ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE VILA FLORES (AAVIF).....	126
5.5.1 As dimensões de inovação social na Associação de Artesãos de Vila Flores	128
5.5.1.1 Dimensão Transformações	128
5.5.1.2 Dimensão Caráter Inovador.....	130
5.5.1.3 Dimensão Inovação	133
5.5.1.4 Dimensão Atores	134
5.5.1.5 Dimensão Processo.....	136

5.5.2	Síntese das dimensões de inovação social na AAVIF	138
5.6	CASO TECELAGEM LAVRENSE	140
5.6.1	As dimensões de inovação social na associação Tecelagem Lavrense.....	141
5.6.1.1	Dimensão Transformações	142
5.6.1.2	Dimensão Caráter Inovador.....	143
5.6.1.3	Dimensão Inovação	146
5.6.1.4	Dimensão Atores	147
5.6.1.5	Dimensão Processo.....	149
5.6.2	Síntese das dimensões de inovação social na associação Tecelagem Lavrense ...	151
5.7	ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL PESQUISADAS	152
5.7.1	Similaridades e diferenças na dimensão Transformações	153
5.7.2	Similaridades e diferenças na dimensão Caráter Inovador.....	154
5.7.3	Similaridades e diferenças na dimensão Inovação	158
5.7.4	Similaridades e diferenças na dimensão Atores.....	160
5.7.5	Similaridades e diferenças na dimensão Processo	162
5.7.6	Síntese das similaridades e das diferenças entre as dimensões de inovação social pesquisadas.....	166
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
6.1	SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS E LIMITAÇÕES DO PRESENTE ESTUDO.....	176
	REFERÊNCIAS	179
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	187
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ATORES	189
	ANEXO A – LEI N° 13.516/2010.....	190

1 INTRODUÇÃO

As configurações socioeconômicas vigentes são decorrentes dos avanços realizados pelos seres humanos ao longo de sua história de interação com a natureza, resultando, em períodos mais recentes, em processos de mudanças bem mais rápidos do que se era capaz de constatar em épocas anteriores. A industrialização, cujas raízes remontam especialmente à II Revolução Industrial, é resultante desses avanços e, por influência dela, alcançou-se uma parcial integração política, social, cultural e econômica das nações; fenômeno conhecido como globalização. A crescente queda de barreiras acarretou e acarreta consequências positivas e negativas às sociedades, fazendo com que diversos órgãos públicos, no âmbito nacional e internacional, bem como diferentes organizações privadas, centros de estudos e mesmo a sociedade civil concentrem seus esforços a fim de potencializar ou mitigar seus efeitos, conforme os considerem positivos ou negativos.

Um dos efeitos positivos da globalização é o da facilitação e da aceleração do acesso a tecnologias desenvolvidas em diferentes locais e nações, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. Por conta desse fator, atualmente se constata uma maior facilidade de comunicação e de deslocamento, impulsionando a troca de informações e de conhecimentos entre pessoas e organizações. Outra das características que se destaca, na conjuntura atual e na das décadas mais recentes, é o crescimento econômico observado em países e regiões consideradas em desenvolvimento, como, por exemplo, os do sudeste da Ásia e da América Latina. Tais crescimentos decorrem, principalmente, das transações de bens e de serviços feitas entre diferentes países, o que colabora para o aumento do padrão de vida de significativos grupos de pessoas, que passaram a ter acesso a diversos produtos e serviços (KAPLINSKY, 2004).

No entanto, apesar de os fatores supracitados trazerem diversos benefícios às sociedades envolvidas, eles também intensificaram de forma significativa a concorrência empresarial através da diminuição, na prática, das dificuldades decorrentes das distâncias físicas, sendo esta diminuição fortemente impulsionada pela criação e popularização de muitas ferramentas de tecnologia e comunicação. Deste modo, as organizações passaram a enfrentar um número maior de concorrentes, localizados nos mais diversos pontos do globo, os quais acessam um número cada vez maior de mercados, através do incremento tecnológico e logístico crescentes. Por conta disto, a ênfase dada à geração de inovações passou a ganhar cada vez mais destaque, abarcando investimentos de diferentes segmentos empresariais em

pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos, serviços, tecnologias, novas formas organizacionais, etc.

Apesar dos avanços tecnológicos e comerciais em diferentes países, ainda persistem diversos desafios de ordem socioeconômica e ambiental a serem suplantados (KAPLINSKY, 2004; BANERJEE, 2003). Algumas das questões mais evidentes e também mais discutidas entre governantes e acadêmicos envolvem a exclusão de camadas de um tecido social mais amplo e as ameaças que os seres humanos impõem ao equilíbrio dos ecossistemas naturais. Tais questões tornam-se um desafio para os governantes e também para as organizações, porque, de acordo com Robinson (2004), mesmo que se reduzam os impactos ambientais causados pelos métodos de produção atualmente dominantes na atualidade, não estão garantidas melhorias na qualidade de vida da população como um todo. Na visão do autor, os potenciais ganhos advindos desses avanços não serão necessariamente distribuídos de forma equitativa entre as diversas camadas sociais, o que tende a resultar na obtenção de benefícios menores (ou no máximo, e menos provavelmente, iguais) aos auferidos por aquelas pessoas que se encontram na base da pirâmide socioeconômica.

Desta maneira, de acordo com Robinson (2004), a concentração de esforços humanamente coordenados apenas em avanços técnicos não seria suficiente para alcançar a sustentabilidade plena das sociedades. O autor enfatiza a necessidade de serem desenvolvidas soluções relacionadas ao oferecimento de mais e melhores oportunidades, à distribuição de renda de forma mais justa e ao empoderamento dos cidadãos, no sentido de lhes gerar uma maior emancipação. Este seria o espaço, então, para a criação e desenvolvimento de inovações sociais. De forma geral, as inovações sociais são entendidas como soluções inovadoras para os problemas ou para as necessidades sociais de determinado grupo ou sociedade. Alguns autores enfatizam que as inovações de cunho social diferem das inovações empresariais, pelo fato de não gerarem lucros econômicos a empresários ou acionistas. Já outros autores apresentam-as como sendo diferentes das inovações tecnológicas, dado que as inovações sociais não atendem à lógica de competição do mercado.

O desenvolvimento de inovações sociais é um tema de interesse de diversas áreas e de diferentes centros de pesquisa. Para alguns autores, o enfoque é dado em soluções para o desenvolvimento de determinado território, enquanto que para outros, a ênfase está em inovações que beneficiem um contexto mais amplo ou até mesmo organizações. Um dos centros que se destaca, por abranger os diferentes níveis de mudanças das inovações sociais, é o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), do qual participam diversas

universidades interessadas na perspectiva de inovações de cunho social. Fundado em 1988, tal centro entende inovação social como sendo “um processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração humana, suprir uma necessidade, trazer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação” (CRISES, 2010, p. 5). Desta forma, uma inovação social visa mudar as relações sociais, transformar um quadro de ação ou propor novas orientações culturais aos envolvidos. A definição de inovação social adotada nesta dissertação é, portanto, a estabelecida pelo CRISES.

Para o CRISES, a Economia Social é uma importante fonte de inovações sociais. Assim sendo, este centro realiza diversos estudos para compreender as iniciativas inovadoras que se orientam por uma lógica de cooperação, solidariedade e autogestão, principalmente na província do Quebec, no Canadá. Geralmente, os empreendimentos econômicos solidários são alternativas de geração de renda para pessoas que se encontram socialmente excluídas, as quais podem realizar um trabalho digno, ao mesmo tempo em que obtêm renda. Esses empreendimentos diferem significativamente das organizações da economia tradicional, que são marcadas por hierarquias e concentração dos lucros econômicos nos seus *shareholders*.

No Brasil, a forma autogestionária de atuação é denominada de Economia Solidária, a qual possui os mesmos princípios da Economia Social canadense. O número de empreendimentos econômicos solidários no território brasileiro já alcança mais de 20.000, os quais se encontram espalhados pelos diversos Estados do país. Estes empreendimentos também estão presentes em todos os setores da economia, com destaque para a agricultura, confecções e artesanato. Neste contexto, o Rio Grande do Sul (RS) é um dos Estados que possui um forte envolvimento com a formação de empreendimentos coletivos, o que, de certa forma, contribui para o Estado com o maior número de empreendimentos econômicos solidários: 2.085 (MTE, 2011). O artesanato é um dos setores destaques no RS, visto que pode abarcar aproximadamente 70% dos empreendimentos de Economia Solidária na zona urbana das cidades, conforme entrevista com a Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária.

Dada a contextualização sobre as inovações sociais e a Economia Solidária, parte-se, então, para a problemática de pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A organização e a constituição de empreendimentos econômicos solidários no setor de artesanato podem ocorrer de diferentes formas. Diversos empreendimentos são formados a partir do incentivo e do apoio de programas e organizações públicas, como por exemplo, do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB). Com a intenção de incentivar a atividade artesanal e de ampliar o número de artesãos em situação de bem-estar social, o Governo Federal, em 1995, através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), estabeleceu o PAB. O principal objetivo deste programa é o de potencializar as oportunidades de trabalho para os artesãos, além de oferecer-lhes suporte para que enfrentem os desafios que se colocam contra a manutenção da atividade, gerando oportunidades de trabalho e renda, especialmente aos mais carentes (PAB, 2008). Por meio do programa, o Governo também pretende estimular o melhor aproveitamento das vocações regionais e a preservação das culturas locais, o que levaria, por conseguinte, à formação de uma mentalidade coletiva e empreendedora aos diversos grupos de artesãos existentes no país (MDIC, 2011).

Além do PAB, outros programas e empresas privadas geridas com recursos públicos apoiam o desenvolvimento do artesanato como fonte de renda e de desenvolvimento local. Um destes exemplos é o Programa Sebrae de Artesanato do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Com o objetivo similar ao do PAB, tal programa visa fomentar o artesanato de forma integrada, enquanto setor econômico sustentável que valoriza a identidade cultural das comunidades e que promove a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos, ampliando a geração de renda e de postos de trabalho (SEBRAE, 2004).

No Estado do Rio Grande do Sul destacam-se as iniciativas da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural e da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR). Estas iniciativas desenvolvem atividades buscando a inclusão social, a geração de oportunidades de trabalho e renda e de melhorias na qualidade de vida de mulheres que habitam, principalmente, a zona rural das cidades em que essas atividades são desenvolvidas (EMATER, 2011). Muitas vezes, tais iniciativas envolvem a formação de organizações de artesanato, que recebem capacitações com relação a técnicas de produção e de gerenciamento organizacional.

Desta forma, uma das formas de organização de empreendimentos coletivos de artesanato, no Rio Grande do Sul, é por meio da indução feita por órgãos ou por organizações geridas com recursos públicos. Outra maneira de se formar empreendimentos desta natureza é

pela iniciativa dos próprios artesãos, que buscam se organizar coletivamente para que possam melhor satisfazer as suas necessidades de cunho social ou econômico. Muitos destes empreendimentos encontram-se vinculados aos fóruns ou projetos de Economia Solidária, que visam incentivá-los e/ou apoiá-los.

Por outro lado, Tardif e Harrisson (2005), ao analisarem os diversos estudos do CRISES, estabeleceram um modelo com cinco dimensões de análise das inovações sociais: 1) transformações; 2) caráter inovador; 3) inovação; 4) atores; e 5) processo. Estas dimensões dizem respeito ao contexto no qual as inovações sociais são desenvolvidas, ao seu processo e também aos atores envolvidos neste processo. Além disso, são escassos os estudos envolvendo ambas as temáticas de inovações sociais e de organizações de Economia Solidária no Brasil. E o conceito de inovação social, apesar de seu crescente uso, geralmente não é abordado em profundidade (MOULAERT *et al.*, 2005). Diante do exposto, apresenta-se, então, a questão de pesquisa da presente dissertação: **Como as dimensões de inovação social se refletem nas diferentes formas de organização de empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho?**

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Partindo da definição do problema de pesquisa, são apresentados os objetivos geral e específicos do presente estudo.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como as dimensões de inovação social, do modelo idealizado pelo CRISES, se refletem nas diferentes formas de organização de empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as Transformações do contexto e estruturas micro nos quais se formaram as organizações selecionadas;

- Identificar os elementos da dimensão Caráter Inovador na formação das organizações escolhidas;
- Identificar os elementos da dimensão Inovação nas organizações selecionadas;
- Identificar as características e os papéis dos Atores envolvidos no processo de formação e desenvolvimento das organizações selecionadas;
- Conhecer o Processo de formação das organizações escolhidas;
- Comparar as características das dimensões de inovação social entre os casos selecionados.

1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Os estudos sobre inovação no campo da Administração geralmente são voltados para os tipos tradicionais de inovação, como, por exemplo, os das inovações em produtos ou em processos. Internacionalmente, o conceito de inovação social já vem sendo utilizado por grupos de pesquisadores interessados na criação de soluções para as necessidades humanas, desde que estas sejam desenvolvidas pelos atores usuários ou que não tenham o caráter de apenas gerar lucro econômico-financeiro para as organizações. No entanto, no Brasil, ainda se percebe uma escassez de estudos envolvendo este tipo de inovação, principalmente na área de Administração.

A importância das inovações sociais para o desenvolvimento social ou territorial é destacada por diversos autores (MULGAN *et al.*, 2008; ANDREW; KLEIN, 2010; POL; VILLE, 2009). Entretanto, por mais que os pesquisadores de inovações sociais tenham promovido avanços com relação a esta temática, ainda existe a necessidade de realização de mais estudos em torno desta modalidade de inovação, haja vista sua incipiência teórica quando estas são comparadas às inovações tecnológicas. Além disso, Moulaert *et al.* (2005, p. 1973) apontam que a expressão inovação social tem se tornado comum, porém não consistente, e “infelizmente na mais contemporânea literatura da Ciência Social, o conceito de inovação social, apesar da expansão de seu uso, não é tratado em profundidade”.

O presente estudo visa, portanto, contribuir para o aprofundamento no uso do conceito de inovação social, apresentando uma construção teórica que envolve as principais dimensões de sua análise. Estas dimensões foram analisadas nas organizações ligadas à Economia Solidária, que são consideradas alternativas para geração de renda, contribuindo para o

desenvolvimento do país. Além disso, este trabalho procura contribuir para a inclusão do conceito de inovações sociais nas discussões acadêmicas brasileiras na área de Administração.

Com este estudo, almeja-se também contribuir para o desenvolvimento de estudos no setor de artesanato do Rio Grande do Sul, devido aos crescentes incentivos a tal setor, principalmente para a formação de organizações associativas ou cooperativas, por meio de alguns projetos do Governo Federal, como: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério do Trabalho e Emprego; e Ministério da Cultura. Além dos projetos desenvolvidos por estes Ministérios, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) possui uma de área de apoio específica às organizações que desenvolvem trabalhos manuais.

Outra importante contribuição que se oferece pela pesquisa a ser realizada a partir do presente estudo é a análise das dimensões das inovações que visam satisfazer as necessidades humanas, sejam elas relacionadas à geração de renda, saúde, qualidade de vida, etc. Tais informações são relevantes para os gestores públicos podem incluir o desenvolvimento de inovações sociais em seus planejamentos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e territorial de suas comunidades. Os gestores de organizações privadas, também, podem valer-se do conteúdo da pesquisa aqui proposta, para a realização de ações com seus colaboradores, bem como para os diferentes tipos ou grupos de pessoas que estiverem dispostos a empreender coletivamente.

Finalmente, este estudo proporciona contribuições às organizações analisadas. Por meio da divulgação de tais iniciativas, que são de grande importância para a coesão social brasileira, as organizações sob análise poderão obter uma maior visibilidade e apoio de diferentes pessoas, empresas e órgãos públicos.

2 INOVAÇÕES SOCIAIS

O capítulo de revisão de literatura da presente dissertação divide-se em cinco seções principais. A primeira delas versa sobre o surgimento e desenvolvimento da expressão inovação social. Na segunda encontra-se a diferenciação entre as inovações sociais e inovações tecnológicas; e entre inovações sociais e inovações empresariais. A terceira seção apresenta as dimensões de análise de uma inovação social; na quarta seção é apresentada uma discussão sobre as inovações sociais e as organizações de Economia Solidária. Na quinta e última seção é apresentado o *framework* que foi adotado para a análise dos estudos de casos que foram desenvolvidos.

2.1 O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DA EXPRESSÃO INOVAÇÃO SOCIAL

Antes de ser analisada a expressão “inovação social”, faz-se necessário um resgate dos elementos que constituam uma inovação propriamente dita. A palavra “inovação” é derivada do termo *innovacione* do latim, e refere-se à ideia de renovação. De acordo com Ferreira (1999, p. 115), inovar é: “1. Tornar novo; renovar. 2. Introduzir novidades em.”. Para se “introduzir novidades” é necessária uma prévia obtenção de conhecimentos por parte dos seres humanos que estiverem dispostos a gerar tais inovações (ZAWISLAK, 1994). O ato de conhecer é uma característica humana, dado que só os seres humanos conseguem mesclar o instinto animal com o mecanismo diretor de pensamento conceptual. Por meio desta combinação, o conhecimento pode ser transmitido e até mesmo documentado, possibilitando a sua evolução ao longo do tempo.

Na visão de Zawislak (1994), a geração de inovações sempre se fez presente na história da humanidade, dada a necessidade de os seres humanos solucionarem seus problemas, principalmente os relacionados às atividades econômicas. Durante um longo período de tempo, as inovações foram apenas decorrentes do empirismo, característica esta que somente se alterou quando conhecimentos científicos passaram a ser agregados ao processo de desenvolvimento de novas soluções. No entanto, nem todas as soluções geradas são realmente inovações, ou seja, elas podem ser soluções tecnicamente viáveis, mas não o serem economicamente viáveis, constituindo, assim, as chamadas “invenções” (ZAWISLAK, 1994).

Castilhos (2006, p. 161) corrobora essa visão ao apontar que:

Inovação designa todos os processos que envolvem o uso, a aplicação e a transformação dos conhecimentos técnico e científico em recursos relacionados à produção e à comercialização, tendo, no sistema capitalista, o lucro como perspectiva.

Por serem soluções basicamente voltadas às atividades econômicas, as inovações têm sido constantemente abordadas pelas Ciências Econômicas e, em conjunto com tal campo de estudos, as Ciências Administrativas e da Sociologia Organizacional têm monopolizado as teorias de inovação, especialmente no que se refere ao tema “organizações” (MOULAERT *et al.*, 2005).

Foi por meio de Joseph A. Schumpeter, em 1942, que as inovações foram primeiramente abordadas na Economia. Na visão de Schumpeter (1961), a principal explicação para o progresso econômico encontra-se no processo de destruição criadora, o qual se caracteriza pela introdução de novos bens de consumo, novos métodos de produção, novos mercados ou novas formas de organização.

De acordo com Moulaert *et al.* (2005), Schumpeter (1961) já destacava a necessidade de inovações sociais para garantir a efetividade econômica de uma organização, estando estas paralelas às inovações tecnológicas. No entanto, Cloutier (2003) aponta que os primeiros autores a usarem a expressão “inovação social” foram Taylor (1970) e Gabor (1970). Para Taylor (1970), as inovações sociais se caracterizam por novas formas de fazer as coisas, para satisfazer as necessidades sociais. A perspectiva deste autor visa a transformação no nível individual, por meio da qual os indivíduos serão empoderados para retomar o controle de suas vidas. Já Gabor (1970 apud CLOUTIER, 2003) considera as inovações sociais como uma ferramenta para problemas territoriais de um determinado local.

Mas, de forma geral, o conceito de “inovação social” é relativamente novo, visto que até meados da década de 1990 ele não era de uso predominante na análise das Ciências Sociais (MOULAERT *et al.*, 2005). Para os autores, este fato ocorreu pelo descontentamento com o viés tecnológico das abordagens de Economia e das políticas de inovação, além de serem obtidos resultados positivos em iniciativas de desenvolvimento local na Europa e na Austrália, o que tornou a inovação social um tema passível de teorização do desenvolvimento humano, local e da emancipação.

Desde então, alguns centros de pesquisa e abordagens se destacaram ou vêm se destacando no uso da expressão “inovação social”. Um deles é o das Ciências da Criatividade, dos Estados Unidos, que é liderado por Michael D. Mumford. Para ele, a expressão “inovação social” estaria associada à gênese e à aplicação de ideias novas acerca das diferentes formas pelas quais as pessoas organizam as atividades interpessoais a fim de contemplar objetivos comuns (MUMFORD, 2002; MARCY; MUMFORD, 2007). De acordo com esta abordagem, o processo de criatividade humano seria o grande indutor do desenvolvimento de inovações sociais, como apresentado, por exemplo, no trabalho feito Benjamin Franklin, no século XVIII, com a criação de departamentos voluntários contra incêndios que preveniriam desastres maiores, caso ocorressem incêndios em um dado local nos Estados Unidos. Mumford (2002) afirma que Franklin provavelmente utilizou o raciocínio baseado em casos para desenvolver esta solução, visto que ele era jornalista e tinha conhecimento dos impactos negativos trazidos pelos incêndios.

Moulaert *et al.* (2005) apontam que, na literatura *mainstream* das Ciências Sociais dos anos 1990, as inovações sociais eram abordadas com um viés empresarial, o de negócios. Em outras palavras, estas inovações representavam mudanças no capital social, humano ou institucional, as quais levavam a um aumento de produtividade e, conseqüentemente, de competitividade. Esta ênfase empresarial enfatiza, então, a construção de um ambiente para troca de informações e idéias, buscando-se a horizontalização dos processos de decisão dentro das organizações. Por exemplo, Dadoy (1998) afirma que inovação social seria um complexo de ações de “destruição-reestruturação” de uma unidade de produção de bens ou de serviços para melhorar as formas de cooperação dentro do sistema de trabalho, gerando, assim, uma maior eficiência no sistema de produção.

Apresentando a inovação social mais alinhada com as práticas de Responsabilidade Social Corporativa, quando se refere a empresas, o Centro para Inovação Social (CIS), da *Stanford Graduate School of Business*, promove o desenvolvimento de líderes por meio de programas de *Master in Business Administration* (MBA), para ajudar na solução de problemas sociais e desafios relacionados ao meio ambiente. Este centro, que foi fundado em 1999, publica uma revista quadrimestral, a *Stanford Social Innovation Review*, que apresenta pesquisas e experiências práticas que auxiliam na melhoria das condições de vida das sociedades, e oferece programas para identificar novas formas de se explorar a Responsabilidade Social Corporativa, bem como diversas maneiras de incorporá-la no pensamento estratégico das organizações (CSI, 2011). Na sua edição *Spring* 2010, esta revista

ressaltou a importância das ditas “tecnologias verdes” para a redução da poluição, e destacou que os Estados Unidos estão produzindo um número 24% maior de produtos, enquanto que reduziu em 25% sua emissão de gases no ar (CONNER, 2010). A publicação destaca que este avanço deve-se ao investimento, ao desenvolvimento e à implantação de “tecnologias verdes” por parte das indústrias americanas.

A definição de inovação social para o CIS é a de ser “uma solução nova para um problema social que é mais efetiva, eficiente e sustentável do que as soluções até então existentes, e pela qual o valor criado é revertido para a sociedade como um todo, em vez de apenas para particulares”. Por meio da troca de ideias e valores entre setores e disciplinas, e também entre teoria e prática, o CIS visa conectar uma comunidade de líderes que possam construir um mundo mais justo, sustentável e próspero.

Mulgan *et al.* (2008, p. 8) definiram a inovação social de forma similar. Geoff Mulgan, sendo o presidente da *Youth Foundation*, que é uma organização inglesa sem fins lucrativos, aponta que inovações sociais são “atividades e serviços inovativos que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por organizações cujos principais propósitos são sociais”. A principal distinção entre a definição do CIS e a de Mulgan *et al.* (2008) está na possibilidade de incorporação de organizações privadas na primeira definição. Entretanto, ao longo de sua obra, estes mesmos autores afirmam que as inovações sociais podem ser desenvolvidas por programas de filantropia, os quais podem incluir empresas privadas.

Já a Fundação de Inovação da Finlândia – SITRA – utiliza a expressão inovação social para se referir às mudanças institucionais. Como esta fundação atua no desenvolvimento de novas políticas públicas que visem o bem-estar social e econômico dos finlandeses, ela analisa o importante papel das inovações sociais no desempenho econômico de um determinado país, dadas as rápidas transformações que ocorrem no cenário mundial, principalmente, em decorrência tanto da disseminação de tecnologias de comunicação quanto da globalização dos mercados. Uma das obras que se relacionam com esta abordagem de inovação social é intitulada de *Social Innovations, Institutional Change and Economic Performance* (HÄMÄLÄINEN; HEISKALA, 2007).

Heiskala (2007), uma das editoras de tal trabalho, aponta que as inovações sociais incluem: a) as inovações regulatórias, que explicitamente transformam as regulamentações explícitas e/ou as maneiras pelas quais estas são sancionadas; b) as inovações normativas, que desafiam valores estabelecidos e/ou a maneira pela qual estes são legitimados em normas

sociais; e c) as inovações culturais que desafiam as maneiras estabelecidas de interpretar a realidade por meio da transformação de paradigmas mentais, de *frames* cognitivos e de hábitos de interpretação dos seres humanos. Desta maneira, a autora propõe a análise de inovações que exercem influência nas instituições de uma sociedade, de um país ou de uma região.

As abordagens de inovações sociais incluem também pesquisas que fazem referência ao desenvolvimento territorial, principalmente em países europeus, como a que é liderada por Frank Moulaert. Os estudos de tal abordagem contemplam mudanças que visem especialmente à inclusão social de pessoas em um dado local. Desta forma, o conceito de inovação social, para Moulaert *et al.* (2005), envolve a satisfação das necessidades humanas, por meio da promoção de mudanças nas relações sociais, principalmente no que diz respeito às diferentes formas de governança, aumentando, assim, o nível de participação dos membros de uma sociedade e a capacidade sociopolítica dos seus cidadãos, bem como o acesso aos recursos que sejam necessários para atender às necessidades humanas quanto à participação social.

O principal projeto dos pesquisadores dessa abordagem é o *Social Innovation, Governance and Community Building* (SINGOCOM), o qual visa desenvolver inovações sociais em uma localidade específica (SINGOCOM, 2011). Tais inovações devem proporcionar a inclusão social e satisfação das necessidades humanas em termos de alimentação, educação, cultura, etc. Um dos exemplos de inovação social que se enquadram nesta perspectiva é o do Orçamento Participativo de Porto Alegre – RS (NOVY; LEUBOLT, 2005). Por meio da “participação cidadã”, a sociedade civil pôde influenciar e decidir sobre o orçamento público da cidade, realocando o poder de decisão, que antes se concentrava apenas nos líderes governamentais. Desta forma, tal inovação caracteriza-se como uma nova forma de governança que visa o desenvolvimento urbano. É importante destacar que, na visão de Novy e Leubolt, o Orçamento Participativo foi visto apenas sob a ótica de seus aspectos positivos, não sendo consideradas as limitações e os desafios à sua implantação.

Na análise das inovações sociais destaca-se o *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), do Canadá, que possui caráter multidisciplinar e envolve sete instituições de ensino: Universidade do Quebec em Montreal (UQAM), Universidade do Québec em Outaouais (UQO), Universidade do Québec em Rimouski (UQAR), Universidade Laval, Universidade Concordia, *École des Hautes Études Commerciales* de Montreal (HEC

Montreal) e Instituto Nacional de Pesquisa Científica em Urbanização, Cultura e Sociedade (INRS-U.C.S.).

Fundado em 1988, o CRISES define inovação social como sendo:

Um processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração humana, suprir uma necessidade, trazer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação, na intenção de mudar as relações sociais, de transformar um quadro de ação ou de propor novas orientações culturais (CRISES, 2010, p. 5).

Orientado por tal definição, o CRISES divide seus estudos em três subáreas, ou seja, de acordo com três diferentes eixos de pesquisa: 1) Inovações sociais nas relações de trabalho e na geração de emprego; 2) Inovações sociais nas condições de vida; e 3) Inovações sociais territoriais (CRISES, 2010).

Os membros do primeiro eixo, o do trabalho e emprego, pesquisam a respeito da organização do trabalho, da regulação do emprego e da governança corporativa no setor manufatureiro, nos serviços, na administração pública e na economia do conhecimento. As pesquisas deste eixo concentram-se nas dimensões institucionais e organizacionais, e dizem respeito tanto às relações entre sindicatos e empresas quanto às políticas públicas e seu interesse em determinados temas, como os das estratégias dos atores, das parcerias, da governança corporativa, dos novos estatutos de emprego, do envelhecimento no local de trabalho e da equidade no emprego.

O segundo eixo de pesquisa do CRISES envolve estudos sobre a melhoria nas condições de vida das pessoas, principalmente no que diz respeito ao consumo, ao uso do tempo, ao ambiente familiar, à inserção no mercado de trabalho, à habitação, à renda, à saúde e à segurança das pessoas. As inovações que abarcam tais temas geralmente são feitas em conjunto com políticas públicas e com movimentos sociais, e também abrangem os serviços públicos, as práticas de resistência, as lutas populares e as novas maneiras de produzir e de consumir.

Já o terceiro eixo, o do desenvolvimento territorial, interessa-se por regulamentações que envolvam organizações e instituições, e também por práticas e estratégias de atores socioeconômicos que tenham influência sobre o desenvolvimento de comunidades e de territórios. Desta forma, os pesquisadores estudam diversas empresas e organizações (públicas, privadas, cooperativas e associações) e suas interrelações, redes de atores, sistemas de inovação, arranjos de governança e estratégias que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades e territórios (CRISES, 2010).

No Brasil, o Observatório de Inovação Social da Fundação Getúlio Vargas (FGV) também trabalha com a expressão “inovação social”. Para este observatório, inovação social é “a capacidade de transformar as relações de poder no campo social, o que implica a expansão da cidadania e a redução da exclusão social, envolvendo a construção de novos sujeitos públicos” (FLEURY, 2011). Além disso, ela visa a transformação das práticas e dos processos de gestão pública, bem como o desenvolvimento de novos instrumentos e de novas metodologias de planejamento, de tomada de decisões e de implementação e avaliação de políticas públicas. O observatório da FGV faz parte do Programa de Estudos sobre a Esfera Pública (PEEP), o qual é coordenado pela Professora Sonia Fleury.

Os centros e abordagens de inovação social supracitados apresentam diferentes níveis de mudança sobre os quais as inovações sociais poderiam impactar. O Quadro 1 visa mostrar as ideias centrais de cada centro ou abordagem, seus níveis de análise da expressão inovação social e alguns de seus principais autores.

Abordagem ou centro	Ideias centrais de inovação social	Nível de impacto da inovação social	Autores
Ciências da Criatividade	Processo criativo individual para solucionar problemas comuns.	Indivíduos impactando a sociedade	Mumford (2002); Marcy e Mumford (2007).
Administração e Organizações	Melhorias no trabalho para aumentar eficiência organizacional.	Organizações	Dadoy (1998).
Centro para Inovação Social	Nova solução que impacta a sociedade.	Sociedade	Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008)
Youth Foundation	Nova solução para uma necessidade social, principalmente, feitas por organizações sociais.	Sociedade Grupo	Mulgan <i>et al.</i> (2008); Mulgan (2006).
SITRA	Mudanças nas estruturas sociais.	Sociedade	Heiskala (2007); Hämäläinen e Heiskala (2007).
SINGOCOM	Inovações para a satisfação humana, tendo em vista o desenvolvimento territorial.	Território	Moulaert <i>et al.</i> (2005); Novy e Leubolt (2005).
CRISES	Processo coletivo para suprir uma necessidade, com vistas à transformação social.	Sociedade Organizações Território	Tardif e Harrisson (2005); Lévesque (2002).
Observatório de Inovação Social da Fundação Getúlio Vargas	Transformação das relações de poder no campo social.	Território	Sonia Fleury.

Quadro 1 – As ideias centrais de cada abordagem ou centro de pesquisa de inovação social, os seus diferentes níveis de impacto de mudanças e os seus autores

A partir da análise do surgimento e do desenvolvimento da expressão inovação social, na qual foram apresentados os principais centros e abordagens que vêm abordando a expressão inovação social, cabe à próxima seção a apresentação das diferenças entre inovações sociais e outros tipos de inovação.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL *VERSUS* OUTROS TIPOS DE INOVAÇÃO

As abordagens tradicionais de inovações analisam-nas principalmente no contexto empresarial. Uma dessas abordagens, que é significativamente disseminada, é a do Manual de Oslo, o qual categoriza as inovações em: de processo, de produto, organizacional e de marketing (OECD, 2005). As inovações de produto envolvem mudanças significativas nas *capabilities* de bens ou serviços, enquanto que as inovações de processo representam mudanças nos métodos de produção e na entrega de tais bens ou serviços. As inovações organizacionais dizem respeito às mudanças nas práticas, no ambiente de trabalho ou nas relações externas da empresa. Já as inovações de marketing abarcam mudanças no *design* dos produtos, na promoção, nos métodos de precificação, etc. Existem, também, perspectivas que consideram o grau de novidade das inovações, como, por exemplo, Tidd, Bessant e Pavitt (2008), que as classificam ao longo de um *continuum*, através de incrementos, representados por pequenas melhorias, sendo algumas até bastante radicais, as quais ocasionam mudanças em um sistema como um todo.

Torna-se necessária a análise dos diferentes tipos de inovação e de suas classificações para que seja atingido um melhor entendimento das abordagens de inovações sociais, dadas as diferenciações que são feitas pelos diversos pesquisadores. Mas, mesmo Schumpeter, em 1942, já destacava a necessidade de inovações sociais para garantir a efetividade econômica de uma organização, estando estas paralelas às inovações tecnológicas (MOULAERT *et al.*, 2005). Por conta desse fator, a importância das inovações sociais no meio organizacional tem recebido crescentes considerações, principalmente relacionadas à cultura e à aprendizagem de uma empresa. Linton (2009), por exemplo, desenvolveu um modelo para a análise das inovações organizacionais quanto aos seus impactos sociais e técnicos, e alerta que tal classificação possibilitaria um diferente ângulo de análise das inovações de uma organização, ao ser considerada a influência “social”.

No entanto, alguns autores diferenciam as inovações sociais das inovações empresariais. Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008) enquadram-se nesta perspectiva, e afirmam que o estudo tradicional de inovações apresenta uma robusta fundamentação. Os teóricos desta abordagem tradicional geralmente dividem as inovações em de produto e de processo, que são duas classificações abordadas pelo Manual de Oslo. Já as inovações sociais, para estes autores, são as soluções (material ou não) que satisfaçam as necessidades e os problemas dos seres humanos. Por mais que possam existir discussões a respeito do que poderiam ser

propriamente as “necessidades para uma sociedade”, alguns elementos se apresentam como consenso, entre eles a justiça, a preservação do meio ambiente e as melhorias nos sistemas de saúde. Além disso, o conceito “social” também remete a um tipo de valor diferente do valor econômico e financeiro (PHILLS JR.; DEIGMEIER; MILLER, 2008).

Já Mulgan *et al.* (2008) utilizam um argumento bastante similar ao postulado por Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008): as inovações sociais diferenciam das inovações empresariais pelo fato de que estas últimas são desenvolvidas com a finalidade de maximização dos lucros, os quais são direcionados à esfera privada.

Ainda a respeito da diferenciação entre inovação social e inovação empresarial, Pol e Ville (2009) afirmam que as definições de inovação social ainda não estão suficientemente claras para que possam ser feitos avanços teóricos. Por tal razão, estes autores sugerem uma distinção mais detalhada entre estes tipos de inovação. Assim como mencionado por Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008) e por Mulgan *et al.* (2008), as inovações empresariais referem-se à criação de novas ideias com a intenção de gerar lucro econômico. Tais inovações podem ser tecnológicas (de produto ou de processo) ou organizacionais (em rotinas, em estratégias ou na estrutura).

De acordo com Pol e Ville (2009), as inovações sociais são novas ideias com o potencial de aumentar a quantidade (expectativa de vida) e qualidade de vida em termos “macro”, ou seja, no mínimo para um grupo de indivíduos, e que podem ser geradas por empresas, tornando-as, assim, bifocais. No entanto, os autores destacam que existem as inovações sociais ditas “puras”, que não necessariamente resultariam em retorno econômico positivo. Geralmente trata-se de inovações para problemas que não são atendidos pelo mercado e que, por isto, necessitam de incentivos governamentais para serem geradas. A Figura 1 apresenta o modelo desenvolvido por Pol e Ville (2009).

De forma geral, a perspectiva que diferencia inovações sociais de inovações empresariais tem origem em centros de pesquisa que buscam soluções para as necessidades humanas, mas através de soluções que não gerem somente retornos econômicos para investidores ou empresários. No entanto, a segunda perspectiva de autores e centros de pesquisas que abordam as inovações sociais diferenciando-as das inovações tecnológicas, a atenção é voltada para inovações que acarretem mudanças positivas nas relações sociais dos indivíduos, sejam eles participantes de grupos, organizações ou sociedades.

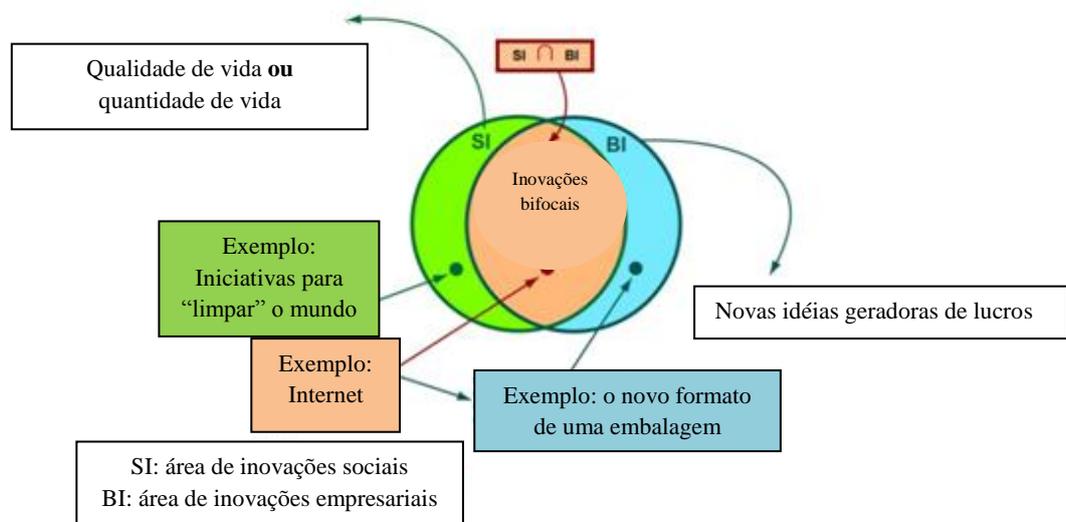


Figura 1 – A relação entre inovação empresarial e inovação social

Fonte: Adaptada de Pol e Ville (2009).

Para diferenciar as inovações sociais das inovações tecnológicas, Harrison, Laplante e Bellemare (2003) afirmam que as inovações tecnológicas são criações deliberadas e irreversíveis, enquanto que as inovações sociais referem-se a um tipo de interação social específico. Já Lévesque e Crevier (2002), ao analisarem um parque científico tecnológico – considerado como uma inovação social – apontam que há uma complementaridade entre os dois tipos de inovações, sendo que as inovações tecnológicas estimulam as inovações sociais; e as inovações sociais geram inovações tecnológicas.

Por outro lado, de acordo com Rollin e Vicent (2007), as inovações sociais, em oposição às inovações tecnológicas, não atendem exclusivamente à lógica de competição de mercado ou às necessidades de clientes. Tais inovações diferenciam-se porque respondem a uma necessidade urgente de melhorar as práticas sociais ou organizacionais.

Após a apresentação do surgimento, dos principais centros e abordagens, bem como das diferenças entre inovações sociais e outros tipos de inovação, a próxima seção aborda as dimensões de análise das inovações sociais.

2.3 AS DIMENSÕES DE ANÁLISE DE UMA INOVAÇÃO SOCIAL

As diferentes definições e abordagens das inovações sociais remetem a diversas maneiras de analisá-las. No entanto, algumas dimensões de análise são comuns a alguns

pesquisadores e, por isso, serão aprofundadas nesta seção. A discussão acerca das dimensões de análise de uma inovação social será orientada pelo modelo desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005), que é apresentado no Quadro 2. Este modelo foi concebido após a análise de 49 estudos desenvolvidos por membros do *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES), do Canadá. Tais estudos versavam sobre inovações sociais estudadas nos três eixos de orientação deste centro: 1) de trabalho e emprego; 2) de condições de vida; e 3) de território.

No eixo do trabalho e emprego foram analisados trabalhos sobre as inovações no trabalho, no âmbito de empresas e de setores industriais, além de nas funções públicas exercidas pela Economia Social. Além destes estudos, formas de emprego diversificadas e novas competências, como as mudanças no trabalho, na diversidade trabalho, no trabalho atípico e na inserção social também fizeram parte desta análise. A institucionalização e difusão de inovações, como por exemplo, a negociação coletiva, os treinamentos e o sistema Quebec de inovações sociais (com características e especificidades analisadas em relação a outras áreas e estudos comparativos internacionais) compunham o quadro de análise deste eixo de atuação do CRISES.

O segundo eixo – o das condições de vida – contemplou estudos sobre as inovações em serviços (habitação social e comunitária; auxílio a domicílio; e serviços para populações específicas), o Estado social e a renovação das regulamentações sociais (a reconfiguração do Estado Providência; inserção social e profissional; luta contra a pobreza; história; e comparações internacionais) e inovações da rede institucional (serviços de saúde e bem-estar; reformas; institucionalização; formas de governança). Além disso, foram analisados estudos sobre a inovação em serviços relevantes da Nova Economia (cooperativas de solidariedade; sistema Quebec; e comparações internacionais).

Já o eixo relacionado ao território caracteriza a diversidade de ambientes inovadores e as condições para sua reprodução. Como ambientes inovadores entendem-se, por exemplo, as redes locais de cooperação e de troca e o reagrupamento dos negócios. Este eixo também inclui estudos a respeito das iniciativas de revitalização (rural e urbana), mobilizações locais, inserção para o emprego e empoderamento dos atores sociais locais. Aborda ainda as políticas de desenvolvimento local e as novas governanças (políticas de descentralização e desenvolvimento, governanças locais com a participação da sociedade civil) e também as estratégias e ferramentas de desenvolvimento local.

A partir dos estudos analisados, Tardif e Harrisson (2005) verificaram que os conceitos essenciais na definição de uma inovação social com vistas à transformação social são compostos pelas seguintes dimensões:

- a) Novidade e caráter inovador da inovação;
- b) Objetivo da inovação;
- c) Processo de desenvolvimento da inovação;
- d) Relações entre atores e estruturas;
- e) Restrições ao desenvolvimento da inovação.

Partindo desta constatação, os autores elaboraram o modelo de dimensões de análise de inovações sociais, conforme demonstrado a seguir, no Quadro 2.

Transformações	Caráter inovador	Inovação	Atores	Processo
Contexto macro/micro - crise - ruptura - descontinuidade - modificações estruturais Econômico - emergência - adaptação - relações do trabalho/ produção e consumo Social - recomposição - reconstrução - exclusão/marginalização - prática - mudança - relações sociais	Modelo - de trabalho - de desenvolvimento - governança - Quebec Economia - do saber/conhecimento - mista - social Ação social - tentativas - experimentos - políticas - programas - arranjos institucionais - regulamentação social	Escala - local Tipos - técnica - sociotécnica - social - organizacional - institucional Finalidade - bem comum - interesse geral - interesse coletivo - cooperação	Sociais - movimentos cooperativos/comunitários/associativas - sociedade civil - sindicatos Organizações - empresas - organizações economia social - organizações coletivas - destinatários Instituições - Estado - identidade - valores/ normas Intermediários - comitês - redes sociais/ de alianças/ de inovação	Modo de coordenação - avaliação - participação - mobilização - aprendizagem Meios - parcerias - integração - negociação - <i>empowerment</i> - difusão Restrições - complexidade - incerteza - resistência - tensão - compromisso - rigidez institucional

Quadro 2 – As dimensões de análise de uma inovação social de acordo com o CRISES

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005).

O referido modelo foi escolhido por ter sido elaborado pelo centro de maior referência em pesquisas sobre as inovações sociais no Canadá: o CRISES (ANDREW; KLEIN, 2010). Além disso, ele propõe uma análise das dimensões comuns aos três eixos deste centro, e, conforme será apresentado, diversos autores, que não necessariamente integram o CRISES, abordam, pelo menos, algumas destas dimensões, mesmo que de maneira diferenciada.

2.3.1 Dimensão Transformações

Uma inovação social é uma resposta nova para uma situação social considerada insatisfatória, podendo esta ocorrer em qualquer setor da sociedade (CLOUTIER, 2003). O primeiro elemento do modelo de análise de Tardif e Harrisson (2005) aborda, então, o contexto no qual uma inovação social é desenvolvida. Para identificar este contexto em termos “macro” e “micro”, os autores sugerem o reconhecimento do ambiente problemático, que impulsionaria a criação de inovações sociais.

O contexto de surgimento de uma inovação social é, geralmente, marcado por crises, sejam elas de caráter econômico ou social. Um dos tipos de crises a que Tardif e Harrisson (2005) se referem é a crise de desemprego, que pode provocar situações insatisfatórias em um dado ambiente. Além disso, determinadas mudanças podem levar à ruptura ou à descontinuidade de uma dada estrutura do sistema social que, até então, encontrava-se vigente, como por exemplo, o dos novos modos de governança dos vínculos trabalhistas. Essas mudanças acarretam, portanto, modificações estruturais.

Tardif e Harrisson (2005) baseiam-se no posicionamento de Petitclerc (2003) para abordar as estruturas de um determinado ambiente. De acordo com este último autor, a relação entre “agente” e “estrutura” poderia ser uma opção para a análise das transformações sociais nas inovações sociais:

[...] a investigação sobre as inovações sociais pode ser iluminada pelo debate, central nas Ciências Sociais desde o final da década de 1970, da relação entre agentes e estruturas. Na verdade, inovações sociais, não são o epítome dessa habilidade dos atores sociais de superar parte do determinismo de seu ambiente? Neste sentido, mais do que a capacidade dos atores para a defesa de seus interesses pessoais, temos visto que é a sua capacidade para conviver com os outros, especialmente em redes e movimentos sociais, que permite libertar-se da ordem organizacional e institucional a fim de pensar novamente (PETITCLERC, 2003, p. 25).

O termo “estrutura”, no sentido utilizado por Petitclerc (2003), refere-se a um conjunto de relações, sendo que estas relações são o conjunto de elos que ligam um elemento ao seguinte da cadeia (THIRY-CHERQUES, 2005). Já um “sistema é um conjunto de entidades mutuamente interrelacionadas e interdependentes, operando juntas em um nível determinado de organização” (THIRY-CHERQUES, 2005, p. 30). Para Giddens (2003), as estruturas dizem respeito às possibilidades de permanência de práticas sociais por dimensões variáveis de tempo e espaço.

Para analisar o elemento contexto “macro”, os autores do CRISES geralmente referem-se às mudanças e processos macroestruturais, tais como a globalização, a transição do fordismo para o pós-fordismo ou o pós-taylorismo, as novas exigências da concorrência e da competitividade (exigências do mercado), a intensificação do comércio e do livre comércio, os avanços tecnológicos, etc., que pressionam os atores a pensar de forma diferente ou a redirecionar as suas estratégias. Desta forma, instaura-se um contexto geral de mudanças mais amplas, ou seja, a nível “macro”.

O contexto problemático pode influenciar, então, as estruturas econômicas locais, regionais e até mesmo nacionais. A mudança nessas estruturas é o segundo elemento de análise da dimensão Transformações. Em outras palavras, crises, descontinuidades, rupturas e modificações estruturais podem acarretar impactos no conjunto de relações econômicas, que trazem mudanças mais ou menos radicais. Estas mudanças levam os atores a realizar apenas adaptações nesta esfera econômica (caracterizada como “ajustes”), o desenvolvimento de novas trajetórias (chamada de “reconversão”), ou até mesmo a criação de novas estruturas de produção, o que sinaliza uma emergência. As estruturas econômicas desenvolvidas ou adaptadas podem, em um dado sistema social, produzir novas relações de trabalho, de produção ou de consumo.

O terceiro elemento de análise da dimensão aqui abordada é a esfera social, ou seja, o impacto do contexto problemático nas estruturas sociais. Assim, Tardif e Harrisson (2005) apontam que pode ocorrer uma reestruturação e/ou reconstrução dos laços sociais por meio da adoção de novas práticas, sejam elas em termos de relações de trabalho, produção ou consumo, e mudanças nas relações sociais, inclusive entre gêneros, caso o contexto incentive tal tipo de mudança. Estas mudanças podem levar à marginalização ou à exclusão social de alguns indivíduos. Desta forma, as mudanças nos contextos “macro” e “micro” acarretam impactos tanto nas estruturas econômicas quanto nas estruturas sociais, ambas em termos “macro” e “micro”.

No entanto, as mudanças nos níveis macroestrutural e macrossocial podem ter efeitos diferentes de acordo com as escalas, setores e atores envolvidos. Por esta razão, Tardif e Harrisson (2005) alertam para a importância do contexto particular no qual ocorre a situação-problema, seja a nível de organização de um setor, de um território ou de uma comunidade. Esta é uma das características fundamentais de todo o trabalho do CRISES que teve seu foco no aspecto localizado das inovações sociais.

Deste modo, uma inovação social somente pode tomar forma sob determinadas condições locais. Para analisar estas condições, Tardif e Harrisson (2005) apresentam alguns elementos de análise que são verificados nos estudos realizados por este centro de pesquisa: a) o reconhecimento de um problema ou de uma demanda insatisfeita; b) a dinâmica para a ação social (coesão, sentimento de adesão, capacidade de mobilizar recursos internos e externos); e c) o posicionamento das instituições em relação à mudança, incluindo o Estado e seus dispositivos, tais como programas e políticas públicas.

As condições para o surgimento da inovação social são, portanto, ilustradas por uma combinação de fatores que possibilitem o surgimento de uma sinergia entre os diversos atores que estejam interessados em participar da criação e do desenvolvimento de projetos inovadores.

2.3.2 Dimensão Caráter Inovador

Na dimensão Caráter Inovador, Tardif e Harrisson (2005) descrevem a ação social que leva à formação de uma inovação, no tipo de economia ao qual ela pertence e aos diferentes modelos que podem ser gerados a partir de sua implantação e disseminação. Desta forma, a partir do contexto e das respectivas condições de emergência e de mudanças, os atores são impulsionados a agir, ou seja, a desenvolver soluções para mitigar uma determinada situação-problema.

As soluções inovadoras desenvolvidas para suplantam as problemáticas identificadas devem ser “novas”, ou seja, inéditas nos ambientes específicos onde elas emergem (TARDIF; HARRISSON, 2005). Para desenvolvê-las, os atores constituem novos arranjos institucionais, que são fruto de sua atuação coletiva. Geralmente, diversos atores fazem parte deste processo, o que será aprofundado na seção “atores”, deste mesmo capítulo.

A fase inicial de implantação de uma inovação social passa por tentativas e experimentos. Com o passar do tempo, as experiências inovadoras que demonstrem seus benefícios sociais e/ou econômicos tendem a ser institucionalizadas. O que Tardif e Harrisson (2005) apresentam como tentativas, experimentos e institucionalização das inovações sociais, são elementos também discutidos pelos autores Rollin e Vicent (2007), mas de uma forma mais detalhada, conforme apresentado na Figura 2. Para estes últimos, estes elementos fariam parte do processo de uma inovação social.

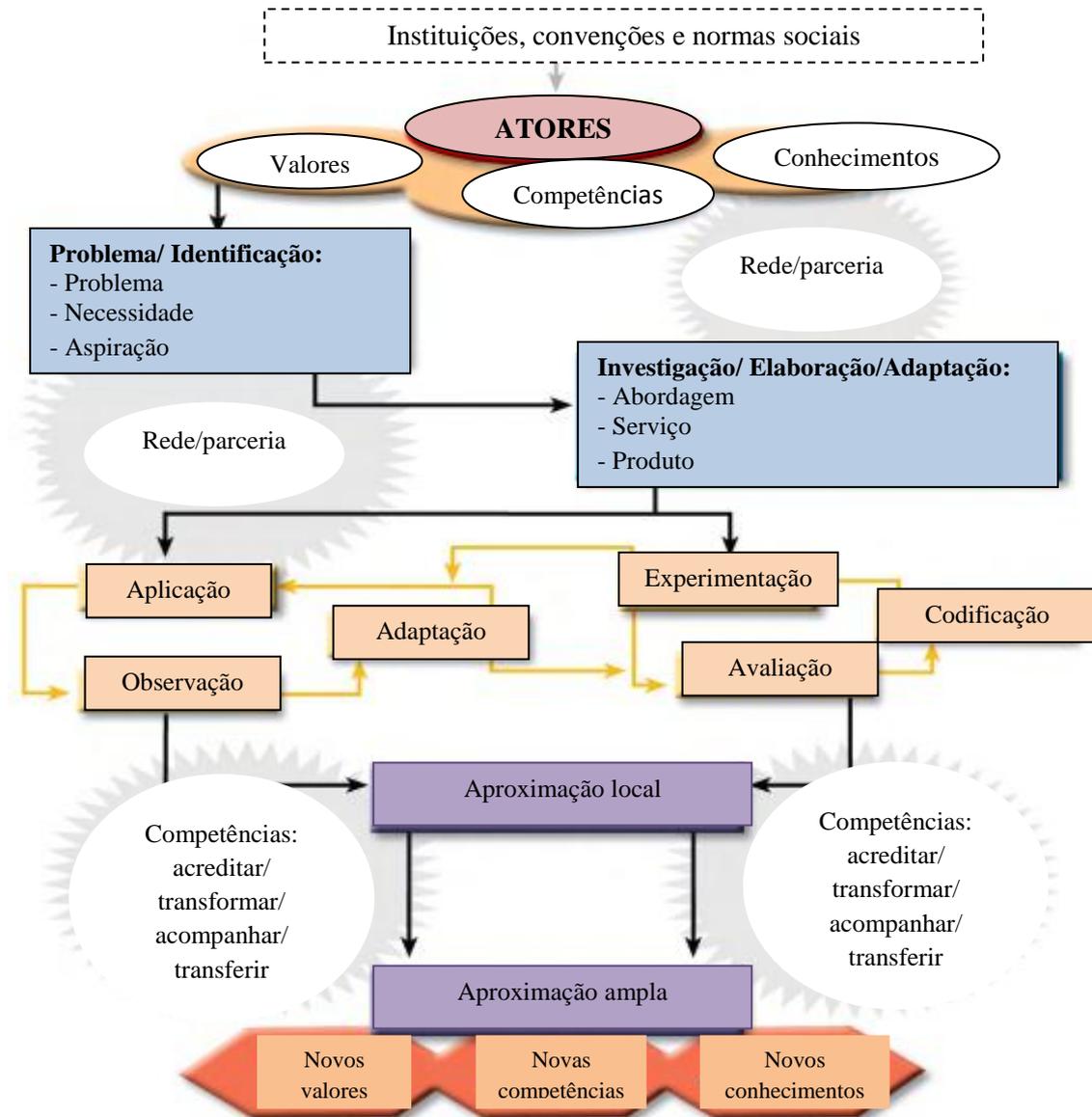


Figura 2 – Modelo do processo de uma inovação social
 Fonte: Rollin e Vicent (2007, p. 72).

O referido modelo foi elaborado com base em oito casos de inovação social identificados na cidade de Québec: a criação de um conselho regional de prevenção ao abandono escolar; a formação de uma cooperativa solidária que atua na prestação de serviços sociais; a emergência de uma parceria patronal-sindical de uma empresa; um projeto que visa auxiliar as escolas que se localizam em áreas remotas; surgimento e desenvolvimento de uma empresa socialmente responsável, entre outros.

Rollin e Vicent (2007) afirmam que o processo de uma inovação se desenvolve para remediar uma situação, e apresenta os caminhos que os atores adotam para resolver um problema, preencher uma necessidade ou um desejo a fim de implementar uma estratégia

inovadora. Tais atores geralmente se reúnem em torno de interesses comuns como, por exemplo, na prevenção do abandono escolar, são movidos por valores (solidariedade, cooperação) e fazem parte de um contexto social específico. Rollin e Vicent (2007) identificaram quatro fases no processo de uma inovação social: emergência, experimentação, propriedade e difusão. A fase de emergência (representada, na Figura 2, por retângulos azuis) é dividida em duas etapas. A primeira delas reúne conhecimentos e competências dos atores e busca identificar um problema, preencher uma necessidade ou um desejo que exista. Já a segunda, envolve o desenvolvimento de uma estratégia inovadora que possa ajudar a encontrar uma solução para tal problema, necessidade ou aspiração. Esta estratégia pode ser desenvolvida de três maneiras: criação (invenção); adaptação de uma política já existente; ou da transferência de conhecimentos, por exemplo, de algum pesquisador. Pode assumir o formato de uma nova abordagem, de um novo serviço ou de um novo produto.

A partir da fase de emergência, aos atores devem experimentar a estratégia inovadora selecionada. Tal experimentação pode ocorrer de maneira formal, informal ou de ambas as formas. A experimentação informal envolve a aplicação da estratégia desenvolvida (abordagem, serviço, produto), a observação informal dos resultados, a adaptação e o ajuste da estratégia de acordo com os resultados. Já a experimentação formal visa testar a implementação da nova abordagem, serviço ou produto, na prática, em alguma configuração selecionada, avaliar formalmente os resultados gerados, a fim de codificá-los. A codificação envolve, então, a criação de um modelo (abordagem, serviço ou produto), o que geralmente é feito com o auxílio de uma universidade ou de representantes do governo. Por fim, o processo de uma inovação social envolve a sua apropriação, o que pode acontecer em uma escala local ou de forma mais ampla. Quando uma inovação é disseminada a outros contextos, sejam eles territórios ou organizações, acontece a sua apropriação ampla, que ocorre por meio de sua institucionalização (ROLLIN; VICENT, 2007).

Desta forma, a primeira etapa da fase de emergência, de Rollin e Vicent (2007) – a da identificação do problema – estaria relacionada às condições de surgimento de uma inovação social no modelo de Tardif e Harrison (2005), a qual se encontra na dimensão Transformações. Já a fase de elaboração da solução é apresentada na dimensão Caráter Inovador de Tardif e Harrison (2005), por mais que esta não esteja em evidência no modelo. A segunda fase do modelo de Rollin e Vicent (2007) – a da experimentação – é abordada por Tardif e Harrison (2005) nas características “tentativa” e “experimento”, que estão inseridos no elemento “ação social” da dimensão de Caráter Inovador. A fase Propriedade, que envolve

a codificação de uma inovação social, é abordada por Tardif e Harrisson (2005) na geração de modelos, que podem ser modelos de desenvolvimento, de governança, de trabalho e de Quebec.

O modelo de desenvolvimento, de acordo com Tardif e Harrisson (2005), é principalmente relacionado a inovações sociais que têm o Estado como ator principal. Conforme Boucher (2001, p. 17), “em uma perspectiva mais macrossocial, alguns Estados, longe de esmorecer pelo mercado, visam reorientar o seu papel em novas formas de redistribuição e em um novo modelo de desenvolvimento econômico e social”. Já o modelo de trabalho refere-se, geralmente, às inovações sociais geradas em organizações, que são abordadas pelo eixo do CRISES de Trabalho e Emprego. Neste contexto, “a inovação social é associada com as novas formas de organização do trabalho tendo em conta os grupos de interesse que cooperam para atingir metas de produtividade do ambiente organizacional” (HARRISSON *et al.*, 2004 apud TARDIF; HARRISSON, 2005, p.43).

No modelo de governança, o foco das inovações sociais é a parceria entre poder público e outras instituições. Bernier, Bouchard e Lévesque (2002 apud TARDIF; HARRISSON, 2005, p. 43) apresentam características deste modelo: “Com a globalização, a redescoberta da sociedade civil e da importância de se aumentar o conhecimento a respeito da economia, novas formas de governança são cada vez mais dependentes de parcerias entre instituições públicas, privadas e Empresas Estatais”.

O último tipo de modelo – o de Quebec – está associado às inovações sociais do sistema Quebec, que são, geralmente, pertencentes à Economia Social. Tardif e Harrisson (2005) apontam que o surgimento e o desenvolvimento de uma Economia Social e Solidária na província do Quebec são algumas das principais problemáticas de atuação do CRISES. As iniciativas deste diferente tipo de economia resultam em um modelo de desenvolvimento emergente, que se diferencia dos modelos tradicionais de desenvolvimento por abarcar diferentes atores, integrantes de diversos setores, como o público e o privado.

Mulgan (2006) também desenvolveu o processo de uma inovação social, que se inicia com uma ideia para uma necessidade social que ainda não foi contemplada. As necessidades podem ser percebidas por meio da manifestação de indivíduos, de grupos, de movimentos políticos ou até mesmo pela observação atenta de pessoas, e geralmente são necessidades que não foram supridas pelo mercado ou pela esfera governamental. Assim como acontece nas inovações empresariais, diversas ideias de inovação social permanecem apenas entre conversas ou discussões, nunca chegando ao seu efetivo desenvolvimento, prototipagem ou

testes-piloto – o que constituiria a segunda etapa do processo de inovação social (MULGAN, 2006).

Durante a segunda etapa, são testadas as ideias passíveis de serem transformadas em inovações sociais. Mulgan (2006) não discute a amplitude do teste, apenas comenta que devido à motivação do (s) indivíduo (s) envolvido (s) na geração de uma inovação social, a sua implantação não aguarda o apoio de governos ou de grandes fundações. Na terceira etapa do processo, que é constituída pela avaliação e pela difusão de boas ideias, a comunicação torna-se uma ferramenta imprescindível para disseminar uma inovação social. Tal comunicação envolve a busca de organizações que deem suporte à inovação e destaca o importante papel dos órgãos governamentais no apoio à inovação gerada. O quarto e último estágio envolve a aprendizagem e as adaptações que poderão ser necessárias ao longo do processo de disseminação da inovação social que foi gerada. Desta forma, Mulgan (2006) analisa o processo de uma inovação social de forma semelhante ao postulado por Tardif e Harrisson (2005) e Rollin e Vicent (2007).

Vale ressaltar que Tardif e Harrisson (2005), também, destacam o papel das novas políticas ou programas públicos durante a fase de tentativas e experimentos. De acordo com os autores, estas políticas ou programas podem auxiliar ou restringir o sucesso de implantação de uma inovação social. Além disso, as inovações sociais gerariam novos tipos de economia, como a Economia do Conhecimento, a Economia Mista e a Economia Social. No caso do CRISES, grande parte de seus trabalhos estão focados na resolução de problemáticas sociais, onde as suas soluções estariam relacionadas à Economia Social. A Economia Mista é caracterizada pelas iniciativas que contemplem os interesses gerais e coletivos, como, por exemplo, as cooperativas de crédito em Quebec, que desenvolvem parcerias como o Governo, ou seja, apoiando-o no desenvolvimento regional e atendem aos objetivos da coletividade de trabalhadores.

2.3.3 Dimensão Inovação

Uma inovação social atende a esse título, porque busca o bem-estar dos indivíduos e/ou das comunidades. Ela visa desenvolver o indivíduo, o espaço de vida (território) ou da empresa. Ao fazer isso, a inovação social não tem uma forma particular. É por esta razão que o CRISES classifica as inovações sociais em um *continuum* do material ao imaterial

(CLOUTIER, 2003). As inovações sociais técnicas são inovações em forma de produto ou tecnologia que geram melhorias no bem-estar dos indivíduos. Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008) corroboram com o postulado ao afirmar que as inovações sociais podem ser de produto, de processo de produção ou de tecnologia, como as inovações em geral. Já as inovações sociotécnicas geralmente ocorrem dentro das organizações, com o desenvolvimento de alguma tecnologia.

Nas organizações, as tecnologias estão a evoluir ao mesmo tempo em que os acordos sociais de organização do trabalho para responder às pressões do mercado. [...] uma inovação sociotécnica é estabelecida como resultado da troca de conhecimentos e de ideias de atores (indivíduos ou grupos) mobilizados pela legitimidade das atividades e, em função dos contextos internos e externos (HARRISSON; LAPLANTE; BELLEMARE, 2003 apud TARDIF; HARRISSON, 2005, p.32).

As inovações sociais organizacionais também se desenvolvem dentro de organizações, e trazem melhorias para as necessidades dos funcionários. Estas inovações podem contar com o envolvimento de sindicatos ou de outros atores políticos, conforme citação de Belanger, Lapointe e Lévesque (2002 apud TARDIF; HARRISSON, 2005, p. 59):

[...] sugerimos que as inovações organizacionais, longe de simplesmente representarem uma questão de ajuste de recursos materiais ou humanos, são o conflito com arranjos coletivos e os papéis sociais que as institucionalizam. Além disso, quando estas estruturas organizacionais e institucionais são ajustadas umas às outras, no nível da empresa, as inovações locais, muitas vezes entram em conflito com o sistema macroestratégias sociais e institucionais dos atores principais (governo, empregadores e sindicatos).

As inovações sociais que mais apropriadamente tomam a forma de “sociais”, na classificação do CRISES, são principalmente as desenvolvidas por atores da sociedade civil, que não sejam promulgadas em uma organização, em uma empresa ou como soluções mais amplas desenvolvidas pelo Estado. A Economia Social do Quebec, no Canadá, é discutida sob esta perspectiva, por gerar empregos e novas relações de trabalho através de uma forma de governança cooperativa. Lévesque e Crevier (2002) enfatizam, ainda, a importância da Economia Social para a geração de inovações sociais. Já Lévesque (2004) destaca que os empreendimentos da Economia Social ou Solidária são baseados em um empreendedorismo coletivo, que seria fruto das necessidades não satisfeitas de uma coletividade.

A última forma de inovação social analisada pelo CRISES é a institucional. Com esta forma de inovação social, este centro se refere principalmente às soluções que possuem a atuação do Estado, como por exemplo, a formulação de novas leis, regras e acordos, os quais levam a melhorias nas áreas da saúde, do emprego, entre outras. De certa forma, estas

inovações teriam uma abrangência mais ampla. Lévesque e Crevier (2002) destacam o interesse do centro em inovações institucionais, por meio de novos arranjos produtivos, de novas regras para a regulação socioeconômica ou de novas modalidades de resolução de problemas sociais e socioeconômicos.

Independente da forma de inovação social, o Tardif e Harrisson (2005) mencionam que estas inovações possuem um caráter local ou localizado. No entanto, este caráter local pode ser variável, dependendo das diferentes formas de inovações sociais. Por exemplo, a escala de uma inovação social gerada em uma organização, num primeiro momento, enquanto esta não for difundida, é a própria organização. Já uma inovação social institucional pode abarcar um território de maior abrangência.

Ainda nesta dimensão, Tardif e Harrisson (2005) incluem a finalidade de uma inovação social. Os autores sugerem que uma inovação desta modalidade deve buscar atender aos objetivos gerais dos envolvidos, buscando conciliar os objetivos individuais e os coletivos. O alcance destes objetivos gerais deveria buscar atender ao bem comum e, para isso, deve haver cooperação entre os atores.

2.3.4 Dimensão Atores

Um dos aspectos mais importantes para a análise do processo de uma inovação social é a relação estabelecida entre os diversos atores sociais envolvidos no desenvolvimento e implantação de tal inovação. Estes os atores podem ser de diversos tipos, como por exemplo, a classificação de Atores de Tardif e Harrisson (2005), a qual os divide em Sociais, Organizacionais, Institucionais e Intermediários, conforme representado no Quadro 2.

Os Atores Sociais podem ser atores da sociedade civil, de movimentos cooperativistas ou associativistas, de sindicatos ou de associações comunitárias. Já a categoria de Atores Organizacionais inclui empresas, organizações da Economia Social, empresas coletivas e beneficiários (*shareholders*) das organizações privadas. Os atores institucionais abarcam as instituições do Estado e a identidade, as normas e os valores de cada ator. Na categoria de Atores Intermediários incluem-se os chamados “atores híbridos”, que são fruto da relação entre diversos atores e resultam em comissões bi ou tripartites e redes sociais de alianças ou de inovação (TARDIF; HARRISSON, 2005).

Rollin e Vicent (2007), por sua vez, estabelecem uma classificação de atores que se diferencia da postulada por Tardif e Harrisson (2005). Os primeiros destacam o papel dos atores em uma inovação social, enquanto que os últimos classificam-nos basicamente em sociais, privados, públicos, e a parceria entre atores. Em outras palavras, na discussão de atores de Tardif e Harrisson (2005) e Rollin e Vicent (2007) ocorre uma distinção quanto à natureza da discussão de atores envolvidos na criação e desenvolvimento de uma inovação social.

Os atores envolvidos no processo de uma inovação social, de acordo com o Rollin e Vicent (2007), podem ser classificados em quatro categorias: 1) os titulares da ideia; 2) os financiadores; 3) os apoiadores ou parceiros; e 4) os usuários. Os atores titulares são os atores que criam ou desenvolvem a ideia da inovação social, e podem ser indivíduos, grupos, pesquisadores, organização pública ou privada, parcerias público-privadas. Tais atores são os impulsionadores de uma inovação social, e podem atuar de forma isolada ou em grupos. Os financiadores são responsáveis por financiar o processo de uma inovação social e podem ser organizações privadas ou públicas, fundações, ações de filantropia, etc. Os apoiadores e parceiros têm o papel de acompanhar, apoiar, reconhecer, divulgar ou promover o processo de uma inovação social. Os usuários ou proprietários da inovação social ativamente fazem parte do processo de inovação social, mas dificilmente eles próprios iniciam tal processo, dado que muitas vezes desconhecem suas necessidades. Eles também são responsáveis por participar do processo de decisões, por adaptar e por avaliar uma inovação social (ROLLIN; VICENT, 2007).

Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008) corroboram com o postulado de Rollin e Vicent (2007), ao afirmar que as inovações sociais podem emergir de organizações ou de pessoas, e que estas não necessariamente estão envolvidas com organizações sociais. Tal flexibilidade foi uma das principais razões para estes autores focarem suas pesquisas em torno da definição de inovação social, ao invés de nas abordagens de empreendedorismo social e de organizações sociais, dado que empresas privadas e até governos podem desenvolver um tipo de inovação qualificável como social.

Além das organizações já mencionadas por Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008), sejam estas privadas ou públicas, porém sem fins lucrativos, Mulgan *et al.* (2008) acrescentam a possibilidade de as ideias para inovações sociais serem promovidas pelo mercado. Um dos exemplos pode ser dado na defesa do assim chamado “Comércio Justo”, que foi iniciado com uma campanha apoiada por igrejas e tornou-se uma prática de diversas

organizações. As soluções inovadoras também podem ser desenvolvidas por universidades e por centros de pesquisa, através da mobilização e de trabalhos intelectuais que possam contribuir para o alcance de necessidades sociais, e ainda por movimentos sociais que geralmente atuam no espaço entre os políticos e a sociedade civil.

2.3.5 Dimensão Processo

A dimensão Processo de uma inovação social é geralmente vista como uma série de etapas que levam à criação e à implantação da inovação social em um determinado contexto. Tais etapas foram descritas na dimensão Caráter Inovador, visto que o modelo adotado para embasar a presente discussão (conforme exposto no Quadro 2) aborda naquela dimensão. Desta forma, o processo de uma inovação social, de acordo com Tardif e Harrisson (2005), é descrito em termos de modos de coordenação, dos meios envolvidos e das restrições à sua implantação.

Os modos de coordenação representam a maneira pela qual os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social. Uma de suas características é, então, a mobilização de atores, que, conforme Favreau (1998 apud TARDIF; HARRISSON, 2005, p. 35), pode envolver diversos atores, como é o caso da mobilização para a criação de iniciativas na Economia Social:

Estas mobilizações [iniciativas associativas] estão inovando com uma tripla perspectiva: em primeiro lugar, reunir os atores que representam toda a sociedade: sindicatos, os empregadores, os cidadãos, associações e organizações do setor público; então eles buscam não solicitar ao Estado a intervenção, visando encontrar soluções para os problemas econômicos e sociais a partir da contribuição de cada um dos atores envolvidos na mobilização e, finalmente, eles fazem parte de uma busca de novos modelos de desenvolvimento em que o "social" e o "econômico" se articulam de maneira diferente.

No entanto, somente a mobilização de atores não seria suficiente para a implantação de uma inovação social. Os autores do CRISES destacam a participação dos atores no seu processo de desenvolvimento e, principalmente, daqueles que serão seus usuários. Cloutier (2003, p. 42) afirma que uma inovação social requer “a participação dos usuários em diferentes graus durante o curso do processo criativo e da implementação da inovação social”. Tardif e Harrison (2005) destacam a importância da participação voluntária dos atores, visto

que estas inovações são iniciativas coletivas e deve haver uma boa governança para a sua efetivação.

Como uma inovação social envolve a interação e cooperação entre diversos atores, Cloutier (2003) e também Tardif e Harrisson (2005) afirmam que ocorre uma “mistura” entre as identidades, normas e valores de cada ator, o que resulta em uma aprendizagem coletiva. Em outras palavras, os atores aprendem novos conhecimentos e novas habilidades, ocorrendo um intercâmbio de informações e de formação. Esta aprendizagem coletiva pode levar, então, à geração de novas regras e de novos padrões sociais. Bernier, Bouchard e Lévesque (2003 apud TARDIF; HARRISSON, 2005) se referem à aprendizagem em mudanças nos modos de governança de um território:

A transformação dos modos de governança também envolve a procura de uma melhor sinergia, tanto dentro como entre as organizações. O uso do conhecimento e da informação disponibilizada pelos parceiros leva a aumentar o grau de aprendizagem social em sistemas inovação, na área definida pelos contornos de um setor, de uma indústria ou de uma região. Essa estrutura exige uma consulta entre os atores públicos privados e da sociedade civil (associações, sindicatos, economia social, coletividades locais, etc.).

O modo de coordenação também envolve a avaliação da inovação social que foi desenvolvida para determinada necessidade ou aspiração social. Esta avaliação visa identificar principalmente os aspectos que podem ser melhorados para que a inovação alcance o seu objetivo de criação. Da mesma forma, Rollin e Vicent (2007) também descrevem este elemento no processo de inovação, que é apresentado na Figura 2, e Mulgan (2006) destaca a possibilidade de serem feitas adaptações em uma inovação social, caso estas sejam necessárias.

Os aspectos negativos ou que não estejam em conformidade com o processo de uma inovação social são chamados, por Tardif e Harrisson (2005), de “restrições”. Estas restrições incluem, por exemplo, a complexidade e a incerteza das dinâmicas sociais, a resistência dos atores e as tensões que estes apresentam em decorrência da novidade, e as exigências para a formulação de um compromisso. Além disso, a avaliação pode identificar alguns dos elementos de rigidez institucional do ambiente que podem impedir até mesmo a difusão da inovação social desenvolvida. De certa forma, Perreault e Rollin (2008) também abordam as restrições ao processo de uma inovação, fazendo referência aos fatores desfavoráveis para implantá-la. Entretanto, as referidas autoras acrescentam os facilitadores para o desenvolvimento e implantação de tal modalidade de inovação. Ambos os aspectos se referem

aos atores envolvidos, à gestão e ao contexto no qual emergem as inovações sociais, conforme representado no Quadro 3.

Além do modo de coordenação e das restrições impostas a uma inovação social, a dimensão processo consiste em abordar também os meios pelo qual o processo desta inovação se estabelece. Um dos principais objetivos dos projetos de inovação social é o de que todos os atores estratégicos estejam envolvidos no processo de uma inovação, necessitando, assim, de cooperação entre as partes. Além da cooperação, o CRISES aponta a necessidade de negociação, integração, diálogo e acordos formais e informais (parceria) para permitir que seja desenvolvido um bom relacionamento entre os atores.

	Fatores favoráveis	Fatores desfavoráveis
Atores	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem de parceria; - Multidisciplinaridade; - Difusão / exploração (criação de alianças); - Liderança; - Credibilidade; - Carisma; - Visão comum; - Cumplicidade de valores; - Criatividade; - Preocupação com a continuidade da inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Choque de culturas no trabalho em parceria; - Interesses divergentes no processo; - A relutância de alguns atores; - Compromisso variável dos atores; - Falta de conhecimento e competências (por exemplo: de informática, de gestão).
Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Gestão participativa; - Gestão alinhada; - Tomadora de riscos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de gerenciar riscos; - Dificuldade de financiamentos.
Contexto	<ul style="list-style-type: none"> - Espírito de solidariedade; - Realização de pesquisa-ação; - Abertura da comunidade, organização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estruturas hierárquicas flexíveis; - Conservadorismo de certos ambientes; - Incompreensão em certos ambientes.

Quadro 3 – Fatores favoráveis e desfavoráveis ao processo de uma inovação social

Fonte: Adaptado de Perreault e Rollin (2008).

Tardif e Harrisson (2005) descrevem também o empoderamento (*empowerment*) como um meio para a implementação de uma inovação social, como por exemplo, o caso do projeto de uma organização que integra o Norte-Sul: “o papel desta organização toma uma nova dimensão, porque é possível estabelecer uma ligação entre o processo de empoderamento e a mudança social, quer entre os níveis “micro” e “macro” de intervenção” (FAVREAU; VAN KAMENADE, 2000 apud TARDIF; HARRISSON, 2005, p.65).

O processo de inovações sociais envolve os meios pelos quais uma inovação social é difundida para outros contextos ou locais. De acordo com Tardif e Harrisson (2005), uma vez que se estabelece a legitimidade do projeto de inovação e seus benefícios, ele pode servir como um possível modelo para outras necessidades semelhantes. A difusão das inovações sociais também é representada na Figura 2, de Rollin e Vicent (2007). Já Mulgan *et al.* (2008) destacam a importância de inovações reaplicáveis, ou seja, que possam ser implantadas em

outros locais ou contextos, e afirmam que as inovações sociais sempre estiveram presentes na trajetória humana.

2.4 INOVAÇÕES SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A criação e o desenvolvimento de inovações sociais na Economia Social da província do Quebec, no Canadá, é uma das principais temáticas de estudo do CRISES (TARDIF; HARRISSON, 2005). Para Lévesque (2002), a Economia Social é o campo que apresenta as maiores possibilidades de desenvolvimento de tais inovações, e Andrew e Klein (2010) indicam a formação de organizações em tal economia, que são baseadas em uma dada comunidade, como exemplos de inovações sociais. Diversos estudos do CRISES foram realizados sobre tal temática, como os relacionados: às organizações da Economia Social (VASSEUR; MALO, 2008); à cooperação na Economia Social (MALO, 2001); e à gestão dos recursos humanos na Economia Social (HARRISSON; GERVAIS, 2007).

Com o intuito de mapear os períodos de tempo e a geração de inovações sociais neste tipo de economia, Lévesque (2002) identificou as seguintes fases:

- 1968 a 1975 - existência de movimentos ditos de “contracultura”; as inovações sociais foram feitas pela nova classe social educada, sendo frontalmente contrária ao modelo dominante do consumo e da produção de massa;
- 1975 a 1985 - as inovações são provenientes das crises do Estado e do mercado. Ocorrem, então, dois movimentos de inovações sociais: o relacionado à criação de empregos e ao desenvolvimento econômico; e o vinculado a inovações no campo do desenvolvimento social. Neste período as inovações sociais ainda eram pouco institucionalizadas, e eram representadas por clínicas populares e por fundos de solidariedade;
- 1990 a 2000 - considerado um período não mais de crise, mas de mudanças que, com a reconfiguração do Estado, emergiram a partir de novas formas de regulamentação, de novos mecanismos de coordenação e de novos modos de governança. Durante este período, as inovações sociais estiveram mais relacionadas ao surgimento de uma nova configuração do capitalismo e acompanharam o surgimento de novos atores sociais, principalmente, oriundos da

sociedade civil, de ONGs, e de movimentos representantes de indígenas e de mulheres.

Entretanto, o conceito dessa Outra Economia, que, neste caso, refere-se à realidade canadense, deve ser analisado com as suas devidas ressalvas quando trazido para o contexto brasileiro. De acordo com Andrew e Klein (2010), a definição de Economia Social mais aceita no Canadá é a de Mendell (2008 apud ANDREW; KLEIN, 2010, p. 18), o qual a entende como sendo “um conjunto de atividades e organizações decorrentes de empreendedorismo coletivo”. Os princípios e regras que regem as organizações de tal economia são: servir os seus membros ou comunidade ao invés de simplesmente gerar lucros econômicos; ser um dos “braços” do Estado; promover, por meio de seus estatutos, um processo de gestão democrática envolvendo todos os usuários e/ou trabalhadores; defender a primazia dos indivíduos e do trabalho acima do capital, na distribuição dos seus excedentes econômicos; e basear suas atividades nos princípios de participação e empoderamento individual e coletivo. Desta forma, a Economia Social canadense abarca cooperativas, movimentos mutuais e associações, e pode ser desenvolvida em todos os setores da economia que satisfaçam as necessidades de pessoas e de comunidades (MENDELL, 2008 apud ANDREW; KLEIN, 2010).

No contexto brasileiro, a expressão Economia Social é utilizado de forma distinta e, de acordo com Lechat (2002), designa políticas públicas em áreas de educação, saúde e moradia popular. No entanto, uma das definições que mais se aproxima dos pressupostos da Economia Social canadense é a da Economia Solidária. Caracterizada por ser um modo de produção e de distribuição que acompanha o capitalismo desde o seu nascimento, a Economia Solidária é considerada como um movimento socioeconômico baseado em princípios associativos e cooperativos (SINGER, 2000).

O Ministério do Trabalho e Emprego (2011, p. 1) define a Economia Solidária como sendo: “[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”.

Mesmo se fazendo presente desde o início do desenvolvimento do sistema capitalista, apenas mais recentemente deu-se um aumento do número de organizações de Economia Solidária. França Filho e Laville (2004) afirmam que o ressurgimento de tal economia deve-se

ao agravamento dos índices de desemprego na década de 1980 e à insatisfação perante o desempenho dos sistemas públicos e sociais. Já no contexto brasileiro, a Economia Solidária ressurgiu na mesma década, tomando forças maiores a partir da segunda metade da década de 1990. O principal motivo de tal ascensão é a reação de movimentos sociais às crises de desemprego ocasionadas, principalmente, pela abertura da economia brasileira, em 1991 (SINGER, 2000).

A Economia Solidária é operacionalizada de diversas formas dependendo do país ou da região onde se desenvolve. Na América Latina, ela geralmente assume a forma de cooperativa (de produção ou de prestação de serviços), de bancos populares, de clubes de trocas e de associações de serviços. Já na Europa pode tomar forma por meio de cooperativas sociais, de sociedades cooperativas de interesse público, de empresas sociais ou sistemas de trocas locais, entre outras (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Singer (2000) afirma que a unidade típica da Economia Solidária é representada pela cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são:

- a) Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir;
- b) Gestão democrática da empresa, seja por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado grande), seja por representação;
- c) Repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos;
- d) Destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Já França Filho e Laville (2004) indicam algumas características que são típicas dos empreendimentos da Economia Solidária. A primeira delas é a da pluralidade de princípios econômicos. Esta característica representa a articulação de diferentes fontes de recursos, desde o mercado, através da venda ou prestação de serviços, passando por poderes públicos, através das várias formas de subsídios, oriundos tanto de instituições governamentais quanto não governamentais, e incluindo também aqueles recursos provenientes das práticas recíprocitárias, como o trabalho voluntário e as doações. Desta forma, tais empreendimentos tendem a promover um equilíbrio dinâmico entre estas fontes de recursos a fim de garantir a sua sustentabilidade.

A segunda característica dos empreendimentos da Economia Solidária diz respeito à autonomia institucional. Tal característica visa reconhecer a independência das iniciativas da Economia Solidária em relação à possibilidade de controle por parte de outras instituições, indicando, principalmente, a autonomia de gestão. Entretanto, os referidos autores destacam a possibilidade de serem feitos arranjos interinstitucionais de cooperação ou parcerias com outras organizações.

Outra característica apontada por França Filho e Laville (2004), e já destacada por Singer (2000), é a da democratização dos processos decisórios. Desta maneira, a autogestão torna-se a modalidade padrão de gestão dos empreendimentos econômicos solidários. Para Singer (2000, p. 20), a autogestão é – ou deveria ser: “[...] totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte”.

De acordo com Albuquerque (2004), a autogestão apresenta um caráter multidimensional, incorporando os seus aspectos social, econômico, político e técnico, tornando-se mais do que uma simples modalidade de gestão. A dimensão social da autogestão se dá pela construção social, e os resultados devem ser aceitáveis a todos os participantes que dela dependem. Já a econômica mostra que a autogestão é formada por processos de relações sociais de produção, os quais privilegiam o trabalho em detrimento do capital. A política relaciona-se com valores, com princípios e com práticas que favoreçam a tomada de decisão coletiva. E, o aspecto técnico, indica que há outra possibilidade de divisão de trabalho e de organização.

A quarta característica das organizações que são regidas pela lógica da Economia Solidária é a da sociabilidade comunitário-pública (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). Por desenvolverem um modo de sociabilidade singular e ao misturarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas profissionais, tais experiências não comportam relações impessoais no trabalho. Caso isto ocorra, se instauraria um modo formal de relação no trabalho, o qual descaracterizaria a dinâmica da Economia Solidária.

A última característica assinalada por França Filho e Laville (2004) refere-se à finalidade multidimensional dos empreendimentos da Economia Solidária. Tal característica indica que as organizações dessa economia internalizam as dimensões social, cultural, ecológica e política. Mance (2006) e Gaiger (2004) corroboram com tal indicativo ao apontar que a Economia Solidária destaca-se por relações de trabalho solidárias, baseadas em valores

culturais, privilegiando a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

Os empreendimentos econômicos solidários – nomenclatura utilizada para as organizações formais ou informais da Economia Solidária – visam principalmente a geração de renda e a inclusão social de pessoas com mais de 40 anos, de jovens com baixa escolaridade, de pessoas da raça negra, de mulheres, de deficientes e de pobres, os quais que têm maiores dificuldades para ingressar no mercado formal de trabalho (SINGER, 2000). Estas e outras condições levaram o Governo Federal brasileiro a instituir, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que é responsável por implementar o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Os governos estaduais e municipais também estão aumentando seus investimentos nessa estratégia, articulando pessoas e órgãos para que auxiliem e apoiem as organizações vinculadas à Economia Solidária (MTE, 2011).

Os números da Economia Solidária vêm aumentando consideravelmente no Brasil, e atualmente já contabilizam mais de 20.000 empreendimentos econômicos solidários (EES), distribuídos, entre outras, nas seguintes formas organizacionais: grupos informais; associações; cooperativas; sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada; sociedade mercantil em nome coletivo; sociedade mercantil de capital e indústria. O maior número de EES é classificado como associação, com 11.326 deles. Os grupos informais alcançam 7.978 EES, colocando-se em segundo lugar nesta classificação e as cooperativas em terceiro, com 2.115 empreendimentos econômicos solidários.

O Rio Grande do Sul é o Estado que mais se destaca no contexto nacional em termos de número de empreendimentos econômicos solidários. Possuindo 2.085 EES, este Estado, que tradicionalmente apresenta um forte envolvimento com o cooperativismo e associativismo (ICAZA, 2004), também se relaciona de forma significativa com a Economia Solidária. Para melhor representar os números da Economia Solidária, é apresentada, a Tabela 1, a qual relaciona o número de empreendimentos econômicos solidários conforme o seu Estado.

Assim como as organizações da Economia Social canadense, os empreendimentos econômicos solidários brasileiros estão presentes na maioria dos setores econômicos, com destaque para a agricultura, confecções e artesanato (MTE, 2010). O artesanato ocupa a nona colocação na Economia Solidária do Brasil, com 976 EES, estando 190 destes localizados na região Sul do país.

Tabela 1 – Número de empreendimentos econômicos solidários por Estado

Estado	Número de EES
Acre	543
Alagoas	284
Amapá	157
Amazonas	461
Bahia	1.611
Ceará	1.854
Distrito Federal	386
Espírito Santo	520
Goiás	737
Maranhão	793
Mato Grosso	340
Mato Grosso do Sul	747
Minas Gerais	1.236
Pará	574
Paraíba	670
Paraná	808
Pernambuco	1.472
Piauí	808
Rio de Janeiro	1.343
Rio Grande do Norte	817
Rio Grande do Sul	2.085
Rondônia	293
Roraima	126
Santa Catarina	690
São Paulo	813
Sergipe	471
Tocantins	502
Total de EES	21.859

Fonte: Adaptada de Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE, 2011).

Após a apresentação da revisão de literatura, cabe à próxima seção apresentar o *framework* analítico que foi desenvolvido para a análise das dimensões de inovação social na formação de empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho.

2.5 *FRAMEWORK* ANALÍTICO ADOTADO PARA ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE INOVAÇÕES SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A sistemática para a análise das dimensões de inovações sociais nas organizações de Economia Solidária selecionada para a adoção neste estudo foi baseada no modelo desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005), o qual se encontra na Seção 2.3 deste mesmo capítulo. O referido modelo apresenta as cinco dimensões de análise que orientaram o

desenvolvimento da subseção de dimensões de inovações sociais: 1) Transformações; 2) Caráter inovador; 3) Inovação; 4) Atores; e 5) Processo.

Originalmente, a dimensão Transformações se referia aos contextos problemáticos “macro” e “micro”, que acarretam mudanças nas estruturas econômicas e sociais, também em níveis “macro” e “micro”. O nível “macro” de análise envolve grandes mudanças que ocorrem em um determinado ambiente. No entanto, conforme destacam os mesmos autores acima, frequentemente os pesquisadores do CRISES analisam somente o nível “micro” do surgimento de inovações sociais, caso estas tenham um caráter localizado (por exemplo, envolvendo uma comunidade ou um território). O caráter mais amplo de análise refere-se principalmente às inovações institucionais. Como as organizações de Economia Solidária visam incluir socialmente pessoas por meio de empreendimentos coletivos, geralmente tais iniciativas abrangem uma determinada localidade. Por esta razão, a análise do contexto, bem como a das respectivas estruturas econômicas e sociais são orientadas pelo seu nível “micro” de abrangência.

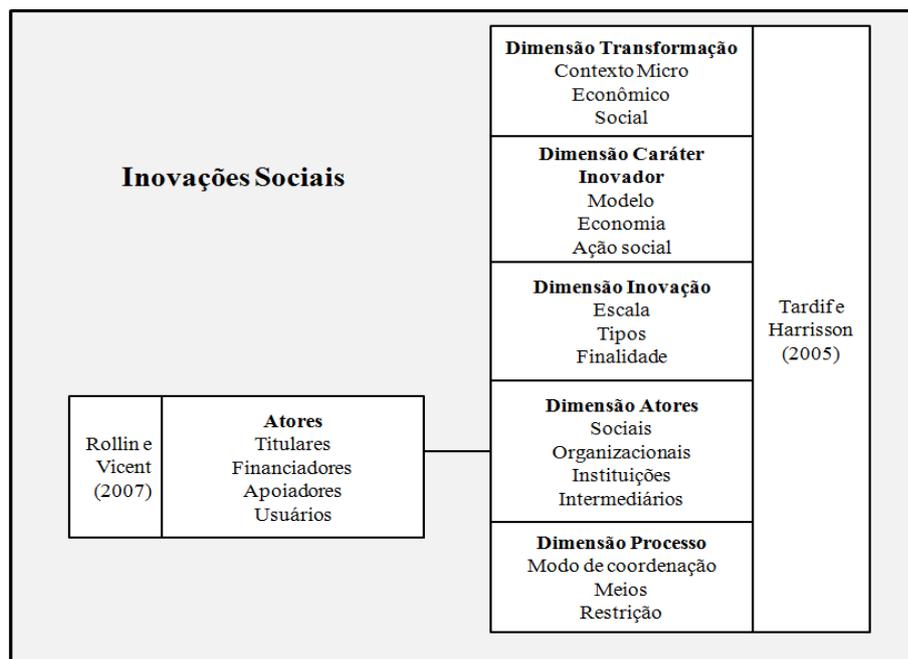


Figura 3 – Framework para análise das dimensões de inovação social

Fonte: Elaborada com base em Tardif e Harrison (2005) e Rollin e Vicent (2007).

A dimensão Caráter Inovador é analisada de acordo com os elementos estabelecidos por Tardif e Harrison (2005): c) ação social; b) tipo de economia; e a) modelo. A análise da dimensão Inovação também considera os elementos “escala”, “tipo de inovação” e “finalidade”, como consta no Quadro 2. Na dimensão Atores, o modelo de Tardif e Harrison

(2005) é utilizado como referência para análise. No entanto, a classificação de atores de Rollin e Vicent (2007) também é adicionada, visto que ela apresenta uma natureza de classificação de atores que se envolvem na criação e no desenvolvimento de uma inovação social. Para os primeiros, os atores são classificados apenas quanto à sua atuação (social, organizacional, institucional e intermediários). Já Rollin e Vicent (2007) descrevem os atores de acordo com o seu papel no processo de uma inovação: titular da ideia, financiadores, apoiadores e usuários. Dada esta diferença, ambas as classificações são utilizadas no estudo aqui apresentado. Ressalta-se que a obra de Rollin e Vicent (2007) – *Le Réseau Québécois en Innovation Sociale* – foi revisada por um dos autores do CRISES, Denis Harrisson, o qual é um dos autores do modelo utilizado como referência para este estudo.

A última dimensão – a do Processo – é analisada por meio do que foi postulado por Tardif e Harrisson (2005). Para fins de representação das escolhas teóricas adotadas, seguiu-se o que é apresentado na Figura 3.

O próximo capítulo da dissertação aqui descrita apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa empírica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos descritos neste capítulo foram definidos de acordo o objetivo geral e objetivos específicos anteriormente estabelecidos, os quais visam analisar as diferentes formas de organização de empreendimentos na Economia Solidária, no âmbito do setor de artesanato gaúcho, de acordo com as dimensões de inovação social que foram apresentadas. Conforme exposto no *framework* de análise, na Seção 2.5 do Capítulo 2, o principal modelo de referência adotado foi o de Tardif e Harrisson (2005). Em sua obra, estes autores afirmam que grande parte dos estudos desenvolvidos pelo CRISES – os quais deram origem ao modelo desenvolvido por eles – foi fruto de estudos de casos. Por esta razão, o presente estudo adota a mesma estratégia de pesquisa para a realização de sua investigação empírica.

Na concepção de Yin (2005), o estudo de caso é um tipo de pesquisa empírica de um fenômeno contemporâneo, que está dentro de um contexto conhecido, mas no qual não se distinguem claramente os limites entre o fenômeno analisado e o contexto no qual ele pode ser verificado. De acordo com Mitchell (1983), o estudo de caso é uma forma de organizar dados sociais, de modo a se poder identificar a característica unitária do objeto que está sob análise.

Ainda segundo Yin (2005), os pesquisadores podem optar pela realização de estudos de casos únicos ou múltiplos. A realização de estudos de casos únicos justifica-se em três situações: a) quando o objeto estudado representa o caso decisivo ao se testar uma teoria; b) quando o caso selecionado representa uma situação rara ou extrema; ou c) quando o caso em questão é revelador a respeito do fenômeno que está sendo estudado. Já a opção por casos múltiplos fornece mais robustez ao estudo e suas evidências são consideradas mais convincentes. Além disso, tais casos devem prever resultados semelhantes entre si – uma replicação literal – ou produzir resultados contrastantes apenas por razões previsíveis – uma replicação teórica (YIN, 2005). Na presente dissertação, por se visar analisar as diferentes formas de organização de empreendimentos coletivos e por se buscar fazer uma replicação literal e análise comparativa, foi feita a opção pela realização de estudo de casos múltiplos.

3.1 ESCOLHA DO SETOR E DAS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A escolha pelo setor de artesanato foi orientada pelo crescimento que, mais recentemente, pôde ser observado neste setor. O número de notas fiscais expedidas quase dobrou na última década, passando de 17.543 (2000), para 30.703 (2010). Este também é um importante setor de empregabilidade para mulheres, para pessoas de baixa escolaridade e para pessoas acima dos 40 anos. Além disso, o Rio Grande do Sul possui o maior número de empreendimentos econômicos solidários do Brasil (2.085 empreendimentos), mostrando o forte envolvimento do Estado com a Economia Solidária. Já o setor de artesanato, de acordo com a Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária, possui uma grande representatividade na Economia Solidária, envolvendo aproximadamente 70% dos empreendimentos econômicos solidários das áreas urbanas do Rio Grande do Sul.

Para se escolherem as organizações objetos deste estudo, primeiramente foram realizadas entrevistas exploratórias com três profissionais envolvidas com organizações de Economia Solidária, no setor de artesanato do Rio Grande do Sul. A primeira delas foi a Coordenadora do Programa de Artesanato da EMATER/ASCAR a nível estadual; a segunda entrevistada foi a Coordenadora do Programa de Artesanato do SEBRAE/RS; e a terceira foi a Coordenadora do Projeto Esperança/Coesperança de Economia Solidária, o qual está localizado na Região Central do Estado. Esta região do Rio Grande do Sul destaca-se pelo número de empreendimentos e pela referência do Projeto Esperança, que sempre foi liderado pela terceira entrevistada. Desta forma, por meio das entrevistadas, poderiam ser obtidas as informações desejadas sobre as diferentes formas de organização de empreendimentos coletivos no setor de artesanato.

O principal critério para a seleção preliminar dos casos foi a transformação social gerada pelos empreendimentos, visto que as inovações sociais analisadas pelo CRISES objetivam, principalmente, este tipo de transformação. Desta forma, as entrevistadas fizeram a indicação de seis organizações de Economia Solidária de artesanato, conforme apresentado a seguir:

- Cooperativa Lã Pura. Fundada em 2005, esta cooperativa conta com cooperadas das cidades de São Borja e de Uruguaiana;
- Cooperativa dos artesãos do RS – COOPARIGS. Foi fundada em 1980, e conta com cooperados de diversas partes do Estado;

- Grupo Novo Horizonte, do município de Santa Maria, que foi organizado em 1999;
- Grupo Misturando Arte, do município de Porto Alegre, e organizado em 2004;
- Associação de Artesãos de Vila Flores, do município do mesmo nome, fundada no ano de 2002;
- Associação Tecelagem Lavrense, da cidade de Lavras do Sul. Esta associação é composta por artesãos, organizados desde 1992.

A partir da indicação dos casos, estas organizações foram, então, submetidas ao critério de características típicas dos empreendimentos da Economia Solidária, analisadas de acordo com o postulado por França Filho e Laville (2004): 1) pluralidade de princípios econômicos; 2) autonomia institucional; 3) democratização dos processos decisórios; 4) sociabilidade comunitário-pública; e 5) finalidade multidimensional. Esta análise deu-se por meio de entrevistas com os líderes dos empreendimentos, cujos perfis estão descritos na subseção de coleta de dados, e todos eles apresentaram evidências que os enquadram como empreendimentos típicos de Economia Solidária. A apresentação destas características é feita na análise dos resultados. Ressalta-se que, conforme destacado revisão de literatura, no capítulo 2, o maior número de empreendimentos econômicos solidários é classificado como associação, estando os grupos informais e as cooperativas em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Desta forma, os casos escolhidos – 02 cooperativas; 02 associações; e 02 grupos informais – representam as diferentes classificações dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados de uma pesquisa, de acordo com Yin (2005), deve seguir alguns princípios, como os da utilização de: a) várias fontes de evidências; b) um banco de dados para o estudo de caso, no qual exista uma reunião formal das evidências distintas; e c) um encadeamento de evidências, através de ligações explícitas entre as questões elaboradas, os dados coletados e as conclusões do estudo.

Yin (2005) destaca que existem seis fontes de evidências principais para a coleta de dados em estudos de casos, que são: a) a documentação; b) os registros em arquivos; c) as entrevistas; d) a observação direta; e) a observação participante; e f) os artefatos físicos. Dadas as opções de coleta, a escolha para a coleta dos dados primários dessa dissertação recaiu sobre a realização de entrevistas. De acordo com Rapley (2004), as entrevistas são as principais fontes de coleta de dados utilizadas pelos cientistas sociais. Dentre as diversas classificações de entrevistas, foi feita a escolha por entrevistas semiestruturadas como o tipo de entrevista para a coleta dos dados primários desta pesquisa. Conforme Gil (2008), tal tipo de entrevista possui um certo grau de estruturação e se guia por pontos de interesse que o pesquisador vai explorando ao longo do curso da própria entrevista, tornando-se um instrumento de coleta de dados mais flexível do que o das entrevistas estruturadas.

A partir da discussão acima, a coleta dos dados primários feita para a dissertação aqui analisada foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, de acordo com os roteiros de entrevista dispostos nos Apêndices A e B. Estes roteiros foram elaborados de acordo com as opções teóricas escolhidas, as quais foram apresentadas no *framework* para análise das inovações sociais, conforme foi apresentado na Figura 3. Primeiramente, foram entrevistados os líderes de cada empreendimento, os quais indicaram os principais atores envolvidos no processo de formação das organizações. Posteriormente, os atores indicados foram, então, entrevistados.

A coleta de dados contou, então, com a realização de 21 entrevistas semiestruturadas. O Quadro 4 visa caracterizar ou categorizar os entrevistados, seus cargos, instituições, idade, grau de instrução, tempo de envolvimento com o empreendimento e roteiro de entrevista aplicado.

As entrevistas foram realizadas nas cidades de atuação dos empreendimentos, sendo elas: São Borja, Porto Alegre, Santa Maria, Vila Flores e Lavras do Sul. Ressalta-se que, na cidade de Porto Alegre localizam-se dois dos empreendimentos pesquisados: COOPARIGS e Grupo Misturando Arte. Estas entrevistas foram gravadas com recursos de áudio, e foram inteiramente transcritas, o que resultou em 226 páginas de transcrição. O tempo total de gravação foi de 16 h e 06 min, com uma média de tempo 46 min por entrevista, e o período da coleta de dados compreendeu os meses de outubro e novembro de 2010.

Empreendimento	Ano de formação	Entrevistado (a): cargo e instituição	Idade	Grau de Instrução	Envolvimento com o empreendimento	Roteiro de entrevista
Cooperativa Lã Pura	2005	Presidente da Cooperativa	65 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Sócia-fundadora	A
		Tesoureira da Cooperativa	38 anos	Curso Técnico	Sócia-fundadora	A
		Extensionista da EMATER	41 anos	Ensino Superior em Andamento	Desde o início das atividades	B
		Ex-gerente de Projetos do SEBRAE	37 anos	Especialista	De 2005 a 2010	B
COOPARIGS	1980	Presidente da Cooperativa	50 anos	Ensino Médio Completo	Desde 1997	A
		Ex-presidente da Cooperativa	68 anos	Ensino Fundamental Completo	Sócia-fundadora	A
		Ex-coordenadora do Programa de Artesanato do SEBRAE	47 anos	Especialista	De 1997 a 2002	B
Grupo Novo Horizonte	1999	Integrante 01	48 anos	Ensino Médio Completo	Artesã-fundadora	A
		Integrante 02	62 anos	Ensino Médio Completo	Artesã-fundadora	A
		Integrante 03	60 anos	Ensino Médio Completo	Desde 2000	A
		Coordenadora do Projeto Esperança	59 anos	Especialista	Desde o início das atividades	B
Grupo Misturando Arte	2005	Integrante 01	33 anos	Ensino Médio Completo	Artesã-fundadora	A
		Integrante 02	52 anos	Ensino Fundamental Completo	Artesã-fundadora	A
		Assistente de Projetos Sociais da AVESOL	35 anos	Ensino Superior Completo	Desde 2008	B
		Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária	47 anos	Ensino Superior Incompleto	Desde 2008	B
Associação dos Artesãos de Vila Flores	2002	Presidente da Associação	54 anos	Ensino Médio Completo	Sócia-fundadora	A
		Extensionista da Emater	41 anos	Ensino Superior Completo	Desde o início das atividades	B
		Dirigente da Secretaria de Turismo	29 anos	Ensino Superior Completo	Desde o início das atividades	B
Associação Tecelagem Lavrense	1992	Presidente da Associação	52 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Sócia-fundadora	A
		Extensionista da Emater	56 anos	Ensino Superior Completo	Desde o início das atividades	B
		Assistencionista Regional da Emater	60 anos	Ensino Superior Completo	Desde 2010	B

Quadro 4 – Empreendimento, ano de formação, entrevistado (a), idade, grau de instrução, tempo de envolvimento com o empreendimento e roteiro de entrevista aplicado

Além dos dados primários que foram obtidos por meio de entrevistas, e de anotações no diário de campo, a pesquisa utilizou fontes de dados secundários. Mattar Neto (2002) destaca a pesquisa documental de arquivos não encontrados em bibliotecas e a pesquisa na internet como fontes relevantes de dados secundários. Desta forma, os dados secundários coletados referem-se a documentos fornecidos pelos empreendimentos, como estatutos de constituição, material publicitário, artigos científicos e *websites* das organizações.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados coletados por meio de entrevistas, anotações no diário de campo e dados secundários foi feita de acordo com desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005), tal como consta no Quadro 2, adicionando-se a este mesmo a classificação de atores da Rollin e Vicent (2007). Esta análise foi feita com o auxílio do *software* Nvivo Versão 8, o qual possibilitou categorizar os elementos de análise dos autores destacados. A Figura 4 apresenta o modelo de categorias desenvolvido para a análise de cada caso pesquisado. As categorias “contexto problemático” e “expansão” emergiram do campo de pesquisa e, por esta razão, não estão elencadas nos modelos de Tardif e Harrisson (2005) e de Rollin e Vicent (2007). Ressalta-se que a Figura 4 representa todos os elementos de análise que foram identificados nos casos pesquisados. No entanto, nenhum caso apresenta todos os elementos destacados nesta figura.

As categorias norteadoras da análise referem-se aos objetivos específicos estabelecidos neste estudo: Dimensão Transformações; Dimensão Inovação; Dimensão Atores; e Dimensão Processo. Cada categoria norteadora possui seus elementos de análise, que, por sua vez, são divididos em outras características analíticas. Neste estudo, os dados coletados foram analisados de acordo com as últimas, ou seja, com as características dos elementos analíticos. Por exemplo, na categoria Dimensão Transformações, analisou-se um dado de acordo com a característica “descontinuidade”, a qual compõe o elemento “contexto micro”.

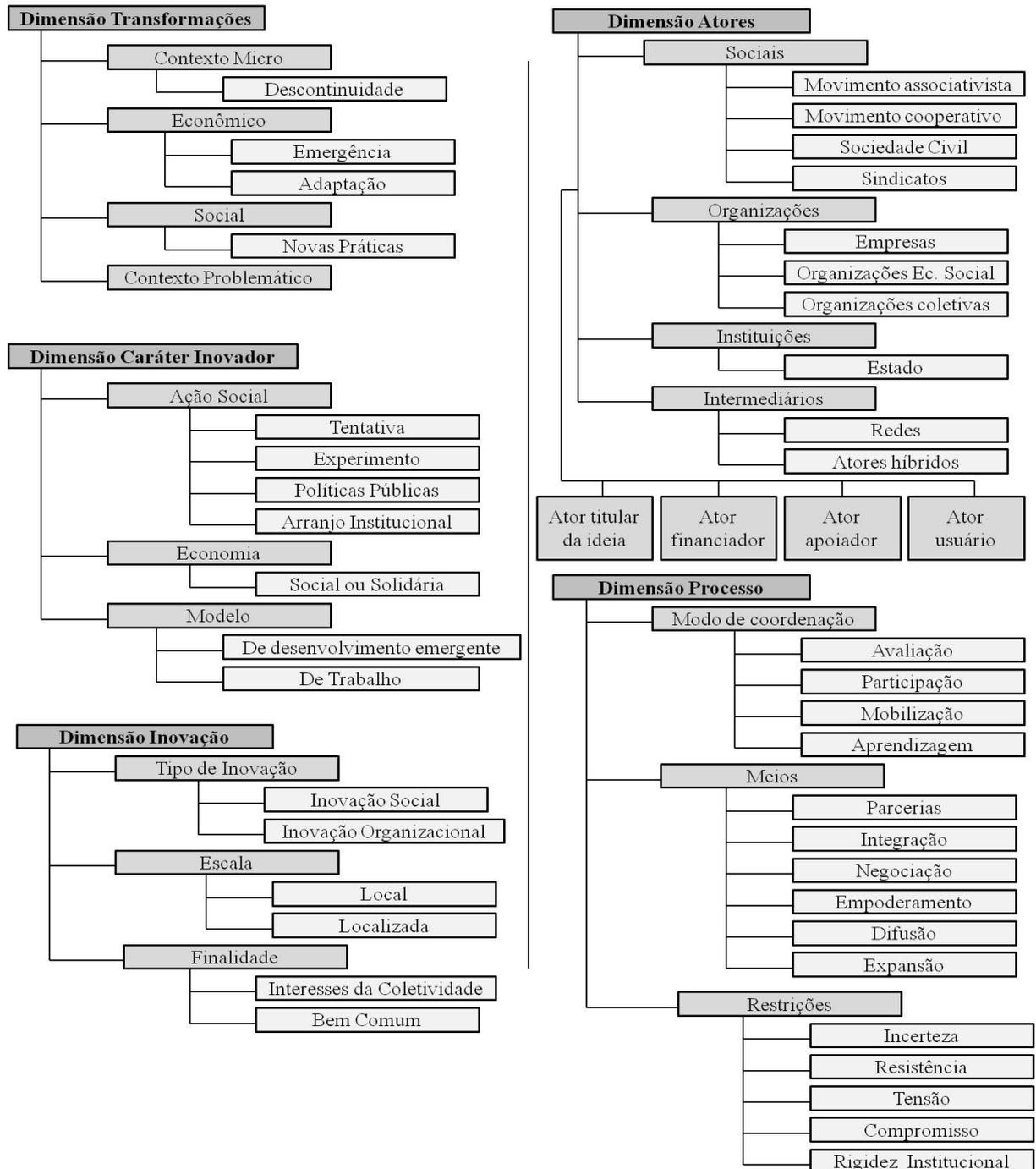


Figura 4 – Os elementos das dimensões de inovação social analisados nos casos pesquisados

A triangulação de dados, apontada por Yin (2005) como essencial em estudos de casos, foi feita por meio das informações fornecidas pelas próprias entrevistas, visto que estas foram realizadas com diferentes atores envolvidos no processo de formação dos empreendimentos selecionados, e dos dados secundários coletados. Ao final da análise de cada caso, foi feito um fechamento que apresenta os principais elementos das dimensões de inovação social na constituição de cada organização de Economia Solidária ao longo do tempo.

Além da análise de cada caso, foi feita uma análise comparativa entre os casos, na qual foram apontadas suas principais diferenças e similaridades. Esta análise foi feita de acordo com a revisão de literatura do capítulo 2, ou seja, não envolveu apenas os elementos de análise de Tardif e Harrisson (2005) e de Rollin e Vicent (2007), visto que procurou se estabelecer uma discussão mais ampla sobre a criação e o desenvolvimento de inovações sociais pesquisadas.

4 O SETOR DE ARTESANATO GAÚCHO

Neste capítulo são apresentadas as principais informações sobre o setor artesanato no Rio Grande do Sul. À primeira seção compete definir o que se considera como “artesão” e como “artesanato”, além de apresentar os diferentes deste último. Já na segunda seção são apresentadas as principais informações do setor no Estado.

4.1 O ARTESÃO E O ARTESANATO

O Rio Grande do Sul é um dos Estados do Brasil que possui uma regulamentação para a atividade de produção artesanal. A Lei 13.516/2010 (ANEXO A) foi sancionada no dia 13 de setembro de 2010, a qual apresenta, em seu artigo primeiro, o seu objetivo: “Esta lei estabelece a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de artesanato e renda no Estado”.

No seu artigo segundo, incisos I e II, esta lei esclarece o que se deve considerar como artesão e como artesanato:

I – artesão: aquele que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

II – artesanato: é o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano do homem, produzidos de maneira independente, usando matéria-prima em seu estado natural e/ou processados industrialmente, mas cuja destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão.

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) é entidade responsável pela coordenação do Programa Gaúcho de Artesanato, o qual visa legalizar o trabalho das pessoas que trabalham com artesanato. Esta entidade possui personalidade jurídica de direito privado e é vinculada à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Estado do Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul apresenta uma ampla diversidade de tipos de artesanato, que representam a cultura do Estado, e também incluem técnicas contemporâneas. De acordo com o FTAS (2010), o artesanato gaúcho classifica-se em:

- Artesanato indígena: Entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, onde se identifica o valor de uso e a relação social da comunidade indígena. Um exemplo típico desta classificação de artesanato é o trançado em palha, que se transforma em cestos;
- Artesanato tradicional: Entendido como a manifestação popular que conserva determinados costumes e a cultura de um determinado povo e/ou região. No Rio Grande do Sul, um exemplo de artesanato tradicional é o trançado em couro rústico para a confecção de bainhas de facas, de laços, de pares de rédeas, dentre outros;
- Artesanato típico regional étnico: Entendido como aquela manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação, povoação e colonização do Estado. Na Serra Gaúcha, tem-se, por exemplo, o trançado em palhas de milho e de trigo, que são técnicas oriundas dos processos de colonização dos imigrantes italianos;
- Artesanato contemporâneo: Identificado pela inovação tecnológica, inclusão e uso de novos materiais incorporando elementos de diversas culturas urbanas. Os produtos artesanais classificados como contemporâneos incluem materiais como resinas, metais, vidros e tecidos, mas que preservam o caráter manual no seu processo produtivo;
- Habilidades manuais: Identificado como aquele trabalho manual sem transformação da matéria-prima e sem desenho próprio, buscando principalmente uma resposta mercadológica, muitas vezes seguindo tendências e modismos. Um dos exemplos é a montagem de colares com pedrarias e fios.

A partir da definição de artesão e artesanato e da classificação dos tipos de artesanato feita pela FGTAS, à próxima seção cabe abordar as características do setor de artesanato no Rio Grande do Sul.

4.2 AS CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE ARTESANATO GAÚCHO

A FGTAS é responsável por realizar o cadastramento dos artesãos no Estado do Rio Grande do Sul. Esta entidade possui, então, um cadastro de dados socioeconômicos coletados junto aos próprios artesãos. De acordo com este cadastro, o número de artesãos ativos no

Estado é de 32.449, sendo que a maior parte deles (cerca de 80%) é do sexo feminino. Esta percentagem mostra o que tradicionalmente se percebe: as mulheres envolvem-se de forma mais significativa com o artesanato. No entanto, o FGTAS aponta que o número de homens artesãos vem aumentando, principalmente pela busca de uma atividade de lazer.

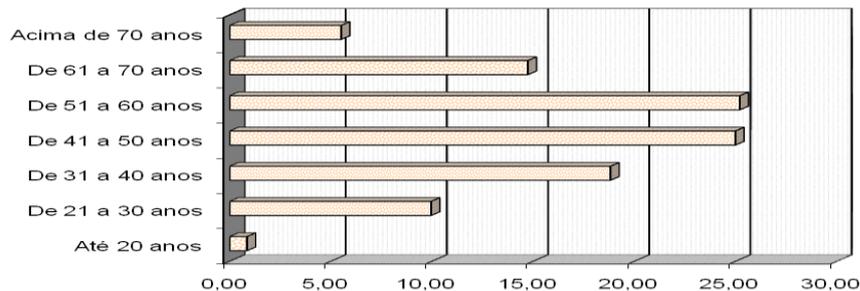


Figura 5 – Faixa etária dos artesãos ativos no Rio Grande do Sul
Fonte: Adaptada de FGTAS (2010).

O setor de artesanato gaúcho tem o predomínio de pessoas de idades mais avançadas. Conforme representado na Figura 5, a faixa etária de artesãos ativos que mais se destaca é a de 51 a 60 anos, na qual se encontram 8.174 artesãos, ou seja, 25,39% deles. Além desta faixa, as pessoas que têm de 41 a 50 também apresentam uma percentagem significativa: 24,98%. Desta forma, mais de 70% dos artesãos no Rio Grande do Sul apresentam mais de 40 anos de idade.

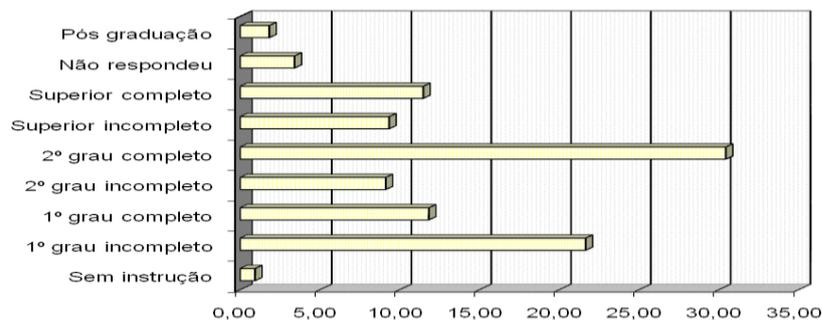


Figura 6 – Grau de instrução dos artesãos ativos no Rio Grande do Sul
Fonte: Adaptada de FGTAS (2010).

O grau de instrução dos artesãos gaúchos ativos não é elevado, sendo que a maior parte deles – 30,44% – completou o Ensino Médio (o anteriormente denominado “2º Grau”), conforme mostrado na Figura 6. Também se destaca o número de artesãos com Ensino Fundamental Incompleto, que soma 7.025 artesãos, ou seja, 21,65% do total. Desta forma, aproximadamente 75% dos artesãos estudaram até o Ensino Médio. Ressalta-se que apenas 0,86% dos artesãos não responderam a este questionamento feito pelo cadastramento do FGTAS.

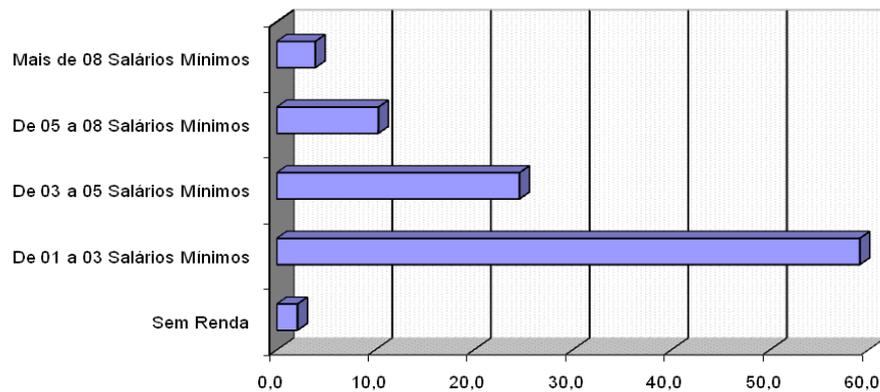


Figura 7 – Renda dos artesãos com o artesanato no Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptada de FGTAS (2010).

O artesanato é fonte de renda para diversos artesãos, que podem receber diferentes rendimentos provindos da atividade artesanal. A Figura 7 mostra que 60% dos artesãos ativos vinculados ao FGTAS têm uma renda mensal de 01 a 03 salários mínimos com a comercialização de peças artesanais. Apenas 3,9% deles recebem mais de 08 salários mínimos por mês.

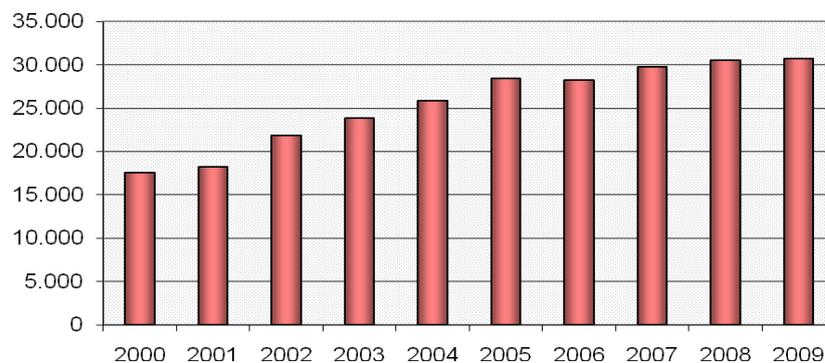


Figura 8 – Número de notas fiscais expedidas por ano no Rio Grande do Sul

Fonte: Adaptada de FGTAS (2010).

O número de notas fiscais carimbadas pela FGTAS aumentou ao longo da década de 2000-10. Em 2000, este número alcançava somente 17.543, ao passo que, em 2009, o número aumentou para 30.697 notas, alcançando o valor total de R\$ 46.708.573,93. Estes números indicam um crescimento considerável do setor de artesanato, que, em menos de uma década, quase duplicou o seu total de notas carimbadas, conforme é apresentado na Figura 8.

5 AS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS PESQUISADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise dos casos estudados, de acordo com as dimensões de inovação social. O primeiro caso refere-se à cooperativa Lã Pura, enquanto que o segundo analisa a Cooperativa dos Artesãos do Rio Grande Sul (COOPARIGS). No terceiro caso são apresentados dados do Grupo Novo Horizonte, e o quarto refere-se ao Grupo Misturando Arte. O quinto caso aborda a Associação de Artesãos de Vila Flores, e o último apresenta a Associação Tecelagem Lavrense.

Ressalta-se que os grifos, na síntese da análise dos casos, representam os elementos das dimensões de inovação social, principalmente de acordo com o modelo de Tardif e Harrison (2005).

5.1 CASO LÃ PURA

A Lã Pura é uma cooperativa de artesãs que utiliza, como principal matéria-prima, a lã ovina. Este empreendimento divide-se em dois grupos, sendo um deles localizado no município de São Borja, e outro na cidade de Uruguaiana, ambos no oeste do Estado do Rio Grande do Sul. O grupo de São Borja atualmente é formado por 28 mulheres, enquanto que o grupo de Uruguaiana conta com 11 cooperadas. A comercialização das quase 1.000 peças produzidas por mês pelas artesãs é feita, principalmente, em feiras da Agricultura Familiar e no espaço do SEBRAE no Mercado Público de Porto Alegre. A Lã Pura também já exportou seus produtos para países como Estados Unidos, México e Venezuela.

A cooperativa atua de acordo com as características típicas dos empreendimentos da Economia Solidária, que foram postulados por França Filho e Laville (2004), e foram apresentados no capítulo 2. O primeiro deles envolve a pluralidade de princípios econômicos, ou seja, a variedade de fontes de recursos (econômicos ou não). Na Lã Pura, a principal fonte de renda, tanto das cooperadas quanto de reservas da cooperativa, advém da venda de produtos. No entanto, existem fontes de recursos não-econômicos, como por exemplo, as doações de matérias-primas e as concessões de espaços físicos.

A segunda característica diz respeito à autonomia institucional, o que significa ter autonomia para gerenciar um empreendimento. A Lã Pura é apoiada por outras instituições, mas suas cooperadas são livres para dirigir a cooperativa. Um dos exemplos deste aspecto pode ser dado na participação em feiras ou eventos, que é decidida nas assembleias realizadas quinzenalmente. O investimento a ser feito com reservas financeiras da cooperativa é outro exemplo, visto que isto deve ser resolvido a partir das decisões das artesãs e de suas prioridades.

A democratização dos processos decisórios é a terceira característica típica de empreendimentos da Economia Solidária. Esta característica, na Lã Pura, revela-se, principalmente, em um grupo de pessoas. Nem todos os cooperados participam constantemente das reuniões e das decisões da cooperativa. Existem pessoas (a maioria reside em assentamentos) que preferem receber as informações e a demanda de trabalho, pois a disponibilidade de ônibus na zona rural torna-se restrita ou simplesmente é inexistente. Entretanto, o restante do grupo mostra-se participativo e integrado para gerir melhor o empreendimento.

A sociabilidade comunitária-pública é a quarta característica dos empreendimentos inseridos na lógica da Economia Solidária. A informalidade é uma característica evidenciada na cooperativa Lã Pura. Como se desenvolveram vínculos de amizade entre as cooperadas, o tratamento informal é recorrente. No momento em que uma artesã passa por alguma dificuldade, todo o grupo busca motivá-la, tornando cada vez mais fortes as relações estabelecidas entre as cooperadas.

A última característica a ser destacada é a da finalidade multidimensional dos empreendimentos. O principal objetivo da Lã Pura é o de gerar renda e trabalho para o grupo de mulheres envolvidas na cooperativa. Entretanto, o cuidado com o meio ambiente, os laços sociais desenvolvidos e o resgate cultural de suas peças mostram que a cooperativa preenche, respectivamente, finalidades ambiental, social e cultural.

Ressalta-se que, por mais que a constituição formal da cooperativa tenha se dado em conjunto com o grupo de Uruguaiana, a análise de formação foi feita apenas no município de São Borja, dado que o grupo de Uruguaiana passou por um processo distinto de formação, e este grupo não costuma atuar de acordo com as características típicas dos empreendimentos de Economia Solidária.

5.1.1 As dimensões de inovação social na cooperativa Lã Pura

Passa-se, então, para a análise da formação da cooperativa Lã Pura, em São Borja, de acordo com as dimensões de análise das inovações sociais. Os resultados são assim apresentados, de acordo com suas dimensões: “transformações”; “caráter inovador”; “inovação”; “atores”; e “processo”. Por fim, é feita uma análise geral da formação do empreendimento e das dimensões de inovação social.

5.1.1.1 Dimensão Transformações

Os municípios do pampa gaúcho, a dita “Metade Sul” do Rio Grande do Sul, destacam-se na criação de ovinos (VIANA; REVILLION; SILVEIRA, 2009). A cidade de São Borja é um dos municípios que integra tal região, e, da mesma forma, tem na ovinocultura uma importante fonte de renda. Mas, esta pecuária não representa somente ganhos econômicos para a região. Ela agrega valor à cultura gaúcha, dado que a identidade do gaúcho é fortemente atrelada aos costumes e hábitos do pampa gaúcho. As paisagens, com imensos campos verdes, açudes e pássaros demonstram o aspecto rústico da região (LÃ PURA, 2011), e são cenários para se imaginar “o gaúcho montado em seu cavalo”.

Tradicionalmente, esse gaúcho utiliza vestimentas típicas, como o xergão e o pala, para realizar suas atividades no campo. A confecção destas vestimentas é geralmente feita por mulheres e homens que, na maioria das vezes, aprenderam as técnicas com familiares de gerações anteriores. A realização de artesanato em lã parece, então, acompanhar o gaúcho em sua trajetória.

No início da década de 2000, na cidade de São Borja, o artesanato em lã era confeccionado por mulheres localizadas tanto na zona rural quanto a zona urbana. Estas mulheres produziam peças rústicas de artesanato, como palas, cobertores ou baxeiros, que eram comercializadas no próprio município, principalmente entre conhecidos ou em feiras realizadas em eventos. No entanto, como as peças de artesanato em lã apresentam um tempo de durabilidade significativo e devido às mudanças nos hábitos de consumo das pessoas, o município passou a não comportar a compra de todo artesanato que era produzido. Em outras palavras, instaurou-se um contexto de descontinuidade, nos termos de Tardif e Harrison (2005), no processo de comercialização das peças produzidas artesanalmente.

A Prefeitura Municipal de São Borja desenvolveu uma iniciativa para auxiliar as artesãs na comercialização de seus produtos, por meio da realização de feiras na praça municipal, às quais proporcionaram certa adaptação (TARDIF; HARRISSON, 2005), em termos econômicos, na forma de comercialização do artesanato do município. No entanto, apesar de todo este empenho, as vendas não aumentaram significativamente, ou seja, a oferta de artesanato continuava maior do que a sua demanda. As feiras caracterizaram a adoção de novas práticas sociais (TARDIF; HARRISSON, 2005) por parte das artesãs, acarretando mudanças nas suas relações sociais. O trecho seguinte, destacado de uma das entrevistas, relata o seguinte:

Tem muito artesanato em São Borja, mas a cidade não comporta comprar artesanato dessas pessoas. A Prefeitura, não só esse prefeito, já outros prefeitos procuraram fazer feira na praça, para a venda dos artesanatos. Só que o público não tem tanto interesse (presidente da cooperativa).

Desta forma, a adoção das novas práticas de comercialização não eliminou as dificuldades de comercialização das artesãs. Estas dificuldades influenciavam negativamente a geração de renda (ou mesmo de uma renda extra) para suas famílias, dado que muitas artesãs não tinham uma situação econômico-financeira favorável. Além disso, persistiam dificuldades de caráter pessoal, pois diversas estavam passando por situações familiares difíceis. Estas situações provocavam sintomas de depressão e de baixa autoestima nas artesãs. A presidente da cooperativa menciona situações vividas por algumas artesãs:

As nossas artesãs que estavam em depressão, muito deprimidas, com problemas de família, como, por exemplo, a Maria, que perdeu o filho e a nora, tudo num acidente só. Eu vivia dentro desta casa sozinha, porque o meu marido é doente mental, e eu cuidava dele, envolvida só com ele, a minha vida se resumiu em trabalhar e cuidar dele. E aí eu entrei em depressão e aí fui para o hospital e tudo (presidente da cooperativa).

O trabalho desenvolvido pelas artesãs era acompanhado por algumas organizações, como a EMATER/ASCAR de São Borja e o SEBRAE da cidade de Uruguaiana. Estas organizações já incentivavam a formação de grupos de artesanato, especialmente na zona rural do município de São Borja, justamente para incentivar e melhorar a qualidade dos produtos, a fim de que estes se tornassem mais atrativos aos consumidores. Mas, estas iniciativas ainda eram pontuais, não havendo o desenvolvimento de um trabalho coletivo propriamente dito, e as peças continuavam a ser confeccionadas de modo rústico, porém com uma qualidade melhorada.

A partir do contexto de transformações, a próxima seção aborda a dimensão Caráter Inovador de análise.

5.1.1.2 Dimensão Caráter Inovador

Dada a problemática supracitada, o processo de desenvolvimento de uma solução inovadora foi iniciado em 2005, com os desdobramentos de uma política pública do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este Ministério havia constituído o programa Talentos do Brasil, o qual visa promover a geração de trabalho e renda, e também valorizar a produção de grupos artesanais rurais (MDA, 2011). Tal projeto dispunha de uma verba para a região Sul e, como o SEBRAE já conhecia o trabalho que estava sendo desenvolvido na região do pampa gaúcho, inclusive na cidade de São Borja, esta organização incentivou a inclusão da região no projeto, despertando o interesse do MDA pela sua implantação na fronteira oeste gaúcha.

O projeto Talentos do Brasil incluía o desenvolvimento de empreendimentos coletivos rurais em diversos Estados do Brasil. Naquela época, em 2005, outros três Estados já haviam formado grupos de artesanato, em parceria com o SEBRAE nacional, ou seja:

Em 2005, a Coordenadora Estadual do Artesanato [do SEBRAE], junto com uma outra consultora da época, identificaram através do MDA, com uma das articulações através do SEBRAE nacional, que o MDA teria interesse em investir em ações de trabalhos coletivos, de trabalhos manuais e em regiões de fronteira, aqui no Rio Grande do Sul, especificamente, mas em vários estados do Brasil (ex-gerente de Projetos do SEBRAE).

Para fazer parte do projeto, diversos grupos ou cidades de uma mesma região deveriam estar envolvidos, e 85% dos integrantes deveriam ser residentes da zona rural, com mão-de-obra familiar. O SEBRAE de Uruguaiana já desenvolvia atividades com quatro cidades da região dos pampas: São Borja, Uruguaiana, São Gabriel e Santana do Livramento. Estas cidades foram, então, incluídas no projeto Talentos do Brasil, e o SEBRAE de Uruguaiana passou a atuar na formação dos diversos grupos coletivos de artesanato.

A formação do grupo de artesãos de São Borja foi iniciada com o estabelecimento de uma parceria entre a consultora do SEBRAE da cidade e a extensionista da EMATER/ASCAR. Estas profissionais, ainda em 2005, contataram principalmente os grupos de artesanato do interior do município, dado que a participação de artesãos rurais era uma exigência do projeto Talentos do Brasil. A Extensionista da EMATER relata o exposto,

especificando a comunidade na qual se iniciou o contato para a formação do grupo de artesãos:

Nós trabalhamos com grupos no interior do município aqui de São Borja, então a gente partiu para fazer esse trabalho de contato com os grupos e ver quais as artesãs que tinham interesse em participar. Então, nós desenvolvemos primeiro na comunidade de Capão Alto, onde tinham as artesãs que nós sabíamos que tinham habilidades para o artesanato e também os assentamentos da reforma agrária e outros grupos.

Após o contato inicial com as artesãs, realizou-se um primeiro encontro, no final de 2005, onde mais de 70 pessoas se fizeram presentes. Naquela ocasião, foi apresentada a proposta do projeto Talentos do Brasil e como ela deveria funcionar, tendo como base o trabalho coletivo, solidário e em grupo, ou seja, orientada pelos princípios de empreendimentos de Economia Social (TARDIF; HARRISSON, 2005). Entretanto, menos da metade artesãs que participaram deste primeiro encontro continuaram no projeto e na formação do empreendimento. A principal razão para a desistência de algumas artesãs foi a identificação com a proposta: “[...] nem todas ficaram, nem todas se interessam, nem todas se enquadraram” (presidente da cooperativa). Esta foi a primeira tentativa, nos termos de Tardif e Harrison (2005), de constituição da solução inovadora, que abarcava um arranjo institucional constituído por organizações privadas geridas com recursos públicos (SEBRAE e EMATER) e por um Ministério do Governo Federal: o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Em dezembro de 2005, as artesãs que participaram do primeiro encontro e, que se identificaram com a proposta, foram convidadas a participar do desenvolvimento de uma coleção de artesanato em São Gabriel. O grupo de São Borja escolheu, então, as suas representantes para irem à outra cidade da região dos pampas, as quais permaneceram durante 10 dias no encontro. Lá se encontraram as artesãs representantes dos quatro grupos (São Gabriel, São Borja, Santana do Livramento e Uruguaiana), e a oficina contou com um *designer* para a elaboração da primeira coleção do projeto Lã Pura, ou seja:

Foi em dezembro, lá em São Gabriel, em uma das quatro cidades, onde se reuniram representantes dos quatro grupos, para que lá, através do trabalho de um consultor designer de moda, se pudesse desenvolver a primeira coleção do que viria a ser a cooperativa Lã Pura mais adiante. Porque, daí, todas as cidades, com representantes dessas cidades, e elas ficaram dez dias em São Gabriel desenvolvendo essa coleção, desenvolvendo a primeira coleção, o primeiro trabalho em conjunto das quatro associações (ex-gerente de Projetos do SEBRAE).

O desenvolvimento da coleção de artesanato em lã marcou o início das atividades do que viria a ser a cooperativa Lã Pura. A partir desta coleção, produtos artesanais inovadores foram criados e desenvolvidos a partir da tradicional lã ovina. As artesãs de São Borja passaram, então, a atuar em conjunto, em um local oferecido pela Cooperativa Tritícola Sarandi (COTRISAL), onde também era a sede da EMATER/ASCAR. Esta etapa caracteriza-se como um experimento da solução inovadora, o qual era vivenciado pelas artesãs. O processo de produção do artesanato foi decidido democraticamente, de acordo com as habilidades e preferências de cada artesã. Por exemplo, algumas delas realizavam a lavagem, fiação e tingimento da lã, e outras confeccionavam as peças criadas em conjunto com o *designer*. As artesãs que moravam na zona rural geralmente realizavam suas tarefas nas suas residências. Ressalta-se, entretanto, que elas detêm o conhecimento de todo o processo produtivo do artesanato em lã.

Em 2006, as artesãs já participavam de feiras estaduais e nacionais e comercializaram seus produtos, obtendo uma boa aceitação pelos consumidores. Mesmo com o apoio do SEBRAE, de Uruguaiana, e da EMATER/ASCAR, de São Borja, com cursos de capacitação, gestão, formação de preço, motivação e trabalho em equipe, a cooperativa, neste mesmo ano, passou por uma dificuldade de cunho gerencial, a qual abalou o grupo: “houve problemas com vendedor, que vendia para nós, mas deu uns problemas financeiros que quase terminou com a Lã Pura” (presidente da cooperativa).

No ano de 2007, em consequência do fato vivido com o vendedor, as artesãs decidiram interromper as atividades durante um pequeno período de tempo. Entretanto, elas insistiram para que o grupo continuasse mantendo contato e permanecesse unido, a fim de não se perderem os contatos. Depois de alguns meses, a situação do grupo começou a melhorar, principalmente com o aumento dos investimentos feitos pelo projeto Talentos do Brasil. Por mais que aquela não fosse uma nova política pública, ela contribuiu para o desenvolvimento do empreendimento. O próprio grupo decidiu, então, retomar as atividades – segunda etapa de tentativa – e a produção do artesanato passou a ser realizada em outro espaço subsidiado pela Prefeitura Municipal de São Borja, caracterizando a segunda etapa do experimento.

A partir deste reinício das atividades, as artesãs sentiram-se mais aptas a atuar em conjunto, e, portanto, formalizaram a cooperativa em 2008. Desde então, a Lã Pura vem sendo um exemplo para os integrantes do Talentos do Brasil, e até mesmo para outras organizações relacionadas ao artesanato, o que promove a institucionalização desta solução inovadora perante o projeto no qual estão inseridas e, até mesmo, para outros grupos de artesanato. A

gestão do empreendimento e a forma como as artesãs se organizam são destacadas no trecho a seguir:

Se vai para o Rio [de Janeiro], Minas [Gerais], eles sempre citam a Lã Pura como um modelo, pela organização, gestão, pela organização mesmo, porque veio o representante do MDA pra fazer um levantamento do que nós podíamos produzir, a quantia de peças, e toda a organização ele veio ver, porque ele é do comércio exterior e vai vender lá fora, então ele queria ver como tava tudo funcionando. Aí depois, na reunião em Brasília, ele citou lá, para todos os Estados que estavam lá, que no Lã Pura ele encontrou um exemplo de organização: toda a documentação da Lã Pura num armário, junto na cooperativa (presidente da cooperativa).

O destaque da Lã Pura frente aos grupos que compõem o Talentos do Brasil levou a presidente da cooperativa a aceitar outro desafio sugerido pelo MDA: assumir a presidência da Cooperativa Nacional Marca Única (COOPERUNICA). Este empreendimento foi formalizado em 2010 e congrega os 15 grupos do projeto, os quais estão localizados em 12 Estados brasileiros: Amazonas, Tocantins, Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Bahia, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Ao todo, são mais de 2.000 pessoas envolvidas no projeto, em sua maioria mulheres, que “têm como base a arte do “feito-a-mão” e como essência o trabalho solidário e coletivo, por meio do qual elaboram coleções únicas e cada vez mais valorizadas no mercado” (COOPERUNICA, 2011). O principal objetivo desta cooperativa é facilitar as vendas coletivas dos grupos envolvidos, que trabalham com matérias-primas, como: palha de palmeiras (buriti, tururi), côco, palha de babaçu, cipós, couro de peixe, sementes, sisal, sobras de madeira, bagacilho de cana, algodão orgânico, lã ovina, crina de cavalo e pedras preciosas.

O exemplo da cooperativa Lã Pura está associado com a motivação das cooperadas, que percebem os benefícios gerados pelo empreendimento. Além de ser uma fonte de renda, o trabalho na cooperativa oferece retornos intangíveis, que contribuem para a satisfação no desenvolvimento de suas atividades:

Além de a gente ganhar um troco [dinheiro], a gente é uma família, a gente sempre se ajuda, quando chega uma triste as outras vão abraçar, dar um carinho, então supera essas coisas, é um suporte psicológico [...] O grupo vai atrás da colega que está com problema [...] hoje eu sou outra pessoa. A minha vida deu uma mudança da água pro vinho, porque através da Lã Pura eu comecei a viajar, eu tenho o grupo, se eu tiver nervosa aqui, eu pego e vou para lá [sede], nem que seja para tomar um chimarrão, se não tem serviço para fazer (presidente da cooperativa).

A cooperativa Lã Pura também se destaca em termos de inovação em produto. As coleções, desenvolvidas com o auxílio dos parceiros, buscam ser inovativas e apresentar peças artesanais que sigam a tendência da moda, tornando-se, assim, mais atraentes aos

consumidores nacionais e internacionais. A presidente da cooperativa destaca que, por mais que existam coleções pré-definidas, “o artesão vai produzir a peça de acordo com o manuseio dele, por exemplo, nunca sai uma coleção de peças iguais”. O “inovar” já é percebido como essencial dentro da Lã Pura. Por esta razão, a Tesoureira da cooperativa, afirma: “eu já fui até no Nordeste fazer curso de *design*, corte e molde de peças”. Esta cooperada é atualmente uma das principais fontes de criação dentro do empreendimento. A inovação da Lã Pura faz com que ela seja vista como um exemplo, conforme depoimento a seguir: “É o inovar que faz diferença. Por isso o consultor do SEBRAE me levou para Bagé para incentivar eles [artesãos] para inovar, explicar para eles o que foi a inovação dentro da Lã pra nós” (presidente da cooperativa). Estas inovações também foram determinantes para a Lã Pura exportar seus produtos para países como Estados Unidos, México e Venezuela. Tais exportações ocorreram com o auxílio do SEBRAE e do MDA.

Os exemplos apontados pela Lã Pura, que a tornam institucionalizada, contribuem para que ela seja um modelo de desenvolvimento considerado emergente, nos termos de Tardif e Harrisson (2005), uma vez que esta iniciativa é similar às soluções de Economia Social desenvolvidas na região de Quebec, no Canadá. Este modelo desenvolvido pode ser seguido por outras organizações, com ideais e objetivos similares, dado que ele gera renda e bem-estar social. Em outras palavras, a cooperativa contribui, mesmo que de forma indireta, para o desenvolvimento socioeconômico na região onde está inserida. Vale ressaltar, uma vez mais, que os grupos de São Gabriel e de Santana do Livramento continuaram no projeto da região pampa até os anos de 2006 e de 2009, respectivamente.

5.1.1.3 Dimensão Inovação

A solução desenvolvida, por mais que não tenha sido concebida pelas artesãs de São Borja, foi uma inovação implantada por estas artesãs. Desta forma, a cooperativa Lã Pura caracteriza-se como uma inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005), na qual as principais beneficiadas são as próprias artesãs. O comprometimento das artesãs durante a formação da Lã Pura foi imprescindível para a própria constituição da cooperativa. A presidente da cooperativa relata a dedicação e o esforço para que o empreendimento seja bem-sucedido:

[...] o meu cargo de presidente não ganha nada e eu também tenho que correr atrás, tenho que ir para banco, para contador, resolver os problemas, tem que ir para feira, então eu perco bastante tempo. Só que não é um tempo perdido, porque para mim é muito importante a Lã dar certo. Muitas vezes eu tiro dinheiro do meu bolso para ver a coisa andar.

Mesmo que o projeto Talentos do Brasil tenha sido implantado em outras cidades da região do pampa gaúcho, pode-se considerar a formação do grupo de artesanato de São Borja como uma inovação social local (TARDIF; HARRISSON, 2005). Os grupos atualmente ativos – os de São Borja e de Uruguaiana – mantêm contato, trocam informações e comercializam em conjunto, mas existe certa autonomia para ambos, mesmo em termos de liderança, conforme foi destacado pela presidente da cooperativa:

[...] desde o início se gerou assim: um grupo em Uruguaiana e um grupo em São Borja. Lá tem a Dona Elsa, que orienta o grupo lá, que faz as promoções dela, e nós fizemos as nossas promoções, porque a nossa sala precisa pagar água, pagar luz, telefone, precisa material de limpeza.

A principal finalidade para a constituição do grupo Lã Pura foi a geração de renda por meio da agregação de valor ao trabalho dos artesãos rurais, dado que esta cooperativa foi fruto de uma política pública que visa o desenvolvimento rural. Como as organizações que estavam envolvidas (SEBRAE e EMATER/ASCAR) também buscavam o desenvolvimento do artesanato na cidade ou região e as artesãs aspiravam uma melhoria da sua qualidade de vida, houve cooperação entre os atores para que se chegasse a um acordo de trabalho, o qual resultaria no bem comum (TARDIF; HARRISSON, 2005). Desta forma, o interesse coletivo foi privilegiado, resultando na formação do grupo e, posteriormente, da cooperativa Lã Pura.

5.1.1.4 Dimensão Atores

O desenvolvimento e a implantação da Lã Pura envolveram a participação de diversos atores. No início de seu processo de criação houve a formação de atores ditos “híbridos”, nos termos de Tardif e Harrisson (2005), por meio da interação de três atores institucionais, representantes do Estado: MDA, SEBRAE de Uruguaiana e EMATER/ASCAR de São Borja. Em outras palavras, estes atores constituíram uma parceria através de uma comissão tripartite. Além destes, houve a participação de atores da sociedade civil (TARDIF; HARRISSON, 2005), que eram as próprias artesãs, e estas eram os atores usuários da inovação desenvolvida (ROLLIN; VICENT, 2007).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi o ator que lançou a idéia de formação do empreendimento, por meio do projeto Talentos do Brasil. Desta forma, ele pode ser considerado o ator titular da idéia de inovação social, de acordo com a classificação de Rollin e Vicent (2007). Além disso, este Ministério foi e continua sendo o principal ator financiador do projeto. Os recursos provenientes do Talentos do Brasil são repassados para o SEBRAE de Uruguaiana, que os aloca de acordo com as necessidades das artesãs, como por exemplo, para a contratação de *designers* para o desenvolvimento de novas coleções. O trecho a seguir exemplifica a relação SEBRAE-MDA: “o SEBRAE sempre participou e participa até hoje, e quando vem o *designer*, [ele] é pago pelo projeto Talentos, mas o SEBRAE paga o deslocamento, a estadia. Até hoje tem a parceria do SEBRAE e MDA” (presidente da cooperativa). Desta forma, o SEBRAE também destina recursos econômicos, atuando como ator financiador da cooperativa.

Além de gerenciar os recursos econômicos do projeto, o SEBRAE de Uruguaiana constantemente realiza cursos de capacitação gerencial ao grupo de artesãs. As capacitações, que são referentes a atendimento de clientes, à formação de custos, à precificação, às planilhas de controle e finanças, foram e são ministradas pelo SEBRAE. A ficha técnica dos produtos da cooperativa, tida como exemplo para outras organizações, conforme já exposto, foi desenvolvida em treinamentos oferecidos pelo SEBRAE. Esta ficha apresenta as seguintes características:

Na ficha técnica diz o que é matéria-prima, o que é mão-de-obra, o que é imposto. Tudo explica ali. Então “mão-de-obra” vai direto para a artesã. Esse é o ganho da artesã, é a mão-de-obra, que é calculada por hora. Quando a gente faz a ficha técnica, a artesã diz: levo tantas horas para fazer esta peça e aí é calculado, hoje tá em R\$3,00 a hora (presidente da cooperativa).

A EMATER/ASCAR atua principalmente como apoiador do grupo Lã Pura, e, desde o início das atividades do grupo, realizou capacitações técnicas, como por exemplo, o manuseio e lavagem da lã ovina. Somam-se a isso o trabalho realizado para reunir as artesãs, por meio de disponibilidade de transporte e, ainda, a capacitação para formação de uma equipe propriamente dita. O trecho de entrevista a seguir relata algumas características do relacionamento estabelecido entre a EMATER/ASCAR e a Lã Pura:

A EMATER era da reunião das pessoas. Quando tinha uma reunião ela buscava, ela trazia, ela levava. Ela agia dessa forma. Quando era reunião em Uruguaiana, ela colocava um carro para nos levar a Uruguaiana. Então, a EMATER foi bem atuante ali. A Extensionista, muitas vezes, ajudava a ensinar as pessoas lá do interior. Ela é assistente social (presidente da cooperativa).

No entanto, em 2010, a relação entre a EMATER e a Lã Pura parece ter enfraquecido os seus laços. Como a cooperativa já consegue desenvolver o seu trabalho, apresentando autonomia e competência, a EMATER considera o “trabalho de base”, ou seja, o trabalho de formação, o qual é o seu foco, já realizado. Além disso, os recursos desta instituição são mais escassos, fazendo com que o seu orçamento seja mais limitado a ações que necessitem de pouca verba.

Além dos atores supracitados, no início do processo de formação da Lã Pura, a COTRISAL, conforme já foi exposto, considerada uma organização coletiva, emprestou um de seus espaços para a Lã Pura utilizar como sede, atuando como um ator apoiador (ROLLIN; VICENT, 2007). No entanto, o espaço apresentou alguns problemas de segurança, o que motivou a busca por uma nova sede. Então, foi por meio da Prefeitura de São Borja, em 2007, que o grupo teve acesso ao espaço atualmente ocupado pelo grupo. A prefeitura, que é um ator institucional (TARDIF; HARRISSON, 2005), realiza o pagamento do aluguel da sala onde as artesãs se reúnem para a confecção das peças artesanais do grupo. Assim, a Prefeitura Municipal de São Borja fica caracterizada como um ator financiador (ROLLIN; VICENT, 2007).

O grupo Lã Pura de São Borja também recebeu ou recebe o apoio de empresas e de uma pessoa da sociedade civil (TARDIF; HARRISSON, 2005). Uma empresa da cidade fez a doação de um equipamento para as artesãs, enquanto que outra cede um cabo de conexão de acesso à internet para o grupo. Para retribuir a ajuda, as cooperadas presenteiam os empresários com seus próprios produtos. O ator da sociedade civil é um fazendeiro da região, que empresta sua propriedade para a realização de fotos e filmagens dos produtos da Lã Pura.

5.1.1.5 Dimensão Processo

O processo de formação da Lã Pura envolveu a mobilização tanto de atores institucionais, como o SEBRAE e a EMATER, quanto de artesãs. A mobilização para encontro e constituição do grupo (TARDIF; HARRISSON, 2005), já descrita na seção “dimensão Caráter Inovador”, a qual foi coordenada principalmente pelo SEBRAE de Uruguaiana. A partir daqueles encontros, foi estimulada a participação dos atores institucionais e das artesãs para a própria constituição do grupo.

Após o período no qual as artesãs ficaram afastadas do empreendimento, elas avaliaram (avaliação) a dificuldade que havia sido imposta, assim como os novos apoios do MDA, e decidiram retomar as atividades, mobilizando-se e participando do reinício das atividades. A presidente da cooperativa destacou, também, a aprendizagem gerada por todo o processo, a qual ocorre tanto em termos técnicos (ou “de produto”) quanto em termos coletivos:

No coletivo, a forma que a gente tem de crescer é se unindo, porque a gente tem forma de buscar coisa é se unindo, por exemplo, a prefeitura jamais iria pagar o aluguel de uma peça para uma pessoa trabalhar ou para uma família trabalhar. Eles estão pagando porque é para um grupo de pessoas, é para gerar renda e o SEBRAE não iria dar capacitação para uma pessoa só. Então é muita vantagem neste sentido, de conseguir ajuda, de conseguir a divulgação. É muito vantajoso e também para atender os pedidos, porque não adianta ir para uma feira e vender e chegar aqui e ser 2 ou 3... não vão atender esse pedido.

Este processo de formação enfrentou e enfrenta algumas restrições ao seu desenvolvimento (TARDIF; HARRISSON, 2005). A primeira delas diz respeito ao capital de giro do grupo, que é restrito e que foi iniciado com um baixo investimento em matéria-prima e equipamentos. Esta restrição gerava certa incerteza nas artesãs, dada a necessidade de serem adquiridos mais equipamentos para o trabalho. Atualmente, a situação encontra-se um pouco mais confortável, mas ainda existe a necessidade de o pagamento das matérias-primas ser negociado: “[...] inclusive, até hoje a gente compra financiado matéria-prima e vai pagando com o dinheiro da própria feira” (presidente da cooperativa). O grupo de artesãos também enfrentou certas dificuldades financeiras com o vendedor, conforme já exposto, o que gerou incerteza e tensão nas participantes.

Outra restrição apontada pelos entrevistados refere-se a pouca participação das artesãs que residem na zona rural. Exatamente porque elas residem no meio rural, e existe a dificuldade de deslocamento para a cidade, algumas artesãs não se envolviam ativamente nos encontros e, conseqüentemente, nas decisões da cooperativa. Esta falta de compromisso com o empreendimento é uma restrição ainda enfrentada pela Lã Pura (TARDIF; HARRISSON, 2005). O ex-gerente de projetos do SEBRAE relata a maior adesão das artesãs que residem ou que visitam frequentemente a zona urbana: “aquelas [artesãs] que tinham propriedade rural e moravam na cidade, ou tinham uma condição de vir à cidade constantemente, essas tinham uma produção, essas tinham maior envolvimento”. Este profissional também destaca a dependência das artesãs em relação aos seus parceiros, ou seja, mesmo com as iniciativas e capacitações realizadas para que tivessem autonomia plena para coordenar o empreendimento,

elas ainda dependeriam dos parceiros para se consolidarem no mercado, o que gera certa incerteza na continuidade do projeto desenvolvido. De certa forma, esta dependência está atrelada à complexidade de se formar grupos coletivos que envolvam diferentes atores e recursos, além da dificuldade de se ensinar técnicas aprimoradas de artesanato e de gestão a pessoas que antes não costumavam trabalhar de forma coletiva.

Por mais que a gente tenha trabalhado questões de empreendedorismo, questões de iniciativa, questões de tomar decisões, de o próprio grupo tomar decisões, a gente passava para eles algumas das decisões de um negócio que era deles. Eu percebo que falta muito para essas pessoas, em relação à questão de se independizarem de qualquer tipo de apoio, seja do SEBRAE, da EMATER, do MDA, não interessa de quem, qual agente público ou privado que esteja apoiando.

A formação do grupo envolveu a parceria e a integração (TARDIF; HARRISSON, 2005) entre os seus principais atores institucionais – MDA, SEBRAE e EMATER, bem como a integração destes com as artesãs de São Borja. Por mais que o grupo tenha se afastado das atividades, em 2007, a parceria deste Ministério e destas organizações não passou por alterações. Desta forma, o reinício das atividades, ainda no ano de 2007, contou com o estabelecimento daquelas parcerias. Destaca-se, no entanto, que a EMATER, desde o início de 2010, é um ator que realiza ações pontuais com o grupo de artesãos, não sendo mais uma parceria ativa da Lã Pura. Além dos elementos supracitados, em termos de meios, também foi feita a difusão do modelo de inovação para outros contextos (TARDIF; HARRISSON, 2005), principalmente a partir de meados de 2008, seja por meio de sua gestão, de seu modelo de organização ou de seus produtos.

5.1.2 Síntese das dimensões de inovação social na cooperativa Lã Pura

A formação da cooperativa Lã Pura reflete grande parte dos elementos das dimensões de inovação social estabelecidas pelos autores Tardif e Harrisson (2005), conforme já analisado. O contexto “micro” de transformações apresentou uma descontinuidade no processo de comercialização das peças artesanais em lã na cidade de São Borja, o que gerou uma adaptação incentivada pela Prefeitura Municipal. A realização de feiras na praça do município motivou, então, novas práticas adotadas pelas artesãs, o que gerou mudanças nas relações sociais das envolvidas. Mas, mesmo assim, a situação não havia melhorado significativamente, permanecendo as dificuldades em termos econômicos, que se somavam às dificuldades de caráter social.

A solução desenvolvida para suplantar tais dificuldades foi a formação de um empreendimento coletivo de artesanato, que atuaria de acordo com o postulado pela Economia Social ou Solidária. Em termos de caráter inovador, esta solução passou por uma primeira fase de tentativa, por meio dos encontros realizados, e de experimento, na qual as artesãs iniciaram a produção de peças artesanais no ano de 2005. Esta primeira fase envolveu a participação de diversos atores, inclusive com a formação de um arranjo institucional, principalmente por meio do programa Talentos do Brasil, destacando-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o SEBRAE de Uruguaiana, a EMATER/ASCAR de São Borja e a cooperativa COTRISAL, os quais buscavam a integração e a parceria com as artesãs. Este período envolveu a mobilização e a participação dos atores já citados, os quais também proporcionaram uma aprendizagem coletiva principalmente para as artesãs. No entanto, o grupo constituído enfrentava algumas restrições que geraram incerteza e tensão nas pessoas envolvidas. A solução desenvolvida pode ser considerada uma inovação social local, que buscava atender os interesses da coletividade e o bem comum, por meio da cooperação entre os atores envolvidos.

Uma destas restrições resultou, em 2007, no afastamento das atividades do grupo durante um curto período de tempo. Neste mesmo ano, após a avaliação das possibilidades e de incremento de políticas públicas para suplantar tal restrição, foi feito o reinício da produção e das atividades, processo este que passou por uma segunda fase de tentativa e experimento. Os atores continuaram a parceria, exceto com a COTRISAL. Também foram estabelecidas outras parcerias, com destaque para a que foi feita com a Prefeitura Municipal de São Borja. Desta forma, foram novamente retomadas a mobilização e a participação dos atores no processo de formação do empreendimento, ao mesmo tempo em que permanecem algumas restrições ao seu bom funcionamento, que geravam incerteza e falta de compromisso com o empreendimento. Outra restrição ao desenvolvimento da cooperativa foi a complexidade de implantação da referida inovação social, dadas as dificuldades de se estabelecer um empreendimento de atuação coletiva.

A cooperativa, ainda no ano de 2008, passou a ser institucionalizada perante o seu meio de atuação e ocorreu a difusão de seu modelo de organização. Nesta fase, permaneceram as parceiras com os atores institucionais do Estado. A aprendizagem sempre se fez presente, seja em termos técnicos, seja por meio da interação com a coletividade. Por mais que a inovação social desenvolvida seja um bom exemplo para outras organizações, ela ainda enfrenta algumas restrições que envolvem a participação de suas integrantes, a complexidade

de desenvolvimento da inovação social e a gestão do empreendimento. Para melhor representar o exposto, a Figura 9, a seguir, visa apresentar as dimensões “transformações” (retângulo azul), “atores” e “processo”, e os principais elementos da dimensão “caráter inovador” ao longo do tempo.

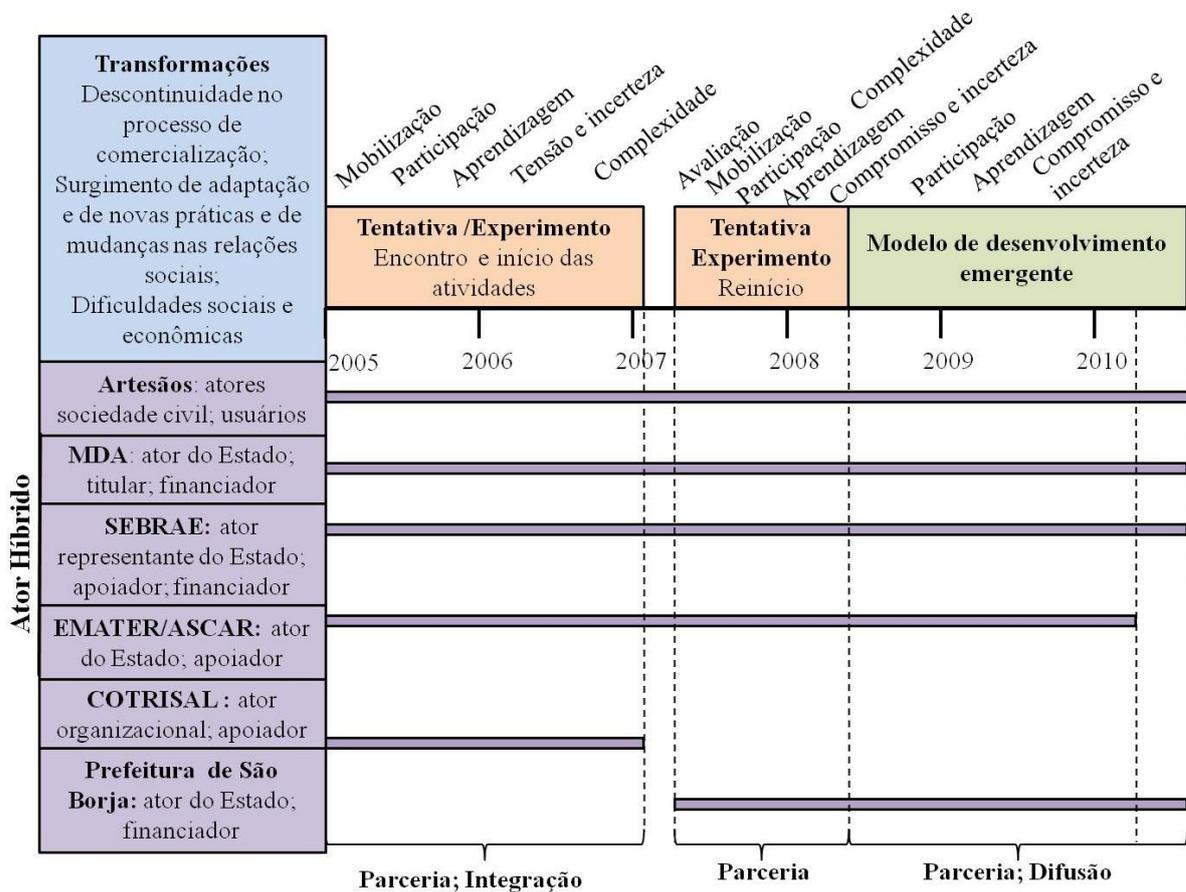


Figura 9 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da cooperativa Lã Pura

A próxima seção apresenta o segundo caso analisado: a Cooperativa dos Artesãos do Rio Grande do Sul.

5.2 CASO COOPERATIVA DOS ARTESÃOS DO RIO GRANDE DO SUL (COOPARIGS)

A Cooperativa dos Artesãos do Estado do Rio Grande do Sul Ltda. (COOPARIGS) localiza-se na cidade de Porto Alegre – RS, e congrega mais de 90 artesãos de diversas partes do Estado. Alguns dos cooperados fazem parte de outros grupos de produção de artesanato, como a cooperativa Lã Pura, enquanto outros são artesãos individuais. A cooperativa é gerida por dois conselhos: administrativo e fiscal. O conselho administrativo é composto por 06

cooperados (presidente, vice-presidente, secretário e três conselheiros) e responsabiliza-se pelo andamento das atividades da cooperativa. Já o conselho fiscal é incumbido de fiscalizar todo o processo administrativo do empreendimento.

A COOPARIGS procura atuar de acordo com as características típicas dos empreendimentos da Economia Solidária, por mais que muitos de seus cooperados residam em outras cidades do Estado. Com relação à pluralidade de princípios econômicos, a principal fonte de recursos da cooperativa provém da venda de seus produtos, e uma percentagem destas vendas é retida para a sua administração. No entanto, o próprio local onde são comercializadas as mais de 800 peças artesanais por mês, no Mercado Público de Porto Alegre, é uma parceria entre o SEBRAE e a prefeitura da cidade, não resultando em custos à COOPARIGS. Desta forma, a cooperativa possui outras fontes de recursos, além da própria comercialização de seus produtos.

As parcerias desenvolvidas com outros atores, como o poder público e as instituições públicas, não influenciam de forma decisiva na gestão da cooperativa. Em outras palavras, os cooperados possuem autonomia institucional para gerir o empreendimento. A rede de parceiros construída pela COOPARIGS auxiliou no alcance de muitos objetivos estabelecidos pelos cooperados, mas os conselhos são os responsáveis pela gestão administrativa da cooperativa.

As principais diretrizes da cooperativa são decididas nas assembleias realizadas periodicamente pela cooperativa. Visando poder contar com um maior número de cooperados nestas reuniões, o conselho administrativo estabelece as datas das assembleias com antecedência, enviando correspondências e mantendo contato telefônico. Nestes encontros, então, os participantes discutem a pauta previamente estabelecida e deliberam sobre as principais decisões:

O pessoal vem, discute o que está dentro da pauta. Se avança, faz a ata, registra a ata na Junta Comercial e tudo mais, vai para a Receita Federal também o registro final da documentação toda para que todo o processo normal de registro público que tem que ter [...] o conselho, na verdade, ele trabalha sobre essa discussão tomada e deliberada pela assembleia (Presidente da COOPARIGS).

A partir das decisões tomadas, o conselho reúne-se em encontros periódicos para traçar os planos de execução das diretrizes escolhidas pela assembleia. Este processo visa a participação mais ativa dos cooperados, buscando minimizar os efeitos da distância física na gestão do empreendimento. Desta forma, os cooperados exercem a autogestão da

COOPARIGS por meio das decisões tomadas democraticamente, inclusive para escolha de seus líderes.

O perfil dos cooperados da COOPARIGS (grupos ou artesãos individuais) faz da cooperativa uma grande rede de relacionamentos. Mesmo estando alguns procedimentos mais formalizados, como a realização de assembleias, os relacionamentos estabelecidos entre os artesãos e os conselhos ainda mantêm um caráter de relação pessoal, enquadrando-se na característica de “sociabilidade comunitário-pública”, tal como foi descrita de França Filho e Laville (2004).

A característica “finalidade multidimensional” diz respeito às diversas finalidades que os empreendimentos da Economia Solidária podem contemplar. No caso da COOPARIGS, a primeira finalidade destacada é a econômica, visto que o empreendimento proporciona geração de renda aos envolvidos. No entanto, outras finalidades também são visíveis, como a cultural, por comercializarem produtos que retratam a cultura gaúcha, e a ecológica, pelas peças terem sido produzidas com matérias-primas naturais, como as fibras e a lã tingida com folhas e chás naturais, além de produtos feitos com matéria-prima reciclável, por exemplo, com a reutilização de resíduos da indústria calçadista. A finalidade social pode ser percebida na melhoria da autoestima dos envolvidos, segundo foi relatado pelos entrevistados, ao terem uma ocupação e viabilidade de comercializar seus produtos, e, muitas vezes, o envolvimento com grupos de produção, o que proporciona convívio e bem-estar social. Além disso, a COOPARIGS participa das reuniões e encontros dos fóruns da Economia Solidária, em Porto Alegre, realizados periodicamente com os empreendimentos da cidade, demonstrando uma de suas atividades com a finalidade política.

5.2.1 As dimensões de inovação na cooperativa COOPARIGS

Esta seção apresenta a formação da Cooperativa dos Artesãos do Rio Grande do Sul (COOPARIGS) de acordo com as dimensões de inovação social estabelecidas no *framework* analítico deste estudo, o qual foi dividido nas dimensões Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processo de uma inovação social.

5.2.1.1 Dimensão Transformações

O contexto de formação da COOPARIGS refere-se à Ilha Grande dos Marinheiros, que é localizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Esta ilha faz parte de um arquipélago de 16 ilhas, que constitui o bairro Arquipélago, cujas características são peculiares, dadas as condições de vida da população que ali reside. O contato com a extensa área verde e com a biodiversidade fez com que os moradores do Arquipélago desenvolvessem seu modo de vida de acordo com este cenário (PROCEMPA, 2011).

As ilhas, que, até os anos 1950, supriram parte das necessidades pesqueiras, agrícolas, industriais e comerciais da cidade de Porto Alegre, enfrentaram algumas mudanças que resultaram no quase-desaparecimento de suas atividades econômicas. A pesca foi, até meados de 1970, a principal atividade econômica das ilhas. Mas, o desenvolvimento urbano alterou o estilo de vida dos habitantes, por exemplo, com a construção da ponte do Guaíba (ponte Getúlio Vargas, parte da Travessia Régis Bittencourt), que reduziu o transporte fluvial usado pela população do Arquipélago (PROCEMPA, 2011). Este foi o contexto de descontinuidade, nos termos de Tardif e Harrisson (2005) que marcou a população que lá residia. Tal contexto fez com que muitos de seus habitantes passassem a trabalhar em centros urbanos, buscando outras fontes de renda, o que caracteriza uma “emergência” (TARDIF; HARRISSON, 2005), ou seja, o surgimento ou o desenvolvimento de novas alternativas em termos econômicos. Desta forma, novas relações de trabalho emergiram, proporcionando mudanças com vistas à adoção de novas práticas para a subsistência dos moradores e de novas relações sociais.

Por outro lado, a proximidade com o centro urbano facilitou as ocupações nas ilhas, cujas populações passaram a crescer significativamente, aumentando também o número de suas vilas populares, com infra-estrutura urbana precária, e com casas de baixo padrão construtivo (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2011). Assim, na Ilha Grande dos Marinheiros existiam muitas pessoas com poder aquisitivo baixo ou inexistente, especialmente mulheres, que sofriam com as enchentes e com a falta de recursos econômicos. Esta situação precária levou a Irmã Marie-Eve Collard, da Bélgica, a formar a Sociedade dos Amigos das Ilhas do Guaíba (SADI), em 1972 (JORNAL O INTERIOR, 2008).

As principais preocupações da SADI relacionavam-se com as precárias habitações dos moradores destas ilhas, o saneamento básico do local e o grande número de crianças. Desta forma, uma das ações desta entidade assistencial foi a constituição de uma creche que cuidaria das crianças e dos bebês da localidade, além da construção de lotes de casas que amenizariam os problemas com habitação.

Tinha toda uma preocupação com o saneamento básico que tinha na ilha ali, a questão da moradia também. E a outra questão é que tinha muita criança, em uma situação muito desconfortável e aí tiveram uma ideia de montar uma creche para resolver essa questão. A questão da moradia, eles resolveram [...] construíram um lote de casas de madeira (presidente da COOPARIGS).

Por mais que as crianças estivessem sendo auxiliadas pelo projeto, diversas mulheres permaneciam ociosas, pois não haviam aprendido qualquer ofício. A entrevistada, que atuou no projeto SADI a partir de 1978, relata:

[...] os belgas têm uma formação muito forte em cooperativismo. E ela [a irmã] começou a trabalhar com crianças lá na Ilha, atingiu um pouco também os idosos. E, nesse trabalho que ela fez, ela viu que as mães eram totalmente desassistidas e elas também não tinham nenhuma formação profissional. Então as crianças iam para a creche, e a mãe ficava em casa (ex-presidente da COOPARIGS).

A situação de muitas mulheres na Ilha dos Marinheiros, no final da década de 1970, era, então, marcada pela falta de renda e ocupação, o que gerava problemas sociais e econômicos para o local.

5.2.1.2 Dimensão Caráter Inovador

A partir da problemática descrita, o desenvolvimento de uma solução que poderia amenizá-la foi concebido pela própria Irmã Marie-Eve Collard. Esta irmã buscou recolher, por meio de seus contatos na região, lã ovina natural para que pudesse ser trabalhada pelas moradoras da Ilha dos Marinheiros. Como estas mulheres não sabiam trabalhar com a técnica artesanal de tecelagem, a Irmã capacitou-as para tal ofício através de treinamentos realizados na própria sede da SADI, onde iniciaram o desenvolvimento de peças rústicas, como cobertores e ponchos, em 1980. Esta fase inicial caracteriza a tentativa de formação do grupo, bem como de experimento (TARDIF; HARRISSON, 2005), ou seja, o trabalho realizado pelas próprias mulheres. A solução desenvolvida foi baseada no trabalho coletivo e solidário das mulheres da ilha, o que se enquadra em um tipo de Economia Social (TARDIF; HARRISSON, 2005). As peças produzidas eram enviadas principalmente para a Bélgica, onde os próprios familiares desta religiosa as vendiam e então enviavam a receita arrecadada para o Brasil.

A irmã fez alguns cursos com essas mulheres que treinou, ela começava a fazer peças assim, bem rústicas; a lã era bem comum, meio áspera, mas dava para fazer cobertores e coisa. Aí a irmã vendia isso lá pro exterior, mandava para Bélgica para os familiares dela venderem para reverter o dinheiro para cá (ex-presidente da COOPARIGS).

No entanto, conforme o trabalho se desenvolvia e crescia o número de peças confeccionadas, aumentava a necessidade de essas peças serem vendidas de maneira formal no território brasileiro, visto que a líder do projeto desejava transportá-las para eventos e feiras a fim de comercializá-las. Então, como a produção já estava sendo feita de forma coletiva, os participantes decidiram constituir uma cooperativa formal, com a elaboração de estatuto e de outros trâmites, que eram requisitados na época. Para que a formalização acontecesse, foram ministrados cursos sobre o cooperativismo com o intuito de ensinar os princípios fundamentais da atuação cooperativa. Ainda em 1980, formou-se, então, a Cooperativa dos Artesãos das Ilhas do Guaíba (COOPARIG), com 22 cooperadas.

A comercialização das peças em lã passou a ser feita em feiras e eventos relacionados ao artesanato, os quais ampliaram as oportunidades até então apenas vislumbradas pela cooperativa. A participação nestas feiras era apoiada principalmente pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, que disponibilizava verbas para viagens para outros Estados. No contexto gaúcho, a cooperativa passou a ser institucionalizada perante outros artesãos de outras cidades. Essa institucionalização deve-se, em parte, ao reconhecimento do trabalho feito na Ilha Grande dos Marinheiros, o qual proporcionou novas competências ao grupo de artesãs da Ilha, como o aprendizado de técnicas de tecelagem, e até mesmo a formação educacional, por meio de aulas oferecidas pelo projeto, dada a existência de pessoas analfabetas nele envolvidas. Algumas dessas mulheres chegaram até a trabalhar “por conta própria” depois de aprenderem as técnicas de artesanato.

Elas não tinham treinamento algum, elas não sabiam fazer nada. Elas não tinham nada, nada de conhecimento profissional, e elas aprenderam, se tornaram excelentes artesãs, muitas delas trabalharam por conta própria depois e tiraram seu sustento disso, e também cresceram muito intelectualmente (ex-presidente da COOPARIGS).

Desta forma, o empreendimento passou a ser visto como um modelo de desenvolvimento considerado emergente (TARDIF; HARRISSON, 2005), o qual despertou o interesse de diversos artesãos em ingressar nele. A líder da COOPARIG percebeu, então, uma oportunidade para expandir o trabalho que havia começado na Ilha, passando a incluir artesãos de outras cidades. Por esta razão, em 1989, a razão social da COOPARIG foi alterada para Cooperativa dos Artesãos do Rio Grande do Sul (COOPARIGS). O trecho destacado da entrevista com o atual presidente da COOPARIGS relata a expansão da COOPARIG:

Ela [a irmã] começou a filiar mais pessoas, e essas pessoas que ela começou a filiar era além das Ilhas. Tinha gente de Porto Alegre, de alguns municípios da volta, de Guaíba. E daqui a pouco começou a pegar gente do interior do Estado, e, para poder fazer isso, ela tinha que trocar o estatuto dela, mudar o estatuto. Mudar no sentido de ampliar a área de jurisdição dela.

O crescimento e a expansão da cooperativa criaram a necessidade de locar espaços para a comercialização dos produtos confeccionados, assim como de um local para a instalação de sua sede na área urbana, visto que o local anterior de trabalho era localizado na Ilha Grande dos Marinheiros. Além disso, as frequentes enchentes no Rio Guaíba, que tanto afetavam a Ilha, dificultavam o acesso dos clientes às peças produzidas pela cooperativa, o que fazia com que a ex-presidente da COOPARIGS trouxesse tais produtos para sua própria residência, a fim de comercializá-los.

Tinha muitas enchentes na ilha, e os clientes não tinham acesso aos produtos, e eles queriam justo naqueles dias. Então eu trouxe muitas vezes ponchos pra minha casa, na minha garagem, e aí eu chamava as pessoas interessadas e eles compravam nesse momento. E aí a gente sentiu essa necessidade de vir para a cidade.

A cooperativa passou a ter, então, suas atividades centradas na cidade de Porto Alegre, onde articulava os artesãos do RS. Os espaços de comercialização, muitas vezes, eram garagens ou em casas de artesãos. Devido aos benefícios gerados pela cooperativa, uma importante política pública foi criada para conceder isenção de ICMS às peças produzidas pelos artesãos. Até então, esta isenção somente era concedida à Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, sendo que esta cooperativa foi o primeiro empreendimento a ser beneficiado com tal política, a qual ainda encontra-se em vigor.

A isenção do ICMS só tinha para a Fundação Gaúcha do Trabalho, que é uma instituição do governo, e a cooperativa é uma cooperativa de trabalhadores, não tem nada a ver com o Estado. E a cooperativa é a única organização do Estado até hoje que tem isenção do ICMS (presidente da COOPARIGS).

Até o ano de 1996, a COOPARIGS atuou somente com a confecção de produtos têxteis, principalmente a partir da lã ovina. Mas, nesse ano, os líderes da cooperativa sentiram a necessidade de diversificar seu rol de produtos, dadas as dificuldades de comercializar peças de lã no verão e de os invernos estarem sendo cada vez menos rigorosos. Desta forma, em 1997, ingressou na cooperativa um grupo de 12 artesãos que trabalhavam com matérias-primas diversificadas. A partir daquele momento, estes artesãos propuseram mudanças em termos de gestão, principalmente com o intuito de melhor divulgar a cooperativa. A primeira iniciativa para tornar mais visível o trabalho da cooperativa foi por meio da abertura de uma loja na Rua Vinte e Quatro de Outubro, localizada numa zona nobre de Porto Alegre. Esta loja, de acordo com os entrevistados, era grande e bem decorada, com produtos de alta qualidade. A decisão por esta iniciativa é relatada pelo atual presidente da COOPARIGS: “a única maneira de tu tornar, dar evidência essa instituição e mostrar para cidade, para o Estado,

pros países, que isso é uma organização de fato, de direito, e que ela tem um propósito, dar visibilidade nela é tu ter um espaço físico”.

Ao mesmo tempo, o SEBRAE/RS já havia constatado a dificuldade de os artesãos comercializarem os seus produtos. Muitos artesãos dispendiam diversas horas e dias produzindo peças que, dependendo da forma como eram comercializadas, não agregavam valor aos produtos. A Coordenadora do Programa de Artesanato do SEBRAE da época relatou que a única alternativa que ela vislumbrava para suplantar tal problemática era a inclusão de *design* inovador nos produtos artesanais.

O artesão que, durante muito tempo, faz seu produto, às vezes ele leva 20, 30 dias, dependendo do tipo de produto, para confeccionar, e isso perde todo o valor no momento em que ele é colocado em uma embalagem, às vezes num jornal ou numa sacolinha de supermercado. Então eu observei isso em muitos lugares, no Rio Grande do Sul e fora também, do Brasil, e isso era geral, então a opção e a visão que eu tinha naquela época era que a inserção do *design* é o grande diferencial e o grande alavancador do artesanato no Rio Grande do Sul.

Desta forma, existia o interesse do SEBRAE/RS em realizar ações para a melhoria do artesanato gaúcho, e a COOPARIGS, como era um empreendimento formado por artesãos de diversas partes do Estado, foi estabelecida uma parceria SEBRAE-COOPARIGS. Iniciou-se, então, em 1998, o processo de qualificação que foi feito com os artesãos filiados à COOPARIGS, o que resultou no Programa SEBRAE/RS de Artesanato. Este programa desenvolveu ações nos segmentos do couro, da cerâmica, da fibra e têxtil. Nos primeiros encontros, aconteciam discussões sobre a forma como o relacionamento entre as organizações poderia ser melhor desenvolvido. As organizações realizaram, então, um encontro internacional de arte e *design*, o qual resultou em uma oficina de criação, com *designers* de diversos lugares, além de consultores jurídicos, psicólogos, etc. Nesta oficina, também foi desenvolvida a marca Mão Gaúcha, e que atualmente é uma referência do artesanato no Rio Grande do Sul.

Nós trouxemos, na época, um consultor da Colômbia, um de Minas, um de São Paulo e um italiano, cada um de um segmento, e aí uns designers aqui do Rio Grande do Sul. E, durante uma semana na Casa de Cultura, nós criamos uma coleção de produtos, onde os produtos se complementavam... Então couro fazia complemento, isso na linha casa, criando o ambiente. E a essa linha de produtos, em paralelo, também foi criada toda uma marca para esses produtos, que foi como se chegou a essa marca Mão Gaúcha, que representa muito forte o artesanato do Rio Grande do Sul.

Ao todo, mais de 30 consultores se envolveram no projeto de capacitação dos artesãos de diversas partes do Estado. A então coordenadora do Programa de Artesanato do SEBRAE/RS destaca a importância de se ter uma equipe multidisciplinar para capacitar os artesãos, dado que diversas habilidades e diferentes conhecimentos são necessários para a qualificação dos artesãos. As oficinas resultaram na criação de diferentes peças e modelos que formaram a primeira coleção do programa Mão Gaúcha, inspirada no tema “Missões”, que é uma região do Rio Grande do Sul. Este projeto contou com a parceria de outras instituições, como a Fecolã, que auxiliou a prospectar a lã como matéria-prima, e o Centro Ana Terra, que era uma entidade que fomentava empréstimos. Para melhor capacitar os artesãos e comercializar os produtos do Mão Gaúcha, o SEBRAE e a COOPARIGS inauguraram, em 1998, a Central de Comercialização do Artesanato, localizada na Avenida Sertório, em Porto Alegre.

O projeto desenvolvido com o SEBRAE resultou em uma nova maneira de trabalhar com o artesanato na COOPARIGS, agregando valor aos produtos e diferenciando a forma como estes eram comercializados. Como foi um processo desenvolvido pelos artesãos, principalmente em parceria com o SEBRAE, esta reestruturação pode ser considerada uma inovação social organizacional, ou seja, que ocorreu dentro da própria cooperativa. Por esta razão, durante os primeiros anos de parceria, a COOPARIGS esteve em um estágio de incubação, o que se caracterizou como uma fase de tentativa e experimento. Neste período, o SEBRAE conquistou uma vasta gama de clientes para a cooperativa, inclusive as lojas Tok & Stok.

Ainda no estágio inicial de incubação, a cooperativa passou a ser vista como um exemplo, principalmente pelas organizações do SEBRAE de outros Estados. A divulgação do projeto desenvolvido ocorreu basicamente pelo *show room* e pelo espaço de estocagem e recebimento de produtos localizados na Universidade SEBRAE de Negócios (USEN), os quais foram estabelecidos após o desenvolvimento da marca “Mão Gaúcha”. Desta forma, como aconteciam diversas reuniões do SEBRAE nacional em Porto Alegre, os SEBRAEs estaduais tiveram acesso ao projeto elaborado, bem como ao seu funcionamento.

Uma das coisas que, na época, se optou por fazer também, foi um *show room* que era, como se chama, é um espaço de divulgação, seria uma vitrine, onde lojistas e pessoas interessadas no artesanato procuravam esse espaço. Então esse espaço foi criado dentro do SEBRAE, na época na USEN, a Universidade Sebrae de Negócios, e o SEBRAE inteiro, como tem muitas reuniões no Rio Grande do Sul visitou esse espaço. Parte dele era o *show room*, onde esses produtos eram apresentados. Do outro lado, era o espaço de produção, de recebimento de produtos, de colocação de etiqueta, de embalagens e de emissão de nota fiscal pela COOPARIGS, e também de

envio para o cliente. Então, era um espaço comercial. Na verdade, comercial e de produção (ex-coordenadora Estadual de Artesanato do SEBRAE).

O projeto tornou-se, então, um modelo de trabalho (TARDIF; HARRISSON, 2005) que, posteriormente, foi adotado por outros Estados. No entanto, a entrevistada ressaltou que este modelo não é de fácil replicação, porque é um trabalho que envolve pessoas de diferentes níveis culturais e até mesmo de diferentes culturas, e a principal razão para ele ter sido bem-sucedido na COOPARIGS foi a de esta já ser uma cooperativa constituída, ou seja, de o trabalho de formação já ter sido feito anteriormente.

Então os SEBRAEs estaduais visitaram muito o Rio Grande do Sul, houve muitas pessoas que vieram até aqui e levaram esse modelo. Só que esse modelo não é muito simples de ser aplicado, porque tu trabalha com artesãos de diferentes níveis sociais, de níveis culturais às vezes muito diferentes um do outro. Outra coisa, que também é um aspecto que dificulta é a própria forma do sistema cooperativista. Porque o trabalho cooperativo é um trabalho de união, de construção, de muitos elos, e isso é o grande diferencial e o porquê que deu certo numa cooperativa (ex-coordenadora Estadual de Artesanato do SEBRAE).

Enquanto isso, no ano de 2002, a cooperativa negociou com o SEBRAE que iniciaria seu o processo de transição, com duração de 13 meses. Durante este estágio, a marca Mão Gaúcha passou a ser de propriedade da cooperativa, visto que o SEBRAE não poderia ter uma marca em seu nome. Também foi neste estágio intermediário que a cooperativa inaugurou uma nova loja: “estávamos com um prédio enorme, mais ou menos em torno de uns 500 metros quadrados, lá no DC Navegantes [Shopping em Porto Alegre]. Toda a área foi remodelada, área para isso, para aquilo, enfim, para tudo: área de produção, de experimento” (presidente da COOPARIGS).

A loja no DC Navegantes, por ser um exemplo de loja em termos de arquitetura e de produtos, resultou em propostas de franquias. Como a marca ainda estava sob o domínio do SEBRAE, esta instituição se responsabilizou pelos trâmites para abrir as franquias. A loja franqueada foi inaugurada em um bairro de Porto Alegre, posteriormente mudando-se para outro local. O atual presidente da cooperativa apontou que os locais escolhidos pela franqueada não eram os mais adequados para a abertura de uma loja com produtos de preços mais altos, como os da Mão Gaúcha. Por fim, a última tentativa da franqueada foi a de abrir uma loja no Shopping Moinhos, a qual ficou sob a administração da própria cooperativa, que a encerrou em 2005.

Paralelamente a isso, a loja na Rua Vinte e Quatro de Outubro, que era considerada um símbolo da cooperativa, continuou aberta até 2005, conforme relato a seguir:

A gente trabalhou para isso mesmo, nosso símbolo. Tudo bem, se desse certo legal. Estaria lá até hoje. Então a gente segurou, mesmo não dando o retorno esperado. A ideia da informatização da cooperativa aconteceu ali, nosso primeiro computador, nossa primeira maneira de gerenciar a cooperativa. E depois a gente fechou, em 2005 (presidente da COOPARIGS).

Em 2006, a cooperativa fechou a loja no Shopping DC Navegantes, devido aos altos custos para sua manutenção, e ao baixo número de peças comercializadas. Entretanto, ela manteve a central e *show room* no DC Navegantes até o ano de 2009, quando transferiu a sua central de comercialização para o Mercado Público de Porto Alegre, na loja do SEBRAE. Esta loja já existia desde 2008, onde são comercializados os produtos dos seus mais de 90 cooperados. No entanto, em 2009, a cooperativa assumiu o gerenciamento do local, e estabeleceu relações de intercooperação com os grupos apoiados pelo SEBRAE: Favos do Sul; Projeto Canoa; Lã Pura; Coama; Bichos do Mar de Dentro; Araucaria Artesania; Rendeiras; e Ladrilã. Para estocar os seus produtos, a COOPARIGS alugou um local com um custo mais baixo na cidade de Canoas – RS.

5.2.1.3 Dimensão Inovação

Mesmo não sendo concebida pelas moradoras da Ilha Grande dos Marinheiros, a formação do grupo de artesãs pode ser considerada uma inovação social de tipo “social” (TARDIF; HARRISSON, 2005), visto que envolveu a coletividade de atores em seu desenvolvimento. Além disso, as principais beneficiadas com esta inovação foram as próprias mulheres da localidade.

Inicialmente, quando foi fundada em 1980, a cooperativa tinha o caráter localizado, dado que abrangia pessoas da Ilha Grande dos Marinheiros. No entanto, sua expansão para outras cidades do Estado fez com que sua abrangência fosse ampliada. Geralmente o que acontece com uma inovação social, de acordo com Tardif e Harrisson (2005), é a difusão do modelo desenvolvido para ser adotado em outros contextos. No caso da COOPARIGS, aconteceu a expansão da própria inovação social estabelecida, que se diferencia da difusão do modelo de desenvolvimento emergente criado.

A principal finalidade de formação do grupo de artesanato era a geração de renda e trabalho para as artesãs. Uma vez que a líder do projeto, a Irmã Marie, e demais voluntárias buscavam auxiliar tais mulheres, a constituição do grupo de trabalho emergiu como uma

solução para o bem comum, que priorizava as necessidades da coletividade (TARDIF; HARRISSON, 2005). A ex-presidente da Cooperativa relatou que muitas entidades auxiliavam a comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros principalmente com doações, mas o principal objetivo do projeto era o de ensinar um ofício àqueles moradores, para que estes pudessem ter uma geração de renda própria.

Principalmente no início, lá na ilha, a cooperativa foi um exemplo, um exemplo de que, através do trabalho, a gente consegue melhorar a sua vida. Lá na ilha, tinha muitas instituições religiosas e outras também, governamentais, que davam muito para as pessoas. E a irmã dizia “eu não dou, eu ensino a pescar, eu não dou o peixe [...]”.

Ao longo de sua constituição, a COOPARIGS envolveu diversos atores que atuaram e atuam com diferentes papéis. Estes atores serão analisados na próxima seção.

5.2.1.4 Dimensão Atores

Os atores envolvidos no início da formação da COOPARIGS foram a Sociedade dos Amigos das Ilhas do Guaíba (SADI) e as moradoras da Ilha Grande dos Marinheiros. A SADI, que era uma entidade assistencial liderado pela Irmã Marie, pode ser classificada como um ator social de movimento comunitário (TARDIF; HARRISSON, 2005), sendo também o ator titular da ideia de formação do grupo de artesãs e, posteriormente, apoiador deste grupo (ROLLIN; VICENT, 2007). Já as mulheres envolvidas no projeto eram atores sociais da sociedade civil (TARDIF; HARRISSON, 2005), as quais se tornaram usuárias da inovação desenvolvida (ROLLIN; VICENT, 2007).

Durante este período inicial, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), por meio da Casa do Artesão, atuou como uma importante parceira da COOPARIG. Este ator institucional, enquanto representante do Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005), disponibilizava verbas ao grupo para a participação em feiras e também ministrava cursos de capacitação às envolvidas. Desta forma, a FGTAS era um ator apoiador e financiador da cooperativa (ROLLIN; VICENT, 2007), atuando ativamente até 1996, assim como a SADI.

A partir de 1997, o SEBRAE, que é um ator institucional representante do Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005), tornou-se o maior parceiro da cooperativa. Conforme já foi descrito, esta instituição auxiliou na formação de preço dos produtos, na capacitação técnica dos artesãos, na promoção e inovação de produtos, no desenvolvimento de embalagens, de

etiquetas, fornecendo subsídios para o aluguel de centrais, etc. Atualmente, o SEBRAE atua em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, que também é um ator institucional do Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005), subsidiando os custos da central de comercialização no Mercado Público. O atual presidente da cooperativa destaca: “o local [no Mercado Público] é apropriado para tudo. O turista vem aqui, está centralizado, a gente tem a divulgação do espaço e, na verdade, é um lugar fácil das pessoas acharem, então isso propicia todo o processo a partir daí”. Desta forma, o SEBRAE, ao longo de sua interação com a COOPARIGS, atuou como um ator financiador e também como um apoiador do empreendimento (ROLLIN; VICENT, 2007). Já a Prefeitura de Porto Alegre, desde 2008, pode ser considerada um ator financiador da cooperativa (ROLLIN; VICENT, 2007).

Além do poder público municipal, a cooperativa considera seu parceiro o poder público estadual (ator institucional do Estado, de acordo com a classificação de Tardif e Harrison, 2005), dada a construção de um relacionamento que foi feito ao longo do tempo, que teve início em 1997. O presidente da Cooperativa enfatiza que estas relações são importantes apoiadoras para o desenvolvimento do trabalho, pois estes órgãos atuam como fontes de informação e, considerando que o Governo do Estado contará, a partir de 2011, com uma secretaria específica para a construção da Economia Solidária, a cooperativa poderá apresentar propostas e formar parcerias que beneficiarão os envolvidos.

A COOPARIGS também tem o Banco do Brasil como parceiro. Desde 1999, esta empresa de economia mista tem facilitado a abertura de conta dos artesãos, cobrando taxas reduzidas. Assim, “o banco tem um número maior de clientes e, ao mesmo tempo, a gente tem uma taxa menor e também maior facilidade de passagem desse recurso [da venda dos produtos] para o artesão” (presidente da Cooperativa). No entanto, a parceria não se restringe somente ao apoio para abertura e gerenciamento de contas. Atualmente, a parceria envolve um projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável, que visa desenvolver grupos de trabalho artesanal nas Ilhas do Guaíba, onde a cooperativa se originou. O intuito é profissionalizar os atuais moradores das Ilhas, a fim de obterem geração de renda e uma melhor qualidade de vida.

A EMATER é outro ator institucional do Estado que influencia o desenvolvimento da COOPARIGS. Desde 2000, esta instituição apoia a captação de novos grupos de artesãos que estão localizados no interior do Estado. O entrevistado presidente destaca que a EMATER tem “um trabalho muito arrojado nas questões da qualificação, e da preparação dos artesãos no interior do Estado”. Os artesãos da Serra Gaúcha, que trabalham com a palha de milho e de

trigo e que são filiados à COOPARIGS, por exemplo, têm um relacionamento muito próximo com a EMATER daquela região.

A cooperativa também participa do Fórum da Economia Solidária, em Porto Alegre, desde 2005. Por mais que a COOPARIGS não participe ativamente das feiras da Economia Solidária, alguns cooperados sempre buscam participar das reuniões realizadas pelo fórum, que é um ator social com características de movimento associativo (TARDIF; HARRISSON, 2005). Nestes encontros, são trocadas experiências e conhecimento, cujas informações podem auxiliar na gestão da cooperativa. Ademais, o empreendimento recebe o apoio de atores organizacionais, como é o caso de uma empresa que cria e imprime os cartazes de divulgação da COOPARIGS, em troca da colocação de sua logomarca nas peças desenvolvidas.

5.2.1.5 Dimensão Processo

O processo de formação do grupo de artesãs na Ilha Grande dos Marinheiros iniciou com a mobilização das moradoras do local, o qual foi feito pela SADI. Estas mulheres passaram, então, a participar dos encontros realizados principalmente para ensinar as técnicas de tecelagem. A participação deu-se de forma contínua no processo de constituição do grupo, visto que a produção das peças artesanais em lã era feita de forma coletiva, na própria sede da SADI. Esse processo possibilitou a aprendizagem de técnicas e também de novas competências intelectuais (TARDIF; HARRISSON, 2005), o que permitiu o crescimento pessoal e econômico dos envolvidos. A ex-presidente da Cooperativa relata o crescimento das pessoas da ilha, mesmo sem envolver uma organização como foi feita pelo SEBRAE, em 1998.

Então, essas pessoas também que, sem ter tido aquele treinamento maravilhoso que o SEBRAE deu, muito completo e muito longo, eles receberam o treinamento de nós, no dia-a-dia, e evoluíram muito. Cresceram bastante, em todos os âmbitos, intelectual e financeiro também.

Mas o aprendizado não se restringiu aos moradores da ilha. De acordo com a entrevistada supracitada, as líderes do projeto também aprenderam com o processo de formação do empreendimento, principalmente em termos de dedicação e de compreensão: “Foi uma escola pra nós, que trabalhávamos. Eu, que trabalhava como voluntária a vida toda, lá foi escola de vida pra mim, em muitos momentos. Então eu aprendi a ter paciência com as pessoas, dedicação e muito carinho”.

Mesmo com a expansão da cooperativa, os artesãos da Ilha continuaram participando do empreendimento, assim como os artesãos do interior do Estado. Os encontros eram realizados periodicamente, e estes artesãos do interior geralmente contavam com o apoio das prefeituras municipais para os transportar até Porto Alegre. Nestes encontros, existia a troca de conhecimento entre os artesãos, o que contribuía para o processo de aprendizagem coletivo.

Em 1998, houve a mobilização e participação dos artesãos no processo de criação da marca Mão Gaúcha, o que proporcionou aprendizado e mudanças nas vidas de muitos artesãos no Rio Grande do Sul:

Eu vejo hoje o artesanato no Rio Grande do Sul muito mais qualificado. A mudança não foi só financeira. A mudança foi muito mais profunda. Elas [as artesãs] se sentem gratificadas pelo que fazem; o aumento da autoestima dos artesãos, de forma geral, porque o projeto foi feito quando muitos não acreditavam no artesanato do RS (Ex-coordenadora Estadual de Artesanato do SEBRAE).

Por mais que tenha ocorrido esta mudança significativa na forma de produzir e comercializar os produtos da COOPARIGS, a participação dos seus cooperados e a troca de experiência entre eles sempre se manteve (TARDIF; HARRISSON, 2005). Esta troca de informação é feita de forma informal, ou até mesmo formal nas reuniões e encontros realizados anualmente.

O processo de formação do empreendimento enfrentou algumas restrições em seus diversos estágios (TARDIF; HARRISSON, 2005). Primeiramente, como a cooperativa trabalhava somente com lã ovina, as vendas aconteciam basicamente no inverno, permanecendo o restante do ano sem receitas maiores, o que gerava incerteza nos artesãos (TARDIF; HARRISSON, 2005). Desta forma, as próprias voluntárias que trabalhavam na cooperativa emprestavam uma certa quantidade de recursos econômicos para a cooperativa continuar ativa. Havia, também, uma resistência de os artesãos perceberem a necessidade de se produzir com qualidade, e de entregar o pedido no prazo acordado com o cliente. Essa dificuldade também foi constatada na fase de desenvolvimento da marca Mão Gaúcha, conforme relato da ex-coordenadora de Artesanato do SEBRAE:

O artesão desenvolver o produto e colocar o produto no mercado, e o produto, no momento de tu ir para uma feira e negociar com um cliente e dizer que o produto vai ser entregue em tanto tempo, então isso foi uma das grandes dificuldades... Porque o artesão, na sua grande maioria, ele não tem aquele comprometimento como é o de trabalhar numa empresa. Então isso foi uma das dificuldades, o comprometimento da entrega, e da qualidade do produto.

Além disso, no ano de 2000, um comprador estrangeiro tomou conhecimento do trabalho feito pelos artesãos do empreendimento, e solicitou que alguns pedidos fossem desenvolvidos de acordo com a sua preferência. Entretanto, este comprador não desejava conhecer a cooperativa ou o seu processo de gestão, mas, mesmo assim, teve seu pedido aprovado pelos líderes da COOPARIGS. A decisão gerou resistência (TARDIF; HARRISSON, 2005) por parte de alguns artesãos, que acabaram se desvinculando do empreendimento, e comprometeu o processo de exportação dos produtos, além da diminuição da adesão dos cooperados nas reuniões e encontros do empreendimento.

Hoje a cooperativa não está no mesmo patamar. A gente perdeu muito associado, a gente perdeu exportação. Obviamente perdeu essas pessoas, que eram pessoas boas que trabalhavam, no sentido de qualificação profissional e diminuiu também o quadro de pessoas ativas dentro do processo (presidente da COOPARIGS).

Desta forma, a principal restrição enfrentada atualmente pela COOPARIGS refere-se à baixa participação dos cooperados. Por mais que esforços sejam feitos para mitigar essa falta de compromisso dos artesãos, muitos deles ainda não respondem de maneira satisfatória. No entanto, as diretrizes da cooperativa são decididas pelos poucos artesãos que participam ativamente do empreendimento.

Desde o início das atividades da COOPARIGS, existiu uma complexidade no desenvolvimento das atividades de tal empreendimento coletivo, visto que, inicialmente, as pessoas envolvidas não eram artesãs, necessitando de treinamentos para ensiná-las “o fazer”. Posteriormente, quando a cooperativa expandiu sua área de atuação, a gestão dos recursos e das atividades do empreendimento enfrentou dificuldades pela distância física entre os cooperados. E, no desenvolvimento do projeto com o SEBRAE, houve a dificuldade de ensinar as técnicas e o novo *design* que seria utilizado pelos artesãos na confecção de seus produtos, bem como permaneceram os desafios gerados pela distância física entre os artesãos.

Os meios pelos quais ocorreu o processo de formação do empreendimento referem-se, principalmente, à integração e ao empoderamento dos artesãos (TARDIF; HARRISSON, 2005), para que estes pudessem ter geração de renda própria. Na década de 1980, houve a formação de uma parceria com a FGTAS e a expansão do empreendimento para outros locais. Já na fase pós-1997, o número de parcerias aumentou, ocorrendo a negociação da marca Mão Gaúcha com o SEBRAE, e a difusão da forma de trabalho da COOPARIGS para outros Estados (TARDIF; HARRISSON, 2005).

5.2.2 Síntese das dimensões de inovação social na cooperativa COOPARIGS

A formação da cooperativa COOPARIGS apresenta diversos aspectos das dimensões de inovação social do modelo idealizado pelo CRISES. O contexto de surgimento da solução inovadora passou por uma descontinuidade de suas formas produtivas na Ilha Grande dos Marinheiros, o que impulsionou os seus atores a buscar alternativas, por meio da emergência de uma alternativa e de mudanças que possibilitaram a adoção de novas práticas e o estabelecimento de novas relações sociais. No entanto, um contexto problemático ainda permanecia, principalmente entre as moradoras que não sabiam exercer qualquer ofício.

A solução desenvolvida iniciou com uma fase de tentativa e de experimento, na qual as moradoras iniciaram o processo de produção de peças artesanais em lã ovina. Nesta etapa, ocorreu a participação das moradoras, que foram mobilizadas pela entidade SADI. O processo gerou aprendizagem, em termos de conhecimento e técnicas, e o empoderamento de algumas artesãs. Também foram enfrentadas algumas restrições com relação à complexidade de gestão e ao trabalho da cooperativa, as quais geraram incerteza e resistência por parte dos artesãos. Esta etapa de tentativa e experimento ocorreu principalmente por meio da integração entre os atores e da parceria com a FGTAS. A inovação social localizada que foi desenvolvida visava o interesse da coletividade e o bem comum dos envolvidos.

A cooperativa, em 1989, expandiu, de maneira formal, a sua área de abrangência para outras cidades do Estado buscando o empoderamento de mais artesãos. A participação dos artesãos continua a vigorar, assim como a troca de conhecimento entre eles. As restrições em termos de gestão e de trabalho ainda permanecem no empreendimento. Da mesma forma, as parcerias continuam estabelecidas, ocorrendo a expansão e a integração com os novos cooperados.

Uma segunda fase de tentativa e experimento ocorreu após 1998, quando foi instituída a parceria com o SEBRAE. Esta fase refere-se à inovação social desenvolvida por meio da reestruturação do trabalho dos artesãos e das formas de comercialização. Para concebê-la, foram necessárias a mobilização e a participação dos artesãos, o que gerou uma aprendizagem em termos técnicos e coletivos. Desta forma, a integração e a parceria, tanto com o SEBRAE quanto com o Banco do Brasil, foram os meios que mais se destacaram nesta etapa. Este processo também enfrentou restrições por parte dos artesãos, os quais resistiam ao processo de profissionalização do empreendimento.

O processo desenvolvido pela parceria COOPARIGS-SEBRAE, logo após a sua implementação, passou a ser disseminado para outros contextos, tornando-se um modelo de trabalho. No entanto, as atividades do empreendimento continuaram normalmente, com a participação e a troca de conhecimento entre os cooperados. Nesta etapa, foi feita a negociação da marca Mão Gaúcha com o SEBRAE, e foram estabelecidas algumas novas parcerias, com destaque para a parceria estabelecida com a Prefeitura de Porto Alegre. A principal restrição enfrentada pela cooperativa diz respeito à baixa adesão dos artesãos nas atividades do empreendimento, ou seja, se refere ao compromisso dos cooperados e à complexidade de gestão da cooperativa. Para representar a formação da COOPARIGS de acordo com a dimensão “transformações”, alguns elementos da dimensão “caráter inovador”, a dimensão “atores” e a dimensão “processo” ao longo do tempo, apresenta-se a Figura 10.

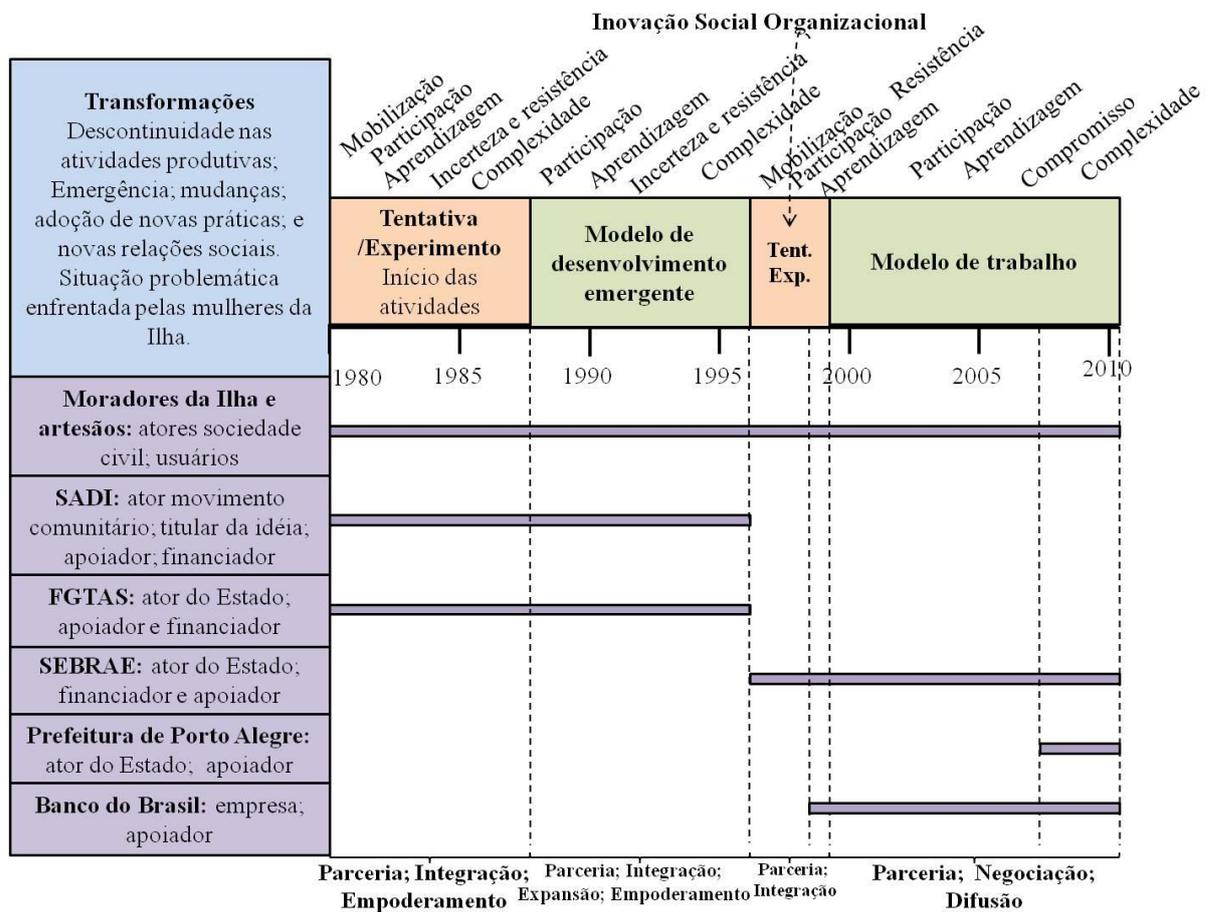


Figura 10 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da COOPARIGS

Na próxima seção será apresentado o caso do grupo Novo Horizonte de acordo com as dimensões de inovação social.

5.3 CASO GRUPO NOVO HORIZONTE

O Novo Horizonte é um grupo informal de artesãs localizado na cidade de Santa Maria – RS. Este empreendimento é formado por 08 mulheres, que são representantes de 08 famílias, ou seja, cerca de 24 pessoas estão envolvidas no empreendimento. As participantes do Novo Horizonte utilizam diferentes técnicas e matérias-primas para a confecção de peças artesanais. Uma das integrantes trabalha com o crochê, enquanto que outra utiliza diferentes tipos de pedras como matérias-primas. Por trabalharem com distintos insumos e tipos de artesanato, cada artesã realiza todo o seu processo produtivo, não havendo divisões de tarefas entre as integrantes do grupo. As principais peças produzidas pelas mulheres são: roupas para bebês, blusões, toalhas, enxovais, enfeites, etc., o que resulta na produção de mais de 200 peças mensais.

O grupo Novo Horizonte participa ativamente do movimento da Economia Solidária. Desta forma, as características típicas dos empreendimentos econômicos solidários estão presentes no dia-a-dia de trabalho. O grupo possui uma pluralidade de princípios econômicos, dado que suas fontes de recursos são provenientes da venda de produtos e de auxílios-viagem para participação em feiras.

Com relação à autonomia institucional, o grupo Novo Horizonte toma as decisões dos rumos que devem ser seguidos pela equipe, mas considera as informações do Projeto Esperança/Coesperança do qual participam, sendo que estas podem influenciar o seu trabalho. No entanto, o vínculo com o projeto não impede o grupo de se considerar autônomo para realizar e direcionar suas atividades.

A autogestão é uma característica que se mostra visível no Novo Horizonte. O grupo não é composto por cargos, ou seja, existe apenas o papel de coordenação da equipe, que é revezado pelas participantes: “Se a colega está representando, ela mesmo assume naquele dia, aonde ela estiver, se estiver fora do Estado.” (integrante 01). Esta democratização dos processos decisórios facilita a participação ativa de todas as integrantes do grupo, tanto nos encontros semanais (feiras) quanto nas reuniões que são realizadas mensalmente.

A autogestão do grupo Novo Horizonte é permeada por relacionamentos pessoais, ou seja, a impessoalidade não se manifesta nas relações entre as artesãs. Um dos exemplos é tomada de decisões que pode ocorrer inclusive nas feiras semanais. As artesãs aproveitam os momentos de comercialização para também discutir e decidir as atividades futuras. Esse

caráter informal identifica a característica de “sociabilidade comunitário-pública” dos empreendimentos da Economia Solidária.

Outra característica típica dos empreendimentos da Economia Solidária é a sua finalidade multidimensional. No grupo Novo Horizonte, esta característica se manifesta principalmente por meio das finalidades social, econômica, cultural e política. O grupo desenvolve trabalhos relacionados à demonstração da cultura de uma determinada região, como no caso do crochê e do tricô. O aspecto político é influenciado pelo próprio movimento da Economia Solidária, do qual o grupo participa ativamente. A finalidade econômica é provida pela venda de artesanato, gerando renda para as artesãs. E, a dimensão social é contemplada pelos relacionamentos desenvolvidos, que vão além de vínculos trabalhistas: “Dentro do grupo, é tudo bem harmônico; a convivência é muito boa” (integrante 03).

5.3.1 As dimensões de inovação social no grupo Novo Horizonte

A presente seção apresenta a formação do grupo Novo Horizonte de acordo com as dimensões de inovação social do modelo do CRISES. Para tanto, são apresentadas as dimensões Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processo.

5.3.1.1 Dimensão Transformações

O contexto de formação do grupo Novo Horizonte refere-se à cidade de Santa Maria, localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Este município possui cerca de 290.000 habitantes (IBGE, 2009), e sua renda interna está concentrada principalmente em serviços públicos, sendo que, na década de 1990, cerca de 55% dela provinha de militares e de funcionários da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O comércio de mercadorias é o segundo maior contribuinte para a formação da renda interna de Santa Maria, participando com 26%. Já o setor industrial do município é pequeno (cerca de 10% da renda interna, na década de 1990), resultando em poucos empregos formais. Desta forma, o contexto formado por tal cenário é pouco favorável ao desenvolvimento de novos empregos, especialmente para pessoas com mais de 40 anos, jovens de baixa escolaridade, pessoas negras, mulheres, deficientes e pobres, que tradicionalmente passam por mais dificuldades de ingressar no mercado formal de trabalho.

Aliado a este contexto está o fato de o Rio Grande do Sul ser um Estado que possui tradição na confecção de artesanato a partir das técnicas de crochê e tricô. A principal razão para estas técnicas estarem ainda em evidência é a transmissão de conhecimento feita de geração a geração, principalmente entre as mulheres. Era comum, no passado, as mulheres confeccionarem o enxoval de alguma noiva da família, o qual, geralmente, envolvia corte, costura, bordado e trabalhos com fios.

O artesanato passa a ser, então, uma alternativa para muitas pessoas que não conseguem ingressar no mercado de trabalho.

Eu nunca trabalhei fora. As crianças cresceram, e eu resolvi procurar emprego. Eu tinha trinta e poucos anos e foi difícil. Eu não conseguia, não tenho carteira assinada, nada. Daí, como eu sempre fiz artesanato, assim, sempre fazia, mas fazia só para a casa. Daí eu tenho uma colega que é o meu caso também, que ela não conseguiu emprego (Integrante 01).

No entanto, as formas tradicionais de comercialização do artesanato eram restritas a vizinhos, conhecidos e a algumas pequenas feiras realizadas no município. Desta forma, as artesãs, que buscavam no artesanato uma alternativa, percebiam que esta era uma geração de renda incerta, dada a flutuabilidade nos níveis mensais de vendas. Muitas das artesãs trabalhavam apenas sob encomendas de peças, o que também era considerado um fator incerto.

Por outro lado, desde a década de 1970, havia, no município, o Projeto Esperança-Coesperança. A primeira iniciativa para o que depois viria a ser este projeto foi a criação do Banco da Esperança, em 1977, por influência do bispo Dom Ivo Lorscheiter (LANGE, 2009). Este bispo, ao chegar a Santa Maria, percebeu a pobreza e dificuldades dos habitantes da região. Para amenizar esta problemática, ele criou um banco que subsidiava projetos urbanos, suburbanos e rurais, com o objetivo de promover a interação entre a Comunidade Diocesana e os Programas Comunitários de Economia Solidária. O Banco da Esperança é, então, uma entidade filantrópica, de assistência social, sem fins lucrativos, que é vinculado à Cáritas da Diocese de Santa Maria (LANGE, 2009).

Mas, foi a partir da leitura do livro “A pobreza, riqueza dos povos: a transformação pela solidariedade”, do autor africano Albert Tévoédjéré, e da criação dos primeiros projetos alternativos comunitários que nasceu o Projeto Esperança, em 1987. O livro supracitado “analisa a situação vivenciada pela civilização industrial a partir de uma acumulação selvagem e propõe a reversão da situação da pobreza a partir de um pacto de solidariedade” (LANGE, 2009, p. 86). Desta forma, o Projeto Esperança é um dos setores do Banco

Esperança que auxilia na construção de relações de solidariedade, em um novo modelo de associativismo: o da economia popular solidária.

O referido projeto é também intitulado de Projeto Esperança-Cooesperança, no qual o Projeto Esperança é um programa da Economia Solidária, e a Cooesperança é a Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos vinculados ao Projeto Esperança, ou seja, é a representante legal do projeto.

5.3.1.2 Dimensão Caráter Inovador

A partir do contexto supracitado, algumas das artesãs, que estavam insatisfeitas com as formas de comercialização que lhes eram possibilitadas, se conheciam por meio das pequenas feiras de artesanato. Como uma dessas artesãs já conhecia o trabalho da coordenadora do Projeto Esperança-Cooesperança, elas, em 1999, procuraram o projeto para verificar a possibilidade de formar um grupo de trabalho coletivo.

Estava meio difícil de entrar no projeto, aí a gente procurou direto, fomos lá, levamos o trabalho e a irmã [irmã Coordenadora do Projeto] se encantou, já nos deu oportunidade de formar o grupo. E depois a gente continuou fazendo as reuniões para poder entrar, tem todo aquele processo [...] (integrante 01).

Para integrar o Projeto Esperança, uma pessoa ou um grupo de pessoas devem procurar o projeto: “Se uma pessoa estiver sozinha, ela pode se reunir com outras pessoas que também têm o interesse de formar um grupo, ou se reunir a um grupo já existente [...] Cada novo grupo deve ter, no mínimo, 05 pessoas” (coordenadora do Projeto Esperança). Os interessados em ingressar no projeto devem participar dos encontros para novos integrantes, que são realizados periodicamente. Nestes encontros, são feitas explicações sobre o cooperativismo e é apresentada a cartilha que deverá, isoladamente, ser estudada por cada grupo.

As artesãs reuniram, então, um grupo de 05 pessoas que trabalhavam com diversas técnicas de artesanato, principalmente de crochê e de tricô, para a formação do grupo coletivo de trabalho. Como este grupo estaria amparado pelo Projeto Esperança Cooesperança, ele seria uma solução que atuaria de acordo com os princípios da Economia Social ou Solidária (TARDIF; HARRISSON, 2005).

O processo mencionado pela integrante 01, pelo qual todos os empreendimentos do Projeto passam, é composto pelas etapas sugeridas na cartilha desenvolvida pela Comissão Estadual de Projetos Alternativos Comunitários, do Cáritas/Rio Grande do Sul (CÁRITAS, 2004). Esta cartilha visa oferecer um roteiro de reflexões para fortalecer o processo educativo, que deve ser permanente. Para tanto, os sete encontros sugeridos foram elaborados com base nas necessidades sentidas no dia-a-dia da vida dos grupos, e possui a solidariedade como grande tema inspirador.

O primeiro encontro deve questionar “quem somos nós?”, ou seja, envolve a definição e a discussão de quem sejam os componentes do grupo. Por meio do roteiro elaborado, o grupo pode refletir sobre o papel de cada integrante, e discutir algumas características básicas dos seres humanos: a) ser de relações, amor e espiritualidade; b) trabalho, corpo e ação; e c) sabedoria, mente e raciocínio. No segundo encontro, o grupo deve refletir sobre o porquê de viver em grupo. Para isso, são feitas algumas sugestões para a formação de um grupo alternativo: a) comportar-se de maneira democrática no ser e no agir, no viver e no conviver; b) ter posição de abertura e acolhimento às pessoas; c) dar-se bem com as pessoas, partilhando a vida; d) assumir a solidariedade, deixando de lado o individualismo e o egoísmo; e) aceitar as pessoas como elas são, com suas limitações, deficiências, qualidades, tendências positivas e negativas; f) valorizar as ideias e iniciativas de todos e todas; g) defender a ecologia: respeito e convivência com a natureza; h) cultivar a mística e celebrar a caminhada; i) ter fé, esperança, criatividade na construção de nova vida para todos/as; j) desenvolver uma consciência crítica e participar na luta pela mudança das situações de injustiça; e k) assumir um projeto de vida solidária, colocando-se junto e ao lado das pessoas marginalizadas da sociedade, o que destaca um compromisso com a transformação social.

O terceiro encontro aborda a construção de relacionamentos entre os integrantes do grupo. Para tanto, são sugeridas atividades que envolvam reflexões sobre a importância do diálogo e do desenvolvimento de relações de solidariedade e cooperação. No entanto, um grupo não vive isolado, necessitando de articulações com outras organizações, com a rede de economia popular solidária, com a natureza e com Deus. Este é, então, o tema do quarto encontro sugerido pelo Projeto Esperança. No quinto encontro são sugeridas reflexões acerca do que seria uma verdadeira democracia, que é o processo de tomada de decisões e a execução das tarefas em conjunto. O penúltimo encontro sugere reflexões sobre o que se aprendeu nos encontros anteriores. Este é um espaço para os participantes dialogarem sobre o que aprenderam uns com os outros, e sobre a importância de estarem abertos à aprendizagem.

Já o último encontro visa avaliar os encontros até então realizados e traçar melhorias que poderiam ser implantadas. O espaço de tempo destinado à reunião do grupo é de suma importância para a troca de experiência e união do grupo. Desta forma, o Projeto sugere algumas dicas para uma boa reunião, como: objetivo bem definido; prever o tempo necessário; e cada tema deve ter um tempo limitado de discussão.

Após ter passado pelas etapas três etapas iniciais (reunião de grupos novos, reunião do grupo e encontros sugeridos pela cartilha), a formação do grupo Novo Horizonte passou pelas seguintes etapas:

4º - Escolha do nome do grupo, da coordenação do grupo, elaboração da Ata, estatutos [...]; 5º - Entrega do material ao Projeto Esperança, associar-se, pagar uma taxa para se associar; 6º - Início da participação nas reuniões, Feiras e outras atividades do Projeto Esperança-Cooesperança. As pessoas e organizações que se envolveram na formação do Novo Horizonte foram o grupo, os grupos já existentes e o pessoal da Feira e os Consumidores e simpatizantes da Economia Solidária (coordenadora do Projeto Esperança).

A tentativa de formação do grupo até a sexta etapa descrita levou aproximadamente 03 meses, sendo o grupo oficialmente formado em março de 2000. Posteriormente, o grupo passou a participar ativamente das feiras e dos encontros da Economia Solidária, realizados pelo Projeto Esperança ou por outras entidades relacionadas a tal economia. Desta forma, deu-se início à etapa de experimento, na qual as artesãs passaram a atuar e comercializar em conjunto.

Nós só começamos a participar das feiras acho que só depois de três meses. Eu sei que a gente levou um bom tempo. Pra nós participar, participar mesmo de feira, foi depois que a gente já tinha tido as orientações todas sobre cooperativismo e sobre o funcionamento em geral da feira (integrante 02).

Durante as etapas de tentativa e experimento (TARDIF; HARRISSON, 2005), as entrevistadas destacaram que não houve a criação de novas políticas públicas que influenciassem diretamente nas atividades do empreendimento. No entanto, no decorrer das atividades do grupo, algumas políticas desenvolvidas no Estado e a própria criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) auxiliaram na consolidação dos empreendimentos de Economia Solidária, influenciando na visibilidade do Projeto Esperança-Cooesperança.

Desde o início de suas atividades, o grupo Novo Horizonte participa ativamente dos encontros semanais realizados pelo Projeto Esperança com todos os grupos do projeto, os quais visam discutir aspectos sobre a solidariedade e cooperativismo, e também a realização de feiras semestrais. Uma das razões para participar de tal projeto é o objetivo de atuar de

acordo com os princípios do cooperativismo e da realização de um trabalho solidário. As integrantes desse grupo passaram a se destacar no projeto, principalmente a partir de 2003, quando se tornaram institucionalizadas perante os outros grupos coletivos do Projeto Esperança.

Elas iniciaram, então, a realização de cursos e palestras a respeito do cooperativismo e do trabalho coletivo para outros grupos de Economia Solidária, conforme trecho destacado:

A gente passou um pouco do que a gente sabia, com papéis, polígrafos e tudo, para tentar passar para outros grupos, sobre o que é cooperativismo, o que é economia solidária, o trabalho autogestionado, o que é, como funciona. Inclusive, eu fui uma das que deu algumas palestras a respeito disso para alguns dos grupos (integrante 02).

Outra característica que dá destaque ao empreendimento Novo Horizonte é a dedicação de cada artesão na promoção de inovações, em termos de produto e no acabamento dado às peças confeccionadas. A integrante 01 ressaltou a importância do bom gosto para a combinação das cores, assim como o arremate dos produtos, que deve ser perfeitamente feito, por exemplo, tanto na frente quanto no verso de uma peça de fios. A artesã também relatou que: “o nosso grupo, até dentro do Projeto [Esperança], é um trabalho diferente, a gente procura fazer o que ninguém faz. É diversificado e a gente procura criar. E, todas têm esse potencial”.

Desta forma, além de ministrar cursos a respeito da atuação autogestionária, elas também passaram a oferecer cursos sobre técnicas específicas de artesanato para diferentes públicos. Uma das entrevistadas destaca que o artesanato está sendo indicado para pessoas que estejam com sintomas de depressão, e o desenvolvimento de trabalhos artesanais atua como uma terapia.

Grande parte do destaque do grupo é devido à satisfação das artesãs com relação ao seu trabalho. A participação no grupo e no Projeto ampliou as oportunidades de comercialização, por meio das feiras realizadas no próprio município de Santa Maria ou em outros lugares do Brasil, ou até mesmo em outros países, e as artesãs passaram a ter maiores chances de obter um retorno econômico-financeiro superior àquele antes obtido.

O grupo abriu o leque para tratar negociação, porque tem mais encomendas. E hoje eu estou sempre produzindo, no momento em que tem uma feira, tu tem que ter mercadoria, então eu estou sempre trabalhando (integrante 03).

Além da ampliação do mercado, o grupo gera benefícios não econômicos, como a troca de experiência entre os artesãos e a convivência em momentos de reuniões e feiras. Por mais que o grupo não divida as tarefas durante o processo de confecção das peças, a convivência entre o grupo e com outros grupos do Projeto Esperança possibilitou novas relações sociais aos envolvidos.

Por conta de tais fatores, o grupo pode ser considerado um modelo de desenvolvimento emergente (TARDIF; HARRISSON, 2005), visto que proporciona melhorias econômicas e sociais aos artesãos. A coordenadora do Projeto Esperança afirma que “o Grupo Novo Horizonte é um grupo-modelo de Economia Solidária, e está, cada vez mais, progredindo, pelo seu espaço e participação, pelo bem comum e pela colegialidade, seguindo políticas públicas de Economia Solidária e artesanato”.

5.3.1.3 Dimensão Inovação

A solução desenvolvida pelas artesãs, e que foi amparada pelo Projeto Esperança-Cooesperança, foi uma inovação para estas mulheres, que antes trabalhavam de forma independente. No entanto, ressalta-se que, no Projeto mencionado, já existiam outros grupos de artesanato. Esta inovação pode ser considerada uma inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). Ela não pode ser uma inovação técnica ou sociotécnica, visto que não se refere a algum tipo de inovação tangível, ou organizacional, porque não foi desenvolvida dentro de uma organização. Este empreendimento tampouco pode ser uma inovação institucional, haja vista o caráter amplo deste tipo de inovação, como é, por exemplo, uma política pública ou até mesmo uma solução de microcrédito.

O grupo Novo Horizonte, mesmo comercializando seus produtos em outras regiões do Estado e do país, concentra seus integrantes na cidade de Santa Maria – RS. Desta forma, esta inovação também possui uma atuação local (TARDIF; HARRISSON, 2005), dado que beneficia pessoas que residem naquela cidade.

O grupo foi criado para ser uma solução que suprisse as necessidades de uma coletividade, ou seja, de indivíduos que estariam diretamente envolvidos no empreendimento. Como o Projeto Esperança busca auxiliar e dar suporte a este tipo de empreendimento, a principal finalidade do grupo, que é a geração de renda e ocupação para as artesãs, também leva em consideração o bem comum do coletivo (TARDIF; HARRISSON, 2005).

5.3.1.4 Dimensão Atores

A formação do grupo Novo Horizonte deu-se por meio da interação de alguns atores. As duas artesãs que inicialmente idealizaram o grupo podem ser consideradas atores da sociedade civil (TARDIF; HARRISSON, 2005), assim como os demais artesãos que ingressaram no grupo posteriormente. No entanto, as duas primeiras artesãs são as titulares da ideia de criação do grupo, enquanto que todos os artesãos são usuários da solução desenvolvida (ROLLIN; VICENT, 2007). Por mais que a ideia para a criação do grupo tenha emergido das próprias artesãs, o Projeto Esperança-Coesperança e a Cáritas Estadual contribuíram significativamente para o desenvolvimento e a consolidação desta inovação.

Assim como o grupo de artesãos, o Projeto Esperança pode ser analisado como um ator social, mais especificamente, como um ator do movimento cooperativista (TARDIF; HARRISSON, 2005), que influenciou substancialmente a formação do grupo Novo Horizonte, desde o seu início. A coordenadora do Projeto afirmou que “o Projeto Esperança acompanha os grupos na sua formação e articulação, bem como em feiras, cursos, assembleias, feiras nacionais e internacionais”. O projeto passou a ser, então, uma importante referência para os novos grupos. No caso do Novo Horizonte, o referido projeto também tem uma participação essencial nos benefícios sociais que o grupo traz a seus integrantes. É por meio do incentivo deste projeto que os artesãos podem viajar a feiras e conhecer novos lugares e regiões do país ou, até mesmo, de outros países da América do Sul. Desta forma, o Projeto Esperança é um ator apoiador e financiador do grupo analisado (ROLLIN; VICENT, 2007). A troca de experiência não se limita ao grupo Novo Horizonte, mas a toda a rede formada pelo projeto e pelo movimento da Economia Solidária, que se torna um ator apoiador do empreendimento. O Projeto é atualmente composto por 250 grupos, sendo que 200 destes grupos são relacionados à produção de alimentos e outros 50, à confecção de artesanato.

O papel do Projeto Esperança foi e continua sendo de extrema importância para o grupo Novo Horizonte. A problemática manifestada pelas artesãs (principalmente, a da falta de meios de comercialização do artesanato) foi solucionada pelo acesso a feiras, proporcionando uma maior visibilidade aos produtos confeccionados. No entanto, o projeto não atua de maneira isolada. Ao longo destes diversos anos de atuação, o projeto sempre contou com diversos parceiros, como: Cáritas Brasileira; Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Franciscana (UNIFRA); Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); EMATER; CAMP;

AVESOL; Instituto Marista Solidariedade (IMS); Fóruns a nível Nacional, Estadual e Regional, através do Programa Nacional de Feiras; entre outros.

Os parceiros do Projeto Esperança influenciam indiretamente o grupo Novo Horizonte. Apenas a Cáritas Brasileira com sede regional no Rio Grande do Sul contribuiu de forma mais direta para o desenvolvimento do grupo estudado, por meio de empréstimos a baixos custos e cursos de capacitação, desde 2005. A Cáritas Brasileira integra a Rede Caritas Internationalis, que é uma rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma (CÁRITAS, 2011). Desta forma, esta rede pode ser classificada como um ator social de movimento associativista (TARDIF; HARRISSON, 2005), que apoia o grupo Novo Horizonte, buscando o fortalecimento de desenvolvimento sustentável e solidário e para a inclusão social das classes menos favorecidas.

5.3.1.5 Dimensão Processo

O processo de formação do grupo Novo Horizonte iniciou-se com a mobilização do Projeto Esperança e de outras artesãs, o que foi feito pelas entrevistadas Integrantes 01 e 02, da cidade de Santa Maria. Posteriormente, foram realizados os encontros descritos na dimensão Caráter Inovador, os quais contaram com a participação das artesãs (TARDIF; HARRISSON, 2005). Este processo possibilitou a aprendizagem do trabalho coletivo e solidário, no qual acontece a ajuda mútua e o respeito pelas necessidades de cada integrante.

O que eu quiser de bom para mim, eu tenho que querer de bom para o outro. Se eu quero vender, o outro também quer. Então é bom sempre respeitar o outro, a outra pessoa, que está do nosso lado, que está por perto. Inclusive o pessoal até se ajuda. Porque é difícil, a questão de dinheiro,... tem pessoas que vêm e acabam se dividindo, e a gente vê, muitas vezes, que, no grupo, um ajuda o outro, se aceita o outro (integrante 02).

No entanto, durante um período de tempo, houve certa resistência por parte de alguns artesãos, para que passassem a atuar no coletivo. Como algumas das peças produzidas por diferentes pessoas eram similares, existia uma concorrência entre estes artesãos. Esta dificuldade foi superada por meio da avaliação e da conscientização dos envolvidos, retomando-se os ideais do projeto, que abarca a solidariedade. Outra restrição que ainda é enfrentada pelo empreendimento é a insuficiência de vendas. Por mais que o Projeto possibilite a participação em feiras realizadas em diversos locais, as artesãs mencionam que

estas não geram o retorno esperado, o que gera certa incerteza para o grupo. A integrante 03 destaca que essa insuficiência de vendas se dá, em parte, à falta de interesse da população para, pelo menos, prestigiar os eventos da Economia Solidária:

As feiras são grandes, a nossa feira é enorme, mas se tu for olhar só para o lado de vendas, ela é “nada”. Porque o resultado de uma feira do cooperativismo, o que ela te traz de retorno em matéria financeira, é muito pouco pelo tamanho da feira [...] O que falta seria assim, o apoio da população em geral para visitar.

Mesmo assim, o ambiente proporcionado pelo Projeto e pelas feiras é onde acontece grande parte da troca de informações e de conhecimento entre os grupos, ou seja, é onde as artesãs têm a possibilidade de aprender com outras equipes. A participação nestes ambientes resulta em crescimento pessoal e também profissional.

No Projeto temos possibilidades de avanço, de crescimento como pessoa e como profissional. Temos trocas de experiência com outras pessoas, com outros estados, com outros países. Enfim, uma infinidade de coisas (integrante 02).

A feira nos traz o conhecimento, a convivência com outros colegas, a experiência de outros colegas, isso ela nos traz de muito bom (integrante 03).

A formação do empreendimento, em sua fase inicial, se deu por meio da integração entre os artesãos, com o Projeto Esperança e com os grupos de tal projeto. A interação com o Projeto ocorreu por meio do estabelecimento de uma parceria (TARDIF; HARRISSON, 2005), na qual foi dado suporte ao grupo. Posteriormente, quando o Novo Horizonte passou a ser considerado um modelo, ainda continuou a existir a integração do grupo com outros empreendimentos da Economia Solidária e a parceria com o Projeto e a Cáritas. A difusão do Novo Horizonte é feita dentro da própria rede de Economia Solidária, principalmente por meio da coordenadora do Projeto Esperança.

5.3.2 Síntese das dimensões de inovação social no Grupo Novo Horizonte

A formação do grupo Novo Horizonte apresenta diversos elementos das dimensões de inovação social. O contexto “micro” de formação era dado por uma problemática de desemprego e dificuldades de comercialização das peças artesanais produzidas pelas artesãs. Duas dessas artesãs buscaram no Projeto Esperança o suporte para a formação de um grupo coletivo de trabalho. Elas mobilizaram outras artesãs, e passaram por uma fase de tentativa, com encontros onde foram discutidos os princípios da solidariedade eram discutidos. Posteriormente, o grupo começou a atuar nas feiras de comercialização do projeto, em uma

fase caracterizada como “de experimento”. Nestas fases, houve a mobilização e a participação das artesãs, que aprenderam sobre como atuar em uma coletividade. A solução que foi desenvolvida pode ser considerada uma inovação social local, que buscou atender os interesses da coletividade e o bem comum. Também houve a resistência por haver certa concorrência entre os artesãos, o que resultou em uma avaliação para suplantá-la. Outra dificuldade é a insuficiência de comercialização, o que gerou certa incerteza nos artesãos. Os meios que se destacam nesta fase são a integração entre os atores e a parceria estabelecida com o projeto.

A partir de 2003, quando o empreendimento se tornou um modelo de desenvolvimento emergente, os atores continuaram participando do grupo estabelecido, e aprendendo uns com os outros e também com outros grupos de Economia Solidária. A restrição de insuficiência de vendas também permaneceu. Nesta fase, ocorreu a difusão do modo de atuação do empreendimento, bem como de seus produtos, e foram mantidas a integração e as parcerias com outros atores, com destaque para a parceria estabelecida com a Cáritas Rio Grande do Sul. A Figura 11 visa representar a formação do grupo Novo Horizonte de acordo com as dimensões “transformações”, “atores” e “processo”, e os principais aspectos da dimensão “caráter inovador” ao longo do tempo.

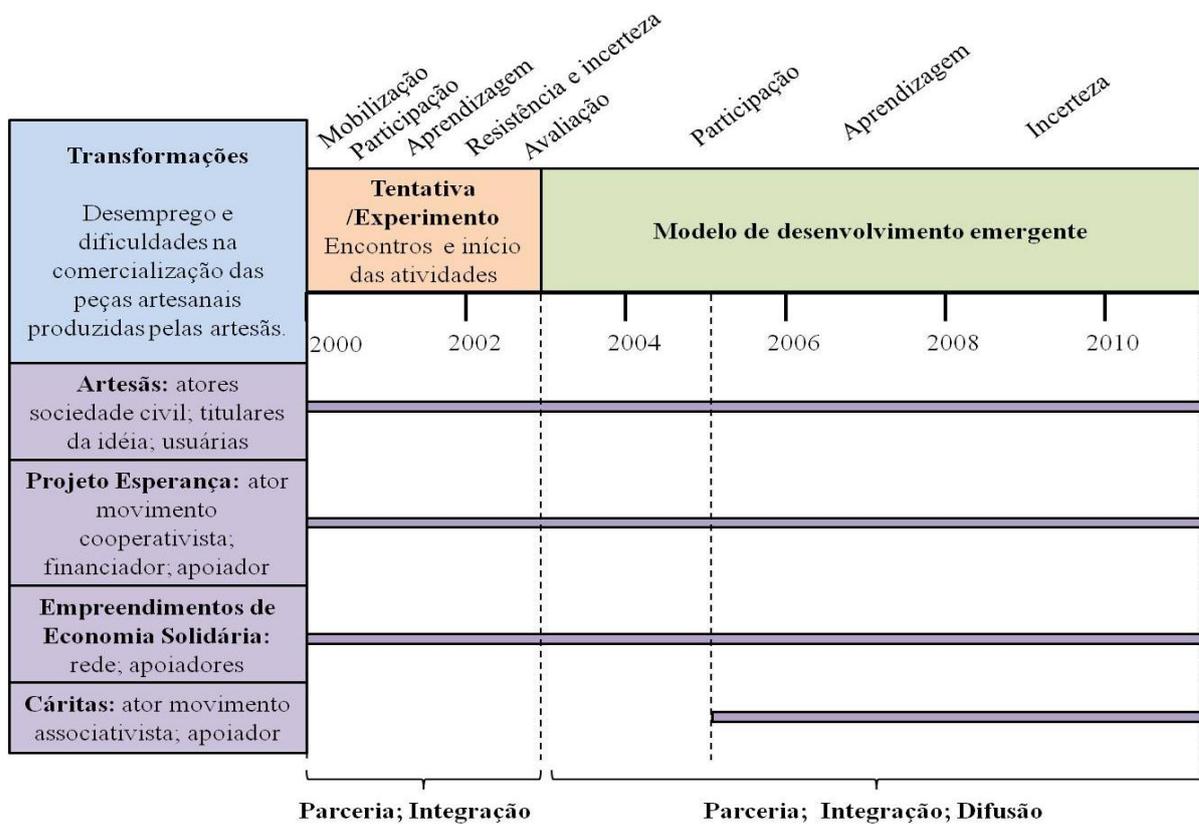


Figura 11 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação do grupo Novo Horizonte

Na próxima seção serão apresentados os resultados do quarto caso – os do grupo Misturando Arte.

5.4 CASO MISTURANDO ARTE

O grupo Misturando Arte é um empreendimento informal de produção e comercialização de peças artesanais que se localiza na região da Vila 1º de Maio, na cidade de Porto Alegre – RS. Este grupo é composto por 10 integrantes, sendo 07 mulheres e 03 homens, que produzem cerca de 100 peças mensais, principalmente a partir da reciclagem de materiais, como por exemplo, camisetas, banners, sacos plásticos e lixo hospitalar.

O Misturando Arte é um participante ativo da Economia Solidária de Porto Alegre. Por esta razão, as características típicas dos empreendimentos de tal economia, conforme destacadas por França Filho e Laville (2004), são evidenciadas neste grupo. Com relação à pluralidade de princípios econômicos, a principal fonte de recursos é advinda da comercialização das peças artesanais. Além da receita de comercialização, o grupo recebe o apoio de outras instituições, como a AVESOL, que lhes repassa materiais para serem reciclados por estes artesãos.

A autonomia institucional do empreendimento é manifestada pela capacidade de mobilização dos artesãos, que buscam obter matéria-prima reciclável com os vizinhos e amigos, ao mesmo tempo em que procuram conscientizá-los: “as latas eu peço, as garrafas Pet eu peço. Eu dou para outra lá, que vende, porque eu não vendo, mas a outra vende, então isso já é uma forma de conscientizar o vizinho de que aquele lixo não é para ir para a natureza” (integrante 02). Assim, o grupo não depende somente da doação de instituições. Além disso, os artesãos possuem plena autonomia para decidirem os rumos do empreendimento, o que geralmente é feito, no mínimo uma vez por mês, em reuniões e encontros realizados pelo grupo.

O processo de tomada de decisão do grupo Misturando Arte é democrático e participativo. Como o grupo não conta com um coordenador oficial, em cada reunião uma pessoa fica de responsável por elaborar a ata com as principais decisões tomadas. Desta forma, a autogestão foi a forma de gestão adotada pelo empreendimento, que se esforça para segui-la em todas as suas ações.

O tratamento entre os integrantes do Misturando Arte é informal, não existindo relações impessoais no empreendimento. Uma das razões que contribui para tal característica é o fato de não haver um coordenador-líder. Assim, todos os participantes podem expressar sua opinião num clima mais informal de trabalho. De acordo com as entrevistadas, o grupo possui muitas lideranças que apresentam diferentes visões e opiniões, mas que são flexíveis o suficiente para que cheguem a um comum acordo.

A última característica típica dos empreendimentos da Economia Solidária é a finalidade multidimensional de um grupo de trabalho. O Misturando Arte é um grupo com características que contemplam diversas finalidades. O grupo gera renda aos artesãos por meio da comercialização dos produtos confeccionais, abarcando a finalidade econômica. A utilização de matérias-primas recicláveis aponta para a preocupação com o meio ambiente, enquadrando-se na finalidade ambiental de atuação. A finalidade política é contemplada com a participação dos artesãos no Fórum da Economia Solidária, tendo duas de suas participantes como líderes do fórum da cidade. A finalidade social revela-se no depoimento de uma artesã que menciona a importância de que pessoas com os mesmos valores e visões estejam se relacionando, o que, no caso, é proporcionado pela autogestão do empreendimento.

5.4.1 As dimensões de inovação social no grupo Misturando Arte

Nesta seção são mostrados os resultados da análise das dimensões de inovação social na formação do grupo Novo Horizonte. Primeiramente apresenta-se a dimensão Transformações, seguida da dimensão Caráter Inovador. Posteriormente, é feita a apresentação das dimensões Inovação, Atores e Processo de inovação social.

5.4.1.1 Dimensão Transformações

O contexto de formação do grupo Misturando Arte refere-se ao bairro Jardim Cascata, que é localizado na região Glória, de Porto Alegre – RS. Este bairro é caracterizado por ser basicamente residencial, com poucos serviços e comércio (PROCEMPA, 2011). O bairro Jardim Cascata, e especialmente os locais que são mais próximos do bairro Belém Velho, não possui (em) infra-estrutura para áreas de lazer, como por exemplo, praças ou campos de futebol: “Essa daqui é uma vila. Ela não tem nada aqui, a gente não tem uma praça aqui, nem

uma pracinha” (integrante 01). Além disso, os serviços de internet banda larga não funcionam na região, devido ao relevo acidentado onde se encontra o bairro, que é no Morro da Glória.

A desigualdade social que afeta os habitantes do bairro faz com que existam alguns recantos mais pobres, onde o consumo de drogas e a violência são mais acentuados. O *crack* é uma das drogas que está em maior evidência no local, e os usuários de tal droga não se restringem aos jovens, mas também abarca famílias, conforme trecho a seguir: “Às vezes, tu olha e são famílias inteiras que estão tomadas [pelo *crack*]. Tu vai ver e só o de 04 anos que não usa porque só tem quatro anos. Daí a pouco ele cresce” (integrante 01).

Neste contexto, muitos dos moradores do Jardim Cascata enfrentavam situações de desemprego ou de renda insuficiente para o sustento de suas famílias. Desta forma, a confecção de peças artesanais sempre foi uma atividade exercida por muitas moradoras do Jardim Cascata, que procuravam melhorar sua situação de vida por meio da comercialização dessas peças. Além do artesanato, existiam pessoas que realizavam a fabricação de produtos alimentícios, e algumas até trabalhavam com atividades culturais para o entretenimento dos moradores. No entanto, a comercialização dos produtos fabricados ou confeccionados pelos moradores era feita de maneira informal, nas redondezas de suas casas. Os artesãos nem ao menos se conheciam, trabalhando cada um de forma isolada.

5.4.1.2 Dimensão Caráter Inovador

A partir do contexto descrito, duas moradoras do Jardim Cascata, mais especificamente da Vila 1º de Maio, em 2005, conceberam a ideia de formação de feiras no próprio bairro, para que os produtos dos moradores pudessem ser comercializados. Por possuírem um mini-mercado e por residirem no bairro há mais de 30 anos, elas eram conhecidas dos moradores, os quais, por sua vez, investiram na idéia dada.

Isso foi há cinco anos atrás, a gente se organizava como vizinho, todo mundo precisando, se ia atrás. Aí todo mundo se uniu aqui, quem faz alguma coisa, quem faz comida e tal, e daí fizemos uma feira lá na escola (integrante 01).

A gente falou com as pessoas, as pessoas foram aceitando. Quando nós vimos tinha aquele monte de banca lá. Aí depois, a gente foi dando continuação, e o pessoal se dando bem. Aí nós continuamos [...] (integrante 02).

No início, mais de 50 pessoas participavam dos eventos coordenados pelas moradoras, onde nem todos eram artesãos. As feiras aconteciam no meio da rua, que eram fechadas de acordo com solicitações enviadas à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Para divulgar os

eventos que aconteciam mensalmente, panfletos explicativos eram distribuídos na comunidade. Qualquer pessoa que tivesse interesse em expor seus produtos poderia participar das feiras. Além da comercialização de produtos, os eventos contavam com a apresentação de bandas musicais para atrair o público jovem. Para realizar os eventos, os moradores contavam com o auxílio de entidades locais, como os Clubes de Mães e a Escola Municipal do bairro, que eram localizados no bairro Jardim Cascata. Estas entidades auxiliavam na mobilização dos moradores e na organização da infra-estrutura para as feiras e para a organização de palestras.

O grupo Misturando Arte foi se formando no decorrer das feiras realizadas no bairro Jardim Cascata. Os artesãos e as pessoas que comercializavam itens de alimentação se reuniram periodicamente para discutir as atividades que seriam promovidas pelo grupo e as responsabilidades de cada um nessas atividades. Foi iniciada, então, a fase de tentativa e experimento do empreendimento (TARDIF; HARRISSON, 2005). Desde o início das atividades, o grupo procurou atuar de forma coletiva e solidária, o que representa uma solução de Economia Social ou Solidária (TARDIF; HARRISSON, 2005), e tendo como líderes as artesãs idealizadoras do grupo.

Por meio dessas feiras, onde participavam outros grupos de artesanato do bairro Glória, os integrantes do Misturando Arte conheceram o grupo Amor à Arte, o qual era um empreendimento da Economia Solidária. A partir do contato com os artesãos deste grupo, foi indicado o contato da Associação do Voluntariado e da Solidariedade (AVESOL), em 2007. Esta organização atua principalmente no acompanhamento dos grupos de Economia Solidária, e, pelo número de empreendimentos assessorados, formou uma rede de grupos coletivos que conta com projetos específicos para seu acompanhamento.

A gente tinha um acompanhamento não mais tão focado nos grupos; mas que era mais focado na rede mesmo, com um acompanhamento e a formação somente em Economia Solidária. E aí foram juntando vários grupos, aí a rede aumentou e a gente foi vendo a necessidade dos grupos, de estarem sendo acompanhados mais de perto. E daí, para isso, a gente precisava ter um recurso maior. E aí, foram se encaminhando os projetos (assistente de Projetos Sociais da AVESOL).

A AVESOL fez a proposta ao grupo Misturando Arte, de que eles participassem do Fórum de Economia Solidária de Porto Alegre, em 2007. No entanto, o grupo estava passando por dificuldades com relação à participação dos seus integrantes. Muitos deles já não estavam mais interessados na proposta de grupo, visto que o artesanato era uma renda incerta, e também pela dificuldade de atuar no coletivo. A integrante 01 ressalta que, entre os artesãos,

existia a cultura de ter um superior coordenando as pessoas, e que este ainda é um desafio enfrentado pelo grupo:

Aquela coisa de não ter o dinheiro certo, de não ter a figura do patrão, porque aquilo dali já dá responsabilidade. “Ah, é com a dona Miriam, então qualquer coisa eu vou lá na dona Miriam”. Eles não estão acostumados. Até a gente não está. Às vezes, a gente se pega dando uma de patrão ou, às vezes, a gente se pega cobrando da outra. E tu não tem que cobrar da outra. Por que tu vai cobrar da outra se eu também não fiz? As responsabilidades são iguais. A gente tem que estar o tempo inteiro se avaliando.

O grupo foi se reduzindo, então, para apenas poucas pessoas, mas que continuavam trabalhando de forma coletiva. No ano de 2008, uma das integrantes do grupo teve contato com a líder do Fórum de Economia Solidária de Porto Alegre, percebendo que seria uma boa oportunidade para o crescimento do Misturando Arte. Desta forma, os artesãos passaram a atuar ativamente nas reuniões e nas feiras realizadas por aquele Fórum. Os fóruns de Economia Solidária, no geral, são espaços para debates políticos acerca dos empreendimentos coletivos. No Rio Grande do Sul, existem 13 fóruns regionais, sendo que o de Porto Alegre é um deles. No entanto, a Economia Solidária não se restringe somente aos empreendimentos que participam destes debates, pois diversos grupos optam por não fazer parte deles ou simplesmente os desconhecem.

O fórum tem esse papel de ser o espaço do debate político. Mas, a gente tem que ter esse cuidado e a suavidade também de dizer que a Economia Solidária não acontece só nos fóruns. Tem empreendimentos que fazem o mesmo trabalho, que estão na mesma linha, só que não participam de um fórum. Porém, eles não deixam de praticar Economia Solidária (representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária).

A participação do Misturando Arte no Fórum de Economia Solidária auxiliou o grupo a manter-se coeso e ativo. Ao mesmo tempo, o grupo foi integrando novas pessoas da comunidade, que compartilhavam os mesmos valores de trabalhar no coletivo e atuar de forma solidária, conforme destacado pela integrante 02: “As pessoas que estão no nosso grupo, eu acredito que tenham a mesma atitude, porque eles fazem as mesmas coisas, compartilham os mesmos valores”.

A forma atuante do grupo fez com que duas de suas integrantes assumissem posições de destaque no Fórum de Economia Solidária de Porto Alegre, em 2009: Coordenadora do Grupo de Trabalho de Artesanato e Coordenadora do Fórum de Porto Alegre. A característica que mais se destaca no Misturando Arte é a forma autogestionária de conduzir as suas atividades e foi por meio desta característica que o grupo tornou-se institucionalizado perante

os demais grupos de Economia Solidária e, até mesmo, da comunidade. Assim, cursos de capacitação, que buscam qualificar cada vez mais os grupos de Economia Solidária, foram desenvolvidos pelas artesãs, e o grupo vem participando do projeto de formação de grupos na Vila Dique, em Porto Alegre, que é um local habitado por pessoas de baixa renda. Além disso, o grupo tem apresentado o seu empreendimento em cursos de graduação.

Na Vila Dique, a gente já foi passar o nosso exemplo para a formação de outros grupos. Quando eu estava trabalhando lá, para a formação de um grupo, foi a Karine, eu e o Cauê; fomos dar palestra, relatar lá sobre a nossa experiência. Nessa faculdade, a São Francisco, também fui eu e a Angela falar. Eu fui falar enquanto Misturando Arte, e ela foi falar enquanto Fórum, lá para o curso de Administração (integrante 01).

Além de o grupo ser um destaque em termos de autogestão, sendo exemplo para palestras de cursos, um dos integrantes do Misturando Arte desenvolveu uma tecnologia social que está sendo utilizada pelo grupo, que é a confecção de fios para brincos, anéis, etc., a partir de sacos plásticos recicláveis, como saco de feijão, saco de pão de sanduíche, dentre outros. O fio possui grande resistência e está tendo uma boa aceitação no mercado, além de ser um produto de destaque no artesanato da reciclagem.

A gente tem o fio ecológico também, que está repercutindo muito no meio do artesanato da reciclagem. Inclusive, o nosso grupo até nem trabalhava muito no ramo. Aí começaram a aprender mais com a minha entrada (Integrante 03).

A motivação para o trabalho coletivo no Misturando dá-se, em parte, pela possibilidade de geração de renda extra aos envolvidos. No entanto, as artesãs também destacam os benefícios não econômicos; afirmam que encontram nele um espaço de desenvolvimento de relações sociais que proporcionam mudanças sociais. A integrante 03 relata o seu envolvimento com o grupo e os benefícios que lhe foram proporcionados, dado que antes ela trabalhava como catadora e, por meio da confecção de artesanato, percebeu que anteriormente necessitava de uma quantidade muito grande de material para receber a mesma quantidade de receita que obtém atualmente com a venda de artesanato. Em outras palavras, esta artesã agregou valor ao seu trabalho.

Eu reciclava e vendia, e não sabia o poder do pedacinho de plástico que eu juntava tantos quilos para ganhar um centavo. Um pedacinho de plástico, um pedacinho de tecido, um resíduo têxtil que conseguia valorizar o meio ambiente, tudo, muita coisa assim, também, o social também muda muito. Tu conhece muitas pessoas diferentes, hábitos diferentes, muito legais, pessoas assim, que era fora do meu convívio.

Desta forma, o grupo Misturando Arte, principalmente a partir de 2009, passou a atuar de acordo com um modelo de desenvolvimento emergente (TARDIF; HARRISSON, 2005), que oferece benefícios sociais e econômicos aos envolvidos. A Assistente de Projetos Sociais da AVESOL, que trabalha com o grupo desde 2007, destaca que os integrantes do Misturando Arte são muito comprometidos com a ação social e com a militância do movimento da Economia Solidária. Para o grupo, é essencial atuar de acordo com os princípios de tal movimento, que preza a consolidação de uma “Nova Economia”. Por mais que o grupo se organize de forma coletiva, esta entrevistada salientou o papel de uma de suas integrantes, que é uma das lideranças condutoras do trabalho do Misturando Arte.

Eles estão muito comprometidos, têm muita força de vontade, uma das lideranças ali realmente é a Katiucia; Ela tenta levar o grupo adiante e perceber algumas coisas no grupo [...] eles vão muito para o lado da militância e na parte mais de ação social com a comunidade (Assistente de Projetos Sociais da AVESOL).

Além disso, o Misturando Arte também vem se destacando na forma de produção coletiva. Inicialmente, cada artesão realizava a confecção de suas próprias peças, que eram comercializadas de forma coletiva. No entanto, o grupo tem realizado a produção de peças coletivas, na qual os integrantes podem ter uma maior interação social. Conforme aponta a integrante 01, existe a dificuldade, de maneira geral, de os artesãos atuarem e produzirem coletivamente, visto que este comportamento seria antagônico ao que normalmente se espera de tal profissional.

Eu sempre costumo dizer assim, que o artesão da Economia Solidária ele é um artesão diferente, ele não é um artesão igual aos outros, primeiro porque ele quer trabalhar com o coletivo, para um artesão isso já é complicado. É antagônico, o artesão ele gosta de ficar sozinho para criar as suas peças, ele tem toda a coisa do só e daqui a pouco ele vai trabalhar em grupo (Integrante 01).

A Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária reconhece que a iniciativa do Misturando Arte é de destaque, porque as políticas públicas de artesanato geralmente preparam os artesãos para que atuem de forma individual. Porém, realizar esta produção dividindo as tarefas é algo desafiador para um artesão. Ela ainda comentou que em outras regiões do país, como o Sudeste e Norte, a produção de forma coletiva é mais comum, mas no Sul, especialmente no Rio Grande do Sul, esta é uma característica que necessita ser aprimorada.

O Misturando Arte tem algumas coisas que elas estavam fazendo de forma coletiva. Então é isso, é um processo que não é muito tranquilo para quem é do artesanato, com toda a carga que tem em cima do individualismo, seja pela política pública que é assim, da maneira que é oferecida as capacitações, as formações pro artesanato,

mas elas vêm tentando fazer esse papel aí de migrar para a produção coletiva [...] Se tu pegar sudeste e norte, aí, muitas vezes eles têm apoio do SEBRAE e outros órgãos, aí eles já vão mais para a linha da cooperativa e fazem o trabalho coletivo, a produção coletiva, os nossos ainda não (Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária).

Ressalta-se, ainda, que atuação do Misturando Arte na própria comunidade do bairro Jardim Cascata tornou-se mais restrita. Os eventos que anteriormente eram organizados não estão ocorrendo mais, dado que os esforços dos artesãos estão direcionados para o trabalho coletivo e para a realização e participação de reuniões. Outra razão é o público-alvo das peças, que produzidas a partir de matérias-primas recicláveis, o que geralmente é muito específico e localizado. Mas, o grupo deseja retomar as atividades com o bairro, pois nenhuma outra instituição ou entidade tem realizado algo semelhante.

5.4.1.3 Dimensão Inovação

A formação do grupo Misturando Arte, que foi a solução desenvolvida para a problemática abordada, caracteriza-se como uma inovação para as pessoas que se envolveram em sua constituição. Tal inovação pode ser considerada uma inovação social de tipo “social” (TARDIF; HARRISSON, 2005), visto que foi um processo iniciado pelos atores sociais, e que emergiu numa proposta de trabalho coletivo de Economia Solidária.

Conforme foi mencionado anteriormente, a escala de abrangência do grupo Misturando Arte envolveu e envolve a comunidade do bairro Jardim Cascata. Desta forma, por mais que atualmente seus produtos sejam comercializados em outras comunidades ou cidades, a inovação desenvolvida apresenta um caráter localizado (TARDIF; HARRISSON, 2005).

A principal finalidade de formação do grupo é a geração de renda extra e de trabalho ao grupo de artesãos. Como a formação do grupo basicamente contou somente com pessoas que buscavam tal objetivo, a definição da finalidade do grupo privilegiou as necessidades da coletividade e o bem comum dos envolvidos (TARDIF; HARRISSON, 2005). A integrante 01 relata: “A finalidade do Misturando Arte é para aumentar a renda, não é nem para ter uma renda, é para aumentar, porque todo mundo tem o seu trabalho”.

5.4.1.4 Dimensão Atores

O início das atividades do grupo Misturando Arte deu-se a partir da ideia de duas artesãs que eram atores da sociedade civil (TARDIF; HARRISSON, 2005) e foram titulares da ideia de criação do empreendimento (ROLLIN; VICENT, 2007). Outros artesãos e pessoas da sociedade civil ingressaram no grupo que posteriormente veio a ser o Misturando Arte. Estes atores e as duas artesãs tornaram-se, então, usuários da solução desenvolvida (ROLLIN; VICENT, 2007).

Para o desenvolvimento das atividades, o grupo buscou o auxílio de entidades e instituições da comunidade. A organização não-governamental Clube de Mães do bairro Jardim Cascata é um ator organizacional (TARDIF; HARRISSON, 2005) que auxiliava na divulgação das feiras, assim como na mobilização de possíveis expositores. Este ator era, portanto, um apoiador do grupo de moradores (ROLLIN; VICENT, 2007). Já a Escola Municipal do bairro oferecia sua infra-estrutura para a realização das feiras, além de materiais para oficinas de artesanato que eram ministradas pelas próprias artesãs. A escola caracteriza-se como um ator institucional do Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005), que apoiava o grupo na realização de suas atividades. A organização não governamental Joana D'arc – ator organizacional (TARDIF; HARRISSON, 2005) – apoiava as atividades do grupo, ministrando palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e encaminhava os casos identificados para possíveis tratamentos. Estas foram as primeiras organizações e instituições que colaboraram para a formação do grupo de moradores, principalmente até 2007.

Neste mesmo ano, os integrantes do Misturando Arte estabeleceram um relacionamento com a AVESOL, que possui basicamente duas frentes de atuação: matérias-primas; e assessoria de gestão. Este ator organizacional (TARDIF; HARRISSON, 2005) apoia o empreendimento por meio da doação de matérias-primas recicláveis, como camisetas dos Correios, material da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), etc. (ROLLIN; VICENT, 2007). Além disso, em 2010, o grupo foi inscrito pela AVESOL em um projeto do Banco Santander, que se chamava Aliança Empreendedora. O projeto foi selecionado e, então, a AVESOL passou a acompanhar de forma mais frequente a gestão e atividades do grupo Misturando Arte, a fim de profissionalizá-las. Inicialmente, a assessoria buscou realizar treinamentos a respeito do cálculo de custo de cada produto, de pesquisas com relação ao tipo de produto, e de relacionamentos interpessoais.

Eles participam, desde o início deste ano, do projeto com o Santander que a gente tem, que é, como eu te falei, essa parte da assessoria que seria o acompanhamento no grupo mesmo, de questão de relacionamento, questão de gestão mais administrativa, de gestão, de formação na Economia Solidária. E tem essa outra parte, dos Correios, da FIERGS, a partir de doações. A gente tem parcerias com algumas empresas, algumas instituições que repassam o material para a AVESOL e a gente repassa para os grupos (Assistente de Projetos Sociais da AVESOL).

Além dos atores supracitados, o grupo Misturando Arte participa do Fórum Economia Solidária de Porto Alegre (ator social de movimentos associativistas), do qual o grupo faz parte desde 2008. Este fórum, que é um apoiador e um financiador do grupo, nos termos de Rollin e Vicent (2007), promove as feiras onde os artesãos podem comercializar os seus produtos e subsidia alguns espaços em feiras, a fim de reduzir os custos dos artesãos. Também, no espaço proporcionado pelo fórum, os empreendimentos conseguem trocar experiências e conhecimento, formal ou informalmente, atuando o fórum, e, deste modo, atua como uma rede de relacionamentos. Desta forma, as políticas públicas destinam recursos econômico-financeiros ao fórum, como os para a realização das feiras, acaba influenciando, mesmo que de forma indireta, o grupo Misturando Arte.

O fórum promove as feiras, que agora já estão no calendário, que é a do dia das mães e a de Natal [...] então tu tem que estar apto, tu tem que estar participando para poder fazer essas feiras, e também porque é o espaço de maior legitimidade dos empreendimentos, de maior representação (Integrante 01).

O grupo Misturando Arte faz parte do Fórum Municipal da Economia Solidária. Por isto, ele estabelece relacionamentos com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL). Esta é uma associação sem fins lucrativos cujos fundamentos são: o compromisso com a defesa dos interesses reais da classe trabalhadora; a melhoria das condições de vida e de trabalho das pessoas; e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e a uma sociedade mais justa (UNISOL, 2011).

A UNISOL, ela é mais na questão de estrutura do Centro. Assim, o fórum municipal também. Porque, até antes de eu ser uma das coordenadoras, a gente já tinha a abertura de poder usar o telefone, poder ir para lá e usar o computador, porque a gente tem uma sala lá na Delegacia Regional do Trabalho. O CAMP também, tu pode ir lá, pode usar a internet. Então, o telefone também, não é todas que têm telefone, não é sempre que tu tem crédito, então tu pode ir para o CAMP e fazer as ligações que tu tem que fazer (Integrante 01).

A UNISOL, que é um ator organizacional (TARDIF; HARRISSON, 2005), disponibiliza serviços de telefone e de internet aos integrantes do grupo, assim como o Centro de Aperfeiçoamento Multidisciplinar (CAMP), que é uma organização não-governamental envolvida com a Economia Solidária de Porto Alegre.

Após a apresentação dos atores envolvidos na formação do grupo Misturando Arte, o próximo item aborda o processo de sua constituição.

5.4.1.5 Dimensão Processo

O processo de formação do grupo Misturando Arte envolveu a mobilização dos moradores do bairro Jardim Cascata, a qual foi feita pelas artesãs que idealizaram a realização de feiras locais. Os eventos contaram, então, com a participação dos moradores do bairro, tanto para expor os produtos quanto para comprá-los. Posteriormente, foram feitos encontros para a formação do grupo Misturando Arte propriamente dito, que também ocorreram com a participação dos moradores. Este processo de formação possibilitou a aprendizagem do trabalho coletivo e solidário, além de novas ideias para a inovação em produtos, as quais foram possibilitadas pela troca de informações entre os artesãos, conforme destacado pela integrante 02: “No grupo temos a união, a gente fica mais junto, os trabalhos às vezes acabam rendendo um pouco mais. Às vezes, se tu tem um trabalho que não está tão bonito, vinha outro te dar ideia”.

Mas, o processo de formação do grupo enfrentou algumas restrições à consolidação do empreendimento (TARDIF; HARRISSON, 2005). A primeira delas foi a desistência de muitos artesãos, logo após o início das atividades do grupo, conforme mencionado anteriormente. Esta restrição gerou incerteza e tensão para os moradores do bairro, visto que não estes não sabiam ao certo se o grupo continuaria atuando. Outra restrição que ainda impede o melhor desenvolvimento das atividades dos artesãos é o espaço físico para o trabalho. Atualmente, o espaço ocupado pelo grupo, que é cedido por um morador do bairro, não é propício ao desenvolvimento de atividades coletivas, dado que é pequeno para a alocação de máquinas e de matérias-primas, conforme o trecho a seguir: “aqui [no local atual] é abafado, a gente tem que fazer esse rebuliço, porque é muito material, a gente não consegue nem ver o que a gente tem, ver o que dá para trabalhar. Aí tu não consegue te organizar direito” (integrante 02).

A partir do momento em que o grupo se tornou um modelo de desenvolvimento emergente, a participação dos artesãos permaneceu como um destaque enquanto modo de coordenação, visto que o trabalho é feito em grupo. A interação entre os artesãos do Misturando Arte e os integrantes dos demais grupos de Economia Solidária que participam do Fórum Municipal também gera aprendizagem aos envolvidos. Tal interação ocorre principalmente nos eventos e feiras da Economia Solidária, tanto em Porto Alegre quanto em outras regiões do RS ou dos demais Estados do Brasil. Nestes espaços, os artesãos compartilham experiências, tanto em termos de gestão dos empreendimentos quanto de ideias para novos produtos. A integrante 03 destaca a motivação gerada pelo convívio com outros empreendimentos e a troca de conhecimentos entre os integrantes do movimento da Economia Solidária.

A Economia Solidária traz muita motivação. Eu fiquei bem motivada também, cheia de ideias, cheia de coisas. A gente troca nas feiras muitas ideias, muita motivação, é várias pessoas que eu conheço nesses grupos, que me passam muita coisa e eu passo muita coisa pra eles, também. É sobre a Economia Solidária, é a gente ser solidário com as outras pessoas. O que eu aprendi, eu passo (integrante 03).

Uma das restrições identificadas recentemente pelos artesãos do Misturando Arte é a de que o empreendimento preocupa-se muito com a proposta da Economia Solidária, deixando de lado, muitas vezes, as questões da sustentabilidade econômica e da geração de renda do Misturando Arte. A AVESOL apontou a mesma problemática ao prestar assessoria aos artesãos:

O que eu vejo, assim, eu acho que eles vão muito para o lado da militância e na parte mais de ação social com a comunidade, e, às vezes, deixam o empreendimento de lado. E até é uma discussão que a gente teve nos acompanhamentos com eles. Claro que as palavras são diferentes... Por exemplo, no mercado mais capitalista e no mercado da Economia Solidária. Mas, bom..., é importante o empreendimento ter um lucro, um valor que ele possa dividir entre seus integrantes e o empreendimento mesmo poder se sustentar. E isso eu vejo que não é tão importante para eles, mas a gente vê que é porque é um empreendimento de Economia Solidária (assistente de Projetos Sociais da AVESOL).

As artesãs entrevistadas afirmaram que esta dificuldade está relacionada, principalmente, com a falta de um lugar apropriado para realizarem o trabalho em conjunto. Eles estão buscando, junto à comunidade, um espaço coletivo que possibilite o desenvolvimento do trabalho do grupo. De qualquer forma, a concentração de esforços na militância da Economia Solidária gera certa incerteza quanto à sustentabilidade do empreendimento.

A formação do grupo Misturando Arte envolveu a integração entre os moradores do bairro Jardim Cascata e a parceria com as instituições e organizações localizadas na comunidade. Estas características permaneceram durante todo o processo de formação do grupo, e se somaram à difusão do modelo de empreendimento para outros contextos, principalmente a partir de 2009.

5.4.2 Síntese das dimensões de inovação social no grupo Misturando Arte

A formação do grupo Misturando Arte reflete diversos elementos das dimensões de inovação social. O contexto de transformações apresentou uma problemática de desemprego ou de renda insuficiente dos moradores do bairro Jardim Cascata. Aliado a isso, se encontrava a dificuldade de comercialização, pois esta era restrita aos vizinhos das redondezas dos artesãos. A solução desenvolvida para suplantar estas dificuldades foi a formação de um empreendimento coletivo, cujo principal produto é o artesanato. Esta solução pode ser considerada uma inovação social localizada, que buscava contemplar os interesses da coletividade e o bem comum. Em termos de caráter inovador, esta solução passou por uma fase de tentativas e de experimentos, com as feiras realizadas e com os encontros para a formação do grupo. Esta fase envolveu os moradores do bairro Jardim Cascata e, principalmente, a Escola Municipal e o Clube de Mães, ambos do referido bairro, além da AVESOL e do Fórum Municipal de Economia Solidária. Os modos de coordenação foram estabelecidos por meio de integração entre os moradores e de parceria com os demais atores já mencionados. Durante este período, houve a mobilização e a participação dos moradores, o que possibilitou uma aprendizagem coletiva aos envolvidos. Entretanto, o grupo enfrentou algumas restrições que geraram incerteza e tensão entre os artesãos.

O grupo, principalmente a partir de 2009, passou a ser institucionalizado perante a comunidade e os outros empreendimentos de Economia Solidária, tornando-se, então, um modelo de desenvolvimento emergente. Nesta fase, permaneceram as parcerias entre o grupo Misturando Arte, com a AVESOL e com o Fórum Municipal de Economia Solidária. A participação dos artesãos se fez presente, assim como a aprendizagem entre eles e na interação com outros empreendimentos de Economia Solidária. Os meios para esta participação que mais se destacaram foram a parceria entre os atores, a integração com os diversos empreendimentos e a difusão do Misturando Arte para outros contextos. Mesmo sendo

considerado um modelo de inovação social, o grupo ainda enfrenta algumas restrições no desenvolvimento de suas atividades, o que gera incerteza nos artesãos. Na Figura 12 tem-se representado as dimensões Transformações, Processo, Atores e alguns elementos da dimensão Caráter Inovador, ao longo do tempo, na formação do grupo Misturando Arte.

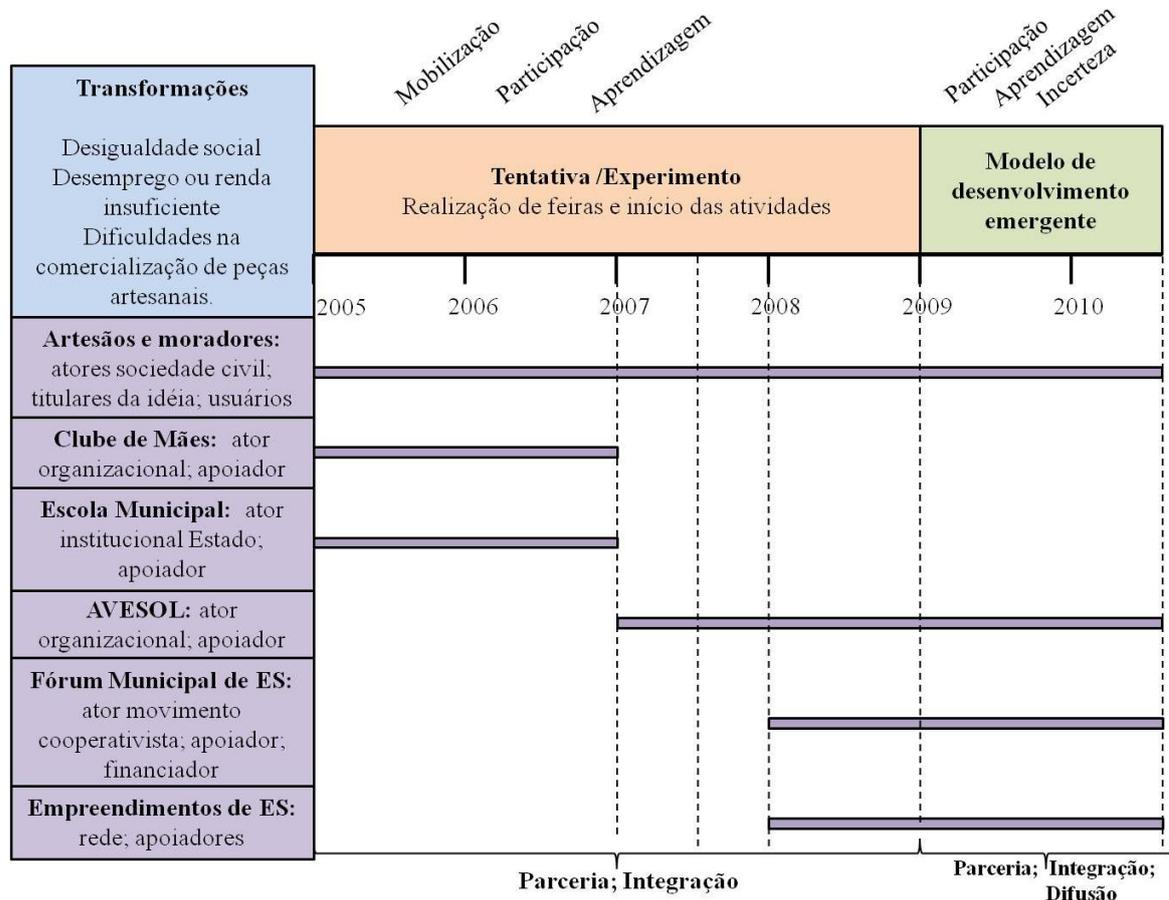


Figura 12 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação do grupo Misturando Arte

A próxima seção apresenta a formação da Associação dos Artesãos de Vila Flores de acordo com as dimensões de inovação social.

5.5 CASO ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE VILA FLORES (AAVIF)

A Associação dos Artesãos de Vila Flores (AAVIF) localiza-se na Serra Gaúcha, no município de Vila Flores – RS. Atualmente, a associação possui 45 artesãos filiados, que trabalham com diferentes tipos de matérias-primas, como por exemplo, palha de milho, palha de trigo, tecidos e fios. Diversos produtos manuais são confeccionados a partir destas

matérias-primas, sendo que algumas das peças mais vendidas são almofadas aromáticas, feitas a partir de tingimento natural, e os enfeites e objetos utilitários feitos a partir da palha de milho e da palha de trigo. A comercialização de produtos da associação não se restringe apenas à Casa do Artesão da cidade. Os artesãos participam de feiras que são realizadas na região, como, a FENAVINHO, em Bento Gonçalves, e os filós, que são típicos rituais da cultura italiana, que são realizados no próprio município. Em média, a AAVIF comercializa cerca de 150 peças por mês.

A Associação dos Artesãos de Vila Flores atua em consonância com as características típicas dos empreendimentos de Economia Solidária. Mesmo que a associação não participe ativamente dos fóruns desta economia, é um grupo que se assemelha a ela, por exemplo, na sua característica de pluralidade de princípios econômicos. A principal fonte de recursos da associação é proveniente da comercialização de seus produtos. No entanto, outras entidades contribuem com recursos, econômicos ou não, para o desenvolvimento das atividades do empreendimento. Uma destas entidades é a Prefeitura Municipal de Vila Flores, que disponibiliza recursos para a participação em feiras e eventos.

A segunda característica comum aos empreendimentos da Economia Solidária é referente à autonomia institucional. Os parceiros da associação influenciam nas suas decisões, mas não determinam os rumos do empreendimento. Além disso, o objetivo da EMATER, um desses parceiros, é o de fazer com que a associação se torne independente de qualquer ator, a fim de ter autonomia plena para conduzir suas atividades.

As decisões das futuras atividades da associação são tomadas nos seus encontros que são realizados mensalmente. No entanto, a participação dos associados na tomada de decisões é uma das dificuldades enfrentadas pela diretoria. Por mais que os associados que são seus líderes queiram a realização efetiva autogestão, muitos dos artesãos acabam não participando de todos os encontros, fazendo com que algumas delas sejam tomadas apenas pelos seus participantes mais assíduos. Desta forma, é possível notar que existe uma proposta de autogestão que é motivada e requerida, a fim de se chegar a uma democratização dos processos decisórios.

A quarta característica típica dos empreendimentos da Economia Solidária é a da sociabilidade comunitário-pública. Na Associação dos Artesãos de Vila Flores, o tratamento entre os artesãos que participam assiduamente das decisões não possui um caráter de impessoalidade. A diretoria possui o papel de representação legal, mas todos os associados podem opinar e decidir em conjunto sobre as atividades do empreendimento, como a da sua

participação em feiras e a criação de novos trabalhos, assim como sobre os erros e os acertos do grupo.

Em termos de finalidade multidimensional, a associação de Vila Flores enquadra-se nas suas finalidades econômica, social, ambiental e cultural. A finalidade econômica refere-se à geração de renda que o empreendimento proporciona aos artesãos. Muitos deles obtêm seu sustento por meio da comercialização de artesanato. Já a finalidade social diz respeito à melhoria da qualidade de vida que a associação traz aos artesãos. A finalidade ambiental também se relaciona com o empreendimento, na medida em que os artesãos tingem as matérias-primas com produtos naturais, e utilizam, principalmente, o que é produzido na região. E ainda, como o principal objetivo da associação era o de resgatar os costumes e tradições dos imigrantes italianos, o empreendimento contempla a finalidade cultural de desenvolvimento.

5.5.1 As dimensões de inovação social na Associação de Artesãos de Vila Flores

A presente seção apresenta os resultados da análise da formação da Associação de Artesãos de Vila Flores de acordo com as dimensões de inovação social. Estas dimensões são: Transformações; Caráter Inovador; Inovação; Atores; e Processo.

5.5.1.1 Dimensão Transformações

O contexto de formação da Associação de Artesãos de Vila Flores refere-se ao município de Vila Flores, que é localizado na região da Serra do Estado do Rio Grande do Sul. A Serra Gaúcha foi colonizada, majoritariamente, por imigrantes italianos, que trouxeram seus costumes e tradições para a região. Um dos aspectos que marca esta região é o desenvolvimento de seu turismo cultural, sendo que o trabalho para a sua constituição iniciou-se basicamente década de 1980, com atividades como grupos de danças folclóricas, corais e visitas a propriedades rurais, ao mesmo tempo em que se mantinha a tradição das cooperativas de vinho na região (SERRA GAÚCHA, 2011).

Ainda nos anos 1980, foi fundada a Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA) – que reunia Secretarias de Turismo de onze municípios da serra gaúcha: Caxias do Sul, Antônio Prado, Flores da Cunha, Garibaldi, Farroupilha, Bento Gonçalves,

Veranópolis, Serafina Corrêa, Nova Prata, Guaporé e São Marcos. Esta associação tinha a “intenção de unificar suas ações voltadas à promoção dos atrativos da região dos vinhedos, de forma a fortalecer e resgatar o turismo” (SERRA GAÚCHA, 2011). Desta forma, foram consolidadas algumas iniciativas, como a da linha férrea “Maria Fumaça”, que interliga os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa, e a do desenvolvimento do enoturismo, entre outras.

Por outro lado, a EMATER/ASCAR começou a trabalhar, na década de 1990, na capacitação dos artesãos do município de Vila Flores, dado que a maior parte de seus habitantes residia na zona rural e o objetivo desta empresa privada, que é gerida com recursos públicos, é o de prestar assistência àquelas pessoas. A presidente da Associação afirma que, quando aprendeu as técnicas de artesanato (ainda na sua infância), não existiam incentivos como os que existem atualmente: “naquela época [em sua infância] não tinha aquele incentivo que hoje nós temos. E aí, parou. Ficou por isso mesmo. E aí, depois, com o passar do tempo, quando a EMATER começou a trabalhar, aí nós tínhamos cursos através da EMATER” (presidente da Associação). Os cursos mencionados pela artesã referem-se a capacitações para melhoria de técnicas e até mesmo da produção agrícola. Esta iniciativa contribuiu e contribui para a capacitação do artesanato de Vila Flores, tornando-o mais qualificado.

No início dos anos 2000, outros municípios da Serra Gaúcha já haviam ingressado na ATUASERRA. O município de Vila Flores foi um deles, passando a fazer parte do planejamento estratégico da associação nas suas diversas frentes de abrangência: Turismo Rural; Turismo de Aventura; articulações para tombamentos históricos; divulgação das belezas e atrativos da região; inventariação turística; qualificação do artesanato local; convênios com Instituições de Ensino; etc. Uma das propostas para o pequeno município de Vila Flores (que contava, à época, com uma população de aproximadamente 3.000 habitantes) foi a da realização de encontros típicos italianos: os “filós”. Nestes encontros, os turistas participam de um cerimonial que envolve orações, cantos, refeições, brincadeiras, as tradições da polenta e do pinhão.

Os filós passaram, então, a ser uma iniciativa para o desenvolvimento do turismo do município. Diversos grupos de visitantes de diferentes Estados começaram a participar da cerimônia, o que foi identificado como uma oportunidade para comercializar peças artesanais como *souvenirs*. Para tanto, a Secretaria de Turismo do município inaugurou, no ano de 2000, a Casa do Artesão de Vila Flores, que é um local específico para a comercialização do artesanato produzido no município. O trecho a seguir relata o início dos incentivos ao

artesanato em Vila Flores: “E começou ali, assim, com esse fomento do Atuaserra. Daí, foi que caminhou para o filó, e aí o artesanato foi andando” (extensionista da EMATER).

Mas, a principal preocupação que deveria ser superada pelos idealizadores do projeto de artesanato (ATUASSERRA e Secretaria de Turismo de Vila Flores) era o fato de a administração pública exercer sua gestão por apenas um período determinado, o que não garantiria a continuidade futura do projeto desenvolvido durante o mandato político anterior. A dirigente da Secretaria de Turismo de Vila Flores relatou que, após terem um grupo de artesãos cadastrados, a Secretaria e a ATUASERRA perceberam que não havia uma liderança que se destacava, conforme trecho a seguir:

Quando a gente tinha um grupo considerável a gente viu que a associação não estava ainda formada, mas que deveria haver liderança local de associação. Isto porque, na Prefeitura e na Secretaria de Turismo, a administração tem mandatos de quatro anos [de gestão].

Grande parte dos artesãos de Vila Flores aprendeu as técnicas de artesanato por influência de seus antepassados, ou seja, por meio de um conhecimento que foi passado de geração a geração. As famílias que residem na zona rural geralmente executam alguma técnica que esteja relacionada com a produção feita em suas propriedades, como por exemplo, o milho e o trigo. As diversas técnicas de artesanato da região, que estavam se perdendo, começaram a ser resgatadas por meio da criação da Casa do Artesão do município. No entanto, o projeto da Casa poderia ser temporário, além de os artesãos cadastrados na Casa precisarem de maior auxílio para o desenvolvimento de seus produtos e para a sua comercialização.

5.5.1.2 Dimensão Caráter Inovador

A partir da problemática supracitada, o processo de desenvolvimento de uma solução inovadora, e que pudesse suplantar a dificuldade apresentada, foi iniciado em 2002, com os esforços da Secretaria de Turismo de Vila Flores e da ATUASERRA. Tal solução envolvia a formação de uma equipe que atuasse de forma coletiva (TARDIF; HARRISSON, 2005), enquadrando-se no tipo de Economia Social ou Solidária, e que também pudesse dar continuidade ao trabalho do artesanato no município de Vila Flores. Para tanto, inicialmente foram feitos a identificação e o cadastramento dos artesãos do município, em 2002. Após

estas etapas, foram realizadas reuniões periódicas com os artesãos, para que eles formassem esta equipe, sendo que a idéia para a constituição da associação surgiu da própria Secretaria:

Nós [Secretaria de Turismo de Vila Flores] começamos nos reunindo com todos os artesãos. A gente foi fazendo um cadastramento de todos os artesãos de Vila Flores, foi procurando as técnicas culturais, e a gente foi unindo esse grupo [...]. Então, a associação. A gente pensou em formar uma associação no sentido de continuar com a ideia, que era a do resgate cultural do artesanato, para continuar, para fazer um trabalho bem feito, já que elas trabalham com a cultura (dirigente da Secretaria de Turismo).

Anteriormente a esta atividade, a EMATER, conforme já foi mencionado, desenvolvia cursos de capacitações com diversos artesãos do município, além de acompanhar suas produções agrícolas. Desta forma, a EMATER passou a integrar o grupo de instituições que estavam trabalhando na formação da associação de artesãos. Estas instituições – Secretaria de Turismo, ATUASERRA e EMATER – atuando em conjunto, foram, então, as principais responsáveis pelo iniciar e pela implantação da solução desenvolvida no contexto de Vila Flores, as quais formaram o arranjo institucional de tal solução.

Na fase inicial de tentativa e experimento (TARDIF; HARRISSON, 2005), na qual foram realizados os primeiros encontros e atividades com os artesãos, poucos destes aderiram à idéia de participar de um grupo associativo. Mas, com o intenso trabalho, que foi desenvolvido em conjunto pelas organizações supracitadas, outras pessoas foram participando e ingressando na equipe que, até então, não estava formalizada. A dirigente social e idealizadora do empreendimento aponta que um grupo de artesãos foi reunido e iniciou-se a busca pelas lideranças locais:

A gente reuniu esse grupo [de artesãos], começou a trabalhar com eles e viu as lideranças locais. Então a Marlene entrou, logo em seguida, como sendo uma das pessoas que mais frequenta feiras, que tem um artesanato cultural, que vê a ideia de a sociedade trabalhar em conjunto, em parceria, ter humildade, trabalhar com o grupo (dirigente da Secretaria de Turismo).

A formalização do empreendimento não ocorreu imediatamente após as reuniões feitas com os artesãos. Durante o período de um ano após a reunião dos artesãos, foi feita a formação e a conscientização do grupo, período este que foi utilizado para a discussão e a formulação do estatuto, para as questões legais, contábeis e para se analisar a viabilidade do empreendimento. Em 2003, formalizou-se, então, a Associação de Artesãos de Vila Flores – AAVIF. A Extensionista da EMATER relata que o trabalho em grupo estava em crescente crescimento, e, por isso, a formalização tornou-se inevitável: “todo mundo ia trabalhando, e aí as pessoas se juntaram, e o processo andou de forma que, ou se formalizava e juntava como

grupo para firmar esforço e inclusive mais participação, ou não dava mais. O processo foi um crescimento”.

A associação já estava comercializando seus produtos na Casa do Artesão de Vila Flores e em feiras regionais, quando foram desenvolvidas coleções de artesanato, com produtos inovadores. O desenvolvimento destas coleções foi fruto de uma parceria entre o SEBRAE da região de Caxias do Sul, a ATUASERRA e a Secretaria de Turismo de Vila Flores. Além da AAVIF, outros empreendimentos, formados em municípios de abrangência da ATUASERRA, também participam do projeto. Desta forma, é possível notar a importância das diversas políticas que influenciaram a associação, como políticas municipais, regionais e estaduais. Os recursos provindos destas políticas são geridos e implantados por meio da Secretaria de Turismo do Município, da ATUASERRA, da EMATER e do SEBRAE.

No decorrer das atividades da Associação de Artesãos de Vila Flores, o grupo foi se destacando perante os contextos municipais e regionais. Então, principalmente a partir de 2006, esta associação passou a ser vista como um exemplo por outros grupos de artesanato, que também são apoiados pela EMATER e pela ATUASERRA. Estes grupos realizaram visitas à cidade a fim de conhecer a forma de trabalho da associação, conforme entrevista com a presidente da associação: “no fim do mês passado, a extensionista da EMATER recebeu um grupo de Nova Roma, que eles queriam ver como funcionava. E vários grupos vêm conhecer [a associação]”. Além disso, a dirigente da Secretaria de Turismo acrescenta a liderança da associação na parceria desenvolvida com outros grupos de artesanato da região: “é interessante que a gente puxa também outras associações, a gente se dá bem e a gente quer que a coisa se construa. Não é competição, competitividade, concorrência. É se ajudar, estar num grupo para se ajudar e para estar melhor no mercado”.

O exemplo gerado pela associação refere-se à sua forma de atuação, a qual é fruto dos benefícios que são possibilitados aos artesãos. Um destes benefícios diz respeito a um ganho ou aumento de renda por parte dos artesãos, conforme relato da dirigente da Secretaria de Turismo de Vila Flores:

Teve um aumento de renda, principalmente porque a maior parte [dos artesãos] são pessoas que trabalham em casa e que cuidam do lar, e trabalham na questão de melhoramento, e é um ganho extra. Tem aqueles que ficam 24 horas fazendo artesanato. Com outros é diferente, eles fazem nas horas de lazer. Então é um complemento de renda. Para muitos está sendo um complemento de renda.

Mas, o empreendimento possibilitou também a construção de novas relações sociais, que foram desenvolvidas ou aprimoradas entre os artesãos e, até mesmo, através da execução do trabalho artesanal mais profissional, justamente por fazerem parte de uma associação. Desta forma, a autoestima e a qualidade de vida dos associados foram melhoradas, além de o empreendimento proporcionar um “trabalho em equipe” feito em um grupo mais unido: “eu acredito que eles ficaram mais unidos [...] geralmente o artesão trabalha sozinho, então eles têm a visão de grupo, trabalham em conjunto e é como se tu tivesse vivendo em família, porque é uma convivência” (Dirigente da Secretaria Turismo). Além disso, os produtos desenvolvidos pelos artesãos são reconhecidos como qualificados, o que gera um sentimento de satisfação à presidente da associação, conforme trecho a seguir: “Tem retorno depois [...] de chegar e dizer: - Vila Flores tem um artesanato de qualidade! - Isso a gente [os artesãos] ouve bastante”.

A Associação de Artesãos de Vila Flores, portanto, pode ser considerada como um modelo de desenvolvimento emergente (TARDIF; HARRISSON, 2005), que consiste num exemplo para outros empreendimentos coletivos de artesanato. O modelo diz respeito a uma iniciativa que gera bem-estar social e econômico, que poderia ser implantado em outros contextos, desde que se considerem as suas peculiaridades.

5.5.1.3 Dimensão Inovação

A solução desenvolvida por intermédio da Secretaria de Turismo de Vila Flores e a Atuaserra foi uma inovação para o contexto de Vila Flores, visto que, naquele município, não existia uma associação de artesãos. Esta inovação pode ser considerada como social (TARDIF; HARRISSON, 2005) e a principal razão para esta classificação é o fato de ela ser uma solução que possibilita novas relações sociais entre os indivíduos, suprimindo necessidades de cunho tanto social (autoestima, qualidade de vida) quanto econômico (geração de renda). Desta forma, a inovação “associação” não poderia ser técnica, sociotécnica, organizacional ou institucional.

Ao se analisar a Associação de Artesãos de Vila Flores, nota-se que sua escala é local (TARDIF; HARRISSON, 2005), dado que atua no pequeno município de Vila Flores. No entanto, a abrangência do empreendimento na cidade é considerada relevante, visto que envolve 45 famílias do município. Em outras palavras, não são somente as pessoas que estão

associadas ao empreendimento que produzem artesanato, mas também os seus familiares, conforme trecho a seguir: “São 45 famílias. É uma porcentagem significativa pelo número de habitantes do município” (presidente da Associação).

A principal finalidade da formação da associação é a preservação da cultura da região por meio do desenvolvimento de artesanato típico das gerações de imigrantes antepassadas. Ao mesmo tempo, o empreendimento busca gerar renda para estes artesãos para que eles não abandonem as técnicas artesanais de desenvolvimento de peças e objetos utilitários. Como o objetivo da Secretaria de Turismo de Vila Flores e da Atuaserra consistia basicamente na criação de iniciativas para a preservação das tradições culturais do município, e a EMATER buscava auxiliar os artesãos do meio rural, a formação do empreendimento conciliou os objetivos de ambas as organizações, além de atender a demanda pela geração de renda aos artesãos. Desta forma, a formação do empreendimento considerou os interesses da coletividade de atores, possibilitando o bem comum (TARDIF; HARRISSON, 2005). Além de gerar benefícios socioeconômicos, o empreendimento alcança objetivos culturais, principalmente por meio da disseminação das técnicas e da cultura da região, que são ensinadas nas escolas: “as crianças da escola de Caxias [do Sul] vêm para fazer oficina. Então, [...] ontem tinha 32 crianças, aí foram feitos seis grupos, cada grupo com uma técnica. Um com palha de trigo, palha de milho, bordado, fuxico [...]” (presidente da Associação). Por meio destas atividades, que são realizadas periodicamente, os associados transmitem o seu conhecimento para crianças e jovens, que poderão dar continuidade à cultura da região.

5.5.1.4 Dimensão Atores

A formação da Associação de Artesãos de Vila Flores iniciou-se com a formação de um ator dito “híbrido”, nos termos de Tardif e Harrisson (2005), entre a ATUASERRA e a Secretaria de Turismo de Vila Flores, os quais foram os atores titulares da ideia de formação do empreendimento. A associação ATUASERRA, que pode ser considerado um ator organizacional (TARDIF; HARRISSON, 2005), foi responsável por fazer o lançamento do projeto de resgate cultural na serra gaúcha, traçando as diretrizes de atuação das Secretarias de Turismo dos municípios envolvidos. A ATUASERRA caracteriza-se também como um ator apoiador e financiador da Associação de Artesãos de Vila Flores, visto que grande parte dos recursos econômicos do projeto advém desta organização (ROLLIN; VICENT, 2007). Já a Secretaria de Turismo de Vila Flores, que é um ator institucional do Estado, atuou na

implantação física e administrativa da Casa do Artesão do município, e pela reunião dos artesãos para a formação da AAVIF. Desta forma, esta Secretaria caracteriza-se tanto como um ator apoiador do empreendimento quanto como financiador, principalmente, subsidiando os custos da Casa dos Artesãos do município (ROLLIN; VICENT, 2007). Além dos atores supracitados, os próprios artesãos de Vila Flores, que são atores da sociedade civil, estiveram envolvidos na formação da associação e são considerados os atores usuários da inovação social desenvolvida.

A EMATER, que é um ator institucional do Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005), também auxiliou na mobilização dos artesãos e na consolidação da equipe. Esta organização ainda acompanha e apoia os artesãos (ROLLIN; VICENT, 2007), capacitando-os com cursos específicos de artesanato, e incentivando a sua participação em feiras regionais. A Secretaria de Turismo estabeleceu uma parceria com o EMATER, que ainda está em vigor: “Aqui em Vila Flores, a gente [Secretaria de Turismo] sempre teve a parceria da EMATER, principalmente quando eles fazem eventos, oficinas. Eles dão sua contrapartida de auxílio. Até cursos do SENAR a gente teve, dessas entidades” (Dirigente Social da Secretaria de Turismo).

Outro ator institucional do Estado que interage com a Associação de Artesãos de Vila Flores é o SEBRAE, que atua com os artesãos desde a formalização da associação, ou seja, desde 2003. Desde então, esta empresa privada gerida com recursos públicos capacita os artesãos com cursos de gestão e de design de produto. Além disso, as coleções de artesanato são desenvolvidas pelos *designers* contratados pelo SEBRAE, que são subsidiados principalmente pela ATUASERRA, com o auxílio da Secretaria de Turismo de Vila Flores. A implantação do projeto “coleções” foi feita, simultaneamente, pelos diversos municípios que o compõem. A mais recente coleção foi lançada em 2010, e foi intitulada de “Videiras”, o que busca lembrar os parreirais da serra gaúcha. Além de Vila Flores, os municípios de Bento Gonçalves, Antônio Prado, Nova Pádua, Caxias do Sul, Cotiporã, Protásio Alves, Santa Teresa, Bento Gonçalves, São Marcos, Fagundes Varela e Nova Prata também fizeram parte do projeto (SEBRAE, 2011). Desta forma, a AAVIF relaciona-se com outras organizações coletivas, que são atores organizacionais da Economia Social.

Vale ressaltar que a Prefeitura Municipal de Vila Flores, por intermédio de sua Secretaria de Turismo, continua acompanhando a Associação de Artesãos do município. A Prefeitura também a auxilia com a contratação de uma funcionária para atender os clientes na Casa do Artesão, além de possibilitar auxílios de transporte e econômicos para a participação

em feiras, conforme trecho da entrevista com a Presidente da AAVIF: “A Prefeitura ajuda, assim, para as saídas. Quando tem que ir para a feira. Eles dão o carro para a gente sair e para voltar, ou então pagam o espaço [de locação], às vezes”.

5.5.1.5 Dimensão Processo

O processo de formação da Associação de Artesãos de Vila Flores foi iniciado com a mobilização dos artesãos do município, a qual foi coordenada pela Secretaria de Turismo. A partir dos encontros iniciais, aqueles artesãos passaram a participar de reuniões, que eram realizadas mensalmente, para a formação do empreendimento. Por meio deste processo, os artesãos puderam aprender a gerir uma associação, definir as atividades e as ações do grupo, bem como trocar experiências sobre as técnicas e o desenvolvimento de peças artesanais. Além disso, a presidente da Associação destaca que o empreendimento proporcionou um aprendizado para aceitar as opiniões (muitas vezes críticas) dos artesãos (TARDIF; HARRISSON, 2005), as quais fazem parte do processo de gestão democrático.

A reunião mensal é para a gente se encontrar, para a gente conversar, para trocar experiências sobre os produtos, para a gente discutir o que está certo, o que está errado. A gente decide o que deu certo, a gente aprendeu a aceitar a opinião crítica. Também a gente vê os trabalhos do dia a dia (presidente da Associação).

No entanto, o processo de formação da Associação de Artesãos de Vila Flores enfrentou algumas restrições à sua implantação (TARDIF; HARRISSON, 2005). Uma delas diz respeito à baixa adesão dos artesãos, no início das atividades de formação do grupo. Esta resistência, por parte de alguns trabalhadores, deveu-se ao receio de perder a aposentadoria, visto que os produtores rurais têm direito a aposentadoria, para a mulher, aos 55 anos e para o homem, aos 60 anos de idade. E, no caso de eles terem outra renda extra, que não seja a principal atividade agrícola, eles perdem esta aposentadoria, caso sejam denunciados. A resistência dos artesãos gerou certa complexidade na gestão do empreendimento, visto que diversos artesãos, que poderiam contribuir para as atividades do grupo, preferiram afastar-se da iniciativa.

Além dessa restrição relacionada à adesão dos artesãos, a AAVIF enfrenta uma restrição relacionada ao compromisso dos associados com a associação. Nem todos os associados participam ativamente dos eventos, encontros ou reuniões do empreendimento. A

Extensionista da EMATER afirma que a principal razão para a baixa adesão dos associados às atividades da AAVIF é o acúmulo de atividades, por pessoa, no município:

Tem várias entidades, só que, na comunidade, tem duas ou três entidades organizadas, promovendo atividades. Então, sempre são as mesmas pessoas para tudo. Elas acabam sendo mobilizadas para o conselho municipal, porque é a estrutura dos municípios pequenos: são poucas pessoas, mas com a mesma exigência dos grandes.

Já a Dirigente Social da Secretaria de Turismo afirma que existem diversos públicos-alvo dentro da associação, sendo que algumas pessoas dedicam-se exclusivamente para a atividade artesanal, enquanto outras buscam ter uma complementação de renda com as peças produzidas. Estas diferenças acarretam distintos comportamentos e níveis de comprometimento com a associação:

A gente tem vários públicos dentro da associação, e isso é que é diferente. Tem artesã que trabalha até uma ou duas [horas] da manhã, e faz a produção artesanal, porque na manhã do dia seguinte vai ter feira. E, é artesanato familiar, é a mãe, a filha e a neta que fazem artesanato, é um grupo familiar. Aí, então, é produção de artesanato. Eu produzo artesanato, faço uma feira e eu consigo dar volta do [capital de] giro, e eu ganho quase uma renda média de “mil e pouco” por mês, mil e duzentos reais. Então isso é vantagem, essa é a diferença entre os artesãos. Uns são pessoas já de idade, que não fazem mais. Há pessoas que têm outro tipo de atividade durante o dia, que trabalham e se dedicam [apenas] algumas horas [ao artesanato]. Por isso que há desinteresse. Cada público é diferente, não tem um público único.

A dirigente Social da Secretaria de Turismo de Vila Flores também relata a preocupação com a autossuficiência do empreendimento. Ela comenta que os atores externos à associação se afastaram dos artesãos por um período, para analisar a independência do grupo. Aqueles atores perceberam, então, que os artesãos continuaram com o trabalho durante este período:

A gente abandonou, por uns seis ou sete meses, para ver como elas fariam sozinhas. Elas começarem a andar sozinhas. Então, para elas terem um foco, um objetivo, elas iriam começar de novo. A gente voltou, começou umas atividades com reuniões para ver o que elas queriam fazer. Também com um *designer*, para ver o que elas poderiam melhorar no artesanato. A gente dá condições para elas estarem cada vez melhores no mercado.

No entanto, a Presidente da Associação afirma que seria difícil continuar o trabalho, caso não houvesse mais auxílio, principalmente da Prefeitura Municipal de Vila Flores, dado que a receita do empreendimento ainda não é suficiente: “Se fossem valores grandes, aí poderia dizer chega, mas é coisinha pequena [a renda das peças artesanais]. Vender, com o valor de um espaço que te pedem, R\$1.500,00, R\$ 2.000,00 reais, é complicado [...] Nós ainda somos pequenos. Se tivesse lá um bom giro, todo dia, mensal, até que [...] ‘de

repente’[...] [poderiam ser independentes]’”. A entrevistada reconhece que o empreendimento ainda está se consolidando, e que ainda necessita do apoio e do acompanhamento que os parceiros estão oferecendo em prol da capacitação e da autossuficiência da Associação de Artesãos de Vila Flores. Desta forma, é uma dependência que se torna uma restrição ao desenvolvimento das atividades do empreendimento, o que gera certa incerteza para os artesãos. Esta dependência está relacionada à complexidade de se consolidar uma inovação social que possui a interação de diversos atores e, na qual, a gestão do empreendimento é exercida por poucos associados.

A formação da AAVIF envolveu a integração e a parceria entre as entidades e as instituições já citadas e destas com os artesãos do município de Vila Flores. Estas características de “meios” ainda se fazem presentes na organização, e somam-se à difusão do empreendimento (TARDIF; HARRISSON, 2005), que foi feita principalmente a partir de 2006.

5.5.2 Síntese das dimensões de inovação social na AAVIF

A formação da Associação dos Artesãos de Vila Flores reflete grande parte das dimensões de inovação social que foram destacadas no *framework* analítico deste trabalho. A principal razão para a formação do empreendimento foi a preocupação com a continuidade do projeto de artesanato que estava sendo desenvolvido no município. Este projeto contava com a Casa dos Artesãos, onde eram comercializados os produtos, além da realização dos filés típicos italianos.

A solução para suplantar esta dificuldade foi a formação de um empreendimento coletivo de artesanato, que buscava contemplar os interesses da coletividade e o bem comum. Em termos de Caráter Inovador, esta inovação social local passou por uma fase de tentativas, por meio dos encontros realizados para a sua formação, e por outra, de experimento, na qual os artesãos iniciaram as atividades em grupo. Nesta fase, foi feita a mobilização dos artesãos, que começaram a participar dos encontros junto com os demais atores envolvidos: a Secretaria de Turismo de Vila Flores; a ATUASERRA; e a EMATER. Este processo gerou aprendizagem de trabalho coletivo (em uma associação) e também de trabalho técnico, principalmente com a parceria com o SEBRAE. Os meios que mais se destacam nesta etapa foram a parceria e a integração entre os diversos atores. Esta etapa, também, envolveu

algumas restrições enfrentadas pelo empreendimento, principalmente no que dizia respeito à adesão dos artesãos (resistência) e à participação dos associados nas atividades do grupo (compromisso), o que gerou certa complexidade na gestão do empreendimento.

A partir de 2006, a AAVIF passou a ser institucionalizada perante outros grupos de artesanato, e tornou-se um modelo de desenvolvimento emergente. Nesta etapa, permaneceu a participação dos artesãos e dos outros atores, e também a aprendizagem gerada por esta interação. Mesmo assim, o grupo ainda enfrentou restrições com relação à participação dos associados, o que demonstra a falta de compromisso dos artesãos, e à dependência que o empreendimento tinha em relação aos seus parceiros, gerando certa incerteza à continuidade do empreendimento. Estas restrições tornaram mais complexa a gestão do empreendimento, visto que ainda existe a necessidade de interação com os parceiros para que a associação se consolide. Os meios que mais se destacaram nesta etapa foram a parceria entre os atores e a difusão da organização para outros contextos. A Figura 13 visa representar as dimensões Transformações, Processo, Atores e alguns elementos da dimensão Caráter Inovador ao longo da formação da Associação de Artesãos de Vila Flores.

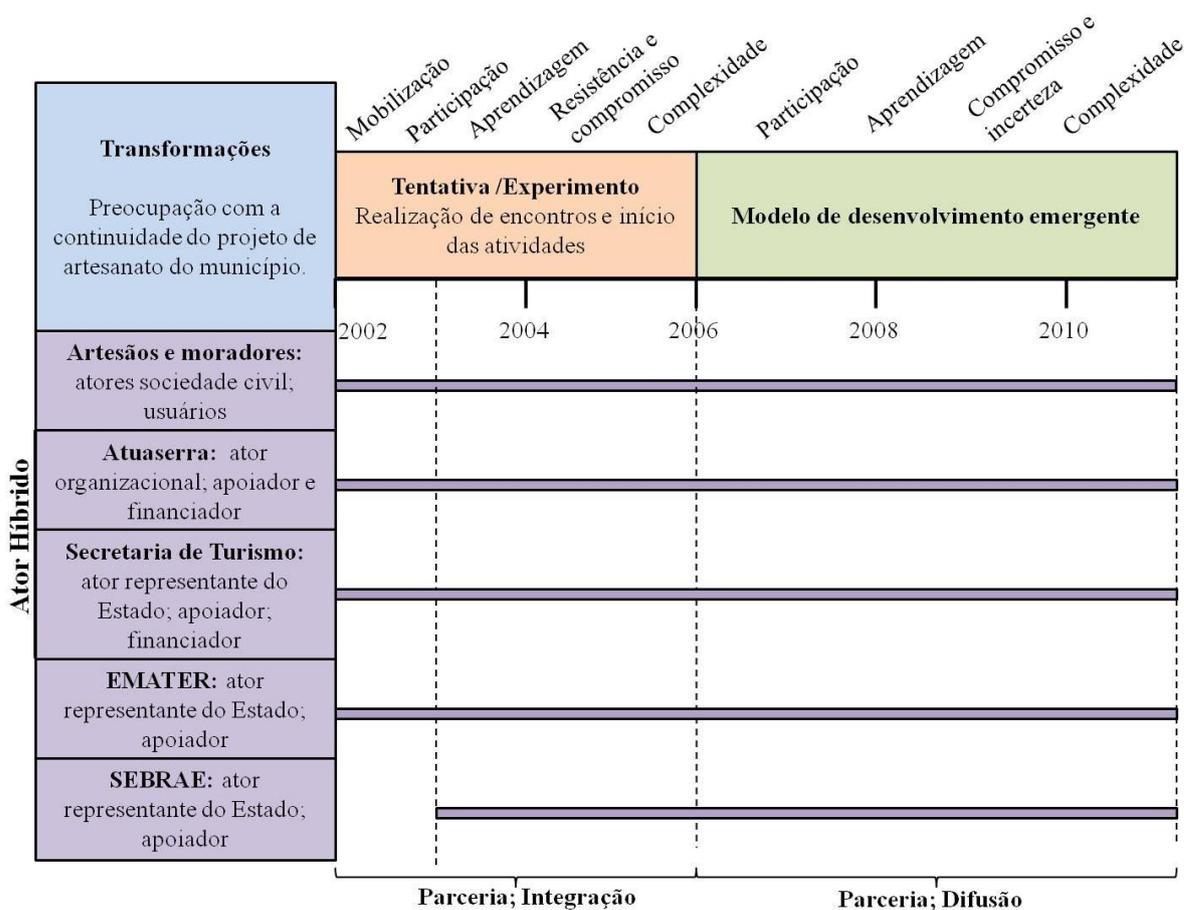


Figura 13 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da AAVIF

A próxima seção apresenta a formação da Associação Tecelagem Lavrense de acordo com as dimensões de inovação social.

5.6 CASO TECELAGEM LAVRENSE

A Tecelagem Lavrense é uma associação de artesãos localizada na cidade de Lavras do Sul, na região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul. A principal matéria-prima utilizada pelo empreendimento é a lã ovina, que é transformada em vestimentas típicas gaúchas, como xergões e palas, peças de vestuário feminino, como mantas, blusas, xales, acessórios femininos e objetos decorativos. Atualmente, a associação possui 32 artesãos associados, os quais residem, em sua maioria, na zona rural do município.

O número de peças produzido pela associação é variável, podendo chegar a 150 peças por mês, dependendo do tempo que cada artesão dedica à atividade e do tamanho de cada peça. Os produtos confeccionados geralmente são comercializados em feiras municipais, estaduais e regionais. As feiras são importantes para o desenvolvimento do empreendimento, dado que o município de Lavras do Sul é pequeno e não comportaria que todas as peças produzidas pelos associados da Tecelagem Lavrense fossem comercializadas lá mesmo.

França Filho e Laville (2004) apontam que uma das características típicas dos empreendimentos da Economia Solidária é a pluralidade de princípios econômicos. No caso da Tecelagem Lavrense, a associação é mantida principalmente com os recursos originados pela comercialização de seus produtos, mas também recebe apoio de outras parceiras. Uma delas é a EMATER, que a auxilia em diversos aspectos, como por exemplo, na participação em feiras. A prefeitura de Lavras do Sul também auxilia o empreendimento com recursos não diretamente financeiros, disponibilizando veículos e combustível para o deslocamento dos artesãos.

Os associados da Tecelagem Lavrense, mesmo que atuem em parceria com outras entidades, possuem autonomia para gerenciar o empreendimento. As decisões tomadas pelos artesãos podem até ser influenciadas pelos parceiros, mas estes últimos não são determinantes para o desenvolvimento das diretrizes da associação. Desta forma, a Tecelagem Lavrense enquadra-se na característica de autonomia institucional, que é típica dos empreendimentos de Economia Solidária, conforme destacado por França Filho e Laville (2004).

Com relação à gestão, a Tecelagem Lavrense a realiza de forma democrática, com a participação dos associados nas reuniões que são realizadas periodicamente. Existe certa obrigatoriedade de os artesãos participarem dessas reuniões, dado que é importante que eles tenham conhecimento do trabalho que está sendo realizado pelo grupo, além de decidir e assumir responsabilidades que direcionarão os rumos da associação. A participação e a tomada de decisões democráticas enquadram-se na característica de autogestão dos empreendimentos da Economia Solidária.

Na Tecelagem Lavrense, a informalidade das relações é notada na união do grupo, conforme relato da presidente da associação: “O grupo é bem unido. A gente se visita bastante”. Em outras palavras, além de serem colegas de trabalho, os artesãos estabeleceram relacionamentos de amizade, ao invés de relações formais e impessoais. Desta forma, a associação relaciona-se com a característica de sociabilidade comunitário-pública, conforme descrita pelos autores França Filho e Laville (2004).

A associação aqui analisada possui finalidade multidimensional. Além de gerar renda aos artesãos, a Tecelagem Lavrense proporciona um maior bem-estar aos envolvidos, por meio da construção de novas relações sociais e da geração de ocupações, principalmente para pessoas que antes não exerciam uma profissão. O empreendimento preza, também, o desenvolvimento de peças artesanais que utilizem o tingimento natural da lã ovina, relacionando-se com a finalidade ambiental de atuação. Ademais, o desenvolvimento de peças típicas gaúchas corrobora para a manutenção e disseminação da cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

5.6.1 As dimensões de inovação social na associação Tecelagem Lavrense

Nesta seção são apresentados os resultados da análise da formação da Tecelagem Lavrense de acordo com as dimensões de inovação social. Desta forma, os tópicos presentes nesta análise são: dimensão transformações; dimensão caráter inovador; dimensão inovação; dimensão atores; e dimensão processo.

5.6.1.1 Dimensão Transformações

O contexto de formação da associação Tecelagem Lavrense diz respeito à região da campanha, também denominada de região dos pampas, mais especificamente à cidade de Lavras do Sul, que possui aproximadamente 8.400 habitantes. Este município é conhecido como “Terra de Ouro”, por ser a única cidade no Rio Grande do Sul a ter sua origem na exploração de ouro (LAVRAS DO SUL, 2011). No entanto, com a decadência daquela atividade, o município concentrou-se mais em torno da criação de gado bovino e de ovinos.

No município de Lavras do Sul existe o predomínio de grandes propriedades (as ditas “fazendas, ou latifúndios) e, como as oportunidades de emprego nessas fazendas são limitadas, no final da década de 1980 e início da década de 1990 as pessoas estavam migrando para as cidades, em busca de melhores condições de vida. A extensionista da EMATER relata: “Era uma época em que o homem estava saindo do campo; o jovem estava saindo do campo. As pessoas que estavam no campo tinham uma mão-de-obra despreparada”. Naquela época, a criação de ovinos, no Rio Grande do Sul estava passando por mudanças, principalmente devido à entrada de fios sintéticos nos mercados nacional e internacional (CALVETE; VILLWOCK, 2007). Em outras palavras, até os anos 1990, o preço pago pela lã era atrativo aos produtores de ovinos, que investiam em rebanhos para melhorias da produção lanífera.

Mesmo assim, as fazendas lavrenses continuaram a criar ovinos, e a lã que não era comercializada era transformada em cobertas e abrigos para os funcionários enfrentarem o inverno rigoroso da região. A tecelagem dessas peças era feita por mulheres que residiam nas propriedades rurais, e que recebiam a lã dos proprietários dessas fazendas. A extensionista da EMATER relata a situação das mulheres tecelãs do município de Lavras do Sul:

[As mulheres] sem reclamar, recebiam as bolsas de lã, geralmente preta, que não valiam a pena ser comercializadas e que eram arriadas na porta do rancho, pelo capataz, que fazia a encomenda do grande fazendeiro, exigindo a transformação da péssima lã em cobertas e abrigos de qualidade para a peonada do galpão. Não perguntavam preço, confiando no acordo não escrito de fidelidade e servilidade das mulheres que lavavam montanhas de lã, abriam, fiavam e teciam. Os instrumentos eram construídos toscamente pelas próprias [mulheres].

Estas mulheres eram agricultoras de baixa renda que, muitas vezes, eram exploradas por pessoas que compravam suas peças e as revendiam por um preço significativamente superior em outros mercados. Esta exploração acontecia porque as tecelãs comercializam as mercadorias produzidas geralmente pelo preço que o cliente desejava pagar, ou seja, o valor

era estabelecido de acordo com a urgência e necessidade dessas mulheres, que, até então, se consideravam “changueiras” ao invés de artesãs. O termo “changueiras” significa “pequenos serviços avulsos; biscates” (OLIVEIRA, 2005, p. 76). Desta forma, as artesãs-agricultoras recebiam um valor que, de forma geral, não era justo pelo trabalho de elaboração de cada peça em lã ovina.

5.6.1.2 Dimensão Caráter Inovador

O processo de desenvolvimento de uma solução que poderia suplantar a problemática supracitada foi iniciado em 1989. Primeiramente foi feito um diagnóstico de Lavras do Sul, pela EMATER, para conhecer a situação na qual viviam as mulheres da zona rural daquele município. Esse diagnóstico foi realizado por meio de estudos, que foram levados a cabo durante o período de 1989 a 1992. As principais evidências apontaram uma grande situação de baixa autoestima das famílias rurais, visto que os homens e os jovens estão abandonando suas famílias em busca de melhores salários (CHAGAS, 2003). Uma solução que poderia ser viável era o desenvolvimento de uma alternativa de renda, que produzisse lucros representativos a curto prazo e que exigisse baixos montantes de investimentos.

Para tanto, a EMATER, por meio de sua extensionista, passou a contatar artesãos rurais com o objetivo de reuni-los para discutir a situação em que se encontravam. Este primeiro contato foi feito com o auxílio da atual presidente da Associação, conforme é relatado no trecho a seguir:

A EMATER deu a ideia e a gente foi, de casa em casa. Eu fui junto com ela [a extensionista da EMATER]. A gente foi vendo quem trabalhava com lã e aí a gente reuniu todo mundo junto. No caso, quando ela chegou pra trabalhar em Lavras, eu sempre trabalhei, na minha casa. Daí ela chegou e teve a ideia de reunir, fica mais fácil pra conseguir tear, porque é caro, e consegue com melhor preço (Presidente da Tecelagem Lavrense).

A mobilização dos artesãos resultou no primeiro encontro chamado de Oficina de Artesanato Crioulo, realizada em 1992. Esta oficina contou com diversas entidades do próprio município, como Secretarias da Prefeitura Municipal, a Associação dos Artesãos, os Sindicatos, etc., instituições de outras regiões (como a Universidade Federal de Pelotas) e até mesmo estaduais (por exemplo, a EMATER/RS). No encontro foram discutidas as possibilidades de qualificação do artesanato e de construção de uma proposta associativa que visasse a geração de renda. Esta solução seria gerida de forma coletiva (pelas próprias

artesãs), ou seja, iria atuar de acordo com os princípios de Economia Solidária. Já o arranjo institucional para a formação do empreendimento foi constituído de um acordo de cooperação entre a EMATER, a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul e o Sindicato Rural do município. A extensionista da EMATER relata o exposto em um dos trechos de sua entrevista:

Em primeiro lugar, nós reunimos todo mundo, representantes das comunidades que tinham um certo talento e tinham liderança, e fizemos um grande encontro. Nesse encontro a gente chamou várias entidades, para não ficarmos sozinhos. A gente chamou a Universidade Federal de Pelotas, chamou a associação dos artesãos, que eram nossos veteranos, e outras entidades, e se fez uma grande oficina onde todo mundo entendeu mais ou menos o que se poderia fazer com a lã, além de simplesmente a changa. Porque existiam poucas pessoas que trabalhavam com alguma coisa a mais.

O programa de artesanato em lã de Lavras do Sul capacitou mais de 100 pessoas, que foram ensinadas a fazer peças diferenciadas e de qualidade a partir da lã ovina. A oportunidade foi concedida a todas as pessoas que estivessem interessadas em trabalhar de acordo com o que foi estabelecido pelo grupo e pelas entidades que estavam atuando no projeto. No entanto, nem todas as pessoas continuaram no programa, devido à falta de identificação com o programa ou por terem objetivos diferenciados.

Mas, as mulheres que continuaram no programa formalizaram a associação, cerca de dois meses após o início do Programa de Artesanato em lã crua para a geração de renda. A fase de tentativa e de experimento (TARDIF; HARRISSON, 2005) do empreendimento foi, então, caracterizada pelos encontros iniciais e pelo início das atividades em grupo, que se iniciaram logo após a formalização do empreendimento. Desde então, diversos cursos de capacitação foram realizados com as artesãs, visando melhorar a qualidade das peças confeccionadas, porém permanecendo com o seu caráter rústico. Em outras palavras, os artesãos de Lavras do Sul continuaram produzindo peças relacionadas à cultura gaúcha, como palas, xergões, etc., mas com técnicas e acabamentos aprimorados.

Desde o início das atividades da Associação Tecelagem Lavrense, os artesãos passaram a atuar de forma coletiva, definindo suas ações nas reuniões realizadas mensalmente. As principais ações envolviam a responsabilidade de cada artesão na confecção de peças para a comercialização coletiva, que ocorria principalmente em feiras e eventos do município e do Estado, a realização de cursos de capacitação, bem como a mobilização de parceiros para apoiar a participação em eventos. Mas, a confecção das peças permaneceu de forma individual, ou seja, cada artesão realiza todo o processo produtivo de suas peças. Na associação, existem artesãos que realizam desde a lavagem da lã ovina até a tecelagem dos

fios. Entretanto, outros preferem utilizar fios confeccionados por terceiros ou até mesmo fios sintéticos.

As políticas públicas foram sempre importantes para o desenvolvimento das atividades da Tecelagem Lavrense. Pode-se considerar que a própria associação é fruto de uma política pública estadual – a da EMATER, visto que esta empresa é gerida com recursos públicos. Além disso, a Tecelagem Lavrense possui certo destaque no município, influenciando a criação de políticas públicas: “através dos grupos de artesanato, nós [a EMATER e os artesãos] conseguimos conquistar políticas públicas de saúde para as mulheres, porque começou a haver uma discussão muito grande sobre a situação dessas mulheres, a aparecer os problemas” (extensionista da EMATER).

O programa desenvolvido com a liderança da EMATER foi um dos pioneiros, no Rio Grande do Sul, a utilizar pigmentos naturais, de flores e folhas, como casca de cebola e folhas de alecrim, no tingimento da lã crua. A técnica foi disseminada para outros grupos de artesanato apoiados pela EMATER, que se interessaram pelo caráter ecológico do tingimento. Além desta técnica, a Tecelagem Lavrense tem disseminado seu modelo de funcionamento e do trabalho feito em lã para outras organizações de artesanato principalmente a partir de 2003. Um dos exemplos refere-se aos cursos realizados na cidade de Tupanciretã, que é localizada no centro do Estado do RS:

Em Tupanciretã mesmo, tem várias colegas da extensionista da EMATER que eu fui, passei pra elas e para os grupos da cidade delas e hoje estão trabalhando. Lá tem o centro de treinamentos. Então a gente vai lá, treina as pessoas e depois elas vão pras cidades delas e passam pras outras pessoas. Eu fiquei um ano passando o curso pra eles lá. Todos os meses a gente ia uma ou duas vezes por mês (presidente da Tecelagem Lavrense).

Os cursos relatos pela Presidente da Tecelagem Lavrense dizem respeito tanto à organização da associação quanto ao processo de produção de artesanato em lã. Desta forma, os cursos em lã visam ensinar o processo de produção de fios, desde a lavagem até a confecção do próprio fio, e os diferentes pontos de tecelagem. Já os cursos do grupo buscam mostrar o funcionamento do grupo, sua organização e forma de trabalhar.

A institucionalização alcançada pela associação perante os outros grupos de artesanato da EMATER, principalmente a partir de 2002, foi resultado da profissionalização que foi feita com as artesãs ao longo dos anos. Anteriormente, a tecelagem era vista apenas como uma atividade realizada por mulheres da zona rural de Lavras do Sul. No entanto, com o decorrer das atividades de qualificação, feitas principalmente pela EMATER, atualmente o ofício de

tecer fios passou a ser visto como uma profissão pelos próprios artesãos. O resgate da autoestima profissional destas pessoas é um dos principais benefícios gerados pelo empreendimento. Em documento elaborado sobre o programa de artesanato, a extensionista da EMATER destaca algumas das principais mudanças sociais e também profissionais relatadas pelas artesãs da Tecelagem Lavrense:

De tecelãs transformamo-nos em artistas; De changueiras, hoje somos artesãs com carteirinha, integrantes de um projeto; Aos que colocavam fardos de lã suja em nossa porta, sem perguntar o preço, mostramos nossa tabela de comercialização e nosso fio produzido com fibra classificada; Aos que julgam nossa atividade capricho passageiro, mostramos nossa evolução nestes anos, com conquista de equipamentos, logomarca, espaços de comercialização, nossa sede e a qualidade de nossa produção (CHAGAS, 2003, p. 5).

Os ganhos advindos da associação são resultado da união do grupo, que é fruto das novas relações sociais estabelecidas ou do aprimoramento das relações que já existiam. A presidente da associação relata: “[...] a gente se reuniu pra fazer um artesanato melhor. Depois que a gente se reuniu, foi ficando forte. Aí melhorou nossa vida”. Além disso, a Tecelagem Lavrense possibilitou a inserção das envolvidas em diversos programas, como os de água e de luz, melhorando a qualidade de vida das artesãs, e conquistou a inclusão de homens no empreendimento, podendo ser considerado um avanço para uma região com traços culturais de dominação masculina, que historicamente tendiam a ver o artesanato como uma atividade feminina.

Desta forma, a Tecelagem Lavrense pode ser considerada um modelo de desenvolvimento emergente (TARDIF; HARRISSON, 2005), que possibilita benefícios sociais e também econômicos aos artesãos, visto que muitos deles dependem exclusivamente desta atividade para sua subsistência. Nota-se, então, que a associação contribui, mesmo que de forma indireta, para o desenvolvimento socioeconômico do município de Lavras do Sul.

5.6.1.3 Dimensão Inovação

A solução desenvolvida – a formação da associação Tecelagem Lavrense – foi concebida para suplantando as dificuldades dos artesãos do município de Lavras do Sul. Esta solução pode ser considerada uma inovação social, visto que foi um processo iniciado pela coletividade de atores em prol da melhoria da qualidade de vida dos artesãos. Com relação ao tipo de inovação social, a associação refere-se ao tipo “social”, pois é uma solução não-

tangível, que não foi desenvolvida dentro de uma organização ou de um espaço territorial mais amplo como as inovações sociais institucionais (TARDIF; HARRISSON, 2005).

No caso da Tecelagem Lavrense, a sua escala é local, dado que abrange o município de Lavras do Sul. No entanto, como o empreendimento é formado por pessoas que residem majoritariamente no meio rural, foi feita a divisão em grupos, de acordo com as suas comunidades. Assim, a troca de experiência e de conhecimento entre os integrantes de cada grupo ficaria mais facilitada. Poderia-se dizer que os grupos teriam um caráter mais localizado e a associação envolveria um aspecto mais local (TARDIF; HARRISSON, 2005).

A principal finalidade da formação da associação de tecelagem foi a de melhorar a qualidade de vida das artesãs, tanto em termos sociais quanto econômicos. Além disso, o êxodo rural era outra preocupação que deveria ser amenizada pelo programa de artesanato que foi desenvolvido. Desta forma, a associação busca contemplar o interesse da coletividade de artesãos e o bem comum da população do município (TARDIF; HARRISSON, 2005), dado que o êxodo rural pode se tornar um problema social. A presidente da Associação fala sobre as finalidades da associação: “É a geração de renda pra família, pra não sair do meio rural, quem mora ‘pra fora’, assim. Trabalha na própria casa. A maior parte tem as ovelhas e agrega valor. A lã em si não tem valor, e fazer o artesanato agrega valor pra vender”. Em valores atuais (no período da presente pesquisa), uma peça de artesanato em lã pode ser vendida, por exemplo, por R\$ 60,00, enquanto que a mesma quantidade de lã utilizada para produzi-la seria comprada por apenas R\$ 1,00.

5.6.1.4 Dimensão Atores

A formação da Tecelagem Lavrense foi estabelecida a partir da interação entre diversos atores. A ideia de formação de um empreendimento coletivo foi concebida pela EMATER/ASCAR de Lavras do Sul. Este ator institucional representante do Estado (TARDIF; HARRISSON, 2005) foi o responsável por reunir as artesãs da sociedade civil para a primeira oficina de artesanato. Além das artesãs, outros atores institucionais representantes do Estado também se fizeram presentes, como a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul e a EMATER do Rio Grande do Sul. Também participaram deste primeiro encontro o Sindicato Rural de Lavras do Sul – um ator social – e a associação de artesãos do município, que é uma organização coletiva (TARDIF;

HARRISSON, 2005). Estes atores podem ser considerados apoiadores da solução, que teria como usuários os artesãos do município de Lavras (ROLLIN; VICENT, 2007).

Desde o início, a EMATER atuou constantemente no acompanhamento e na capacitação do grupo de artesãos, principalmente por meio de sua extensionista rural. Muitos dos programas de incentivo conquistados pela Tecelagem Lavrense foram fruto do trabalho da EMATER, que concedeu acesso a equipamentos e a cursos de capacitação técnica para os artesãos do município. Atuando em conjunto com a EMATER, a Prefeitura de Lavras do Sul também tem acompanhado o grupo desde a sua formação, disponibilizando veículos para o transporte dos artesãos, quando estes desejavam participar de reuniões ou de outros eventos. A Presidente da Associação relata o relacionamento da Tecelagem Lavrense com estes dois atores: “A EMATER e a Prefeitura estão sempre junto com a gente. Ajudam na condução. Muita coisa que a gente precisa, a Prefeitura ajuda. Desde o início”.

A extensionista da EMATER também relata a interação com o grupo de artesãos: “Temos algumas pessoas, dentro do projeto, que moram longe, que abrem muitas porteiras. Então, eu sou o veículo que faço, fico levando a informação, estou trazendo os trabalhos delas, estou fazendo todo esse meio campo, enquanto EMATER”. O Sindicato Rural de Lavras do Sul é outro parceiro da associação de tecelões, desde o início das atividades do grupo. Esta entidade apoia a participação do grupo em feiras, subsidiando os espaços de exposição.

Além dos atores destacados, outro ator institucional representante do Estado atua, desde 2002, como parceiro eventual da associação: o SEBRAE. A presidente da Tecelagem Lavrense conta como se deu a interação feita com esta empresa, principalmente no que se refere à qualificação:

Quando a gente quer criar uma coisa diferente, aprender um ponto diferente, a gente fala com eles [funcionários do SEBRAE] e eles vêm. O SEBRAE de Porto Alegre ajudou muito a gente. A extensionista da EMATER entra em contato com eles e eles vêm, e eles dão aula pra gente, ou a gente vai até Porto Alegre e se aperfeiçoa, pra inovar, pra aprender a usar tear diferente.

A EMATER de Lavras do Sul, desde 2005, também estabelece parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Este ator institucional do representante do Estado auxilia os associados da Tecelagem Lavrense na melhoria do processo de confecção de fios e também no tingimento da lã crua com produtos naturais. Desta forma, a relação entre a EMATER e a EMBRAPA constitui um ator intermediário, ou seja, a formação de um ator híbrido por meio de uma comissão bipartite.

5.6.1.5 Dimensão Processo

O processo de formação da associação Tecelagem Lavrense foi iniciado com a mobilização dos artesãos do município de Lavras do Sul, em 1992. Os artesãos, conforme já mencionado, passaram a participar dos eventos e dos encontros, realizados pela EMATER em parceria com outras instituições e entidades. Este processo possibilitou a aprendizagem de um trabalho mais qualificado, mas principalmente do valor que o artesão possui. O artesanato de Lavras passou a apresentar um padrão de qualidade, que foi desenvolvido com base no trabalho da artesã – que é a presidente da associação. Também se destaca a troca de informações e de conhecimentos que ocorre entre os artesãos, visto que, muitas vezes, os cursos são realizados para apenas alguns dos associados da Tecelagem Lavrense.

Temos uma tabela. Elas todas têm o mesmo padrão, mais ou menos o mesmo padrão de trabalho, porque a Marlene [presidente] foi o nosso referencial. A Marlene saiu, fez vários cursos; além do que ela já sabia, ela agregou mais um conhecimento profissional e ela socializou com todas as outras (Extensionista da EMATER).

Mesmo depois de ser tornado um modelo de desenvolvimento emergente, permaneceram tanto a participação dos artesãos quanto a aprendizagem possibilitada pela interação entre eles e com os seus parceiros. Por exemplo, no mês de novembro de 2010, a EMPRAPA, em parceria com a EMATER, esteve realizando cursos de capacitação e de tingimento em lã para os associados da Tecelagem Lavrense. O constante acompanhamento, que foi feito pela extensionista da EMATER deveu-se principalmente a uma das restrições que sempre foi enfrentada pelo grupo: a falta de espírito empreendedor. Por mais que existissem e fossem ofertados cursos e capacitações abordando a importância de os grupos de artesãos serem autossuficientes, o grupo de artesãos ainda não conseguiu se fortalecer o suficiente para ser independente. A extensionista da EMATER, que trabalha há mais de 20 anos com os artesãos, relata essa situação:

É esse “senso empresarial” de não ter a dependência, que eu não consigo ainda fazer as pessoas perceberem. A gente já fez curso de empreendedorismo. É tudo muito casado, mas é uma coisa cultural, entende?... Ou eu trabalho junto, enquanto eu preciso das pessoas, e depois eu me separo, ou então eu fico trabalhando junto. Alguém tem que me mandar [...]. Ninguém ali consegue se enxergar como dona do seu destino.

Essa restrição gera incerteza para a continuidade do programa de artesanato que foi desenvolvido na cidade de Lavras do Sul. Outra restrição mencionada pelas entrevistadas é a do pouco comprometimento dos artesãos com a produção de peças. Como o pagamento pelas

peças é feito após a sua comercialização, muitos artesãos não se motivam a produzir um número padrão de peças, as quais poderiam ser utilizadas para serem feitas encomendas por grandes lojas. Por enquanto, grande parte da produção do grupo é vendida em feiras regionais, estaduais e até nacionais. O trecho destacado a seguir aponta que a união da equipe poderia auxiliar nesta questão: “Nós poderíamos ser bem melhores se nós conseguíssemos manter esse espírito de grupo, porque aumentaria mais o produto, e, à medida que aumenta o produto, tu poderias te comprometer com empresas que querem fazer pedidos” (extensionista da EMATER). A união da Tecelagem Lavrense foi prejudicada por conflitos mais recentes entre alguns artesãos, o que gerou, de certa forma, tensão no grupo. As restrições enfrentadas pela associação de artesãos são, em parte, decorrentes da complexidade de atuação no coletivo, o que gera dificuldades na gestão do empreendimento e, de certa forma, a sua dependência em relação aos seus parceiros.

Além das restrições supracitadas (TARDIF; HARRISSON, 2005), outra das dificuldades mencionadas pela Extensionista da EMATER está na existência de poucas políticas públicas que contemplem o desenvolvimento de empreendimentos coletivos. Desta forma, uma pequena verba está disponível para serem feitos investimentos em capacitações com o grupo, sendo que esta verba vem basicamente da EMATER. Além disso, o projeto de ovinocultura da própria EMATER não é integrado com o projeto de artesanato em lã, o que dificulta a melhoria da qualidade da lã ovina produzida em Lavras do Sul. Estas restrições referem-se a certa rigidez institucional do poder público municipal e da própria EMATER do município.

A formação do empreendimento Tecelagem Lavrense foi feita por meio da integração das entidades e instituições e da parceria entre elas e os artesãos do município (TARDIF; HARRISSON, 2005). Além destas características do elemento “meio”, o empoderamento dos artesãos foi identificado no decorrer das atividades da associação, principalmente no seu estágio de modelo de desenvolvimento emergente. Alguns artesãos adquiriram diversos conhecimentos com o empreendimento e atualmente os utilizam para o estabelecimento de seus próprios negócios em outras cidades do Rio Grande do Sul. A Extensionista da EMATER relata sua satisfação com os novos caminhos tomados por alguns dos artesãos: “Muitas mulheres foram embora daqui, até levaram o seu conhecimento e hoje ganham dinheiro, e isso nos dá muita satisfação, porque a nossa perspectiva é que isso gere renda”. Nesta etapa de “modelo” também se destacou a difusão da forma organizativa e do processo produtivo da associação para outros contextos do Estado.

5.6.2 Síntese das dimensões de inovação social na associação Tecelagem Lavrense

A formação da Tecelagem Lavrense reflete diversos elementos das dimensões de inovação social do modelo idealizado pelo CRISES. Em termos de contexto “micro”, a situação dos artesãos do município de Lavras do Sul era de baixa autoestima, devido ao êxodo rural, e também eles enfrentavam dificuldades na comercialização das peças artesanais, uma vez que eram praticados os preços que os clientes desejassem. A solução desenvolvida para suplantar estas dificuldades foi a formação de um empreendimento coletivo, que contemplasse os interesses e o bem comum da coletividade. Com relação ao Caráter Inovador, esta inovação social local passou por uma etapa de tentativas e outra de experimento. Nesta fase, houve a mobilização e a participação dos artesãos e de outros atores, o que resultou em um processo de aprendizagem principalmente para os artesãos. Os meios que se destacaram foram a parceria e a integração entre esses atores, com destaque para as parcerias estabelecidas pelos artesãos com a EMATER, com o Sindicato Rural de Lavras do Sul e com a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul. As restrições enfrentadas pelo empreendimento, nesta etapa, referem-se ao pouco comprometimento (compromisso) dos artesãos e à falta de espírito empreendedor, o que gera certa incerteza na continuidade das atividades do grupo, complexificando, de certa forma, sua gestão. As políticas públicas influenciaram positivamente a formação do empreendimento, principalmente com o desenvolvimento do programa de artesanato de Lavras do Sul.

Desde 2002, quando a associação tornou-se um modelo de desenvolvimento emergente, a associação vem atuando em parceria com os atores já citados, e também com o SEBRAE e com a EMBRAPA (por intermédio da EMATER). Nesta etapa, a participação e a aprendizagem, que é possibilitada pela interação entre os atores, se fizeram presentes, e os meios que mais se destacaram, além da parceria, foram o empoderamento de alguns artesãos e a difusão da forma organizativa e do processo produtivo do empreendimento para outros contextos. As restrições identificadas com a falta de compromisso e de espírito empreendedor também permaneceram, o que tornou mais complexa a gestão do empreendimento e contribuiu, de certa forma, para a dependência da associação em relação aos seus parceiros. Além disso, foi destacada a rigidez institucional como outra dificuldade enfrentada pelo empreendimento. A Figura 14, a seguir, representa as dimensões Transformações, Processo, Atores e alguns aspectos da dimensão Caráter Inovador ao decorrer da formação da Tecelagem Lavrense.

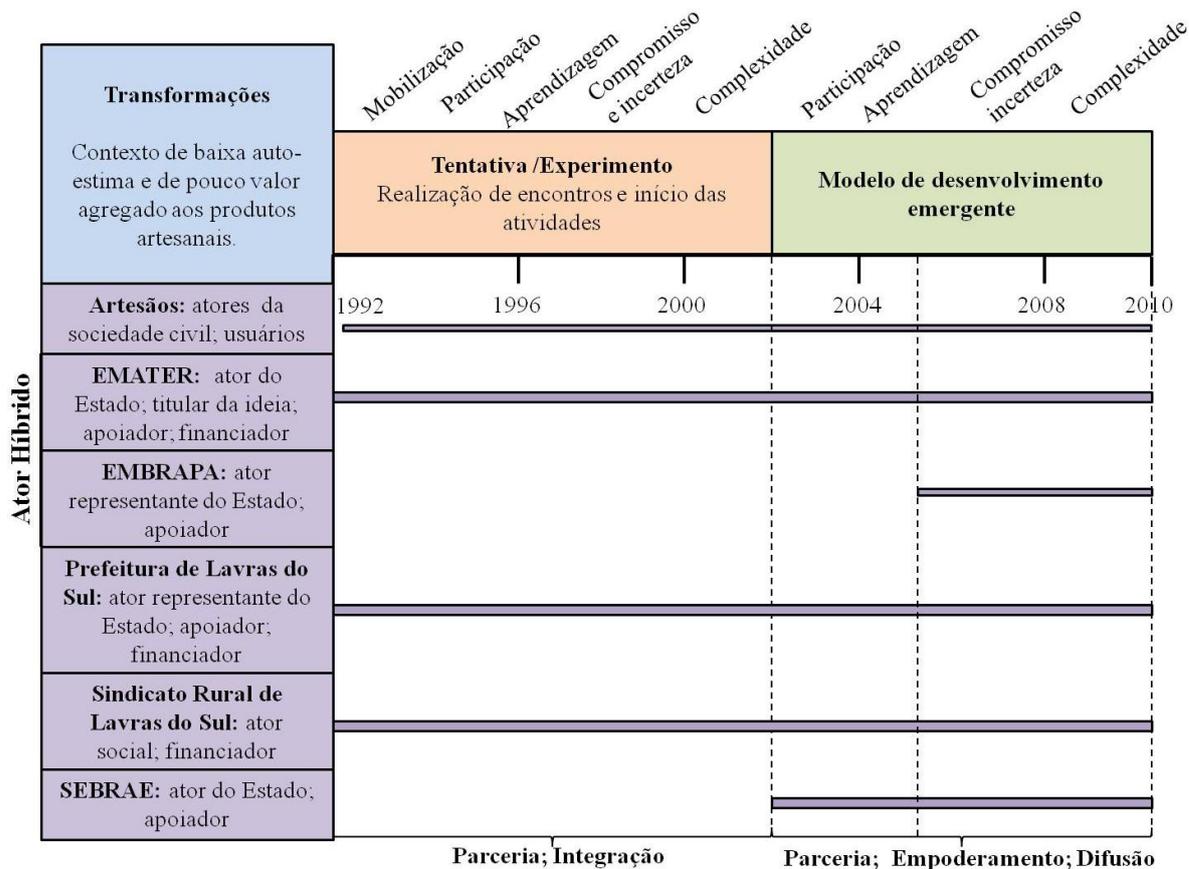


Figura 14 – As dimensões transformações, caráter inovador, atores e processo de inovação social na formação da associação Tecelagem Lavrense

Após a apresentação dos casos pesquisados, cabe à próxima seção abordar as similaridades e as diferenças entre eles.

5.7 ANÁLISE COMPARATIVA DAS DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL PESQUISADAS

Conforme foi proposto nos objetivos específicos estabelecidos para este estudo, posteriormente à análise dos casos pesquisados deve ser feita uma análise comparativa entre eles. Nesta análise são destacadas as similaridades e as diferenças entre as cinco dimensões de inovação social anteriormente analisadas: transformações; caráter inovador; inovação; atores; e processo.

5.7.1 Similaridades e diferenças na dimensão Transformações

A análise da dimensão Transformações de inovação social apresentou aspectos semelhantes e divergentes entre os empreendimentos econômicos solidários pesquisados, e destes em comparação com o modelo de análise idealizado pelo CRISES. De acordo com este modelo, a dimensão Transformações é composta por três elementos de análise: contexto “micro”; estruturas econômicas; e estruturas sociais. Nos casos analisados, apenas as duas cooperativas – Lã Pura e COOPARIGS – apresentaram os três elementos descritos por Tardif e Harrison (2005). Na cidade de São Borja – contexto da Lã Pura – havia um contexto de descontinuidade na compra de peças artesanais feitas em lã ovina, o que levou à adaptação na forma de venda (por meio de feiras) e a mudanças com a adoção de novas práticas pelos artesãos do município e do estabelecimento de novas relações sociais. Já no caso da COOPARIGS, no contexto da Ilha Grande dos Marinheiros, houve uma descontinuidade nas atividades produtivas do local, o que motivou a busca por adaptações (empregos nos grandes centros) através de novas práticas de trabalho, o que gerou mudanças nas relações sociais dos moradores de tal ilha.

O que Tardif e Harrison (2005) postulam é que a dimensão Transformações envolveria um contexto de crise ou de descontinuidade que levaria a mudanças nas estruturas econômicas e sociais, como por exemplo, a da exclusão social. Porém, tanto os contextos das duas cooperativas citadas quanto os outros quatro casos analisados continuaram a enfrentar situações problemáticas. Percebe-se que quatro dos casos pesquisados – Lã Pura; Novo Horizonte; Misturando Arte; e Tecelagem Lavrense – evidenciaram situações problemáticas envolvendo a comercialização das peças produzidas pelos artesãos. No entanto, a situação enfrentada pelos artesãos – principalmente nos casos do Novo Horizonte, do Misturando Arte e da Tecelagem Lavrense – não acarretou mudanças nas estruturas econômicas ou sociais dos envolvidos. Já no caso da Associação dos Artesãos de Vila Flores existia uma situação problemática um pouco diferenciada, que envolvia a preocupação com a continuidade do projeto de artesanato da região e com a preservação da cultura local. O contexto da COOPARIGS também evidenciou uma problemática distinta: a preocupação com as mulheres da Ilha Grande dos Marinheiros que não haviam aprendido qualquer ofício.

Uma das razões para haver essa diferenciação entre o modelo de Tardif e Harrison (2005) e os casos analisados deve-se ao caráter particular e localizado dos contextos analisados. Para estes autores, quando se tem um contexto específico, é importante analisar

uma problemática e/ou uma demanda insatisfeita. Por outro lado, o modelo de análise do CRISES foi desenvolvido para os diversos tipos de inovação social estudados por este centro e, por isso, envolve aspectos mais amplos, que estariam mais relacionados a crises ou a mudanças que poderiam ser verificadas em um determinado território ou mesmo em um país.

Desta forma, todos os casos analisados apresentaram uma problemática e uma demanda insatisfeita. E, estes são os ambientes propícios para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que podem ocorrer em qualquer setor da sociedade (CLOUTIER, 2003). Rollin e Vicent (2007) e Mulgan (2006) são autores que destacam a identificação de um problema, de uma necessidade ou de uma aspiração como uma das etapas que antecede o desenvolvimento de inovações sociais. Conforme já foi destacado, quatro dos casos pesquisados enfrentavam dificuldades quanto à comercialização de artesanato, e esta problemática, de acordo com a Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária, é uma das razões mais comuns para a formação de empreendimentos econômicos solidários no setor de artesanato gaúcho. Esta dificuldade deve-se, em parte, ao caráter do trabalho do artesão, que desenvolve suas peças de maneira individual e necessita de opções para comercializá-las.

Mas, além da problemática de geração de renda, alguns empreendimentos apresentaram uma situação social desfavorável. No caso da Lã Pura, a Presidente da Cooperativa relatou a situação de sintomas de depressão entre muitas das artesãs. Já no caso da Tecelagem Lavrense foi destacada a baixa autoestima das artesãs da zona rural de Lavras do Sul, por conta do êxodo rural e da forma como aquelas profissionais comercializavam seus produtos, visto que, muitas vezes, eram praticados os preços que os clientes desejassem.

Ressalta-se, ainda, que apenas o contexto da cooperativa COOPARIGS não envolveu pessoas que se dedicavam ao artesanato. Os outros cinco contextos evidenciaram o envolvimento de pessoas que já confeccionavam produtos artesanamente.

5.7.2 Similaridades e diferenças na dimensão Caráter Inovador

A dimensão Caráter Inovador também apresenta algumas similaridades e diferenças entre os casos pesquisados. Esta dimensão é analisada por meio dos elementos de ação social, tipo de economia e tipo de modelo. Em outras palavras, a dimensão Caráter Inovador contempla o desenvolvimento de uma solução inovadora que suplantaria a problemática identificada na dimensão Transformações. Em todos os casos analisados, o desenvolvimento

de soluções inovadoras foi feito a partir de ideias, conforme é postulado por Mulgan (2006). Estas soluções diziam respeito à formação de empreendimentos econômicos solidários que produziriam peças artesanais para serem comercializadas. Desta forma, os empreendimentos ligados à Economia Solidária seriam formados por meio de um empreendedorismo coletivo, conforme Lévesque (2004), nos quais o retorno, tanto social quanto econômico, seria revertido para a coletividade dos indivíduos a ela ligados. As características de autogestão e de trabalho solidário dos empreendimentos de Economia Solidária (MANCE, 2006; GAIGER, 2004; SINGER, 2000) foram, então, os orientadores das ações das soluções idealizadas.

Conforme proposto por Tardif e Harrisson (2005), nos casos da Lã Pura, da Associação de Artesãos de Vila Flores e da Tecelagem Lavrense, foi feito o estabelecimento de arranjos institucionais para a implantação das soluções inovadoras. No caso da Lã Pura, este arranjo era formado por um acordo de cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o SEBRAE, e a EMATER de São Borja. Já o caso da Associação dos Artesãos de Vila Flores apresentou um arranjo de acordos formados entre a Secretaria de Turismo, a Atuaserra e a EMATER de Vila Flores. O caso da Tecelagem Lavrense também apresentou a formação de um arranjo institucional, o qual foi feito entre a EMATER daquele município, a Prefeitura Municipal e o Sindicato Rural de Lavras do Sul. Todos os acordos visavam a cooperação para o melhor desenvolvimento das atividades dos empreendimentos econômicos solidários. Desta forma, é possível notar que a EMATER, ao induzir a formação dos empreendimentos analisados, buscou constituir acordos de cooperação, mesmo que de maneira informal, com outras organizações ou instituições a fim de auxiliá-la na formação de uma coletividade de trabalho. Os outros casos analisados – COOPARIGS; Novo Horizonte; e Misturando Arte – não apresentaram a formação de arranjos institucionais no início de suas atividades.

As soluções criadas passaram por pelo menos uma etapa de tentativa e experimento, conforme descrito por Tardif e Harrisson (2005) e também por Rollin e Vicent (2007). As “tentativas” referiram-se aos encontros feitos para a formação dos empreendimentos. Nestes encontros, foi discutida a atuação no coletivo, e também foram apresentados o ensino de técnicas, no caso da COOPARIGS, o desenvolvimento de coleções de artesanato (na Lã Pura) e a qualificação do artesanato já existente (na Tecelagem Lavrense). A fase de experimento, nos casos analisados, referiu-se ao início das atividades de forma coletiva. Apenas os casos da Lã Pura e da COOPARIGS passaram por duas etapas de tentativas e experimentos. No

primeiro caso, o grupo de São Borja interrompeu suas atividades durante um curto espaço de tempo em função de problemas de gestão, estabelecendo o reinício das atividades depois de alguns meses. Já a COOPARIGS desenvolveu uma inovação social organizacional, com mudanças na sua forma de comercializar e de desenvolver produtos, a qual resultou em uma nova fase de tentativa e de experimento.

Apenas o caso da Cooperativa Lã Pura estabeleceu uma forma coletiva de produção em um primeiro momento, visto que algumas artesãs preferiam trabalhar com determinadas técnicas ou etapas do processo produtivo. Ressalta-se que, mais recentemente, o grupo Misturando Arte também passou a trabalhar de forma coletiva, dividindo as tarefas do processo produtivo de peças artesanais.

A fase de tentativa e de experimento apresentou diferentes períodos de tempo nos casos pesquisados. No caso da Lã Pura, a cooperativa permaneceu desde 2005 até meados de 2008 nesta fase, enquanto que a COOPARIGS esteve, na sua primeira fase de tentativa e experimento, de 1980 até 1989. No entanto, a COOPARIGS permaneceu durante apenas um ano na sua segunda etapa desta fase, que foi o período em que a cooperativa desenvolveu a marca Mão Gaúcha. No terceiro caso – o do grupo Novo Horizonte, o período de tentativas e experimentos estendeu-se por três anos, de 2000 a 2003. Já no grupo Misturando Arte, evidenciou-se que este se manteve de 2005 a 2009 na fase tentativa e experimento. A AAVIF, por sua vez, permaneceu nesta fase desde o ano de 2002 até o ano de 2006. O último caso pesquisado – o da Tecelagem Lavrense – apresentou um período de tempo considerável na fase de tentativa e experimento: 10 anos.

De acordo com Tardif e Harrison (2005), as políticas públicas podem influenciar positiva ou negativamente a implantação de uma solução inovadora. Nos casos pesquisados, as políticas públicas apresentaram um importante papel na criação e no desenvolvimento da Lã Pura, da COOPARIGS, da AAVIF, da Tecelagem Lavrense e, de forma mais indireta, dos grupos Novo Horizonte e Misturando Arte. No primeiro caso – o da Lã Pura – foi principalmente por meio de recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário que o programa de lã no pampa gaúcho pôde ser implantado. Já a COOPARIGS conquistou a isenção de ICMS. Esta cooperativa também foi beneficiada com o projeto de desenvolvimento da marca Mão Gaúcha por meio de recursos provindos do SEBRAE/RS. A formação da AAVIF também foi incentivada por uma política pública de preservação cultural na Serra Gaúcha, enquanto que a associação Tecelagem Lavrense foi induzida por uma organização gerida com recursos públicos, a qual também desenvolveu o programa de artesanato do município de Lavras do Sul. Os grupos Novo Horizonte e Misturando Arte foram

influenciados indiretamente por políticas públicas que contemplavam o auxílio ao projeto e ao fórum nos quais estavam inseridos.

Uma solução torna-se institucionalizada, em um dado contexto, quando passa a ser vista como exemplo ou modelo a ser seguida por outras organizações ou instituições. Em outras palavras, isto ocorre quando a solução alcança o seu objetivo e começa a ser reconhecida como solução para problemas idênticos ou similares. Na visão de Rollin e Vicent (2007), esta seria a fase de apropriação local ou de apropriação mais ampla. Nos casos analisados, esta etapa, basicamente, referiu-se ao término da fase de tentativa e de experimento, passando para o início da fase de modelo. Nos empreendimentos pesquisados, esta institucionalização ocorreu, principalmente, perante os grupos de artesanato com os quais eles interagem. A Lã Pura foi sendo reconhecida como legitimada ou institucionalizada frente às demais cooperativas de artesanato que fazem parte do projeto Talentos do Brasil, visto que foi este último projeto que deu origem à própria cooperativa. Já a COOPARIGS passou por um processo de institucionalização no Estado do Rio Grande do Sul, principalmente entre os artesãos do interior deste Estado. Nos casos do Novo Horizonte e do Misturando Arte, estes grupos foram sendo reconhecidos e institucionalizados frente a outros grupos de artesanato do movimento da Economia Solidária. Já as associações AAVIF e Tecelagem Lavrense passaram a ser consideradas como institucionalizadas perante os grupos de artesanato formados pela EMATER.

Percebe-se que os casos analisados tornaram-se modelos de desenvolvimento emergente, nos termos de Tardif e Harrisson (2005). Estes modelos originalmente referem-se às iniciativas de Economia Social da província de Quebec, no Canadá. Porém, todos os casos pesquisados no Rio Grande do Sul também apresentaram a disseminação do modelo de organização, ou seja, da forma autogestionária de atuar coletivamente. Além da disseminação desta forma de atuar, alguns grupos destacaram-se por seus produtos inovadores ou por seus processos produtivos. Um destes casos é a cooperativa Lã Pura, que busca incentivar a inovação em termos de produto em outros grupos de artesanato. A COOPARIGS, justamente por ter desenvolvido uma inovação social organizacional que envolvesse o desenvolvimento de produtos artesanais aliados ao conceito de *design* inovador, também se destaca por esta característica. Esta cooperativa, de ter se tornado um modelo de desenvolvimento, ela também desenvolveu um modelo de trabalho, que foi disseminado para diferentes regiões do país. Já a Tecelagem Lavrense disseminou o seu processo de confecção de fios e de tingimento da lã ovina natural.

Assim como foi descrita a variabilidade de tempo da fase de tentativa e experimento, a fase de modelo também evidenciou diferenças entre os seus períodos de tempo para os empreendimentos pesquisados, justamente por esta fase ser uma decorrência da primeira. Desta forma, a Lã Pura pode ser considerada um modelo de desenvolvimento desde meados de 2008, enquanto que a COOPARIGS apresentou-se como tal de 1989 até 1997. Posteriormente a esse período, esta cooperativa destacou-se por seu modelo de trabalho, que foi disseminado a partir de 1999. O grupo Novo Horizonte, desde 2003, vem atuando como um modelo de desenvolvimento, ao passo que o grupo Misturando Arte pode ser descrito como estando nesta fase em um período mais recente, ou seja, desde 2009. Já a AAVIF, desde 2006, vem sendo considerada como uma associação que pode servir de modelo para outros empreendimentos; enquanto que a Tecelagem Lavrense, desde 2003, atua de acordo com as características desta fase da dimensão de Caráter Inovador.

5.7.3 Similaridades e diferenças na dimensão Inovação

A dimensão “inovação”, nos casos que foram pesquisados neste estudo, apresentou similaridade em grande parte de seus elementos de análise. Estes elementos referiram-se ao tipo de inovação desenvolvida, à sua escala e à sua finalidade. As soluções desenvolvidas para as problemáticas apresentadas na dimensão “transformações” envolveram o processo de atores para trazer uma solução, com a intenção de mudar as relações sociais dos envolvidos, conforme o conceito de inovação social do CRISES (2010). Nos seis casos pesquisados, o tipo de solução desenvolvido referiu-se à inovação do tipo social, ou seja, a uma inovação que reuniu atores sociais (e muitas vezes também outros atores) tanto para a criação quanto para o desenvolvimento de uma solução que atendesse às necessidades dos envolvidos.

As inovações sociais desenvolvidas – envolvendo a formação de empreendimentos econômicos solidários – diferem das inovações tecnológicas por não atenderem à lógica de competição de mercado (ROLLIN; VICENT, 2007), diferenciando, também, das inovações empresariais, visto que estas últimas buscam a maximização dos lucros das organizações (PHILLS JR.; DEIGMEIER; MILLER, 2008; MULGAN *et al.*, 2008). Além disso, as inovações sociais de formação de empreendimentos distinguem-se de outros tipos de inovação apontados pelo CRISES (técnica, sociotécnica, organizacional e institucional), pois não foram

desenvolvidas dentro de uma organização e não abarcaram um contexto mais amplo, como nas inovações sociais institucionais.

Por mais que o modelo de referência para análise adotado no estudo aqui discutido tenha sido desenvolvido por um dos centros de pesquisa em inovações sociais, nota-se que as inovações sociais pesquisadas são soluções para o desenvolvimento territorial. E isto as aproxima, mesmo que de forma indireta, das pesquisas do grupo SINGOCOM, da Europa (MOULAERT *et al.*, 2005), e também das do Observatório de Inovação Social da Fundação Getúlio Vargas, do Brasil (FLEURY, 2011). Estes dois centros de pesquisa enfatizam o estudo de inovações sociais que tenham a esfera pública como um dos atores ou o ator central no desenvolvimento de soluções inovadoras em prol das sociedades. Como as soluções analisadas, em forma de empreendimento, buscaram contemplar apenas uma coletividade de indivíduos, percebe-se que tais soluções também podem influenciar, de modo indireto, o desenvolvimento de todo um território.

Além das inovações sociais evidenciadas, a COOPARIGS apresentou uma inovação social organizacional, de acordo com Tardif e Harrisson (2005), ou seja, o desenvolvimento de uma solução dentro da própria organização, a qual envolveu os seus artesãos cooperados, a fim de suplantar a dificuldade de comercialização e de qualificação do artesanato produzido por tal empreendimento. Percebe-se que a formação da cooperativa Lã Pura, cujo processo se iniciou em 2005 com a parceria do SEBRAE do Rio Grande do Sul, envolveu basicamente o processo criado pela COOPARIGS, com o auxílio de *designers* para o desenvolvimento de coleções de artesanato que pudessem ser mais atrativos aos clientes.

Tardif e Harrisson (2005) afirmam que as inovações sociais pesquisadas pelo CRISES referem-se a soluções mais específicas a um território. A escala das inovações sociais analisadas também mostrou o seu caráter local ou localizado em um dado município ou bairro gaúcho. A COOPARIGS foi inicialmente formada por moradores da Ilha Grande dos Marinheiros. No entanto, esta cooperativa expandiu sua atuação para o interior do Estado, principalmente a partir de 1989, o que não ocorreu com os outros empreendimentos pesquisados. Já o grupo Misturando Arte envolveu artesãos e outros moradores de um bairro específico, o Jardim Cascata, de Porto Alegre.

A finalidade das inovações sociais desenvolvidas visava, em primeiro lugar, suprir as necessidades apontadas pelos artesãos ou moradores dos locais onde tais inovações foram desenvolvidas, e principalmente a necessidade de possibilitar uma geração (ou complementação) de renda e de trabalho. Com este intuito, os empreendimentos coletivos

formados buscavam contemplar as necessidades dos atores envolvidos e o bem comum. Tardif e Harrisson (2005), quando desenvolveram seu estudo, analisaram diversas inovações sociais, sendo que algumas delas envolviam a elaboração de soluções que necessitavam da negociação, como por exemplo, entre sindicatos, empresas e Estado. Por esta razão, estes autores apontam a importância de se ter um consenso e um acordo comum. Nos casos analisados, os atores envolvidos com os artesãos ou moradores buscaram contribuir para a formação dos empreendimentos, e também pode ser evidenciado o alcance das necessidades da coletividade.

5.7.4 Similaridades e diferenças na dimensão Atores

Na dimensão Atores são analisados os participantes do processo de criação e de implementação de uma inovação social (TARDIF; HARRISSON, 2005). A análise dos casos evidenciou diferentes atores envolvidos na formação dos empreendimentos econômicos solidários pesquisados. Como as soluções desenvolvidas buscavam atender as necessidades dos artesãos ou, no caso, dos moradores de um dado local – que são atores da sociedade civil, nos termos de Tardif e Harrisson (2005) – se fizeram presentes em todos os casos. Por outro lado, de acordo com a classificação de Rollin e Vicent (2007), estes atores tornaram-se usuários das inovações sociais estudadas.

Os casos pesquisados apresentaram diferentes atores que podem ser denominados “titulares da ideia”, conforme a classificação de Rollin e Vicent (2007). Os grupos de artesanato analisados – o Novo Horizonte e o Misturando Arte – foram idealizados pelos próprios atores da sociedade civil, ou seja, estes atores são os titulares da ideia e também os usuários da inovação social desenvolvida. Já os empreendimentos Lã Pura e AAVIF foram promovidos por esforços de atores híbridos, que atuaram em uma comissão tripartite, nos termos de Tardif e Harrisson (2005). O ator híbrido que atuou na fundação da Lã Pura foi composto por três atores representantes do Estado: Ministério do Desenvolvimento Agrário, EMATER e SEBRAE. No caso da AAVIF, o ator híbrido foi formado pela associação Atuaserra e também pela Secretaria de Turismo do município de Vila Flores, que é um ator representante do Estado. O caso da COOPARIGS foi idealizado pela líder da SADI, que é um ator de movimento comunitário, nos termos de Tardif e Harrisson (2005). O último caso – o da Tecelagem Lavrense – foi estabelecido pela EMATER de Lavras do Sul, que também é um

ator representante do Estado. Desta forma, percebe-se que, dos seis casos pesquisados, quatro foram induzidos por entidades ou organizações. A possibilidade de uma diversidade de atores ou organizações que podem promover inovações sociais também é destacada por Phills Jr., Deigmeier e Miller (2008) e por Mulgan *et al.* (2008).

Os atores apoiadores das inovações sociais, que é outra classificação de Rollin e Vicent (2007), também foram encontrados em todos os casos analisados. Uma diversidade de atores apoiadores foi evidenciada no decorrer das atividades dos empreendimentos econômicos solidários pesquisados. A Lã Pura teve como principais atores apoiadores alguns representantes do Estado e um ator organizacional cooperativo. Já os atores apoiadores que merecem mais destaque para a fundação da COOPARIGS foram atores representantes do Estado e empresas. O grupo Novo Horizonte mostrou-se apoiado por um projeto que atua como um movimento cooperativo, pela rede de empreendimentos econômicos solidários e por um ator de movimento associativista. Por outro lado, o grupo Misturando Arte inicialmente obteve apoio de atores organizacionais e de representantes do Estado e, mais recentemente, de um movimento cooperativista, de um ator organizacional e da rede de empreendimentos ligados à Economia Solidária. O quinto empreendimento analisado – AAVIF – foi apoiado por atores representantes do Estado, enquanto que o último, o da Tecelagem Lavrense, também recebeu o apoio de atores representantes do Estado e de um sindicato.

Percebe-se que os atores apoiadores, nos empreendimentos que foram induzidos – Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense, são basicamente atores representantes do Estado. Em outras palavras, esses empreendimentos, justamente por serem frutos de organizações ou de entidades, são apoiados por empresas geridas por recursos públicos ou até mesmo pelo próprio poder público da esfera municipal. O apoio é dado principalmente em termos de qualificação e formação de equipe para que os empreendimentos consigam ser independentes, podendo, assim, atingir suas finalidades de geração de renda e trabalho. Os empreendimentos não induzidos – os grupos Novo Horizonte e Misturando Arte – foram apoiados principalmente pelo movimento de Economia Solidária e pelos próprios empreendimentos que compõem este movimento. Esse apoio refere-se às trocas de conhecimento e de informação entre os empreendimentos e à legitimação oferecida pelos referidos movimentos. Desta forma, é possível perceber que a rede formada pelo movimento de Economia Solidária é um importante suporte para os empreendimentos que se estabelecem na lógica coletiva de atuação.

Rollin e Vicent (2007) também destacam que o processo de desenvolvimento de inovações sociais geralmente conta com atores financiadores. Nos casos pesquisados, muitos dos atores representantes do Estado, os quais, por um lado, são apoiadores, por outro, também são financiadores. Apenas a Lã Pura e a Tecelagem Lavrense apresentaram atores que podem ser classificados exclusivamente como financiadores. Os outros dois empreendimentos induzidos por organizações – COOPARIGS e AAVIF – evidenciaram que os financiadores são também atores apoiadores. Os atores financiadores auxiliam os empreendimentos com recursos econômicos destinados a ações, por exemplo, como os destinados para a participação em feiras ou em cursos de qualificação. Mas, nenhum desses atores disponibiliza recursos econômicos para o capital de giro das organizações pesquisadas.

Da mesma forma, os atores financiadores dos grupos analisados também não disponibilizam verbas para a gestão desses empreendimentos, porém os movimentos de Economia Solidária os auxiliam principalmente no deslocamento dos artesãos ou na participação em feiras.

Também é possível notar que, à medida que os empreendimentos analisados se tornaram mais institucionalizados, ou seja, quando eles alcançaram determinado grau de desenvolvimento, o número de atores apoiadores também foi aumentando. A Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária afirmou, em sua entrevista, que geralmente existem mais recursos e entidades interessadas nos empreendimentos que estejam em fases mais avançadas de desenvolvimento, visto que eles apresentam maiores possibilidades de se consolidarem tanto enquanto uma equipe quanto no mercado.

Destacam-se, ainda, os importantes papéis da EMATER e do SEBRAE na criação e na consolidação das inovações sociais pesquisadas. Em quatro empreendimentos – Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF, e Tecelagem Lavrense – ambas as organizações representantes do Estado mostraram-se como atores apoiadores e, algumas vezes, também como financiadores. O trabalho desenvolvido pelo SEBRAE buscou qualificar a gestão e o *design* dos produtos confeccionados pelos artesãos. Já a EMATER atuou na formação de equipes, na qualificação do artesanato e também como fonte de indicações de grupos de artesãos para a COOPARIGS.

5.7.5 Similaridades e diferenças na dimensão Processo

O processo de formação das inovações sociais analisadas apresentou similaridades e diferenças entre as diferentes inovações, e também quando comparadas às do modelo de

Tardif e Harrisson (2005). O processo é analisado, conforme estes autores, por meio dos elementos “modo de coordenação”, “meios” e “restrições”. O modo de coordenação diz respeito ao envolvimento dos atores no processo de desenvolvimento de uma inovação social. Nos casos analisados, a mobilização dos atores se fez presente no início do processo de formação dos empreendimentos econômicos solidários. Esta mobilização foi feita pelos atores titulares da ideia de cada inovação social, ou seja, apenas nos grupos Novo Horizonte e Misturando Arte ela ocorreu por meio de artesãos ou moradores. Nos outros casos, as organizações ou as entidades mobilizaram os artesãos ou os moradores de um dado local, dependendo de quem idealizou cada empreendimento.

A participação dos atores também esteve presente em todos os casos pesquisados. Esta participação dependeu, principalmente, dos papéis exercidos pelos atores neste processo. Nos casos que foram estabelecidos por organizações ou entidades (Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense), a participação não foi somente dos artesãos ou dos moradores de um determinado local, mas também dos atores indutores, como por exemplo, o SEBRAE e a EMATER, no caso da Lã Pura. Já nos grupos Misturando Arte e Novo Horizonte, a participação foi feita, principalmente, pelos artesãos diretamente envolvidos no empreendimento. A participação dos atores é uma constante no processo de formação das inovações sociais pesquisadas, visto que são empreendimentos que atuam de forma coletiva, ou seja, a própria (auto) gestão requer tal elemento dos artesãos. Ressalta-se ainda que, nos empreendimentos Lã Pura e COOPARIGS, a mobilização ocorreu duas vezes por conta do período de encerramento das atividades, no primeiro caso, e do desenvolvimento da inovação social organizacional, no segundo.

As inovações sociais, como requerem a participação dos atores, geralmente resultam em um processo de aprendizagem (CLOUTIER, 2003; TARDIF; HARRISSON, 2005). Nos casos analisados, a aprendizagem foi destacada durante todas as fases de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários pesquisados. Essa aprendizagem deu-se tanto em termos de atuação no coletivo quanto em questões mais relacionadas aos produtos, como por exemplo, envolvendo o aprimoramento de técnicas. Destaca-se, ainda, o aprendizado gerado pela troca de experiências entre os empreendimentos participantes do movimento da Economia Solidária, conforme relatado pelos membros entrevistados dos grupos Novo Horizonte e Misturando Arte, visto que apenas estes dois grupos evidenciaram o estabelecimento de relacionamentos interorganizacionais com vistas a trocas de experiências. A COOPARIGS relaciona-se com outros grupos do interior do Rio Grande do Sul que são

apoiados pelo SEBRAE, mas a troca restringe-se ao envio de produtos para a cooperativa, a fim de comercializá-los no Mercado Público de Porto Alegre.

A dimensão Processo, tal como descrita por Tardif e Harrisson (2005), inclui as restrições ao processo de desenvolvimento das inovações sociais. Perreault e Rollin (2008) também destacam fatores desfavoráveis ao processo de inovação social, os quais, de acordo com estes autores, referem-se aos atores, à gestão ou ao contexto. As seis inovações sociais pesquisadas evidenciaram restrições ao longo do seu processo de desenvolvimento. Em todos os casos, as diferentes dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos geraram incerteza e tensão nos artesãos. No caso da Lã Pura, essas restrições referiram-se aos problemas de gestão com um vendedor, que ocorreu na primeira fase de tentativa e experimento, ao restrito capital de giro para compra de matérias-primas ou de equipamentos e à dependência do empreendimento em relação a seus parceiros. A COOPARIGS enfrentou a dificuldade de comercialização de peças de lã ovina na sua primeira fase, a de tentativa e experimento e também na de modelo de desenvolvimento. Já o grupo Novo Horizonte também apresentou incerteza quanto à insuficiência de vendas. O grupo Misturando Arte, por sua vez, evidenciou a geração de incerteza e tensão pela desistência de muitos dos artesãos filiados ao grupo, e apenas incerteza por ter seu foco na militância do movimento de Economia Solidária, não havendo uma maior preocupação com a sustentabilidade do empreendimento. No início das atividades da AAVIF também houve um baixo nível de adesão dos artesãos de Vila Flores, e a dependência em relação aos seus parceiros contribuiu para a incerteza na continuidade da associação. O último caso – o da Tecelagem Lavrense – também apresentou uma dependência em relação aos seus parceiros, e os conflitos internos mais recentes geraram tensão no grupo.

Destaca-se, ainda, que três dos empreendimentos estudados apresentaram dificuldades com relação ao pequeno nível de compromisso assumido pelos artesãos, o que é uma das restrições apontadas por Tardif e Harrisson (2005) e também por Perreault e Rollin (2008). Na Lã Pura, as artesãs, principalmente as da zona rural, não se mostram participativas nos processos de tomada de decisão. Já na COOPARIGS, porque seus cooperados moram em diferentes municípios do Estado, são enfrentadas dificuldades maiores para se reunir os artesãos e para fazer com que eles se interessem pela gestão do empreendimento. Na AAVIF, a restrição de participação deve-se, de acordo com as entrevistadas, aos diferentes públicos compreendidos no empreendimento. Desta forma, mesmo que as soluções inovadoras envolvam a participação dos atores usuários, alguns empreendimentos apresentam dificuldades em reter tais participantes. Por outro lado, destaca-se que os grupos de Economia

Solidária pesquisados – Novo Horizonte e Misturando Arte – não apresentaram dificuldades quanto à participação dos integrantes.

A restrição “complexidade” foi identificada nos casos da Lã Pura, da COOPARIGS, da AAVIF e da Tecelagem Lavrense. Esta restrição referiu-se principalmente às dificuldades de atuação no coletivo, que estão relacionadas ao compromisso dos associados e ao espírito empreendedor dos artesãos. Além disso, a dependência dos empreendimentos em relação aos seus parceiros, nos casos da Lã Pura, AAVIF e Tecelagem Lavrense, evidencia, de certa forma, a complexidade de desenvolvimento de inovações sociais que busquem empoderar e gerar renda e trabalho aos artesãos envolvidos. No caso da COOPARIGS, foi identificada uma complexidade na gestão do empreendimento, visto que grande parte de seus artesãos residem em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Outras restrições identificadas nos empreendimentos dizem respeito à resistência de alguns dos artesãos vinculados às iniciativas, como no caso da COOPARIGS, que enfrentou esta dificuldade até se tornar um modelo de desenvolvimento de trabalho. A resistência foi gerada pela falta de comprometimento dos artesãos para a entrega dos produtos no prazo combinado com os clientes e na dificuldade de venda de produtos para um cliente estrangeiro. No grupo Novo Horizonte, em sua fase inicial, alguns dos artesãos se tornaram concorrentes, por produzirem peças similares. E, no caso da AAVIF, a resistência por parte de alguns dos artesãos foi evidenciada na fase inicial da associação, devido à possibilidade de perda dos benefícios de aposentaria. Apenas a associação Tecelagem Lavrense destacou a rigidez institucional como uma dificuldade, por conta da necessidade de que existam mais políticas públicas, as quais possam incentivar o projeto de artesanato no município de Lavras do Sul.

De maneira geral, percebe-se que três dos quatro empreendimentos induzidos pesquisados – Lã Pura, AAVIF e Tecelagem Lavrense – apresentam dificuldades quanto à dependência em relação a seus parceiros. Além disso, os casos cooperativa da Lã Pura e da AAVIF também enfrentam desafios no que diz respeito à participação dos artesãos.

Para que o processo de uma inovação social seja bem-sucedido, as restrições identificadas devem ser avaliadas a fim de que possam ser suplantadas (TARDIF; HARRISSON, 2005; MULGAN, 2006). A avaliação de restrições foi evidenciada em dois dos casos pesquisados: o da Lã Pura e o do grupo Novo Horizonte. Na Lã Pura, foi feita a avaliação da restrição enfrentada quanto ao vendedor, o que possibilitou que a cooperativa retomasse suas atividades. Já no grupo Novo Horizonte, o grupo avaliou a resistência de

alguns de seus artesãos em relação à concorrência de seus produtos, e resolveu este conflito interno, suplantando tal restrição.

Na dimensão Processo também são analisados os meios pelos quais ocorre o processo de desenvolvimento das inovações sociais (TARDIF; HARRISSON, 2005). Em todos os casos pesquisados, os meios que se destacaram foram a integração, a parceria e a difusão das inovações sociais. Na fase de tentativa e experimento, os empreendimentos realizaram a integração entre os atores envolvidos, e também a parceria com organizações ou instituições. Já na fase de modelo de desenvolvimento emergente, os meios que mais se destacaram foram os da parceria e da difusão das inovações sociais. Apenas na COOPARIGS, em sua fase de desenvolvimento emergente, pôde ser observada a expansão do empreendimento ao invés da sua difusão, e a integração com os novos cooperados do interior do Estado. O empoderamento foi destacado nos casos da COOPARIGS e da Tecelagem Lavrense. Na COOPARIGS, este empoderamento ocorreu logo após o início das atividades da cooperativa, quando esta ainda se chamava COOPARIG. Alguns artesãos foram capacitados e conseguiram abrir seus próprios negócios. Já na Tecelagem Lavrense, o empoderamento de alguns de seus artesãos ocorreu na sua fase de modelo de desenvolvimento emergente, quando algumas artesãs também conseguiram a sua independência financeira por meio de negócios próprios. A COOPARIGS passou, ainda, por uma fase de negociação, com o SEBRAE, da marca Mão Gaúcha. Destaca-se também que os grupos Novo Horizonte e Misturando Arte, mesmo em sua fase de desenvolvimento emergente, tiveram uma integração com os empreendimentos, principalmente entre os ligados à Economia Solidária.

5.7.6 Síntese das similaridades e das diferenças entre as dimensões de inovação social pesquisadas

Para melhor representar as similaridades e diferenças entre as dimensões de inovação social analisadas nos casos pesquisados são apresentados, a seguir, os Quadros 5 e 6. No Quadro 5, são destacadas estas similaridades de acordo com seu enquadramento por dimensão de inovação social e também são mostradas algumas outras similaridades, as quais foram consideradas importantes. No Quadro 6, da mesma forma, são apresentadas as principais diferenças entre as dimensões de inovação social analisadas, e algumas das outras diferenças que não estavam inclusas no modelo de Tardif e Harrisson (2005) ou na classificação de atores feita por Rollin e Vicent (2007).

Desta forma, é possível notar que algumas das características das dimensões de inovação social, conforme sistematizadas no modelo de Tardif e Harrisson (2005), não foram identificadas nos casos pesquisados. Na dimensão Transformações, não foram evidenciadas as características “crise”, “ruptura” e “modificações estruturais”, que compõem o elemento contexto. Já no elemento “estruturas econômicas”, não foram identificadas as características “relação de consumo” e “produção”. No último elemento da dimensão Transformações – o das estruturas sociais – não foram apresentadas, nos casos pesquisados, as características “recomposição”, “reconstrução” e “exclusão/marginalização”. É importante destacar que a dimensão Transformações, conforme foi mencionado na revisão de literatura dessa dissertação, diz respeito ao contexto de problemas que leva a mudanças nas estruturas econômicas e nas estruturas sociais. Apenas os casos da Lã Pura e da COOPARIGS apresentaram os elementos dessa dimensão de inovação social, visto que houve mudanças mais amplas nos contextos analisados. Nos outros casos, ao contrário, identificou-se uma continuidade nos contextos problemáticos analisados, ou seja, não houve mudanças nas estruturas econômicas e sociais dos envolvidos. E, conforme já foi mencionado, o modelo desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005) envolveu os diversos tipos de inovações sociais abordados pelo CRISES, incluindo inovações mais amplas, que se dão em um determinado território ou até mesmo de um país.

Por outro lado, nos casos pesquisados, quanto ao âmbito do elemento “ação social” da dimensão Caráter Inovador, foi identificada grande parte das características a ele associadas. Apenas a característica “regulamentação social” não pôde ser evidenciada nos dados coletados por meio das entrevistas realizadas e dos dados secundários analisados. Esta característica se refere a novas regulamentações sociais que podem influenciar no desenvolvimento de uma inovação social. Nos casos pesquisados, foi identificada apenas a influência de políticas e de programas públicos na formação dos empreendimentos.

Dimensão	Similaridades entre as dimensões de inovação social pesquisadas	Autores
Dimensão Transformações	Os casos apresentaram <i>contextos problemáticos</i> relacionados à comercialização de peças artesanais, à preservação cultural ou à preocupação com as mulheres que não haviam aprendido qualquer ofício.	Tardif e Harrisson (2005)
Dimensão Caráter Inovador	A formação de empreendimentos econômicos solidários de artesanato referiu-se a soluções de <i>Economia Social</i> ou <i>Solidária</i> .	Tardif e Harrisson (2005)
	A fase <i>tentativa</i> envolveu os encontros iniciais para formação dos grupos de artesanato.	
	A fase <i>experimento</i> referiu-se ao início das atividades em âmbito coletivo.	
	Houve uma influência positiva das <i>políticas públicas</i> na formação dos empreendimentos, em alguns casos, gerando a própria formação do grupo, subsidiando custos de gestão ou mesmo trazendo benefícios fiscais.	
	A <i>institucionalização</i> dos empreendimentos foi feita perante os grupos de artesanato ou organizações com os quais interagiam.	
	As soluções desenvolvidas tornaram-se <i>modelos de desenvolvimento emergente</i> , na medida em que a sua forma de gestão ou o seu processo produtivo foram disseminados para outros contextos.	
	Outras importantes similaridades;	
Os empreendimentos permaneceram, por <i>diferentes períodos de tempo</i> , na fase de <i>tentativa</i> e <i>experimento</i> .		
As soluções desenvolvidas permaneceram, também, por <i>diferentes períodos de tempo</i> , na fase de <i>modelo de desenvolvimento emergente</i> .		
Dimensão Inovação	A formação dos empreendimentos econômicos solidários referiu-se a inovações sociais de tipo <i>social</i> .	Tardif e Harrisson (2005)
	As inovações sociais apresentaram um caráter <i>local</i> ou <i>localizado</i> , envolvendo indivíduos do bairro ou da cidade onde foram desenvolvidas.	
	A formação dos empreendimentos contemplou as <i>necessidades da coletividade</i> de atores envolvidos e o <i>bem comum</i> .	
	Outra importante similaridade;	
As soluções desenvolvidas contribuem, mesmo que de forma indireta, para o <i>desenvolvimento territorial</i> dos locais onde estão inseridas.		
Dimensão Atores	Os casos apresentaram atores <i>titulares da ideia, apoiadores, financiadores e usuários</i> .	Rollin e Vicent (2007)
	Todos os casos apresentaram o envolvimento de atores <i>sociais</i> .	Tardif e Harrisson (2005)
	Outra importante similaridade;	
Na medida em que os empreendimentos foram se desenvolvendo, aumentou o número de atores envolvidos.		
Dimensão Processo	Os casos pesquisados evidenciaram a <i>mobilização</i> dos atores no processo de desenvolvimento das inovações sociais.	Tardif e Harrisson (2005)
	A <i>participação</i> dos atores foi identificada no decorrer do processo de formação dos empreendimentos.	
	O processo de desenvolvimento das inovações sociais gerou <i>aprendizagem</i> de técnicas e de atuação no coletivo.	
	As restrições identificadas geraram <i>tensão</i> e <i>incerteza</i> nos grupos de artesãos.	
	O processo de desenvolvimento das inovações sociais ocorreu por meio da <i>integração</i> entre os atores.	
	A <i>parceria</i> entre os atores foi adotada por todos os empreendimentos pesquisados.	
	As inovações desenvolvidas foram disseminadas para outros contextos, ocorrendo a sua <i>difusão</i> .	
	Outras importantes similaridades;	
	Em nenhum dos casos as <i>restrições</i> permaneceram exatamente as mesmas ao longo do processo de desenvolvimento das inovações sociais.	
Na fase de <i>tentativa</i> e <i>experimento</i> das inovações sociais desenvolvidas, pode ser dado certo destaque para a <i>integração</i> e para a <i>parceria</i> entre os atores.		
Na fase de <i>modelo de desenvolvimento</i> , deve ser destacada a <i>parceria</i> entre os atores e a <i>difusão</i> das inovações sociais implementadas.		

Quadro 5 – Resumo das similaridades entre as dimensões de inovação social pesquisadas

Dimensão	Diferenças entre as dimensões de inovação social pesquisadas	Autores
Dimensão Transformações	Apenas a Lã Pura e a COOPARIGS apresentaram os três elementos da dimensão Transformações: <i>contexto “micro”</i> ; <i>estruturas sociais</i> ; e <i>estruturas econômicas</i> .	Tardif e Harrisson (2005)
	Outras importantes diferenças;	
	Uma <i>situação social desfavorável</i> foi identificada nos casos da Lã Pura e da Tecelagem Lavrense	
	Apenas a COOPARIGS foi formada por pessoas que anteriormente não exerciam atividades ligadas ao artesanato	
Dimensão Caráter Inovador	A formação de <i>arranjos institucionais</i> ocorreu apenas nos casos Lã Pura, AAVIF e Tecelagem Lavrense.	Tardif e Harrisson (2005)
	Apenas as cooperativas Lã Pura e COOPARIGS passaram por <i>duas fases</i> de <i>tentativa</i> e <i>experimento</i> .	
	Apenas nos casos da cooperativa Lã Pura e da associação Tecelagem Lavrense foram identificados <i>programas</i> públicos de apoio à formação dos empreendimentos.	
	Outra importante diferença	
	Somente a Lã Pura decidiu, desde o início de suas atividades, pela forma coletiva de produção.	
Dimensão Inovação	Apenas o caso da COOPARIGS apresentou a criação e desenvolvimento de uma <i>inovação social organizacional</i> , que se referiu ao projeto de qualificação do artesanato, que foi feito em parceria com o SEBRAE.	Tardif e Harrisson (2005)
Dimensão Atores	Os <i>atores titulares da ideia</i> foram pessoas da sociedade civil (grupos Novo Horizonte e Misturando Arte), atores representantes do Estado (Lã Pura, AAVIF e Tecelagem Lavrense) e um movimento comunitário (COOPARIGS).	Tardif e Harrisson (2005); Rollin e Vicent (2007)
	Os principais atores apoiadores dos quatro empreendimentos induzidos (Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense) foram atores representantes do Estado.	
	Os grupos analisados – Novo Horizonte e Misturando Arte – recebeu apoio principalmente de atores do movimento cooperativista e da rede de empreendimentos econômicos solidários.	
	Apenas nos casos da Lã Pura, da AAVIF e da Tecelagem Lavrense foram identificados <i>atores híbridos</i> .	Tardif e Harrisson (2005)
	Apenas os casos da Lã Pura e da Tecelagem Lavrense apresentaram atores que atuam exclusivamente como <i>financiadores</i> .	Rollin e Vicent (2007)
Dimensão Processo	Nos casos da Lã Pura e da COOPARIGS, a <i>mobilização</i> dos atores ocorreu duas vezes, em diferentes períodos de tempo.	Tardif e Harrisson (2005)
	Os artesãos dos grupos Novo Horizonte e Misturando Arte <i>aprendem</i> com os outros empreendimentos de Economia Solidária.	
	Os casos da Lã Pura, da COOPARIGS e da AAVIF apresentaram <i>restrições</i> com relação à participação dos artesãos nos processos decisórios.	
	Nos casos da COOPARIGS, do grupo Novo Horizonte e da AAVIF, foi identificada a <i>resistência</i> de alguns artesãos.	
	A restrição <i>complexidade</i> foi identificada nos casos Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense.	
	A <i>avaliação</i> de restrições ocorreu nos casos da Lã Pura e do grupo Novo Horizonte.	
	Os casos da COOPARIGS e da Tecelagem Lavrense destacaram o <i>empoderamento</i> dos artesãos.	
	O caso da COOPARIGS evidenciou a <i>negociação</i> com um ator – o SEBRAE – que ocorreu por conta da marca Mão Gaúcha.	
Outra importante diferença;		
	Apenas na COOPARIGS ocorreu a <i>expansão</i> do empreendimento para outras cidades e locais do Rio Grande do Sul.	

Quadro 6 – Resumo das diferenças entre as dimensões de inovação social pesquisadas

Nos empreendimentos analisados, o elemento “tipo de economia” foi identificado apenas o tipo descrito como Economia Social, não apresentando os tipos Economia do Saber/Conhecimento e Misto. Nas soluções pesquisadas, conforme já mencionado, os grupos buscaram atuar de forma coletiva e solidária, o que, no Brasil, se classifica como Economia Solidária. Já o elemento “modelo”, nas soluções analisadas, foi descrito como seguindo o modelo de Quebec, ou seja, estando de acordo com o modelo de “desenvolvimento emergente” e também com o modelo de “trabalho”, no caso da cooperativa COOPARIGS. Desta forma, nos casos pesquisados, as características de modelo de “desenvolvimento” e de modelo de “governança” não foram identificadas. Destaca-se, ainda, que o modelo de “desenvolvimento” tem o Estado como ator principal, principalmente no que diz respeito a soluções para sua atuação em um dado território. Já o modelo de “governança” refere-se a inovações desenvolvidas por parcerias entre o Estado e organizações privadas e Empresas Estatais.

Nos casos pesquisados, também foi observada a maioria dos elementos da dimensão Inovação. O elemento “tipo de inovação” foi identificado pelos tipos “social” e “organizacional”. Ou seja, nos empreendimentos analisados, não foram evidenciados os tipos de inovação social “técnico”, “sociotécnico” e “institucional”. Já no elemento “finalidade”, apenas o interesse geral não foi evidenciado de maneira direta, visto que esta característica se refere a soluções para o interesse de toda uma comunidade ou um território.

A classificação de atores, de acordo com a dimensão Atores do modelo de Tardif e Harrison (2005), foi evidenciada nos empreendimentos econômicos solidários pesquisados. Na classificação “atores organizacionais”, somente os destinatários, que se referem aos beneficiários das organizações privadas, não foram identificados como participantes do processo de desenvolvimento das inovações sociais pesquisadas. Já na classificação “instituições”, os dados analisados não destacaram a identidade ou os valores/normas dos atores institucionais como sendo relevantes para a formação dos empreendimentos. Com relação aos atores ditos “intermediários”, as redes de alianças e as redes de inovação não foram identificadas como atores.

Nos casos pesquisados, na última dimensão analisada – a do Processo – teve todos os seus elementos e características identificados. Por outro lado, a classificação de atores de Rollin e Vicent (2007) foi identificada em todos os casos analisados. Para melhor representar as características do modelo de Tardif e Harrison (2005) que não foram identificados nesse estudo, apresenta-se o Quadro 7. Neste quadro, as características, que estão destacadas em vermelho, não foram evidenciadas nos casos pesquisados.

Transformações	Caráter inovador	Inovação	Atores	Processo
Contexto macro/micro - crise - ruptura - descontinuidade - modificações estruturais Econômico - emergência - adaptação - relações do trabalho/ produção e consumo Social - recomposição - reconstrução - exclusão/marginalização - prática - mudança - relações sociais	Modelo - de trabalho - de desenvolvimento - governança - Quebec Economia - do saber/conhecimento - mista - social Ação social - tentativas - experimentos - políticas - programas - arranjos institucionais - regulamentação social	Escala - local Tipos - técnica - sociotécnica - social - organizacional - institucional Finalidade - bem comum - interesse geral - interesse coletivo - cooperação	Sociais - movimentos cooperativos/comunitários/associativas - sociedade civil - sindicatos Organizações - empresas - organizações economia social - organizações coletivas - destinatários Instituições - Estado - identidade - valores/normas Intermediários - comitês - redes sociais/ de alianças/ de inovação	Modo de coordenação - avaliação - participação - mobilização - aprendizagem Meios - parcerias - integração - negociação - empowerment - difusão Restrições - complexidade - incerteza - resistência - tensão - compromisso - rigidez institucional

Quadro 7 - Comparação entre os elementos e as características do modelo de Tardif e Harrisson (2005) identificados e não-identificados no presente estudo

Após a apresentação da análise das dimensões de inovação social e da análise comparativa entre estas dimensões, nos casos pesquisados, cabe ao próximo capítulo discorrer sobre as considerações finais, e também sobre as sugestões para futuras pesquisas e as limitações do presente estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de inovação social remete ao desenvolvimento de soluções inovadoras que contemplem as necessidades ou aspirações dos indivíduos de uma determinada sociedade. O presente estudo buscou analisar, de forma abrangente, o conceito desta modalidade de inovação envolvendo as dimensões de análise sugeridas pelo *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales* (CRISES). As dimensões Transformações, Caráter Inovador, Inovação, Atores e Processo foram analisadas em diferentes formas de criação e de desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários do setor de artesanato gaúcho.

Os principais resultados evidenciaram que grande parte dos elementos de análise do modelo de referência adotado – o de Tardif e Harrisson (2005) – e da classificação atores de Rollin e Vicent (2007) foi identificada em todos os casos pesquisados. De forma geral, os empreendimentos analisados foram criados e desenvolvidos de acordo com diferentes processos que envolveram diversos atores interessados em apoiar, financiar ou usufruir das soluções criadas. Em outras palavras, a própria constituição dos empreendimentos pode ser considerada uma inovação social, visto que, nos casos pesquisados, buscou atender às necessidades de geração de renda e trabalho e, em alguns casos, também sociais dos indivíduos envolvidos.

As dimensões de inovação social, nos diferentes empreendimentos pesquisados, apresentaram algumas similaridades entre si. A similaridade na dimensão Transformações referiu-se aos contextos problemáticos nos quais se encontravam os indivíduos ou a cultura do artesanato. Na dimensão Caráter Inovador, as similaridades entre os empreendimentos foram identificadas quanto ao tipo de economia da solução desenvolvida – Economia Social ou Solidária, às fases de tentativa e de experimento de cada empreendimento, à influência positiva das políticas públicas, à institucionalização dos empreendimentos nos contextos onde interagem e à sua fase de modelo de desenvolvimento emergente.

Na dimensão Inovação, foram identificadas como similares as características de inovação de tipo “social”, de caráter local ou localizado e de contemplar as necessidades da coletividade e o bem comum. A dimensão Atores apresentou similaridades quanto à participação de atores titulares da ideia de inovação social, apoiadores, financiadores e usuários. Além disso, todos os casos apresentaram o envolvimento de atores sociais no seu processo de formação.

A dimensão Processo, em todos os casos de inovação social estudados, apresentou as características de mobilização, de participação e de aprendizagem. Destaca-se que a aprendizagem ocorreu entre os artesãos, com a troca de experiências e de conhecimentos, e também em termos técnicos, com o aprendizado de novas técnicas ou o aprimoramento de técnicas já trabalhadas pelos artesãos. As restrições identificadas na dimensão Processo geraram incerteza e tensão nos artesãos, visto que foram ou são dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos. Estas restrições não permaneceram iguais durante todo o período de desenvolvimento dos empreendimentos analisados, ou seja, elas se alteraram ao longo do tempo. A formação dos empreendimentos ocorreu por meio da integração e da parceria entre os atores, e também ocorreu a difusão da forma organizativa dos empreendimentos estudados para outros contextos.

Outras similaridades que foram identificadas nos casos analisados, mas que não estão claramente evidenciadas no modelo de referência adotado neste estudo, dizem respeito ao aumento de parcerias ao longo do processo de desenvolvimento das inovações sociais. Cabe algum destaque para a integração e parceria verificadas entre os atores, na fase de tentativa e de experimento, e também para a difusão e integração, na fase de modelo de desenvolvimento emergente dos empreendimentos analisados. Além disso, os empreendimentos pesquisados permaneceram, durante diferentes períodos de tempo, na fase de tentativa e de experimento, e também na de modelo de desenvolvimento emergente.

Os casos pesquisados também apresentaram algumas diferenças nas dimensões de inovação social analisadas. Com relação à dimensão Transformações, somente os casos da Lã Pura e da COOPARIGS apresentaram todos os três elementos que compõem esta dimensão. Na dimensão de Caráter Inovador, pôde ser evidenciado que quatro empreendimentos foram formados por arranjos institucionais: Lã Pura, COOPARIGS, AAVIF e Tecelagem Lavrense. E, estes são justamente os empreendimentos que foram induzidos, ou seja, que não foram estabelecidos por artesãos ou por pessoas da sociedade civil. Além disso, outra diferença está em que somente as cooperativas COOPARIGS e Lã Pura passaram por duas fases de tentativas e experimentos, o que ocorreu por diferentes motivos. Além disso, somente nos casos da cooperativa Lã Pura e da associação Tecelagem Lavrense foram identificados programas políticos que influenciaram na formação destes empreendimentos.

A dimensão Inovação apresentou somente uma diferença entre os casos pesquisados: o desenvolvimento de uma inovação social organizacional no caso da COOPARIGS. Na dimensão Atores, foram evidenciadas diferenças nos atores titulares da ideia. Nos empreendimentos induzidos, estes foram atores representantes do Estado ou entidades e, nos grupos Novo Horizonte e Misturando Arte, eles foram atores da sociedade civil. Da mesma forma, os principais apoiadores dos empreendimentos induzidos foram atores representantes do Estado. Já os grupos analisados foram apoiados principalmente pelo movimento da Economia Solidária e pelos empreendimentos que o compõem. A formação de atores híbridos foi feita nos casos da Lã Pura, da Tecelagem Lavrense e da AAVIF. E, apenas a cooperativa Lã Pura e a associação Tecelagem Lavrense apresentaram atores que atuaram exclusivamente como financiadores.

Na dimensão Processo as principais diferenças identificadas referiram-se: a) à mobilização dos atores, que ocorreu duas vezes na Lã Pura e na COOPARIGS; b) a algumas restrições enfrentadas pelos empreendimentos; c) à avaliação dessas restrições, que foi feita somente na Lã Pura e no grupo Novo Horizonte; d) ao empoderamento dos artesãos, destacado na COOPARIGS e na Tecelagem Lavrense; e) ao processo de negociação na COOPARIGS. Uma das restrições identificadas, que merece certo destaque, refere-se à participação dos artesãos nos processos de decisão dos empreendimentos da COOPARIGS, da AAVIF e também da Lã Pura. Desta forma, seria necessário que as organizações indutoras dos empreendimentos analisados reavaliassem as capacitações feitas com os grupos de artesãos, a fim de melhorá-las ou de desenvolver novas estratégias para a construção de uma verdadeira coletividade que também seja participativa. Além disso, a dependência dos empreendimentos em relação aos seus parceiros, conforme identificado nos casos da Lã Pura, da AAVIF e da Tecelagem Lavrense, também é outra restrição que poderia mesmo impedir a continuidade dos trabalhos que estivessem sendo realizados, caso fosse interrompida a parceria dos empreendimentos com os demais atores.

As dimensões de inovação social, nos casos pesquisados, não evidenciaram alguns dos elementos do modelo de Tardif e Harrison (2005). Na dimensão Transformações, nestes casos, não foram evidenciados as características “crise”, “ruptura”, “modificações estruturais”, “relação de consumo e de produção”, “recomposição”, “reconstrução” e “exclusão/marginalização”. Já a dimensão Caráter Inovador não apresentou as características de “regulamentação social”, os tipos de “economia do saber/conhecimento” e “misto”, e os modelos de “desenvolvimento” e de “governança”.

Na dimensão Inovação, não foram identificados os tipos de inovação social “técnico”, “sociotécnico” e “institucional”, e também a finalidade de “interesse geral”. Já na dimensão Atores, não foram evidenciados os “destinatários”, a “identidade”, os “valores e normas” dos atores institucionais, bem como as redes de alianças e as redes de inovação.

Ressalta-se, conforme mencionado anteriormente, o papel da EMATER/ASCAR e do SEBRAE na formação de empreendimentos econômicos solidários de artesanato no Rio Grande do Sul. Estas organizações possibilitam o acompanhamento e a capacitação de artesãos, porém atuando de maneiras distintas. O SEBRAE, principalmente a partir do desenvolvimento do projeto de artesanato com a COOPARIGS, atua na qualificação dos artesãos, por meio de projetos que envolvem a contratação de *designers*, com o intuito de, em termos de produto, inovar o artesanato gaúcho. No entanto, conforme o relato da Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária, as políticas públicas de capacitação para o artesanato geralmente são destinadas a treinamentos individuais, não havendo o preparo dos artesãos para atuar de forma coletiva, ou seja, para que aprendam a dividir as tarefas e até mesmo a produção de peças. Já a EMATER atua na formação da coletividade. Esta organização capacita os artesãos para a formação de equipes, mas, nos dois casos analisados – o da AAVIF e o da Tecelagem Lavrense – a produção de peças ainda é feita de forma individual.

Percebe-se que a Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária referiu-se, em sua entrevista, à formação de empreendimentos mais profissionais de artesanato, nos quais as tarefas de produção seriam divididas. Nos casos analisados, apenas a Lã Pura e o grupo Misturando Arte realizam a divisão das atividades de produção entre os artesãos. Ou seja, os demais empreendimentos analisados preocupam-se principalmente com a qualificação do artesanato e com a comercialização das peças produzidas pelos artesãos.

Por outro lado, a FGTAS, que é a responsável pelo cadastro dos artesãos do Rio Grande do Sul, também atua na qualificação individual dos artesãos. Além disso, esta fundação não possui um cadastro dos grupos coletivos de artesanato do Estado, o que poderia auxiliar no trabalho desenvolvido por organizações e até mesmo por pesquisadores interessados neste tipo de empreendimento.

Vale ressaltar que os empreendimentos analisados não atuam de forma isolada, ou seja, eles estabelecem relações com outros empreendimentos de artesanato, mesmo que, em alguns casos, de forma indireta. A rede formada pelo movimento da Economia Solidária é um importante suporte para os grupos Novo Horizonte e Misturando Arte, assim como as

cooperativas de artesanato apoiadas pelo SEBRAE o são para os empreendimentos Lã Pura e COOPARIGS. Nos casos da AAVIF e da Tecelagem Lavrense, as trocas de experiências ocorrem principalmente entre os grupos formados pela EMATER/ASCAR. Uma das alternativas para a restrição identificada em três empreendimentos induzidos – o da dependência em relação aos seus parceiros – seria o estabelecimento de relações com os empreendimentos de Economia Solidária de seus municípios (se existentes), visto que a distância física entre os grupos apoiados pelo SEBRAE e pela EMATER é significativa, o que reduz a troca de informações e de experiência entre eles. Já ao Misturando Arte e ao Novo Horizonte, sugere-se uma maior interação com organizações geridas com recursos públicos que trabalhem na qualificação e na inovação do artesanato, uma vez que a comercialização é uma das principais dificuldades enfrentadas por estes grupos. Desta forma, foi possível constatar que os empreendimentos mais apoiados por organizações ligadas à esfera pública apresentam melhores resultados econômico-financeiros.

Destaca-se, também, que as soluções desenvolvidas representam alternativas de geração de renda e trabalho, nas quais as sobras são revertidas para os participantes dos empreendimentos, diferentemente do que geralmente ocorre nas empresas tradicionais. O envolvimento de empresas com os empreendimentos pesquisados restringiu-se somente ao auxílio prestado à cooperativa Lã Pura, por meio da concessão de cabos de acesso à *internet*, e à cooperativa COOPARIGS, com a facilidade de abertura de contas bancárias e com a elaboração de material de divulgação. No entanto, o que as empresas tradicionais podem estar desenvolvendo são ações de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) que visem o desenvolvimento de empreendimentos baseados em uma determinada comunidade. Desta forma, as ações de RSC, que tradicionalmente são feitas por meio de ações de filantropia, convertem-se em esforços com vistas à cidadania organizacional e ao desenvolvimento de determinado território (TRACEY; PHILLIPS; HAUGH, 2005).

6.1 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS E LIMITAÇÕES DO PRESENTE ESTUDO

O estudo aqui apresentado contribui para a análise do conceito de inovação social no contexto da Economia Solidária do Brasil. Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos mais aprofundados a respeito da relação entre os empreendimentos estabelecidos por atores representantes do Estado e a dependência que esses empreendimentos tenham em

relação aos seus parceiros. Da mesma forma, também seria interessante analisar as razões pelas quais os grupos ligados aos movimentos de Economia Solidária não enfrentam tantas restrições com relação à participação e à dependência de seus parceiros.

Além disso, sugere-se a realização de entrevistas com as diversas integrantes dos empreendimentos econômicos solidários pesquisados. Desta forma, é possível se obter um maior aprofundamento a respeito da melhoria da autoestima e da qualidade de vida das envolvidas, visto que os resultados apresentados limitam-se à percepção dos entrevistados e aos dados secundários analisados. Sugerem-se, também, estudos que envolvam os empreendimentos para os quais os modelos de desenvolvimento emergente foram disseminados. Estudos envolvendo as maneiras pelas quais esses modelos foram adequados à formação de novos empreendimentos (ou adaptados para isto) poderão contribuir para a replicação das inovações sociais pesquisadas. Outra sugestão para um estudo futuro refere-se à aprendizagem nos empreendimentos econômicos solidários de artesanato. Estudos aprofundados a respeito do constructo de aprendizagem podem avaliar os desafios de se trabalhar em âmbito coletivo, principalmente para os artesãos que tradicionalmente desenvolvem seu trabalho de forma isolada. Da mesma forma, a abordagem teórica de redes sociais pode contribuir para o melhor entendimento da interação entre diversos atores no desenvolvimento das soluções inovadoras pesquisadas.

Além do conceito de inovação social, existe um certo crescimento no uso da expressão “tecnologia social”. Para o Ministério da Ciência e Tecnologia, por exemplo, tecnologia social compreende produtos, técnicas/metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que represente efetivas soluções de transformação social” (MCT, 2011). Desta forma, o conceito de inovação social pode apresentar relações com o conceito de tecnologia social, o que pode ser explorado em estudos futuros.

A pesquisa aqui discutida também apresenta, como limitações a ela inerentes, as associadas à metodologia da realização de estudos de casos, que não possibilitam a generalização dos seus resultados. Os estudos de natureza qualitativa, como o aqui desenvolvido, demonstram resultados interessantes, por apresentarem uma maior abrangência analítica do que os estudos de natureza quantitativa. Por outro lado, a análise dos dados que foi feita neste estudo contemplou os pontos de convergência e de divergência entre os casos. Outra forma de analisá-los seria por meio da abrangência dos casos, ou seja, considerando a amplitude dos resultados constatados.

Além disso, sugere-se a comparação entre empreendimentos que atuem em diferentes Estados e que, conforme a entrevista feita com a Representante do Fórum Gaúcho de Economia Solidária, apresentem diferentes estágios de desenvolvimento, principalmente se Estado do Rio Grande do Sul for comparado com os das regiões Sudeste e Nordeste do país. Outra sugestão para estudo futuro refere-se a pesquisas que busquem apresentar maiores evidências, em termos numéricos, das transformações decorrentes das inovações sociais desenvolvidas. Ressalta-se que o foco deste estudo esteve atrelado às dimensões de inovação social que foram adotadas para sua análise e, por esta razão, foram apresentadas poucas informações numéricas.

Por fim, conforme pôde ser evidenciado, as políticas públicas desempenharam um importante papel na formação dos empreendimentos pesquisados. Desta forma, sugere-se a avaliação das políticas públicas de artesanato, em especial do Programa de Artesanato Brasileiro (PAB), visto que este programa, no ano de 2010, completou 15 anos de existência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2004.

ANDREW, C.; KLEIN, J. L. Social innovation: what is it and why is it important to understand it better. In: **CRISES**. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2010.

BANERJEE, S. B. Who sustains whose development? Sustainable development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.

BÉLANGER, P. R.; LAPOINTE, P. A.; LÉVESQUE, B. Workplace innovation and the role of institutions. In: MURRAY, B. et al. (Eds.). **Work and employment relations in the high performance workplace**. London: Continuum, 2002.

BERNIER, L.; BOUCHARD, M. J.; LÉVESQUE, B. La prise en compte de l'intérêt général au Québec: Nouvelle articulation entre l'intérêt individuel, collectif et general. In: ENJOLRAS, B.; VON BERGMANN-WINBERG, M. L. (Eds.). **Économie plurielle et régulation socio-économique**. Napoli: CIRIEC, 2002.

BERNIER, L.; BOUCHARD, M.; LÉVESQUE, B. Attending to the general interest: new mechanisms for mediating between the individual collective and interest in Québec. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 74, n. 3, p. 321-348, 2003.

BOUCHER, J. L. Transformations sociales et orientation de la société. In: BOUCHER, J. L.; FOTEV, G.; KOLEVA, S. (Orgs.). **Mutations de société et quête de sens: une rencontre entre des sociologues bulgares et québécois**. Sofia: Éditions LIK, 2001. p. 19-44.

CALVETE, R.; VILLWOCK, L. H. Perfil da ovinocultura de lã e carne no Rio Grande do Sul e seus desafios para o futuro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: SOBER, 2007. 1 CD-ROM

CÁRITAS. Cáritas Brasileira Regional Rio Grande do Sul. **Princípios**. Disponível em: <<http://www.caritasrs.org.br/principios.php>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

CÁRITAS. **Economia popular solidária e as novas relações**: caderno de formação. 3. ed. Porto Alegre, 2004.

CASTILHOS, C. C. Inovação. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs.) **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CHAGAS, M. O. **Programa de artesanato em lã crua para a geração de renda: organização rural um desafio à mulher campeira**. Concurso Buenos Ejemplos Fidamerica. Lavras do Sul, EMATER, 2003.

CLOUTIER, J. Qu'est-ce que l'innovation sociale? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2003.

CONNER, A. Ideas research. **Stanford Social Innovation Review**, spring, p. 6-11, 2010.

COOPERUNICA. Cooperativa Nacional Marca Única. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.cooperunica.com.br/portal.cgi?flagweb=pgn_quemsomos>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CRISES. *Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*. **Rapport Annuel des activités scientifiques du CRISES 2009-2010**. Quebec, 2010.

CSI. Centre for Social Innovation. **Stanford**. Disponível em: <<http://csi.gsb.stanford.edu/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

DADOY, M. L'innovation sociale, mythes et réalités: l'innovation en question. **Éducation Permanente**, v. 134, p. 41-53, 1998.

EMATER. Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Área técnica: rio grande mulher**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

FAVREAU, L. L'insertion conjugée avec le développement économique communautaire. In: DEFOURNY, J.; FAVREAU, J. L.; LAVILLE, J. L. (Eds.). **Économie sociale et insertion: bilan international**. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.

FAVREAU, L.; VAN KAMENADE, S. Coopération nord-sud et économie sociale: l'expérience de développement et paix. **Économie et solidarités**, v. 31, n. 2, p. 10-40, 2000.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FGTAS. Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social. **Powerpoint programa de artesanato gaúcho**. Porto Alegre, 2010.

FLEURY, S. **Programa de Estudos sobre a Esfera Pública - PEEP**. Disponível em <<http://ebape.fgv.br/pp/peep/apresentacao>> Acesso em: 25 abr. 2011.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária uma abordagem internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GABOR, D. **Innovations: scientific, technological, and social**. London: Oxford University Press, 1970.

GAIGER, L. I. Apresentação. In: GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HÄMÄLÄINEN, T. J.; HEISKALA, R. **Social innovations, institutional change and economic performance**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

HARRISSON, D. et al. **Demand de subvention du Fonds de recherché sur la société et la culture**. Canada: FQRSC, 2004.

HARRISSON, D.; GERVAIS, A. M. La gestion des ressources humaines et les relations du travail dans le secteur d'économie sociale. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2007.

HARRISSON, D.; LAPLANTE, N.; BELLEMARE, G. La reorganization du travail dans la fonction publique québécoise: un processus lent, difficile et engageant. In: PRESSES DE L'UNIVERSITE LAVAL. **Les échanges commerciaux et la protection des travailleurs: peuvent-ils aller de pair?** Sillery, 2003. p. 353-366.

HEISKALA, R. Social innovations: structural and power perspectives. In: HÄMÄLÄINEN, T. J.; HEISKALA, R. (Eds). **Social innovations, institutional change and economic performance**. Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2009, segundo os municípios**. Rio de Janeiro, 2009.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org). **Sentidos e experiências da economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

JORNAL O INTERIOR. COOPARIGS: artesanato como fonte de renda. **Jornal do Cooperativismo Gaúcho**, v. 35, n. 985, jan. 2008.

KAPLINSKY, R. Spreading the gain from globalization: what can be learnt from value-analysis chain. **Problems of Economics Transition**, v. 47, n. 2, p. 74-115, 2004.

LÃ PURA. **Cooperativa lã pura**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/porta/saf/programas/talentosdobrasil>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

LANGE, C. M. **A construção de conhecimentos em espaços de economia popular solidária**. Ijuí: Pallotti, 2009.

LAVRAS DO SUL. **Município de Lavras do Sul**. Disponível em: <<http://www.lavrasdosul.com/>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 2, n. 1, p. 123-140, 2002.

LÉVESQUE, B. Empreendedor coletivo e economia social: Outra forma de empreender. **Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais**, v. 1, p. 44-64, 2004.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2002.

LÉVESQUE, B.; CREVIER, F. Les impacts des parcs scientifiques à travers la contribution des innovations sociales et des sciences et humaines. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2002.

LINTON, J. D. De-babelizing the language of innovation. **Technovation**, n. 29, p. 729-737, 2009.

MALO, M. C. La coopération et l'économie sociale. Collection Études théoriques. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2001.

MANCE, E. **Redes de colaboração solidária**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARCY, R. T.; MUMFORD, M. D. Social innovations: enhancing creative performance through causal analysis. **Creativity Research Journal**, v. 19, p. 123-140, 2007.

MATTAR NETO, J. A. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002.

MCT. Ministério de Ciência e Tecnologia. Descrição de Tecnologia Social. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/308089.html>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Talentos do Brasil**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/talentosdobrasil>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Programa do artesanato brasileiro (PAB):** missão. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2046>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

MENDELL, M. The Three Pillars of the Social Economy: the Quebec experience 1996-2007. In: AMIN, A. (Ed.). **The social economy, international perspectives**. London: Zed Press, 2008.

MITCHELL, J. C. Case and situation analysis. **The Sociological Review**, v. 3, p. 187-211, 1983.

MOULAERT, F. et al. Towards alternative model(s) of local innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é economia solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 25 abr. 2011.

MULGAN, G. et al. **Social innovation: what it is, why it matters, how it can be accelerated**. Oxford: Skoll Centre for Social Innovation, 2008.

MULGAN, G. The process of social innovation. **Innovations**, spring, p. 145-162, 2006.

MUMFORD, M. D. Social Innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, vol. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.

NOVY, A.; LEUBOLT, B. Participatory budgeting in Porto Alegre: social innovation and the dialectical relationship of state and civil society. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 2023-2036, 2005.

OECD. **Oslo Manual: guidelines for collecting and interpreting technological innovation data**. 3. ed. Paris, 2005.

OLIVEIRA, A. J. **Dicionário Gaúcho**. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 2005.

PAB. Programa Artesanato Brasileiro. **Glossário**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008.

PERREAULT, N.; ROLLIN, J. Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec: une étude du Réseau québécois en innovation sociale. **Développement Social**, v.9, n.1, p. 59-60, 2008.

PETITCLERC, M. **Rapport sur les innovations sociales et les transformations sociales**, Quebec: CRISES, 2003.

PHILLS JR., J. A.; DEIGMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Fall, p. 34-43, 2008.

POL, E.; VILLE, S. Social Innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, p. 878-885, 2009.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Ilhas Delta do Jacuí**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=16&p_secao=46>. Acesso em: 05 fev. 2011.

PROCEMPA. **História dos bairros de Porto Alegre**. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/historia_dos_bairros_d_e_porto_alegre.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2011.

RAPLEY, R. Interviews. In: SEALE, Clive et al. (Eds.) **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004. p. 15-33.

ROBINSON, J. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, v. 48, p. 369-384, 2004.

ROLLIN, J.; VICENT, V. **Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec**. Québec: Université du Québec, 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Artesanato expressa identidade regional da serra gaúcha**. Disponível em: <<http://www.sebrae-rs.com.br/central-noticias/agencia-noticias/artesanato-expressa-identidade-regional-serra/1447.aspx>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Programa Sebrae de artesanato**: termo de referência. Araxá, 2004.

SERRA GAÚCHA. **Serra Gaúcha e Atuaserra**. Disponível em: <<http://www.serragaucha.com/pt/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGOCOM. *Social Innovation, Governance and Community Building*. **Singocom**: social innovation, governance and community building. Disponível em: <<http://users.skynet.be/bk368453/singocom/index2.html>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

TAYLOR, J. B. Introducing Social Innovation. **Journal of Applied Behavioral Science**, v. 6, n. 1, p. 69-77, 1970.

THIRY-CHERQUES, H. R. O modelo estruturalista. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; HAUGH, H. Beyond Philanthropy: community enterprise as a basis for corporate citizenship, **Journal of Business Ethics**, n. 58, p. 327-344, 2005.

UNISOL. Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários. **Início**. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/inicio.wt>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

VASSEUR, S. L.; MALO, M. C. L'entreprise d'économie sociale Les services adaptés Transit et son directeur général. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales **Cahiers du CRISES**. Québec, 2008.

VIANA, J. G. A.; REVILLION, J. P. P.; SILVEIRA, V. C. P. Alternativa de estruturação da cadeia de valor da ovinocultura no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. 1 CD-ROM

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAWISLAK, P. A. **A relação entre conhecimento e desenvolvimento: essência do progresso técnico**. Porto Alegre: Departamento de Economia da UFRGS, 1994. (Texto Didático, n. 2).

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Questões propostas para entrevistas com os líderes dos empreendimentos econômicos solidários:

1 PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):

1.1 Cargo ou função no empreendimento: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Grau de escolaridade: _____

1.4 Ano em que iniciou o seu envolvimento com a organização: _____

2 INFORMAÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO

2.1 Nome da organização: _____

2.2 Ano de fundação: _____

2.3 Número de integrantes: _____

2.4 Principais produtos produzidos: _____

2.5 Principal produto: _____

2.6 Número estimado de peças/mês: _____

3 CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

3.1 Qual é a principal fonte de recursos da organização? Existe mais alguma fonte (doações, auxílio de outras organizações)?

3.2 Como são tomadas as decisões da organização?

3.3 Como é feita a gestão da organização?

3.4 Como são as relações entre os associados/cooperados? Existe troca de experiência entre os cooperados?

3.5 Qual (is) é (são) a (s) finalidade (s) do empreendimento? Explique.

4 DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL

- 4.1 Como era o contexto da cidade (ou do bairro) antes da formação da organização?
- 4.2 Como se caracterizava a situação das pessoas envolvidas na formação da organização?
- 4.3 Estas pessoas eram artesãos ou exerciam algum outro tipo de ofício? Descreva.
- 4.4 Quem teve a ideia para a formação do empreendimento?
- 4.5 Por que se pensou na formação de um empreendimento de artesanato?
- 4.6 Como se iniciou o processo de formação do empreendimento?
- 4.7 Quais os atores que participaram do processo inicial de formação? Quais eram os seus papéis?
- 4.8 Como se estabeleceu a forma de trabalho do empreendimento?
- 4.9 Como as políticas públicas influenciaram na formação do empreendimento?
- 4.10 Como a formação do empreendimento foi vista pelos artesãos e pela comunidade na qual está inserido?
- 4.11 Qual foi a abrangência do empreendimento?
- 4.12 Como foi o envolvimento dos atores no processo de formação do empreendimento? Como era feita a coordenação desse processo?
- 4.13 O que este processo possibilitou os artesãos?
- 4.14 O processo de formação enfrentou alguma dificuldade? Explique.
- 4.15 Quais e como os atores se envolveram no processo de formação do empreendimento? Quais eram os seus papéis?
- 4.16 Quais os atores que se destacaram na formação do empreendimento? Por quê?
- 4.17 Como o empreendimento foi ou é visto por os outros grupos de artesanato?
- 4.18 Ocorreu a disseminação do empreendimento para outros contextos? Caso sim, desde quando? Explique.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ATORES

Questões propostas para entrevistas com os atores envolvidos no processo de formação dos empreendimentos econômicos solidários:

1 PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):

1.1 Organização ou instituição: _____

1.2 Cargo ou função: _____

1.3 Idade: _____

1.4 Grau de escolaridade: _____

1.5 Ano em que iniciou o seu envolvimento com o empreendimento de artesanato: _____

2 DIMENSÕES DE INOVAÇÃO SOCIAL

2.1 Desde quando a organização na qual você trabalha se envolveu na formação do empreendimento de artesanato? Explique como se deu esse envolvimento.

Caso esse envolvimento tenha se estabelecido desde o início da formação da organização:

- a) Como era o contexto da cidade (ou do bairro) antes da formação da organização?
- b) Como se caracterizava a situação das pessoas envolvidas na formação deste empreendimento?
- c) Por que se pensou na formação de um empreendimento de artesanato?
- d) Como se iniciou o processo de formação do empreendimento?
- e) O que este processo possibilitou os artesãos do empreendimento?
- f) Como foi o envolvimento dos atores no processo de formação do empreendimento? Como era feita a coordenação desse processo?

2.2 Qual o papel desempenhado pela organização na qual você trabalha no processo de formação do empreendimento?

2.3 Como você avalia o trabalho feito pelos artesãos do empreendimento?

2.4 Em sua opinião, o empreendimento enfrentou ou enfrenta alguma dificuldade para sua consolidação?

2.5 Como se caracteriza o relacionamento da organização na qual você trabalha com os outros atores envolvidos no processo de formação do empreendimento?

ANEXO A – LEI Nº 13.516/2010**Política Estadual de Valorização do Artesanato no Estado do Rio Grande do Sul****Capítulo I – Disposições Gerais:**

Art. 1º - Esta Lei estabelece a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

Art. 2º - Para fins desta lei, considera-se:

I – artesão: aquele que detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças.

II – artesanato: é o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano do homem, produzidos de maneira independente, usando matéria-prima em seu estado natural e/ou processados industrialmente, mas cuja destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão.

§ 1º - Não será considerado artesão:

I – aquele que trabalhar de forma industrial, com predomínio de máquinas, utilizar trabalho assalariado ou de produção em série industrial;

II – aquele que realizar somente uma parte do processo da produção artesanal, sem conhecimento técnico ou participação do restante, até seu acabamento final.

§ 2º - Não será considerado artesanato o objeto que seja:

I – resultado de simples montagem com matéria industrializada e/ou produzidas por outras pessoas;

II – produto alimentício;

III – produto da chamada “pesca artesanal”;

IV – produto de lapidação de pedras preciosas e semipreciosas e da ourivesaria, com exceção da prata;

V – a reprodução em papel, madeira, tecido e outras matérias-primas de produtos industrializados, bem como a mera reprodução de desenhos de terceiros ou protegidos por direitos autorais;

VI – a pintura enquanto matéria-prima, exceto quando for técnica principal e enquadrar-se no inciso II do “caput”.

Art. 3º - São diretrizes da Política Estadual de Valorização do Artesanato:

I – valorização da identidade e cultura gaúchas, através da expansão e renovação da técnica do artesanato e do incentivo das entidades de apoio;

II – integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável;

III – qualificação permanente dos artesãos e estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção;

IV – definição dos requisitos para que os artesãos possam se beneficiar das políticas e incentivos públicos ao setor;

V – identificar os artesãos e as atividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social;

VI – certificar a qualidade do artesanato, valorizando os produtos e as técnicas artesanais.